ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 23 Brasília - DF, quarta-feira, 2 de fevereiro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Cidadania 51
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 52
Ministério das Comunicações 53
Ministério da Defesa 58
Ministério do Desenvolvimento Regional 59
Ministério da Economia 59
Ministério da Educação 85
Ministério da Infraestrutura 86
Ministério da Justiça e Segurança Pública 88
Ministério do Meio Ambiente 93
Ministério de Minas e Energia 93
Ministério da Saúde 98
Ministério do Trabalho e Previdência 101
Ministério do Turismo 102
Ministério Público da União 105
Poder Judiciário 106
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 109

Esta edição é composta de 112 páginas

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

INDEFIRO o credenciamento da AR TERABYTE. Processo n° 00100.003905/2021-46.

DEFIRO o credenciamento da AR XP CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.003972/2021-61.

DEFIRO o descredenciamento da AC SERPRO ACF CODESIGN. Processo n° 00100.003348/2021-63.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 29, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.015604/2021-77, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) LUCAS ARAUJO BREHM, CRMV-RS 15560, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 30, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016110/2021-18, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) LARISSA ROSA DA CONCEIÇÃO, CRMV-RS 19689, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 31, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016165/2021-10, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) JÉSSICA BETANIN VICENSI, CRMV-RS 15665, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 32, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016166/2021-64, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) ROGERIO FORMOLO, CRMV-RS 03355, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 33, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016169/2021-06, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) GIOVANA PAULA PIVOTTO, CRMV-RS 18531, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 34, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016187/2021-80, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) KAREN VERGANI, CRMV-RS 17838, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 35, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016196/2021-71, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) FERNANDO MACHADO DA LUZ, CRMV-RS 17705, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 36, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016252/2021-77, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) ROBISON RODRIGUES RIVERO, CRMV-RS 05290, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 37, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016257/2021-08, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) MATHEUS NEIS, CRMV-RS 12319, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 38, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.016259/2021-99, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) GUILHERME TOAZZA MENDES, CRMV-RS 15612, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 39, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e com base no que determina o Art. 75 do Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e no Art. 3º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16/01/2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21042.011053/2020-91, resolve:

Habilitar no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE os Médicos Veterinários relacionados no anexo I, que contém os nomes e respectivos números de registro no CRMV, para execução das atividades pertinentes ao Controle e Erradicação do Mormo, consoante às normas dispostas nas legislações vigentes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

ANEXO I

MÉDICOS VETERINÁRIOS APROVADOS EM CAPACITAÇÃO EAD PARA HABILITAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUÍDEA

NOME	CRMV PRIMÁRIO	UF
ERICK NUNES SILVA	20006	RS
GUILHERME BOEIRA ROVARIS	19596	RS
JULIANA CECHIN QUINHONES	13875	RS
MICHELLE DUARTE	18709	RS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 556, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Altera os valores das cotas anuais de óleo diesel de beneficiários do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais, referente ao ano de 2021, para adequação à dotação orçamentária constante da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021).

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XIX do artigo 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e o artigo 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e o que consta do Processo nº 21000.078413/2020-21, resolve:

Art. 1º Alterar os valores das cotas anuais de óleo diesel atribuída aos pescadores profissionais, armadores de pesca e indústrias pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, conforme relação constante do Anexo I, para adequação ao valor fixado na Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2021.

Art. 2º As informações constantes nesta Portaria estarão disponíveis no sítio da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SAP/MAPA nº 195, de 27 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

ANEXO I

BENEFICIÁRIOS E EMBARCAÇÕES

a) PORTARIA SAP/MAPA nº 322/2020, de 29 de dezembro de 2020:

Em Operação no Estado do Pará - SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETARIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARÁ (SINPESCA - PA)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
BRASIL COMERCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	LÍDER V	CE00038811	82.509,84	R$ 576,74
.375.764/0001-	1630020010			
BRASIL COMERCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	PAI II	PA00273497	51.077,52	R$ 357,03
.375.764/0001-	211015059			
BRASIL COMERCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	PAI III	PA00273505	51.077,52	R$ 357,03
.375.764/0001-	211015148			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	FORT XVIII	PA00148487	214.508,25	R$ 1.499,41
.277.679/0001-	2210098564			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	SVM I	PA00001128	208.788,03	R$ 1.459,43
.277.679/0001-	1610040261			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	SVM II	PA00000168	214.508,25	R$ 1.499,41
.277.679/0001-	4030059724			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	SVM III	PA00000184	191.627,37	R$ 1.339,48
.277.679/0001-	4030072208			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR III	PA00000078	259.697,99	R$ 1.815,29
.382.721/0001-	220028664			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR VII	PA00000098	243.109,35	R$ 1.699,33
.382.721/0001-	210202378			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XIV	PA00006248	243.109,35	R$ 1.699,33
.382.721/0001-	210238585			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XVI	PA00005106	259.697,99	R$ 1.815,29
.382.721/0001-	4430055122			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XVIII	PA00133616	243.109,35	R$ 1.699,33
.382.721/0001-	210317213			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XX	PA00133608	185.907,15	R$ 1.299,49
.382.721/0001-	210317221			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	LEAL SANTOS 3	PA00000238	243.109,35	R$ 1.699,33
.382.721/0001-	220028591			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	LEAL SANTOS 4	PA00000240	259.697,99	R$ 1.815,29
.382.721/0001-	220028656			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	LEAL SANTOS I	PA00000218	243.109,35	R$ 1.699,33
.382.721/0001-	220028567			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	CALJEVYS	PA00000528	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	210185767			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	DOM APOLIANO	PA00000684	243.109,35	R$ 1.699,33
.346.107/0001-	210261412			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	DOM APOLIANO II	PA00000698	268.850,34	R$ 1.879,26
.346.107/0001-	210251875			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	DOM CEARAZINHO I	PA00301237	243.109,35	R$ 1.699,33
.346.107/0001-	210238780			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	DOM LEONARDO	PA00000726	220.228,47	R$ 1.539,40
.346.107/0001-	1610039211			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	EMPESCA XX	PA00000106	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	1810035449			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	ENELIZ	PA00002020	185.907,15	R$ 1.299,49
.346.107/0001-	1610053044			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	ESPERANÇA IV	PA00108807	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	210309016			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	LADY ELANE	PA00000994	185.907,15	R$ 1.299,49
.346.107/0001-	1610053052			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	MISTER JÚNIOR	PA00001286	243.109,35	R$ 1.699,33
.346.107/0001-	210226528			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	MISTER NETO	SC00010337	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	210223456			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SAGA DE APOLIANO	SP00038501	185.907,15	R$ 1.299,49
.346.107/0001-	4010471701			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SAGA DE APOLIANO II	PA00130888	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	210230002			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SAGA DE APOLIANO III	PA00001940	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	1610032675			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SAGA DE CRISMAR	PA00000360	185.907,15	R$ 1.299,49
.346.107/0001-	210176741			

ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SAGA DE CRISMAR I	PA00130748	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	210309008			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SAGA DE CRISMAR II	PA00005098	214.508,25	R$ 1.499,41
.346.107/0001-	4430054452			
ESPERANÇA PESCADOS LTDA	SANTA PAULA II	PA00000204	157.306,05	R$ 1.099,57
.346.107/0001-	1610034112			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	GAROUPA	PA00011821	70.722,72	R$ 494,35
.534.212/0001-	210282011			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	GAROUPA III	PA00006334	23.574,24	R$ 164,78
.534.212/0001-	210286598			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	GAROUPA IV	PA00006298	48.720,10	R$ 340,55
.534.212/0001-	210282029			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	GAROUPA V	PA00006384	33.033,94	R$ 230,91
.534.212/0001-	210296801			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	GAROUPA VI	PA00047868	27.110,38	R$ 189,50
.534.212/0001-	210286202			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	HIVYS	PA00006546	55.006,56	R$ 384,50
.534.212/0001-	210311568			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	IGOR DE BRAGANÇA	PA00006306	48.720,10	R$ 340,55
.534.212/0001-	210282045			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	PAI	PA00002098	62.864,64	R$ 439,42
.534.212/0001-	1630033758			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	PONTO DA PESCA I	PA00006370	86.438,88	R$ 604,21
.534.212/0001-	210293101			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	PONTO DA PESCA II	PA00006404	78.580,80	R$ 549,28
.534.212/0001-	210297433			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	PONTO DA PESCA III	PA00006454	86.438,88	R$ 604,21
.534.212/0001-	210301325			
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI	PONTO DA PESCA IV	PA00006558	106.084,08	R$ 741,53
.534.212/0001-	210311886			
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	CARINHOSO I	PA00000564	241.965,31	R$ 1.691,34
.923.634/0001-	210162627			
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	CARINHOSO II	PA00043604	194.487,48	R$ 1.359,47
.923.634/0001-	4430048436			
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	CHARMOSO II	PA00000578	185.907,15	R$ 1.299,49
.923.634/0001-	2210089093			
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	CHARMOSO III	PA00104507	214.508,25	R$ 1.499,41
.923.634/0001-	1610056540			
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	CHARMOZO	PA00104519	185.907,15	R$ 1.299,49
.923.634/0001-	2210102995			
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	COSTA DOURADA X	PA00001926	90.367,92	R$ 631,67
.556.078/0001-	1210112540			
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	MARAGOGI	PA00002208	46.362,67	R$ 324,08
.556.078/0001-	2210141796			
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	RECIFE X	PA00011867	46.362,67	R$ 324,08
.556.078/0001-	2210147522			
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	SAO RAFAEL X	PA00002210	90.367,92	R$ 631,67
.556.078/0001-	2210143772			
TROPICAL PESCA LTDA	MR. Z	PA00094047	220.228,47	R$ 1.539,40
.641.576/0001-	1610039530			
TROPICAL PESCA LTDA	TROPICAL PESCA I	PA00001778	197.347,59	R$ 1.379,46
.641.576/0001-	210183063			
TROPICAL PESCA LTDA	TROPICAL PESCA II	PA00001786	181.903,00	R$ 1.271,50
.641.576/0001-	210190108			
TROPICAL PESCA LTDA	TROPICAL PESCA III	PA00001798	214.508,25	R$ 1.499,41
.641.576/0001-	210186038			
VIGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	ECOMAR X	PA00006524	185.907,15	R$ 1.299,49
.967.608/0001-	210306670			
VIGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	ECOMAR XII	PA00006538	214.508,25	R$ 1.499,41
.967.608/0001-	210307765			
VIGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	VIGIA IV	PA00000324	214.508,25	R$ 1.499,41
.967.608/0001-	4010137614			
TOTAL	62		10.482.494,96	R$ 73.272,64

Em Operação no Estado do Pará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA (SINDIPAM-PA-AP)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL IV	CE00114684	29.204,32	R$ 204,14
***.561.333-**	1610056639			
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL V	CE00115678	29.204,32	R$ 204,14
***.561.333-**	1610055136			
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL VI	CE00115680	35.943,78	R$ 251,25
***.561.333-**	1610032217			
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL VII	CE00115694	35.943,78	R$ 251,25
***.561.333-**	1610028520			
FRANCISCA EVILENE DE BRITO	DINIZ PESCA	PA00006418	86.438,88	R$ 604,21
***.448.263-**	210297468			
FRANCISCA EVILENE DE BRITO	MARIA EDUARDA DE BRAGANÇA	PA00006490	52.649,14	R$ 368,02

***.448.263-**	210303638			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	ANA LUIZA	PA00011747	44.791,06	R$ 313,09
***.122.543-**	1630039942			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	CAPITAO RIBEIRO II	PA00141661	52.649,14	R$ 368,02
***.122.543-**	1210111900			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	KLYSTENNYS I	PA00101887	27.110,38	R$ 189,50
***.122.543-**	210297425			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	NOVA VIDA COM JESUS III	PA00095057	102.155,04	R$ 714,06
***.122.543-**	210986506			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	REGINALDO	PA00101077	78.580,80	R$ 549,28
***.122.543-**	1610050266			
GILSON MARTINS GOMES	MILAGRES	PA00011575	44.791,06	R$ 313,09
***.274.343-**	1610056981			
GILSON MARTINS GOMES	MILAGRES I	PA00168355	62.864,64	R$ 439,42
***.274.343-**	211000744			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	CARLOS ALBERTO VI	PA00101647	55.006,56	R$ 384,50
***.206.543-**	1610053028			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY III	PA00102429	86.438,88	R$ 604,21
***.206.543-**	210297409			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY IV	PA00174596	70.722,72	R$ 494,35
***.206.543-**	211002011			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY V	PA00207880	70.722,72	R$ 494,35
***.206.543-**	211004456			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY VI	AP00230035	86.438,88	R$ 604,21
***.206.543-**	220094039			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	JOAO NETO	PA00007118	43.219,44	R$ 302,10
***.157.793-**	1630039497			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	MAURILIO	PA00007176	43.219,44	R$ 302,10
***.157.793-**	1630040878			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	MAURILIO FILHO	PA00006968	35.754,26	R$ 249,92
***.157.793-**	1630016853			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	TERESA DE JESUS	PA00006806	106.084,08	R$ 741,53
***.157.793-**	1610056558			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO FILHO	THAIRO	PA00169921	44.791,06	R$ 313,09
***.882.823-**	1610060059			
SUZANA PATRICIA BARROSO BASTOS	ANNA LUISA I	PA00200360	44.791,06	R$ 313,09
***.396.403-**	211004669			
THAIRO BARROSO BASTOS DE SANTIAGO	ANNA KAROLINE	CE00011809	43.219,44	R$ 302,10
***.542.542-**	1610031237			
THAIRO BARROSO BASTOS DE SANTIAGO	MARILIA SANTIAGO	PA00007188	43.219,44	R$ 302,10
***.542.542-**	1630040886			
TOTAL	26		1.455.954,32	R$ 10.177,12

Em Operação no Estado do Pará - COOPERATIVA MISTA DE PESCA E AQUICULTURA DA REGIAO DO SALGADO (COOMPESCAR - PA)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
AUGUSTO CARLOS SIMIÃO REBOUÇAS	ANNABEL	PA00270557	51.077,52	R$ 357,03
***.207.393-**	211014753			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA IV	PA00098727	44.791,06	R$ 313,09
***.199.123-**	1210115956			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA V	PA00098739	44.791,06	R$ 313,09
***.199.123-**	1210115247			
D A BURLE PESCADOS IMP E EXP EIRELI- ME	FORT IX	PA00000198	194.487,48	R$ 1.359,47
.811.489/0001-	4430054525			
D A BURLE PESCADOS IMP E EXP EIRELI- ME	FORT XI	PA00000170	191.627,37	R$ 1.339,48
.811.489/0001-	4030071716			
DEUSELITA VERAS DOS SANTOS	ATOS I	PA00095449	89.975,02	R$ 628,93
***.551.093-**	1630038288			
FRANCISCO GERRY CAVALCANTE	DEUS É MAIS II	PA00135580	15.716,16	R$ 109,86
***.455.373-**	210314915			
GENIVAR GOMES FERREIRA	ANNA KAROLINE I	PA00007258	32.218,12	R$ 225,20
***.835.353-**	1630041211			
HARISON AUGUSTO MARTINS GAMA	JESUS É AMIGO IV	PA00194988	72.687,24	R$ 508,08
***.223.562-**	211003662			
HARISON AUGUSTO MARTINS GAMA	JESUS É AMIGO V	PA00242926	84.474,36	R$ 590,48
***.223.562-**	211007838			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	CORENAV I	PA00000620	214.508,25	R$ 1.499,41
.975.193/0002-	1610042131			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA IX	PA00000860	214.508,25	R$ 1.499,41
.975.193/0002-	1610050444			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA VI	PA00000888	214.508,25	R$ 1.499,41
.975.193/0002-	1610048857			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA VII	PA00000896	214.508,25	R$ 1.499,41
.975.193/0002-	1610049128			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA VIII	PA00000908	214.508,25	R$ 1.499,41
.975.193/0002-	1610050355			
J A COMERCIO DE PESCADOS LTDA	CIBRADEP IX	PA00000036	243.109,35	R$ 1.699,33
.490.238/0001-	210180871			
J A COMERCIO DE PESCADOS LTDA	CIBRADEP VII	PA00000048	243.109,35	R$ 1.699,33
.490.238/0001-	210180595			
J A COMERCIO DE PESCADOS LTDA	CIBRADEP VIII	PA00000050	243.109,35	R$ 1.699,33
.490.238/0001-	210180480			
J. S. DE FREITAS JUNIOR PESCADOS - ME	ALICIA	PA00311328	44.791,06	R$ 313,09
.058.865/0001-	211029114			
J. S. DE FREITAS JUNIOR PESCADOS - ME	MELLINA	PA00301717	44.791,06	R$ 313,09
.058.865/0001-	211014141			
JOSE GUILHERME FILHO	ICEBERG I	PA00011817	30.646,51	R$ 214,22
***.580.833-**	1610056591			
JOÃO FELLIPE DE SOUSA ABDON	GELEIRA AJURUTEUA	PA00006320	86.438,88	R$ 604,21

***.100.952-**	210284048			
JOÃO FELLIPE DE SOUSA ABDON	GELEIRA AJURUTEUA II	PA00006468	27.110,38	R$ 189,50
***.100.952-**	210302135			
JOÃO FELLIPE DE SOUSA ABDON	GELEIRA AJURUTEUA III	PA00047348	44.791,06	R$ 313,09
***.100.952-**	210306335			
JOÃO QUIRINO DO VALE	KELCIANE I	PA00011727	44.791,06	R$ 313,09
***.824.393-**	210302071			
KATIA MARIA RISUENHO ABDON	NOVA VIDA COM JESUS IV	PA00011695	12.965,83	R$ 90,63
***.893.932-**	210306289			
KATIA MARIA RISUENHO ABDON	PATO FILHO I	PA00011669	43.219,44	R$ 302,10
***.893.932-**	1630039861			
LIDUINO MIGUEL DA SILVA	AUDAIR I	PA00103807	78.580,80	R$ 549,28
***.767.823-**	210302127			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	BAILIQUE	PA00105055	117.871,20	R$ 823,92
***.452.202-**	210987171			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	CLEBER LAMAS	PA00134626	40.469,11	R$ 282,88
***.452.202-**	210231513			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	L XX	PA00114360	27.110,38	R$ 189,50
***.452.202-**	210322021			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS IV	PA00096111	8.643,89	R$ 60,42
***.452.202-**	210300540			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XIV	PA00101291	5.893,56	R$ 41,20
***.452.202-**	210302305			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XIX	PA00096769	19.252,30	R$ 134,57
***.452.202-**	210990236			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XV	PA00128397	5.893,56	R$ 41,20
***.452.202-**	210305266			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XVI	PA00114268	19.252,30	R$ 134,57
***.452.202-**	210315202			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XVII	PA00118608	5.893,56	R$ 41,20
***.452.202-**	210315741			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LXXI	PA00132416	27.110,38	R$ 189,50
***.452.202-**	210995718			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LXXII	PA00157690	27.110,38	R$ 189,50
***.452.202-**	211000469			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	MARCIO LAMAS	PA00128421	70.722,72	R$ 494,35
***.452.202-**	210227257			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	MAURICIO LAMAS	PA00133988	78.580,80	R$ 549,28
***.452.202-**	210312301			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	MAURO LAMAS	PA00128417	78.580,80	R$ 549,28
***.452.202-**	210285958			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	NOSSA SENHORA DE NAZARE	PA00096137	27.110,38	R$ 189,50
***.452.202-**	210986123			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO PA	PA00096157	27.110,38	R$ 189,50
***.452.202-**	210984350			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	PESCADA	PA00096125	19.252,30	R$ 134,57
***.452.202-**	210985534			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	PESCADA II	PA00101431	19.252,30	R$ 134,57
***.452.202-**	210990546			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	PESCADA III	PA00101427	19.252,30	R$ 134,57
***.452.202-**	210990538			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	TONY BLAIR	PA00101515	86.438,88	R$ 604,21
***.452.202-**	210303654			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	MARPEX V	PA00299477	214.508,25	R$ 1.499,41
.890.397/0001-	1610049314			
NORTE FISH PESCADOS LTDA	MERIDIONAL VII	PA00110404	185.907,15	R$ 1.299,49
.554.519/0001-	1610054474			
NORTE FISH PESCADOS LTDA	NORTE FISH I	PA00131196	214.508,25	R$ 1.499,41
.554.519/0001-	2210106931			
RAIMUNDO RODRIGUES DA ROCHA	DARLAN I	PA00257631	70.722,72	R$ 494,35
***.896.672-**	211012521			
RAIMUNDO RODRIGUES DA ROCHA	DARLAN II	PA00117826	44.791,06	R$ 313,09
***.896.672-**	210993251			
RAIMUNDO RODRIGUES DA ROCHA	DARLAN IV	PA00174750	44.791,06	R$ 313,09
***.896.672-**	211001848			
RAINON TELES DOS SANTOS ROCHA	RAINON I	PA00310370	51.077,52	R$ 357,03
***.011.512-**	211028631			
RAINON TELES DOS SANTOS ROCHA	RAINON II	PA00310666	51.077,52	R$ 357,03
***.011.512-**	211029271			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARAO DO MAR	PA00006398	70.722,72	R$ 494,35
***.898.802-**	210296844			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARAO VII	PA00006356	86.438,88	R$ 604,21
***.898.802-**	210290994			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARÃO IX	PA00101325	141.445,44	R$ 988,70
***.898.802-**	210301261			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARÃO VIII	PA00048448	74.651,76	R$ 521,82
***.898.802-**	210272627			
SAMIA SOARES LIMA	MORGANA VIII	MA00308761	113.942,16	R$ 796,46
***.400.953-**	1210145596			
TOTAL	61		5.177.226,74	R$ 36.188,81

Em Operação no Estado do Piauí - SINDICATO DOS PEQUENOS ARMADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUI (SINDIPESCA - PI)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
EDSON GOMES MAIA	LEVI	PI00020176	35.943,78	R$ 251,25
***.379.543-**	1410108295			
MARCIO KYLDARE PEQUENO SARAIVA	MONTE DAS OLIVEIRAS	PI00021628	44.929,73	R$ 314,06
***.262.113-**	1610059492			
TOTAL	2		80.873,51	R$ 565,31

Em Operação no Estado do Piauí - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DE LUIS CORREIA (APEL - PI)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ALEXANDRE COELHO DE MENDONÇA	ISMAEL	PI00289098	35.361,36	R$ 247,18
***.891.204-**	1410108791			
ANA CATARINA DE SOUZA PIRES	MIAME	PI00001250	68.642,64	R$ 479,81
***.143.113-**	2610016239			
ANA PAULA VALGAS SANTOS	AQUILES	MA00151834	51.481,98	R$ 359,86
***.858.065-**	1410107906			

ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	ARISTOTELES	PI00043844	47.148,48	R$ 329,57
***.768.303-**	1630041289			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	AVENTURA	PI00043816	56.971,08	R$ 398,23
***.768.303-**	1620021498			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	SAN DIEGO I	PI00043858	56.971,08	R$ 398,23
***.768.303-**	1630039870			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	SAN DIEGO II	PI00043866	34.968,46	R$ 244,43
***.768.303-**	1630041980			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	SAN DIEGO III	PI00043878	56.971,08	R$ 398,23
***.768.303-**	1630041963			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	SAN DIEGO V	PI00044304	47.148,48	R$ 329,57
***.768.303-**	1410110834			
ANTÔNIO MANOEL DE LIMA	DIMASA	PI00044338	65.782,53	R$ 459,82
***.803.304-**	2420000161			
ANTÔNIO MARCOS SANTOS	COPILOTO	PI00122189	25.168,97	R$ 175,93
***.844.704-**	1410109186			
ANTÔNIO MARCOS SANTOS	PILOTO	PI00044340	48.621,87	R$ 339,87
***.844.704-**	2410141269			
CAMILA FERREIRA SANTOS	REY DEL MAR	PI00023634	17.223,06	R$ 120,39
***.130.673-**	1410100456			
CAROLINE FERREIRA SANTOS	PRINCESA YASMIN	PI00001546	54.914,11	R$ 383,85
***.904.013-**	1610055870			
CRISTIANO SILVA DE LIMA	GUSTAVO	PI00044558	82.943,19	R$ 579,77
***.843.814-**	2610079702			
CRISTIANO SILVA DE LIMA	MAIANI	PI00008528	40.041,54	R$ 279,89
***.843.814-**	2420107438			
FRANCINETE MAIA SARAIVA	GIDEAO	PI00018045	17.971,89	R$ 125,62
***.517.443-**	1610031211			
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO	ARCA DA ALIANÇA I	PI00044770	56.971,08	R$ 398,23
***.337.014-**	1410109933			
FRANCISCO MAIA DE LIMA	MONTE SINAI	PI00001298	51.481,98	R$ 359,86
***.031.533-**	1410109178			
FRANCISCO REGINALDO MOREIRA DA COSTA	VITORIA LUCIA	PI00265278	37.718,78	R$ 263,65
***.326.973-**	1410108856			
FRANCISCO VALDIKS LOPES	MARCO POLO	PI00001228	130.993,04	R$ 915,64
***.918.913-**	1610059697			
GENILSON BIRIBA DA COSTA	SETE I	PI00044888	68.642,64	R$ 479,81
***.940.395-**	2610076754			
GENILSON BIRIBA DA COSTA	SETE III	PI00124027	68.642,64	R$ 479,81
***.940.395-**	1810044219			
GERARDO COSME DE COUTO	RAMON	CE00037745	26.957,84	R$ 188,44
***.793.633-**	1820024822			
JOSE EDVA DE SOUZA	LUAN RAEL	PI00218461	47.148,48	R$ 329,57
***.595.303-**	1410112241			
JOSE EDVA DE SOUZA	LUAN RAEL I	PI00269288	47.148,48	R$ 329,57
***.595.303-**	1410113051			
JOSE EDVA DE SOUZA	MICARELI	PI00217465	18.073,58	R$ 126,33
***.595.303-**	1410110664			
JOSÉ ORLANDO GONZAGA DE OLIVEIRA	COSTA NEGRA	PI00252701	71.000,06	R$ 496,29
***.831.034-**	1410112721			
JOSÉ ORLANDO GONZAGA DE OLIVEIRA	ZÉ TROVÃO	PI00299047	62.125,06	R$ 434,25
***.831.034-**	1410111679			
JOÃO BRAGA BORGES	JOKEBEDE	PI00000958	54.914,11	R$ 383,85
***.721.073-**	1610054504			
LUIS ROGÉRIO DE SOUSA	ALMIRANTE IV	PI00000444	26.313,01	R$ 183,93
***.511.493-**	1410107396			
LUIS ROGÉRIO DE SOUSA	ALMIRANTE V	PI00020048	42.683,24	R$ 298,36
***.511.493-**	1610028040			
LUIS ROGÉRIO DE SOUSA	ALMIRANTE VI	PI00045076	33.003,94	R$ 230,70
***.511.493-**	1610064160			
MANOEL MESSIAS MOURA	MARCELO I	SE00297325	51.481,98	R$ 359,86
***.146.175-**	2610016077			
MANOEL MESSIAS MOURA	MARCELO II	PI00001214	62.922,42	R$ 439,83
***.146.175-**	2610074301			
MANOEL OTACILIO DE ARAUJO	ANA PAULA	PI00000466	29.745,14	R$ 207,92
***.513.503-**	1610028716			
MARCILIO ELOI VIANA	JUNINHO BIL	PI00260644	22.308,86	R$ 155,94
***.533.683-**	1410111172			
MARIA ALZENIR MELO DE CARVALHO	ARCA DA ALIANCA III	PI00014377	20.967,21	R$ 146,56
***.960.284-**	1410108821			
MARIA ENETE GOMES MAIA	JESUS DE NAZARE	PI00019199	43.057,66	R$ 300,97
***.372.773-**	1610038088			
MARIA ENETE GOMES MAIA	MONTE MORIA	PI00045658	37.718,78	R$ 263,65
***.372.773-**	1410109470			
MARIA ENETE GOMES MAIA	MONTE SIÃO DO MAR	PI00218457	47.148,48	R$ 329,57
***.372.773-**	1410111768			
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES	MARIA VITÓRIA	MA00001248	34.321,32	R$ 239,91
***.650.073-**	1410109674			
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES	MORAES I	SE00049338	68.642,64	R$ 479,81
***.650.073-**	2610076835			
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES	SORRISO NOVO	PI00045800	29.173,12	R$ 203,92
***.650.073-**	1410111181			
NELSON RICARDO FERREIRA COSME	CLARA II	PI00123917	51.481,98	R$ 359,86
***.905.143-**	1610054768			
NELSON RICARDO FERREIRA COSME	JOSIMAR	PI00000980	34.321,32	R$ 239,91
***.905.143-**	2210059666			
NELSON RICARDO FERREIRA COSME	LEVI GABRIEL	PI00046120	82.943,19	R$ 579,77
***.905.143-**	1630034517			
RAIMUNDO ARAUJO ROCHA	CAIO VICTOR	PI00017965	33.697,30	R$ 235,54
***.189.803-**	1630039101			
RAIMUNDO CRISTIANO DOS SANTOS LEONCIO	RAUL	PI00261626	14.144,54	R$ 98,87
***.536.033-**	1830056034			
RAIMUNDO CRISTIANO DOS SANTOS LEONCIO	RAUL DO MAR II	PI00001680	54.914,11	R$ 383,85
***.536.033-**	1610059735			
RAIMUNDO JOSÉ REBOUÇAS	JR V	PI00046308	64.343,81	R$ 449,76

***.229.804-**	1820024903				
RAIMUNDO JOSÉ REBOUÇAS	JR-II	PI00019611	18.720,72	R$ 130,86	
***.229.804-**	1610044801				
RODRIGO WESLEY MATOS DE SOUSA	ALMIRANTE VII	PI00000858	51.481,98	R$ 359,86	
***.951.473-**	1410110401				
ROSIRENE FERREIRA DA COSTA	FELIPE II	PI00046704	33.396,84	R$ 233,44	
***.325.443-**	1410111199				
RUTIANE COUTO DA SILVA	GUILHERME	PI00046478	47.148,48	R$ 329,57	
***.955.763-**	1630041238				
RUTIANE COUTO DA SILVA	LIDIANE	PI00046360	54.290,09	R$ 379,49	
***.955.763-**	1410107931				
RUTIANE COUTO DA SILVA	NETURNO	PI00046528	54.290,09	R$ 379,49	
***.955.763-**	1630038423				
RUTIANE COUTO DA SILVA	PORTA DO CEU	PI00046548	43.219,44	R$ 302,10	
***.955.763-**	1630040720				
RUTIANE COUTO DA SILVA	SAN DIEGO IV	PI00046668	34.968,46	R$ 244,43	
***.955.763-**	1630041971				
SARUHE BARBARA LOPES AMARANTE	JAQUELINE - II	PI00019029	33.697,30	R$ 235,54	
***.975.273-**	1620007886				
SOLIJANE ALVES DE SOUSA	FELIPE I	PI00000776	54.914,11	R$ 383,85	
***.148.503-**	1410109097				
WELISSON ARAUJO SILVA	ZÉ FILHO	PI00001904	20.592,79	R$ 143,94	
***.204.363-**	1410109381				
TOTAL	62		2.882.203,92	R$ 20.146,61	

Em Operação no Estado do Ceará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS ARMADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUI (SINDIPESCA - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADRICIO RIBEIRO COUTO	NEW BRAGA	CE00307317	128.687,62	R$ 899,53
***.315.433-**	1630047180			
AMANDA ALVES DA SILVA	BROTHER 300	CE00234871	45.262,54	R$ 316,39
***.624.943-**	1610068424			
ANA KATIA DE SOUSA MONTEIRO	JOPE ANA II	CE00246564	42.433,63	R$ 296,61
***.294.083-**	1630045128			
ANA PATRICIA SILVA RIBEIRO	ODORICO MARTINS	CE00274481	42.433,63	R$ 296,61
***.771.723-**	1630046124			
ANA PATRICIA SILVA RIBEIRO	P MARTINS	CE00249044	48.812,54	R$ 341,20
***.771.723-**	1630045535			
ANDRE BRAGA DE COUTO	MATEUS SC	PI00280474	47.925,04	R$ 335,00
***.767.223-**	1630046281			
ANTONIO CESAR BRAGA DE COUTO	AC MARLIN	CE00239417	62.125,06	R$ 434,25
***.843.743-**	1630045900			
ANTONIO CESAR BRAGA DE COUTO	CHAMBINHO JB	CE00315060	78.543,82	R$ 549,02
***.843.743-**	1630047678			
ANTONIO CESAR BRAGA DE COUTO	GOLF VILLE	CE00272057	47.925,04	R$ 335,00
***.843.743-**	1630046094			
ANTONIO CIDENIO DE OLIVEIRA	ALBACORA BP	CE00301427	66.562,56	R$ 465,27
***.006.993-**	1630046680			
ANTONIO CIDENIO DE OLIVEIRA	BIGEYE TUNA	CE00306135	58.935,60	R$ 411,96
***.006.993-**	1630046671			
ANTONIO EDNARDO DA SILVA	ALIANCA AS	CE00307701	42.433,63	R$ 296,61
***.362.893-**	1630046787			
ANTONIO ERICLAUDIO RODRIGUES DE SOUZA	FILHO DO PAI	CE00306117	78.543,82	R$ 549,02
***.362.813-**	1630047015			
ANTONIO ERICLAUDIO RODRIGUES DE SOUZA	FILHO DO PAI I	CE00314916	139.781,38	R$ 977,07
***.362.813-**	211028762			
ANTONIO RONALDO PEREIRA	ANDRESSA MARIA	CE00014199	40.436,76	R$ 282,65
***.642.683-**	1630038466			
ANTONIO ZEFERINO VERAS NETO-ME	MR PAPALEGUAS	CE00094827	30.646,51	R$ 214,22
.951.422/0001-	1630031143			
ANTONIO ZEFERINO VERAS NETO-ME	PEPELEGAL	CE00048246	37.718,78	R$ 263,65
.951.422/0001-	1630038547			
ANTÔNIO RENATO SANTOS NASCIMENTO	RENATO PESCADO	CE00016549	25.460,18	R$ 177,97
***.885.763-**	1610040066			
BRUNO DE CARVALHO VERAS	CAPITÃO CAVERNA	CE00094819	42.433,63	R$ 296,61
***.303.423-**	1610031806			
CARLOS CHARLES BRAGA SANTOS	BRASIPESCA II	CE00015171	22.464,86	R$ 157,03
***.948.973-**	1610033094			
CLAUDIO HENRIQUE DE COUTO MONTEIRO	CALYPSO COUTO	PI00224440	42.600,04	R$ 297,77
***.878.443-**	2610016484			
FERNANDO COUTO BRAGA	MARIA EDUARDA	CE00037897	20.218,38	R$ 141,33
***.515.623-**	1630043109			
FRANCISCA MARIA FURTADO DA SILVA	AGAPE JC	CE00284464	62.125,06	R$ 434,25
***.162.983-**	1630046370			
FRANCISCO ARIMAR BRAGA	ALESSANDRA I	CE00094977	26.957,84	R$ 188,44
***.938.303-**	1610054261			
FRANCISCO JOEL DOS SANTOS SILVA	JR RENAN	CE00308017	42.433,63	R$ 296,61
***.585.503-**	1630047112			
FRANCISCO JOSÉ FERREIRA	CARLOS AUGUSTO FILHO I	CE00026268	26.957,84	R$ 188,44
***.391.583-**	1620011981			
FRANCISCO MECENAS DE OLIVEIRA	ROSA MILI	CE00307491	42.433,63	R$ 296,61
***.862.803-**	1630047066			
FRANCISCO RUBERVAL RODRIGUES	BARUKI	CE00302645	60.793,80	R$ 424,95
***.466.693-**	1630047023			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	O MENSSAGEIRO	CE00297919	47.925,04	R$ 335,00
***.388.814-**	1630046591			

FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	O MENSSAGEIRO I	CE00314430	78.543,82	R$ 549,02
***.388.814-**	1630047783			
JANIO PESSOA DO NASCIMENTO	DIPESCA VI	CE00048640	43.219,44	R$ 302,10
***.647.783-*	1630037761			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	DECA BRAGA	CE00314500	78.543,82	R$ 549,02
***.743.093-**	1630047465			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	GABRIELZAO	CE00301445	47.925,04	R$ 335,00
***.743.093-**	1630046701			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	JH MARTINS	CE00314514	137.118,87	R$ 958,46
***.743.093-**	1630047643			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	PEDRO MARTINS	CE00284394	47.925,04	R$ 335,00
***.743.093-**	1630046396			
JOSE CARNEIRO ALVES	JC PESCA	CE00313828	118.020,50	R$ 824,96
***.968.353-**	1630047864			
JOSE DARLAN DOS SANTOS OLIVEIRA	ASTRO VIII	CE00096591	42.683,24	R$ 298,36
***.354.613-**	1620017776			
JOSE HILDER DE SOUSA	RODRIGO I	CE00254457	39.493,79	R$ 276,06
***.952.753-**	1630043117			
JOSE HOLANDA REBOUÇAS	CHEKNAR II	CE00315560	118.037,61	R$ 825,08
***.498.003-**	1630047244			
JOSE IRAN DE OLIVEIRA	SAMARA MARIA	CE00024178	35.943,78	R$ 251,25
***.794.043-**	1810047226			
JOSE ROGERIO DA SILVA	NOVA ALIANCA JR	CE00315490	28.289,09	R$ 197,74
***.840.313-**	1630046795			
JOSEDITE MARQUES HOLANDA	O SHALON I	CE00306237	42.433,63	R$ 296,61
***.421.463-**	1630046434			
JOSEDITE MARQUES HOLANDA	O SHALON II	CE00314740	133.125,12	R$ 930,54
***.421.463-**	1630047139			
JOSÉ ANCHIETA MONTEIRO FILHO	JM MONTEIRO	CE00301469	47.925,04	R$ 335,00
***.243.113-**	1630046850			
JOSÉ CAUBI RODRIGUES	DOUGLAS K	CE00112186	20.218,38	R$ 141,33
***.315.653-**	1610058712			
JOSÉ DE MOURA DIAS	PATRICIA V	CE00022728	41.185,58	R$ 287,89
***.990.331-**	1610055888			
JOSÉ HILTOMAR COSTA MARTINS	MARTINS II	CE00021248	41.185,58	R$ 287,89
***.445.093-**	1630039098			
JOSÉ JERUSALEM RODRIGUES	JERUSALEM RG	CE00307479	48.204,61	R$ 336,95
***.881.093-**	1630047198			
JOSÉ JOVANI DE OLIVEIRA	CELINO	CE00015565	19.469,55	R$ 136,09
***.523.923-**	1610052994			
JOSÉ SIMAO DE OLIVEIRA	19 DE JANEIRO I	CE00013387	20.218,38	R$ 141,33
***.385.593-**	1610059549			
JOSÉ VILMARCILIO DE SOUSA MONTEIRO	SHEILA	CE00024990	33.697,30	R$ 235,54
***.585.473-**	1410109011			
JOÃO CEZAR COSTA	JOÃO CEZA CT	CE00306217	59.721,41	R$ 417,45
***.421.413-**	1630047325			
JOÃO CEZAR COSTA	JULHO CESAR K	CE00094517	52.418,02	R$ 366,40
***.421.413-**	1610058381			
JOÃO HENRIQUE FILHO	HENRIQUE FILHO	CE00301477	64.343,81	R$ 449,76
***.173.283-**	1630046841			
JOÃO HENRIQUE FILHO	LOBÃO LEÃO	CE00289830	50.587,55	R$ 353,61
***.173.283-**	1630046345			
LILIAN MARIA FELIX HENRIQUE	LEÃO DO NORTE JF	CE00315426	133.125,12	R$ 930,54
***.013.703-**	1630047589			
MARCELO RODRIGUES DE SOUZA	ANA JULIA AS	CE00316316	69.544,01	R$ 486,11
***.283.713-**	1630047848			
MARCELO RODRIGUES DE SOUZA	M HENRIQUE	CE00276489	42.433,63	R$ 296,61
***.283.713-**	1630046264			
MARCOS JUNIOR DOS SANTOS	G MARTINS	CE00013519	26.957,84	R$ 188,44
***.260.843-**	1610051912			
MARDONES ALVES DE CARVALHO	ADRIANO LUIZ	CE00242820	37.718,78	R$ 263,65
***.568.213-**	1630041050			
MARIA DOS SANTOS RODRIGUES	VITORIA SANTOS	CE00112718	17.971,89	R$ 125,62
***.199.533-**	1610058682			

MARIA MEIRIANE SANTOS NASCIMENTO	ANTONIO PESCADO	CE00306205	42.433,63	R$ 296,61
***.404.503-**	1630047317			
MARIA REGIANE DA SILVA COUTO	NAEL	CE00247200	38.190,27	R$ 266,95
***.754.023-**	1610068475			
MARIA ROSENI VASCONCELOS RODRIGUES	AERO NAVAL I	CE00013527	26.957,84	R$ 188,44
***.548.293-**	1610035615			
MIGUEL SHOITI KIKUCHI	HANAKI MARU I	CE00305339	96.737,59	R$ 676,20
***.514.152-**	1630046914			
PEDRO AGOBA BRAGA COUTO	AGOBÁ	CE00242438	40.436,76	R$ 282,65
***.838.213-**	1630041033			
PEDRO AGOBA BRAGA COUTO	NATAMIA PE	CE00039677	28.289,09	R$ 197,74
***.838.213-**	1630038059			
PEDRO AGOBA BRAGA COUTO	SILVIANE PE	CE00006870	28.289,09	R$ 197,74
***.838.213-**	1610059794			
RAIMUNDA EDNA LIMA	S E PESCADOS	CE00317974	78.543,82	R$ 549,02
***.126.973-**	1630047562			
RYCHARD NIXON MARQUES HOLANDA	R PESCA I	CE00273611	47.925,04	R$ 335,00
***.367.793-**	1630046191			
RYCHARD NIXON MARQUES HOLANDA	R PESCA II	CE00273625	47.925,04	R$ 335,00

***.367.793-**	1630046248			
RYCHARD NIXON MARQUES HOLANDA	R PESCA III	CE00273637	47.925,04	R$ 335,00
***.367.793-**	1630046256			
SUELI LEAL SOBREIRA MONTEIRO	JU E GUI	CE00307309	78.543,82	R$ 549,02
***.538.128-**	1630047163			
SUELI LEAL SOBREIRA MONTEIRO	JU E GUI I	CE00315024	78.543,82	R$ 549,02
***.538.128-**	1630047791			
TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS NASCIMENTO	EULYNDA	CE00017211	26.957,84	R$ 188,44
376.336.431-53	1610059484			
TOTAL	75		4.027.939,85	R$ 28.155,30

Em Operação no Estado do Ceará - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DE FORTALEZA (ASPEMARF - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANTONIO FRANCISCO DA COSTA	MILA I	CE00041838	25.460,18	R$ 177,97
***.077.263-**	1620018055			
ANTÔNIO MARIA MARINHO COSTA	D RDA	CE00016587	17.971,89	R$ 125,62
***.749.603-**	1610054920			
ELIANDO CARNEIRO FEIOZO	IZABELA II	CE00018867	19.095,13	R$ 133,47
***.794.603-**	1610059883			
ELIANDO CARNEIRO FEIOZO	RUAM	CE00275145	26.717,47	R$ 186,76
***.794.603-**	1610064933			
EVANDRO FERREIRA FACUNDES	ASCOPEM I	CE00014567	35.943,78	R$ 251,25
***.304.513-**	1610058461			
FRANCISCO ALVES PEREIRA	ALEXSANDRA	CE00041346	29.204,32	R$ 204,14
***.898.763-**	1610062272			
FRANCISCO CARLOS BANHOS SUDARIO	ATOS III	CE00040470	29.204,32	R$ 204,14
***.749.543-**	1610034325			
FRANCISCO CARLOS COSTA	PERNALONGA	CE00040348	28.455,49	R$ 198,90
***.381.043-**	1610056876			
FRANCISCO ESDRAS BANHOS SUDARIO	ATOS I	CE00040434	29.204,32	R$ 204,14
***.780.103-**	1610048644			
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS	GEISIVANDO	CE00040590	35.943,78	R$ 251,25
***.128.723-**	1610060997			
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS	GILBERTO	CE00040658	29.204,32	R$ 204,14
***.128.723-**	1630016471			
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS	GILDEMBERG	CE00040610	29.204,32	R$ 204,14
***.128.723-**	1610036981			
FRANCISCO MOREIRA DA SILVA	PAULINHO FS	CE00037567	48.673,87	R$ 340,23
***.704.658-**	1620012570			
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	RIO TEJO	CE00023776	17.971,89	R$ 125,62
***.957.703-**	1610054822			
HELTON DO NASCIMENTO PEREIRA	HELIO	CE00006938	20.218,38	R$ 141,33
***.610.493-**	1620012260			
JOSÉ NILTON BARRETO	MILA II	CE00048330	29.204,32	R$ 204,14
***.250.993-**	1610058534			
JOÃO CLAUDIO MATIAS RODRIGUES	JOSE CLAUDIO I	CE00041928	38.190,27	R$ 266,95
***.884.778-**	1610060539			
JOÃO MANOEL CARNEIRO	PECEM - II	CE00211405	21.216,82	R$ 148,31
***.706.393-**	1610061012			
MARCOS ANTÔNIO NOGUEIRA BATISTA	BIDYS II	CE00014959	17.971,89	R$ 125,62
***.176.843-**	1610049225			
MARIA DE FÁTIMA MARTINS RODRIGUES	VIRGEM APARECIDA	CE00041824	38.190,27	R$ 266,95
***.502.413-**	1620016222			
OSMARINA MARTINS COSTA PAIVA	PICA PAU	CE00041858	30.646,51	R$ 214,22
***.426.403-**	1610054881			
PAULO VITOR NAPOLEÃO SUDARIO	SALMO 139	CE00040538	35.943,78	R$ 251,25
***.613.333-**	1610061357			
RAIMUNDO ROGERIO FELIX VIEIRA	DEUS É FIEL R	CE00278389	26.717,47	R$ 186,76
***.132.543-**	1620017741			
SANDRA VALDA NOGUEIRA DOS SANTOS	VANIA ADRIANA	CE00025690	38.190,27	R$ 266,95
***.920.283-**	1610034384			
SILVESTRE HENRIQUE FILHO	POLIANDRE	CE00023050	38.190,27	R$ 266,95
***.942.953-**	1610056655			
VICENTE FRANCISCO DA SILVA	AROLDO FILHO	CE00014467	25.460,18	R$ 177,97
***.210.663-**	1620017547			
VICENTE JOSE RODRIGUES	MARROCOS	CE00021234	14.976,58	R$ 104,69
***.345.293-**	1610054466			
VICENTE PAULO MARCOS	JAILSON III	CE00040794	35.943,78	R$ 251,25
***.853.503-**	1610053401			
TOTAL	28		813.315,87	R$ 5.685,08

Em Operação no Estado do Ceará - COOPERATIVA DOS ARMADORES DE PESCA DO CEARA (COOPACE - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	GUSTAVO II	CE00018267	33.697,30	R$ 235,54
***.155.403-**	1620008335			
RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	JUNIOR II	CE00019727	38.190,27	R$ 266,95
***.155.403-**	1810040396			
RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	NACELIO FILHO	CE00021734	16.848,65	R$ 117,77
***.155.403-**	1620016231			
TOTAL	3		88.736,22	R$ 620,27

Em Operação no Estado do Ceará - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ALEXANDRO CASTANHO JANUARIO	MOISES DE DEUS II	CE00307751	78.543,82	R$ 549,02
***.332.758-**	1613327587			
ALUIZIO FRANCISCO DE OLIVEIRA	ITAMAI	CE00018771	22.464,86	R$ 157,03
***.388.064-**	1610055225			

AMILTON CARNEIRO HONARIO	AMOS	CE00013975	26.957,84	R$ 188,44
***.961.913-**	1620013789			
ANTONIO ALMIR GOMES JUNIOR	ALMIRANTE SG	CE00315476	78.543,82	R$ 549,02
***.747.953-**	1630047350			
ANTONIO ALMIR GOMES JUNIOR	ALMIRANTE SG I	CE00315468	134.456,37	R$ 939,85
***.747.953-**	1630047341			
ANTONIO BRAGA DA COSTA	MAIAME	CE00094707	22.464,86	R$ 157,03
***.834.013-**	1620007142			
ANTONIO GUILHERME RODRIGUES	MIKBIL V	CE00308737	46.362,67	R$ 324,08
***.537.381-**	1630047392			
ANTONIO GUILHERME RODRIGUES	MIKBIL VI	CE00308845	69.544,01	R$ 486,11
***.537.381-**	1630047457			
ARIECILIO BRASIL DE FREITAS	ANA PATRICIA I	CE00014041	18.720,72	R$ 130,86
***.034.273-**	1620020475			
ARIELA DAIANE FERREIRA RIBEIRO	ARIELA PESCA	CE00314028	117.871,20	R$ 823,92
***.809.033-**	1630047953			
ARLINDO SIMÃO DA COSTA	PATORI	CE00022660	25.085,76	R$ 175,35
***.063.893-**	1620015889			
AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS	ANANIAS MAR	CE00314428	78.543,82	R$ 549,02
***.994.043-**	1630047236			
AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS	ANANIAS MAR I	CE00308775	42.677,23	R$ 298,31
***.994.043-**	1630047414			
AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS	RAYANNE MAR	CE00255769	28.289,09	R$ 197,74
***.994.043-**	1620018829			
CARLOS FRED MARQUES DAMASCENO	ANDREAZZA I	CE00095879	25.460,18	R$ 177,97
***.929.663-**	1620006936			
CARMEN LEILA VASCONCELOS DE OLIVEIRA	ESPARTAGOS	PI00253497	53.250,05	R$ 372,22
***.348.043-**	1410112811			
CICERO ALEXSANDRO MAIA LOBO	ESPERANCA II	PB00017067	10.858,02	R$ 75,90
***.232.023-**	2010077334			
DAVID MARQUES HOLANDA MAIA	ELSHADDAI JC	CE00301495	72.775,07	R$ 508,70
***.015.633-**	1630046817			
EDI PEREIRA BESERRA	ALCANTARA I	CE00041586	19.469,55	R$ 136,09
***.725.303-**	1610058674			
ELISAMAIRA PEREIRA DA SILVA GOMES	LACERDA	CE00103775	19.469,55	R$ 136,09
***.894.353-**	1620007215			
FABIO MARQUES DAMASCENO	MIROMAR	CE00021508	26.957,84	R$ 188,44
***.945.343-**	1620016320			
FELIPE MAIA DE OLIVEIRA REBOUÇAS	RODRIGO FR	CE00148181	26.957,84	R$ 188,44
***.174.143-**	2010076109			
FERNANDO MENDES REIS	FERNANDA-MR	CE00259735	31.432,32	R$ 219,71
***.382.673-**	1620023709			
FERNANDO MENDES REIS	FERNANDO-MR	CE00259721	31.432,32	R$ 219,71
***.382.673-**	1620023717			
FLAVIO BEZERRA DA SILVA	PATRICK LE BLANC	CE00211487	38.190,27	R$ 266,95
***.490.014-**	1610059905			
FLAVIO BEZERRA DA SILVA	VICENTE JUNIOR	CE00113158	44.791,06	R$ 313,09
***.490.014-**	1610045874			
FLAVIO ROBERTO DA COSTA	ESTRELA MATUTINA I	CE00007190	25.145,86	R$ 175,77
***.335.173-**	1630040932			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	MARLON FELIX	CE00263948	29.467,80	R$ 205,98
***.168.513-**	1630043486			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	UITALO I	CE00315558	133.125,12	R$ 930,54
***.168.513-**	1630047724			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	UITALO II	CE00302677	48.200,17	R$ 336,92
***.168.513-**	1630046825			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	UITALO NETO	CE00302669	53.250,05	R$ 372,22
***.168.513-**	1630046761			
FRANCISCO GILCRECIO DE VASCONCELOS	KAUANY VITÓRIA	CE00018735	20.218,38	R$ 141,33
***.841.933-**	1610052706			
FRANCISCO HELIO DA SILVA	O GRANDE REI I	CE00022328	19.469,55	R$ 136,09
***.296.905-**	1610054121			
FRANCISCO JOSE MONTEIRO GONZAGA	VENCEDOR ZZ	CE00302657	48.200,17	R$ 336,92
***.965.354-**	1630046809			
FRANCISCO SERGIO DA SILVA	ORIENTO F	CE00022434	14.976,58	R$ 104,69
***.464.533-**	1620012987			
FRANCISCO WENDELL MAIA	BUDAR	CE00262996	3.929,04	R$ 27,46
***.797.573-**	162M2013000057			
FRANCISCO WENDELL MAIA	MARIA CLARA FW	CE00287618	22.002,62	R$ 153,80
***.797.573-**	1620024071			
GEORGE MAIA DAMASCENO	GIBRALTAR	CE00018031	18.720,72	R$ 130,86
***.656.213-**	1810040680			
GEORGINO DO NASCIMENTO MAIA	DEUS NOS GUI I	CE00016347	20.218,38	R$ 141,33
***.132.433-**	1620019965			
GILVAN MAIA DAMASCENO	GEANE	CE00017895	22.464,86	R$ 157,03
***.912.873-**	1620013657			
JOAO CECILIO DE ARAUJO	JONAS	CE00019421	22.464,86	R$ 157,03
***.111.843-**	1620016303			
JOAO FERREIRA DA COSTA	M.J.C	CE00221458	15.975,01	R$ 111,67
***.748.103-**	1610063821			
JOAO PAULO SILVA DE SOUZA	EVERESTE IV	PB00208698	16.640,64	R$ 116,32
***.770.753-**	2010218221			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	THAYS A	CE00289796	47.925,04	R$ 335,00
***.710.913-**	1630046531			
JOSÉ AROLDO DE SOUSA	BRISO DO MAR	CE00007428	28.289,09	R$ 197,74
***.382.313-**	1820022781			
JOSÉ MARIA NASCIMENTO JÚNIOR	ZEZINHO RAQUEL ELC	CE00317996	134.456,37	R$ 939,85

***.160.093-**	1630047881			
JOSÉ TEODOLINO DAMASCENO	VIRGINIA CARLA	CE00025978	20.967,21	R$ 146,56
***.072.993-**	1620014904			
JOSÉ WILSON DA COSTA	MAGNOLIA	CE00095841	25.460,18	R$ 177,97
***.952.583-**	1620004551			
JOÃO JOSÉ CARVALHO DA SILVA	SANTA ROSA JJ	CE00097825	20.218,38	R$ 141,33
***.589.105-25	1620017059			
JURACI PEREIRA CRISPIM	CABO TIJUBARANA	CE00015311	22.464,86	R$ 157,03
***.072.013-**	1620011743			
KATIANE MELO DA SILVA	EU GALILEU	CE00305967	70.722,72	R$ 494,35
***.581.003-**	1630046558			
LARISSA GABRIELA DA COSTA	HEVERTON II	CE00308369	45.969,77	R$ 321,33
***.110.543-**	1620024403			
LARISSA GABRIELA DA COSTA	HEVERTON III	CE00314776	51.918,80	R$ 362,91
***.110.543-**	1620024446			
LUCIENE SIMÃO DE FREITAS	LUCILENE II	CE00020520	26.957,84	R$ 188,44
***.240.053-**	1620017067			
LUCIENE SIMÃO DE FREITAS	RIANOPOLIS	CE00023656	38.190,27	R$ 266,95
***.240.053-**	1620013193			
MANOEL LACERDA BATISTA LOPES	PENELOPE CH	CE00298507	60.039,66	R$ 419,68
***.870.973-**	1610069528			
MANOEL SATURNINO DA GUIA	SATURNINO I	CE00307127	28.289,09	R$ 197,74
***.185.028-**	1630041009			
MARCILIO DE SOUSA VAZ	ANA DA GLORIA	CE00313934	28.289,09	R$ 197,74
***.443.463-**	1630041556			
MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DA SILVA REBOUÇAS	MC ROGERIO	CE00023916	41.185,58	R$ 287,89
***.396.744-**	1610058496			
MARIA ELIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA	RUMO CERTO MB	CE00307297	88.750,08	R$ 620,36
***.995.433-**	1630047228			
MARIA EURENICE REBOUÇAS DE OLIVEIRA	F PESCA	CE00307195	47.148,48	R$ 329,57
***.654.484-**	1630046710			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL II	CE00264238	55.006,56	R$ 384,50
***.274.923-**	1630045888			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL III	CE00306357	47.925,04	R$ 335,00
***.274.923-**	1630046744			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL IV	CE00306287	47.925,04	R$ 335,00
***.274.923-**	1630046752			
MAURICIO BRANDÃO PESSOA	JOÃO SABINO I	CE00314788	78.543,82	R$ 549,02
***.069.363-**	1630047813			
NADIA SIMIÃO DOS REIS	FELIPE	CE00096757	38.190,27	R$ 266,95
***.869.743-**	2010075609			
NAISE SIMIAO DOS REIS	NARIA	CE00021784	25.460,18	R$ 177,97
***.847.643-**	1610060067			
PATRICIA MENDES ARAUJO REIS	MARIS-MR	CE00259709	31.432,32	R$ 219,71
***.492.143-**	1620023725			
PAULO CESAR MARQUES DAMASCENO	FLAMAR I	CE00017605	20.967,21	R$ 146,56
***.455.464-**	1620016141			
PAULO CESAR MARQUES DAMASCENO	JUBETE	CE00019649	13.478,92	R$ 94,22
***.455.464-**	1620018349			
PAULO HENRIQUE DE SOUZA	ANTONIO PAULINO	CE00307131	40.076,21	R$ 280,13
***.651.364-**	1620023539			
PEDRO ROMAO DE OLIVEIRA FILHO	JANAINA I	CE00018957	22.464,86	R$ 157,03
***.965.703-**	1620008858			
RAIMUNDO IRA DA SILVA E SOUZA	CALIFA	CE00015361	20.218,38	R$ 141,33
***.952.773-**	2010052013			
RAIMUNDO MANUEL DE SOUSA	RAIMUNDO PESCA	CE00307321	88.750,08	R$ 620,36
***.156.663-**	1620024390			
RAIMUNDO NONATO CARNEIRO DA COSTA	ELIZETE CRISTINA	CE00037315	20.218,38	R$ 141,33
***.480.902-**	1620017971			
RAYSSA HANNA DO NASCIMENTO HOLANDA	YESHUA JC	CE00307599	119.812,61	R$ 837,49
***.654.603-**	1630047201			
RINA ISABEL SILVA MARTINS	MARTHINS	CE00249958	47.925,04	R$ 335,00
***.953.023-**	1630045799			
RINA ISABEL SILVA MARTINS	RYNNA	CE00280008	47.925,04	R$ 335,00
***.953.023-**	1630046353			
RITA DE CASSIA DOS SANTOS	GAVIAO DO MAR	CE00017881	19.095,13	R$ 133,47
***.770.803-**	1620020246			
RODRIGO SIMÃO DE FREITAS	LUCILENE	CE00177498	26.957,84	R$ 188,44
***.664.933-**	1620016249			
RODRIGO SIMÃO DE FREITAS	SERGIO MALANDRO	CE00024940	19.469,55	R$ 136,09
***.664.933-**	1620018209			
RONALDO FAUSTINO DA SILVA	TAMBAU	RN00025260	20.218,38	R$ 141,33
***.125.583-**	1820021041			
RYUGO SILVA MARTINS	ADENOR MARTHINS	CE00305971	79.875,07	R$ 558,33
***.394.383-**	1630047171			
RYUGO SILVA MARTINS	OCEANN	CE00249960	47.925,04	R$ 335,00
***.394.383-**	1630045802			
SILVIO ANTÔNIO DE LIMA	DANIELA	CE00016099	25.460,18	R$ 177,97
***.186.333-**	1620007011			
TANIA MARIA DE LIMA SILVA	JERUSALEM V	CE00019149	20.967,21	R$ 146,56
***.007.583-**	1620015811			
UBIRATAN DE ALMEIDA FLORES	BENÇÃO DE DEUS MB	CE00302917	47.925,04	R$ 335,00
***.739.097-**	1630046949			
UELITO DE SOUZA	MOACIR I	CE00214079	26.717,47	R$ 186,76
***.974.614-**	1610062795			
VALDIZIO PEREIRA DA COSTA	04 DE JULHO	CE00013379	19.095,13	R$ 133,47
***.012.153-**	1620014009			
VALERIANO AUGUSTO DA COSTA	LAURINELIA	CE00020018	22.464,86	R$ 157,03
***.847.183-**	1820010953			
VALERIANO AUGUSTO DA COSTA	VILENA I	CE00264668	23.574,24	R$ 164,78
***.847.183-**	1620016010			
VICENTE DE PAULA DOS SANTOS	NATAN VP	CE00254019	42.433,63	R$ 296,61
***.782.453-**	1630042218			
ZULENE FREITAS DA SILVA	AGUA VIVA	CE00026178	35.943,78	R$ 251,25
***.528.818-**	1620016079			
TOTAL	93		3.797.724,97	R$ 26.546,10

Em Operação no Estado do Ceará - ASSOCIAÇÃO VIRGEM PODEROSA DOS ARMADORES E PESCADORES DO TORROES (VIRGEM PODEROSA - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADYLLA COSTA BRAGA	AA PESCA	CE00290151	47.925,04	R$ 335,00
***.911.223-**	1630046621			
ANA SHEILA DE SOUSA MONTEIRO	JOPE ANA	CE00111948	41.185,58	R$ 287,89

***.083.983-**	1610031709			
ANDREINA MARCIANO GUILHERME	RIO IPIRANGA II	CE00248188	40.436,76	R$ 282,65
***.522.823-**	1630042072			
ANDREINA MARCIANO GUILHERME	THALITA G	CE00243626	41.185,58	R$ 287,89
***.522.823-**	1630045543			
ANTONIO ALVES DOS SANTOS	GIOVANA NEVES	CE00123781	17.971,89	R$ 125,62
***.260.383-**	1610058836			
ANTONIO JOSE DE SOUSA	ADRIAN P	CE00314578	95.406,34	R$ 666,89
***.948.643-**	1630047686			
ANTONIO JOSE DE SOUSA	SANTOARIO DA VIDA	CE00244030	40.436,76	R$ 282,65
***.948.643-**	1630039918			
ANTÔNIO NELES RODRIGUES	ASA ALVES	CE00014541	40.436,76	R$ 282,65
***.635.013-**	1610046668			
EDNEUDA SOUSA DA SILVA	TONY LUAN	CE00306121	42.433,63	R$ 296,61
***.482.083-**	1630046973			
FERNANDO ANTÔNIO DE SOUSA	GABRIEL SOUSA	CE00214067	40.436,76	R$ 282,65
***.788.033-**	1630045489			
FERNANDO ANTÔNIO DE SOUSA	LUDMILA	CE00020534	26.957,84	R$ 188,44
***.788.033-**	1630038458			
FRANCISCA JULIANA DA SILVA DUARTE	JJ VASCONCELOS	CE00247214	55.006,56	R$ 384,50
***.151.523-**	1630045861			
FRANCISCO ADONIRAN CARNEIRO ALVES	AMIGOS DE DEUS AM	CE00020858	26.957,84	R$ 188,44
***.811.943-**	1820023753			
FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA	PH PESCA	CE00267256	47.925,04	R$ 335,00
***.319.993-**	1630046175			
FRANCISCO CLAUDECI DE SOUSA	ELIAS I	CE00248104	47.148,48	R$ 329,57
***.106.933-**	1630043419			
FRANCISCO JARBAS DA COSTA SILVA	TULIO FILHO	CE00019827	25.085,76	R$ 175,35
***.364.723-**	1620014424			
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA	DÁDIVA DE DEUS PA	CE00284448	47.925,04	R$ 335,00
***.195.463-**	1630046400			
FRANCISCO JUNIOR RODRIGUES	ERIKA	CE00107177	33.322,88	R$ 232,93
***.837.623-**	1610059611			
FRANCISCO ZUQUINHA COSTA	ANA ROSA	CE00014067	40.436,76	R$ 282,65
***.012.023-**	1610054351			
IRALDO DE SOUZA ARAÚJO	RENATA II	CE00023598	20.218,38	R$ 141,33
***.787.003-**	1610058348			
JOSE ANDREI COUTO DOS SANTOS	SAO MANOEL IX	CE00024764	26.957,84	R$ 188,44
***.957.933-**	1610037154			
JOSE CARLOS DOS SANTOS	CARLOS DANIEL	CE00116210	22.464,86	R$ 157,03
***.109.383-**	1620009251			
JOSE EDMILDO PINTO OLIVEIRA	SAO PEDRO X	CE00117594	26.957,84	R$ 188,44
***.000.363-**	1610058470			
JOSÉ AURISTENIO RODRIGUES	LIDIANOPOLES	CE00020328	26.957,84	R$ 188,44
***.362.833-**	1630038440			
JOSÉ ELENILTON PINTO DE OLIVEIRA	ELAILTON	CE00115786	29.204,32	R$ 204,14
***.480.233-**	1610058551			
JOSÉ RUBENS RODRIGUES	IARA PESCA	CE00018499	26.957,84	R$ 188,44
***.397.873-**	1610059425			
JOYCE MUNIZ COUTO	THOMAS JC	CE00314618	133.125,12	R$ 930,54
***.921.423-**	1630047597			
JOÃO JOSÉ DE VASCONCELOS FILHO	SOCORRO DUTRA	CE00314598	87.476,52	R$ 611,46
***.544.203-**	1630046051			
LUIS ONESTALDO MARQUES	ELISANGELA ALVES	CE00016817	20.218,38	R$ 141,33
***.997.183-**	1610052684			
LUIZ CARLOS DINIZ ALVES	MARIA TEREZA DI	CE00315538	42.433,63	R$ 296,61
***.609.873-**	1630047830			
MANOEL ALBUQUERQUE DA COSTA	MT LAERTE	CE00124241	42.433,63	R$ 296,61
***.138.273-**	1630045110			
MANOEL ALBUQUERQUE DA COSTA	ZACARIAS COSTA	CE00306147	42.433,63	R$ 296,61
***.138.273-**	1630046876			
MARIA DO SOCORRO SANTANA MONTEIRO	SAO JORGE N	CE00024574	23.962,52	R$ 167,50
***.247.453-**	1610059395			
MARIO CESAR DE SOUSA	MONTESINAI	CE00021650	33.697,30	R$ 235,54
***.804.703-**	1630039241			
MATHEUS RIBEIRO COUTO	SOBRAGA	CE00280460	47.925,04	R$ 335,00
***.290.513-**	1630046302			
PAULO ROGERIO DE SOUZA	ECLAZIARTE	CE00095177	41.185,58	R$ 287,89
***.285.583-**	1630038521			
PEDRO HENRIQUE FERREIRA	TIAGO HENRIQUE	CE00025344	22.464,86	R$ 157,03
***.948.633-**	1620015153			
RAIMUNDO DINIZ ALVES	MARIA DE JESUS JL	CE00263646	42.433,63	R$ 296,61
***.801.483-**	1630046116			
RAIMUNDO DINIZ ALVES	PATRICIA PILAR III	CE00007308	31.950,03	R$ 223,33
***.801.483-**	1630042021			
RAIMUNDO ESIO ALBUQUERQUE VIANA	RAÍ DM	CE00023396	26.957,84	R$ 188,44
***.890.583-**	1620014556			
RITA MARCIANO FERREIRA	CIBELE MF	CE00307537	44.375,04	R$ 310,18
***.689.893-**	1630046981			
RITA MARCIANO FERREIRA	LUCAS MF	CE00306197	42.433,63	R$ 296,61
***.689.893-**	1630046736			
TOTAL	42		1.703.846,60	R$ 11.909,89

Em Operação no Estado do Rio Grande do Norte - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SINDIPESCA - RN)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
INPEL PESCADOS, INDUSTRIA, COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	IBIZA	RN00238349	147.339,00	R$ 1.029,90
.215.311/0001-	211010448			
MARCELO DE MELO MARTINI	SANTA PAULINA M	RS00005308	106.084,08	R$ 741,53
***.897.484-**	4430083304			
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	NATAL PESCA IX	PA00042178	78.258,62	R$ 547,03
.419.108/0001-	1610039581			
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	RIO JAPURÁ	PA00105889	127.693,80	R$ 892,58
.419.108/0001-	210163151			
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	RIO POTENGI	RN00278909	109.914,89	R$ 768,31
.419.108/0001-	211018520			
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	TUNASA I	RN00006214	127.693,80	R$ 892,58
.419.108/0001-	210214996			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	JR LUCAS III	ES00149597	141.445,44	R$ 988,70
.432.692/0001-	3410387234			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	KIYOMA	RN00007638	127.693,80	R$ 892,58
.432.692/0001-	4010717025			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	LIDERANÇA	RN00070631	35.361,36	R$ 247,18
.432.692/0001-	1810052700			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	NUEVO RODRIGO DURAN	RN00007478	314.323,20	R$ 2.197,12
.432.692/0001-	2010076320			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	SANTA VITORIA M	RS00005598	104.905,37	R$ 733,29
.432.692/0001-	4430112967			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	STEPHANIE SEIF I	SC00008876	117.871,20	R$ 823,92
.432.692/0001-	4430117080			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	ALFA	RN00001918	141.445,44	R$ 988,70
.372.832/0001-	1210104229			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	LEAL SANTOS 7	RN00081448	149.303,52	R$ 1.043,63
.372.832/0001-	220030413			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	MARLIN II	RN00006976	129.658,32	R$ 906,31
.372.832/0001-	1630018473			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	MUCURIPE III	PB00118280	127.693,80	R$ 892,58
.372.832/0001-	210226641			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	NETUNO S	SC00008756	166.984,20	R$ 1.167,22
.372.832/0001-	210226731			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	TRANSMAR I	RN00006798	102.155,04	R$ 714,06
.372.832/0001-	1610055462			
TOTAL	18		2.355.824,88	R$ 16.467,22

Em Operação no Estado do Rio Grande do Norte - NAVEMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
NAVEMAR - IND E COM DE PESCADOS LTDA	ROMULO	RN00041994	113.942,16	R$ 796,46
.658.513/0001-	4010555645			
TOTAL	1		113.942,16	R$ 796,46

Em Operação no Estado do Rio Grande do Norte - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - RN)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADELSON GUSTAVO COELHO PONCIANO	ALFREDO PESCA	RN00312388	133.125,12	R$ 930,54
.172.494-*	1820052109			
ALDEMAR FERNANDES DE OLIVEIRA	NELUZIA	RN00303141	33.697,30	R$ 235,54
***.917.864-**	1820051897			
ALDERI SANTIAGO DA SILVA	ALICINHA I	RN00259235	23.574,24	R$ 164,78
***.865.454-**	1820051536			
ALDERI SANTIAGO DA SILVA	SÃO CRISTÓVÃO	RN00308521	44.375,04	R$ 310,18
***.865.454-**	1820051889			
ALDERI SANTIAGO DA SILVA	SÃO CRISTÓVÃO II	RN00308535	44.375,04	R$ 310,18
***.865.454-**	1820052095			
ANA MARIA DE OLIVEIRA	THAVISSON	RN00222836	135.343,87	R$ 946,05
***.910.644-**	1820025055			
ANA MARIA DE OLIVEIRA	THAVISSON IV	RN00314858	93.187,58	R$ 651,38

***.910.644-**	1820051811			
ANA MARIA DE OLIVEIRA	THAVISSON V	RN00316668	118.925,11	R$ 831,29
***.910.644-**	1820051919			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA	ENZO GABRIEL	RN00315694	39.937,54	R$ 279,16
***.024.204-**	1820051838			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA	LUIS DOS REIS II	CE00006918	40.076,21	R$ 280,13
***.024.204-**	1610065191			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA	WELITON I	RN00304855	55.006,56	R$ 384,50
***.024.204-**	1630045896			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR	CAINHAPAI	RN00314928	93.950,83	R$ 656,72
***.064.424-**	1820052044			
EDILENE FRANCISCA REBOUCAS	SANTO ANTONIO SEGUNDO	RN00024438	25.460,18	R$ 177,97
***.251.434-**	1810054206			
EDNILSON MATEUS PAULINO DE SOUZA	CAPITÃO CAIKE	RN00312390	94.518,84	R$ 660,69
***.642.974-**	1820052125			
ERIVERTO ARAUJO TEIXEIRA	ARTUR NETO	RN00014529	33.697,30	R$ 235,54
***.989.514-**	1820025098			
FRANCISCO BATISTA DE MELO	CARAPITANGA I	RN00270385	23.574,24	R$ 164,78
***.095.764-**	1830056867			
FRANCISCO COELHO DA SILVA JUNIOR	JULIANA I	RN00019675	35.194,95	R$ 246,01
***.373.664-**	1820024636			
FRANCISCO DAS CHAGAS ANDRE SANTIAGO	HENRIQUE CAMINHA	RN00271439	29.467,80	R$ 205,98
***.882.934-**	1820025012			
FRANCISCO DAS CHAGAS ANDRE SANTIAGO	VUAIS DO MAR	CE00026028	19.095,13	R$ 133,47
***.882.934-**	1620013240			
FRANCISCO HUELIO REBOUCAS DA SILVA	PEDRO HENRIQUE - I	RN00252491	47.148,48	R$ 329,57
***.806.754-**	1820051722			
FRANCISCO HUELIO REBOUCAS DA SILVA	PEDRO HENRIQUE II	RN00312410	88.750,08	R$ 620,36
***.806.754-**	1820051901			
FRANCISCO HUELIO REBOUCAS DA SILVA	PEDRO HENRIQUE III	RN00312408	139.337,63	R$ 973,97
***.806.754-**	1820052168			
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA FILHO	DUARTE NETO	RN00304829	71.076,33	R$ 496,82
***.647.814-**	1820051935			
FRANCISCO ZUDIMAR MAIA	NOBRE PESCA	RN00304841	58.575,05	R$ 409,44
***.415.314-**	1820051862			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	F Z MAIA	CE00312528	94.962,59	R$ 663,79
***.386.074-**	1820051986			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	FF MAIA	CE00312516	44.375,04	R$ 310,18
***.386.074-**	1820051927			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	NEYMAR	CE00205360	53.250,05	R$ 372,22
***.386.074-**	1820051609			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	TIRIRICA X	CE00234715	39.937,54	R$ 279,16
***.386.074-**	1820051625			
JERÔNIMO CALHEIRO DA SILVA	SANTANA	RN00024348	22.464,86	R$ 157,03
***.741.164-**	1620017857			
JOSE FRANCISCO DA SILVA	BISMARK I	RN00252011	39.937,54	R$ 279,16
***.699.084-**	1820051692			
JOSE FRANCISCO DA SILVA	BISMARK II	RN00308951	53.250,05	R$ 372,22
***.699.084-**	1820051871			
JOSE HAROLDO DE SOUZA	CIROMAR	RN00015685	20.218,38	R$ 141,33
***.823.344-**	1820023516			
JOSE MARIA DE SOUZA	TANGARA II	RN00025274	33.697,30	R$ 235,54
***.664.654-**	1820023389			
JOSE NILTON MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA II	RN00252405	55.006,56	R$ 384,50
***.060.204-**	1820051714			
JOSE NILTON MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA IV	RN00305231	57.687,55	R$ 403,24
***.060.204-**	1820052028			
JOSÉ FRANCISCO DE MELLO PEREIRA	MIGUEL FILHO I	RN00250149	39.937,54	R$ 279,16
***.661.777-**	1820051706			
JOSÉ FRANCISCO DE MELLO PEREIRA	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CE00041754	45.262,54	R$ 316,39
***.661.777-**	1620017768			
JUDAS TADEU COELHO DA SILVA	TANGARÁ I	RN00205338	39.937,54	R$ 279,16
***.038.884-**	1820051552			
LINDOMAR MAIA DA COSTA	NAVEGANTES VII	CE00231189	40.076,21	R$ 280,13
***.406.224-**	1610068661			
MARIA ALZENIR DE SOUZA SILVA	SILVIA MAR	RN00025070	22.464,86	R$ 157,03
***.706.474-**	1620016605			
MEDEIROS FABRÍCIO MAIA	ASTRO RN	RN00308517	78.490,57	R$ 548,65
***.107.094-**	1820052036			
NATHALIA DANTAS MAIA	MAGNATA X	RN00281160	53.250,05	R$ 372,22
***.880.414-**	1820051820			
OSMAR FRANCISCO MELO	RAINHA DE SABA	CE00035477	19.095,13	R$ 133,47
***.815.934-**	1620019108			
PGD DE ARAUJO - ME	AMIGO DE DEUS	CE00041908	39.937,54	R$ 279,16
.728.871/0001-	1610065590			
RAIMUNDA ANGELA DE OLIVEIRA FERNANDES	JONATHAN	RN00129589	33.697,30	R$ 235,54
***.675.014-**	1810054168			
RAIMUNDO NONATO MAIA	LN MAIA	RN00312220	107.032,60	R$ 748,16

***.656.394-**	1820052141			
RAIMUNDO NONATO MAIA	LULAMAR	RN00314980	57.687,55	R$ 403,24
***.656.394-**	1820051854			
RAIMUNDO NONATO MAIA	RN MAIA	RN00314978	107.032,60	R$ 748,16
***.656.394-**	1820052150			
RAIMUNDO NONATO MAIA	SANTA BARBARA XVI	RN00314958	57.084,05	R$ 399,02
***.656.394-**	1820051978			
RAIMUNDO NONATO MAIA	SORRISO	RN00007450	48.812,54	R$ 341,20
***.656.394-**	1820024911			
RAIMUNDO NONATO MAIA	SORRISO PESCA	RN00205358	53.250,05	R$ 372,22
***.656.394-**	1820051617			
RAIMUNDO REBOUÇAS NETO	RENASCER I	RN00258667	47.148,48	R$ 329,57
***.360.254-**	2930057041			
RAIMUNDO REBOUÇAS NETO	RENASCER III	RN00314738	78.490,57	R$ 548,65
***.360.254-**	1820052133			
THAVISSON RAIMUNDO REBOUÇAS	THAVISSON VI	RN00314860	130.462,62	R$ 911,93
***.931.484-**	1820052061			
TOTAL	54		3.135.408,25	R$ 21.916,50

Em Operação no Estado de Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANTONIO AZARIAS DOS SANTOS	BRISA DO MAR VIII	AL00237377	5.893,56	R$ 41,20
***.693.884-**	2412223491			
ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA	ANDERSON	AL00222418	44.617,72	R$ 311,88
***.553.864-**	2010218361			
ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA	ANDRESSA V	AL00222266	44.617,72	R$ 311,88
***.553.864-**	2410132821			
CICERO MARCOS JOAQUIM SILVA	RAPOSA DO MAR 1	SE00070335	51.481,98	R$ 359,86
***.004.644-**	2610066571			
CICERO MARCOS JOAQUIM SILVA	RAPOSÃO	SE00049318	68.642,64	R$ 479,81
***.004.644-**	2610016140			
DALMO DE LIMA RAPOSO	ET I	AL00017191	5.616,22	R$ 39,26
***.858.204-**	2410153976			
DIVALDO SANTIAGO DE SOUZA	MARAMARU	AL00221910	25.740,99	R$ 179,93
***.382.224-**	2010075145			
DIVALDO SANTIAGO DE SOUZA	MARIA DAS NEVES	AL00221924	42.901,65	R$ 299,88
***.382.224-**	2412226440			
DIVALDO SANTIAGO DE SOUZA	MARIA DAS NEVES II	AL00226876	41.757,61	R$ 291,89
***.382.224-**	2420128001			
EDITE MARIA SANTOS MARINHO	QUEEN MARY II	AL00227674	43.473,67	R$ 303,88
***.090.634-**	2410148387			
EDNAURA MADALENA DOS SANTOS	HELIO JOSE	AL00226784	10.296,40	R$ 71,97
***.263.884-**	2412222614			
ELIENE BATISTA RAMALHO DOS SANTOS	ALEDSON	AL00224940	4.290,16	R$ 29,99
***.122.934-**	2420106458			
ELISÂNGELA BARBOSA DA CORRENTE	ADRIAN	SE00002238	22.880,88	R$ 159,94
***.311.414-**	2410141552			
ERIVALDO DOS SANTOS BATISTA	LUIZ OTAVIO	AL00222018	42.901,65	R$ 299,88
***.468.744-**	2412222967			
EVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	ARAGÃO I	AL00222258	42.329,63	R$ 295,88
***.703.574-**	2010053788			
EVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	EMANUEL VI	AL00246254	30.889,19	R$ 215,92
***.703.574-**	2420110137			
EVERALDO RIBEIRO DA SILVA	O VENCEDOR III	AL00244516	37.181,43	R$ 259,90
***.383.874-**	2412229805			
FERNANDO FERREIRA DE SOUSA	CEZAR 2	AL00218975	33.177,28	R$ 231,91
***.040.204-**	2412223564			
FLAVIO ELISIÁRIO DOS SANTOS	DOURADO II	AL00295747	7.072,27	R$ 49,44
***.045.054-**	2420130715			
FLÁBIO ELIZIÁRIO DOS SANTOS	STA LICIA II	AL00227088	17.160,66	R$ 119,95
***.001.604-**	2420104102			
GENILDO LUZ DOS SANTOS	ESCUDO DO CORAÇÃO DE JESUS	AL00278295	68.642,64	R$ 479,81
***.009.954-**	2412224323			
GENÉSIA SANTOS DA SILVA	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	AL00301399	25.168,97	R$ 175,93
***.775.674-**	2410149235			
GERSON BARNABÉ DOS SANTOS	EBENEZER	AL00221958	30.889,19	R$ 215,92
***.403.604-**	2410151051			
GILDO DE SOUZA SANTOS	PERAZO I	AL00264740	37.181,43	R$ 259,90
***.107.264-**	2410132171			
GILSON MARINHO JUNIOR	LUCIMARA	AL00264824	40.041,54	R$ 279,89
***.682.104-**	2010047281			
IDA MARIA VIEIRA DA SILVA	JOÃO PEDRO III	AL00227970	34.321,32	R$ 239,91
***.155.014-**	2412227667			
JOELMA LIMA COELHO	RISO DA MANHA II	AL00264754	42.901,65	R$ 299,88
***.664.834-**	2420053346			
JOSE ALDO PEREIRA	SANTA LICIA I	AL00286956	48.621,87	R$ 339,87
***.663.634-**	2412231273			
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	ISRAEL VI	AL00259805	54.342,09	R$ 379,85
***.454.304-**	2412226849			
JOSE BENEDITO DOS SANTOS	II IRMÃOS	AL00223548	34.321,32	R$ 239,91
***.871.884-**	2420127731			
JOSE DAMIAO DA SILVA	N S DE FÁTIMA	AL00222378	41.757,61	R$ 291,89
***.618.444-**	2210149584			
JOSE GILVANIO SANTANA DOS SANTOS	NETUNO IX	AL00223978	26.313,01	R$ 183,93
***.307.274-**	2420101618			
JOSE PAULO FERREIRA	BP FERREIRA	AL00223930	37.181,43	R$ 259,90
***.891.794-**	2420102134			
JOSE PAULO MARTINS	TALISMA II	AL00249910	28.601,10	R$ 199,92
***.136.654-**	2410126847			
JOSE RINALDO PAULINO DA SILVA	GAIVOTAO	AL00222110	22.880,88	R$ 159,94
***.812.764-**	2412224200			
JOSE SIONILDO DOS SANTOS	RIBAMAR I	AL00225690	25.168,97	R$ 175,93
***.615.304-**	2410153283			
JOSE WILLIAN DOS SANTOS	THALIA V	AL00297077	7.072,27	R$ 49,44
***.823.424-**	2412222533			
JOSEILDO PEREIRA DA SILVA	LAIO I	AL00229370	42.901,65	R$ 299,88
***.368.484-**	2410125972			
JOSIEL VENANCIO DA SILVA	MARLIN X	AL00229524	20.592,79	R$ 143,94

***.045.204-**	2410148506			
JOSIMAR DOS SANTOS CEZAR	PORTO DOS MILAGRES II	AL00219199	37.181,43	R$ 259,90
***.535.664-**	2412226997			
JOSIVALDO VENÂNCIO DA SILVA	O SR É MEU PASTOR 1	AL00296971	42.901,65	R$ 299,88
***.364.644-**	2412230862			
JOSÉ EVARISTO DOS SANTOS	CAPRICHO X	AL00224306	10.296,40	R$ 71,97
***.084.424-**	2410147101			
JÓRIO RODRIGUES SILVA	BELÉM IV	AL00226748	40.041,54	R$ 279,89
***.369.174-**	2410125174			
JÓRIO RODRIGUES SILVA	DRAKKAR VII	AL00016575	39.469,52	R$ 275,89
***.369.174-**	2410148204			
LOURDES MADALENA DOS SANTOS	FREI GALVÃO	AL00219037	8.643,89	R$ 60,42
***.141.408-**	2410153020			
LUCILVAN FERREIRA LEITE	MÃE RAINHA	AL00277139	34.321,32	R$ 239,91
***.242.454-**	2410155642			
LUCILVANIA FERREIRA BRITO	GIDEÃO I	BA00043548	177.326,82	R$ 1.239,51
***.429.784-**	2820082815			
LUIZ CASSIANO DOS SANTOS	RIOMAR	AL00222658	30.889,19	R$ 215,92
***.726.774-**	2412222584			
MARCELO AZARIAS DOS SANTOS	RAYLAN	AL00229356	6.864,26	R$ 47,98
***.252.244-**	2410148841			
MARCIO JOSE SANTOS MARINHO	QUEEN MARY III	AL00227696	28.601,10	R$ 199,92
***.322.444-**	2410152821			
MARCOS EUGENIO ARAUJO	CORDEIRO DE DEUS	AL00255781	34.321,32	R$ 239,91
***.894.184-**	2412229741			
MARIA CLEIA SOUZA DA PENHA	DANIELLY I	AL00232777	42.901,65	R$ 299,88
***.441.804-**	2410147747			
MARIA DAS DORES DA SILVA	CORREIO DO MAR	AL00222146	54.342,09	R$ 379,85
***.235.604-**	2412224919			
MARIA DE FATIMA PRAZERES DE OMENA	III IRMÃOS	AL00222386	41.757,61	R$ 291,89
***.051.754-**	2210127939			
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	TROPICAL II	AL00300397	42.901,65	R$ 299,88
***.521.654-**	2410144039			
MARIA GIRLEIDE DE SOUZA SANTOS	VICTOR VII	AL00219175	54.342,09	R$ 379,85
***.729.284-**	2410131042			
MARINILZA MELO BARROS	PINGUIM I	AL00222174	32.605,25	R$ 227,91
***.041.384-**	2420100328			
MARIO DOS SANTOS LIMA	SÃO LUIZ GONZAGA I	AL00219111	22.880,88	R$ 159,94
***.312.424-**	2420105176			
MARLON CRISTIANO SOUZA DE LIMA	BOM JESUS VI	AL00226600	40.041,54	R$ 279,89
***.470.024-**	2210149398			
MARLON CRISTIANO SOUZA DE LIMA	PERAZO II	AL00226628	34.321,32	R$ 239,91
***.470.024-**	2420107454			
MAURICIO MORAES DE MESSIAS	ELSHADAY	SE00002260	34.321,32	R$ 239,91
***.345.324-**	2610016891			
MIRALDO BISPO DOS SANTOS	TRIUNFO I	SE00002138	54.342,09	R$ 379,85
***.712.814-**	2010055110			
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	MAR DE PRATA I	AL00222004	54.342,09	R$ 379,85
***.808.254-**	2412225125			
SAMUEL ISAQUE DE SANTANA	PROFETA SAMUEL	AL00243450	34.321,32	R$ 239,91
***.366.134-**	2412223955			
SEBASTIÃO BASÍLIO DA SILVA	VIAJANTE I	AL00229510	10.296,40	R$ 71,97
***.368.234-**	2410126979			
SIDNEY SOUZA SANTANA	ABENÇOADO DE DEUS	AL00300295	36.609,41	R$ 255,90
***.975.664-**	2410138951			
TANMYLYS GONCALVES BEZERRA	PERSEVERANCA	AL00271211	51.481,98	R$ 359,86
***.883.658-**	2420116909			
VALDERI DOS SANTOS	BARÃO I	AL00249648	41.185,58	R$ 287,89
***.603.954-**	2410155871			
TOTAL	68		2.465.677,75	R$ 17.235,09

Em Operação no Estado de Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PESCADO DE PIRAMBU (APPP - SE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
MARIA DE LOURDES GOMES	LETICIA VITORIA I	SE00257371	51.481,98	R$ 359,86
***.497.775-**	1620006073			
MARIA ELIENE DOS SANTOS	CESAR I	SE00070405	51.481,98	R$ 359,86
***.000.215-**	2610015968			
VERONICA SILVA SANTOS	TROIA 1	SE00321211	68.642,64	R$ 479,81
***.223.815-**	2610077017			
TOTAL	3		171.606,60	R$ 1.199,53

Em Operação no Estado de Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DA GRANDE ARACAJU (ASSAPAJU - SE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
AGAUDANTAS DE ALMEIDA	ENG III	SE00070309	68.642,64	R$ 479,81
***.313.105-**	2610078978			
AGAUDANTAS DE ALMEIDA	ENG IV	SE00168387	75.506,90	R$ 527,79
***.313.105-**	2610107919			
BERNARDO SOARES BARROSO	SAMARITANO II	SE00002274	34.321,32	R$ 239,91
***.973.303-**	2610016930			

ERIVALDO BEZERRA DA SILVA	KING II	SE00213425	51.481,98	R$ 359,86
***.153.175-**	2610016450			
EVILASIO MARTINS DA SILVA FILHO	ELISEU	SE00319494	78.367,01	R$ 547,79
***.450.625-**	2610110961			
GILVANIO DA SILVA ANDRADE	ANDRADE	SE00228726	26.625,02	R$ 186,11
***.583.985-**	2610078765			
GINEIDE TELES BARBOSA	AJUMAR	SE00002498	68.642,64	R$ 479,81
***.648.165-**	2610078960			
JOSE FRANCISCO DA CONCEIÇÃO	TIMONEIROS	SE00070359	51.481,98	R$ 359,86
***014.564-**	2610076444			
JOSE WELLINGTON DA SILVA ANDRADE	TIMONEIROS IV	SE00002330	40.041,54	R$ 279,89
***.583.645-**	2610062087			
JOSELIA CRUZ FREIRE DE CARVALHO	LUANA L	SE00234011	68.642,64	R$ 479,81
***.115.525-**	2610108729			
JOSELIA CRUZ FREIRE DE CARVALHO	LUANA LI	SE00234037	68.642,64	R$ 479,81
***.115.525-**	2610108711			
JOÃO MARIA VENÂNCIO DE ARAÚJO	AQUILES V	SE00259759	51.481,98	R$ 359,86
***.151.035-**	2610078595			
JUAREZ DE ARAUJO LIMA	DISTRIMAR II	SE00070347	25.740,99	R$ 179,93
***.957.685-**	2210066140			
MARCELA BARBOSA DO ESPÍRITO SANTO	MUGAU	SE00230857	34.321,32	R$ 239,91
***.206.885-**	2610017189			
MARIA DO CARMO DOS SANTOS LIMA	GIVALDINHO	SE00002506	102.963,96	R$ 719,72
***.102.035-**	2610078994			
MARIA ELINETE GOMES DA SILVA	OTAVIO IV	SE00002478	113.294,68	R$ 791,93
***.068.335-**	2610077602			
MARIA ROZILDA DOS SANTOS	LUIZA I	SE00322717	57.202,20	R$ 399,84
***.205.005-**	2610110553			
MARLUCE LIMA FARIAS	ATLANTICO	SE00070437	51.481,98	R$ 359,86
***.790.205-**	2610076169			
MARLUCE LIMA FARIAS	PORTO REAL I	SE00070441	51.481,98	R$ 359,86
***.790.205-**	2610064357			
PATRICIA MOURA DA SILVA	WILLIAM I	SE00168391	64.066,46	R$ 447,82
***.635.225-**	1620007967			
PATRICIA MOURA DA SILVA	WILLIAM II	SE00070455	51.481,98	R$ 359,86
***.635.225-**	2610016115			
RONALDO BISPO DOS SANTOS	RONALDO X	SE00213285	68.642,64	R$ 479,81
***.073.145-**	2610108281			
TOTAL	22		1.304.556,48	R$ 9.118,85

Em Operação no Estado de Sergipe - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE PIRAMBU (CONDEPI - SE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADALBERTO DOS SANTOS FILHO	ESPERANÇA I	SE00002380	34.321,32	R$ 239,91
***.403.885-**	2610075341			
ADALBERTO DOS SANTOS FILHO	ESPERANÇA II	SE00039557	51.481,98	R$ 359,86
***.403.885-**	2610076673			
MANUEL JAILTON SANTOS	BAMBULUA	SE00002464	34.321,32	R$ 239,91
***.845.355-**	2610077491			
MARIA ISABEL DOS REIS	MANOEL REIS	SE00002366	51.481,98	R$ 359,86
***.900.575-**	2610074255			
VALDSON GOMES DOS SANTOS	G. SANTOS	SE00002084	28.601,10	R$ 199,92
***.419.535-**	1620016095			
VALDSON GOMES DOS SANTOS	JOAO VICTOR	SE00002378	40.041,54	R$ 279,89
***.419.535-**	2610075260			
TOTAL	6		240.249,24	R$ 1.679,34

Em Operação no Estado do Espírito Santo - COLONIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z05 MARIA ORTIZ (COLONIA Z05 - ES)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADEMILTON DOS REIS JESUS	BOLÃO II	ES00106419	47.148,48	R$ 329,57
***.100.157-**	3410234918			
ALECIO REIS PASSOS FILHO	JOÃO VICTOR I	ES00163461	51.481,98	R$ 359,86
***.201.247-**	3877046134			
ALMIRO DE FREITAS	CREILEI	ES00075049	10.296,40	R$ 71,97
***.125.117-**	3410133640			
ALOIR DUARTE	MARINALVA	ES00095975	68.642,64	R$ 479,81
***.696.127-**	3850004872			
BRAZ CLARINDO FILHO	RIBEIRO DE AGUAS I	ES00099447	65.782,53	R$ 459,82
***.275.657-**	4010281693			
BRAZ CLARINDO FILHO	SALMO 40	PR00091447	102.963,96	R$ 719,72
***.275.657-**	4211453572			
CELSO HENRIQUE LUCHINI	3 DE MAIO I	ES00070797	34.321,32	R$ 239,91
***.379.327-**	3430046343			
CHARLES VIEIRA DE FREITAS	INDIO BALA	RJ00080066	54.342,09	R$ 379,85
***.204.337-**	3850008622			
CRISLLEY MEIRELES ANDRADE	NAVEGANDO COM JESUS	RJ00119430	51.481,98	R$ 359,86
***.867.347-**	3877046819			
ERNANDO SIQUEIRA SANTOS JUNIOR	MAR - ZINHO I	RJ00075201	12.584,48	R$ 87,97
***.399.737-**	3870058757			
FABIO DE REZENDE BASILIO	DOM JEAM IV	ES00076261	28.029,08	R$ 195,92
***.716.297-**	4430086664			
FABIO DE REZENDE BASILIO	ROSANIA	ES00091175	65.782,53	R$ 459,82
***.716.297-**	4430032572			
FABIO DE REZENDE BASILIO	SIMBA III	ES00092621	82.943,19	R$ 579,77
***.716.297-**	3430040116			
FERNANDO GUIMARÃES AMARAL	GEMINI	ES00104911	70.722,72	R$ 494,35

***.758.486-**	3410230106				
JOLETO FRANCISCO VALGAS	KIAROA V	ES00092325	68.642,64	R$ 479,81
***.371.899-**	3410386548				
MARCELLO DIOVANNI HELMER DA COSTA	MARCELLOS MAR	ES00163519	51.481,98	R$ 359,86
***.842.497-**	3877047319				
PAULO CÉSAR DA SILVA	GANESHA I	SP00078485	65.782,53	R$ 459,82
***.709.997-**	4030102174				
WESLEY MEIRELES ANDRADE	DEUS ME ACOMPANHA	RJ00119684	51.481,98	R$ 359,86
***.306.707-**	3877047301				
ZEZITO DA SILVA LEITE	SKIAMAR II	ES00041156	49.765,91	R$ 347,86
***.089.238-**	3870059371				
TOTAL	19		1.033.678,42	R$ 7.225,41

Em Operação no Estado do Espírito Santo - ASSOCIAÇÃO DE ARMADORES, MARICULTORES, PESCADORES DO MUNICIPIO DE ANCHIETA (AMPA - ES)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ALDEMAR SILVA DOS ANJOS	LIMAR	ES00084448	10.296,40	R$ 71,97
***.107.317-**	3410230424			
AMARILDO DOMINGOS TEIXEIRA	ZANI	ES00175260	13.756,26	R$ 96,16
***.732.147-**	3410385045			
ANDERSON DE SENNA TEIXEIRA	PORTO SEGURO	ES00089878	6.292,24	R$ 43,98
***.889.797-**	3420051425			
EDIVAL ALVES ERNESTO	HENRIQUE	ES00003100	10.296,40	R$ 71,97
***.401.417-**	3410232443			
EDSON DE SENA CARDOZO	CHEGADO	ES00008256	10.296,40	R$ 71,97
***.135.687-**	3420052685			
GENECY DAS NEVES NOGUEIRA	VITORIA DE CRISTO	ES00080698	6.292,24	R$ 43,98
***.102.407-**	3420014724			
HAROLDO TAURINO JOSE	FILHOS E NETOS I	ES00079565	6.292,24	R$ 43,98
***.135.857-**	3410237011			
INGRID SANGALI CARDOSO	BOA VISTA II	ES00192700	86.438,88	R$ 604,21
***.870.647-**	3410388061			
JALDEMAR SILVA FRONTINO	HEITOR	ES00047278	10.296,40	R$ 71,97
***.386.547-**	3410241604			
JOBSON BEDIN QUINTEIRO	FORÇA JOVEM	ES00078161	10.296,40	R$ 71,97
***.750.077-**	3420051387			
JOSE CARLOS MATTOS FERNANDES	CHERRY MAR	ES00074469	6.292,24	R$ 43,98
***.781.747-**	3420052600			
JOSE CARLOS MENDES SIMOES	M.D.M	ES00003150	6.292,24	R$ 43,98
***.790.127-**	3410237356			
JOSÉ EWALTER SANT ANA FARIAS	MAKAIRA	ES00093025	10.296,40	R$ 71,97
***.023.087-**	3410231170			
JOSÉ LYRIO BISSA	PROMESSA DE DEUS II	ES00128959	29.467,80	R$ 205,98
***.892.217-**	3410231676			
JOÃO BATISTA MIRANDA FLORENTINO	MARVIMAR	ES00003220	10.296,40	R$ 71,97
***.525.257-**	3420046430			
LEOMAR DE OLIVEIRA NEVES	PRESENÇA DE DEUS	ES00140189	21.609,72	R$ 151,05
***.405.447-**	3410233032			
LEONESIO LYRIO BISSA	DOIS IRMÃO	ES00083236	6.292,24	R$ 43,98
***.632.887-**	3420052804			
LOCIVAL SIMOES	A.V.B	ES00169471	4.067,71	R$ 28,43
***.518.437-**	3410242490			
MARINEUZA ALVES ERNESTO	SAO SALVADOR	ES00003178	68.642,64	R$ 479,81
***.747.657-**	3420028181			
NEY BARBOZA PEREIRA	RCC I	ES00148099	7.987,51	R$ 55,83
***.239.967-**	3420045816			
OTHON LINO PINTO MACHADO	MAR DE VITORIA	ES00114374	8.135,42	R$ 56,87
***.517.117-**	3410232583			
OTONIEL GOMES ROCHA	ORADOR	ES00093747	6.656,26	R$ 46,53
***.233.987-**	3420048441			
PEDRO PAULO DE MATOS	MERO	ES00086956	6.292,24	R$ 43,98
***.862.496-**	3420031289			
RICHARDSON BEDIN QUINTEIRO	SONHO DE CRIANÇA	ES00003148	10.296,40	R$ 71,97
***.126.737-**	3410237101			
RILDO GARCIA DA COSTA	BOREAL	ES00003128	10.296,40	R$ 71,97
***.904.447-**	3410235361			
ROSIANE ALVES ERNESTO FRANCISCO	LUDAY	ES00109557	47.148,48	R$ 329,57
***.674.697-**	3410234403			
SANDRO RIBEIRO FALCAO	AGRADEÇO A DEUS	ES00108021	47.148,48	R$ 329,57
***.492.597-**	3410237551			
SILVIO MENEGUELLE FRANCISCO	MHT	ES00142147	7.072,27	R$ 49,44
***.431.257-**	3420047738			
WALLAS ERNESTO GARCIA	JARDIM DO EDER	ES00109147	56.971,08	R$ 398,23
***.809.087-**	3410238174			
ZEIR PINTO DE MORAES	FUZIL	ES00078295	5.720,22	R$ 39,98
***.456.937-**	3420015101			
ZIL PINTO DE MORAES	ARAUJO I	ES00119156	12.584,48	R$ 87,97
***.951.217-**	3420040822			
TOTAL	31		560.120,49	R$ 3.915,24

Em Operação no Estado do Espírito Santo - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES, EXTRATIVISTAS E MARICULTORES DE SANTA CRUZ (APEMASC - ES)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADENILDO MACHADO	EMANOEL I	ES00076819	51.481,98	R$ 359,86
***.402.607-**	3430024706			
ARLEI CARLOS DOS SANTOS FREITAS	MOURA	ES00118956	20.592,79	R$ 143,94
***.924.687-**	3850002314			
CARLOS MACIEL FREITAS TEIXEIRA	ALELUIA I	PR00072285	91.523,52	R$ 639,75
***.175.057-**	4010394421			

CLAUDIO LUIZ MIGUEL DE SOUZA	MAR AZUL IV	RJ00119428	51.481,98	R$ 359,86
***.875.957-**	3877046070			
GETULIO FERNANDES DE SOUZA	VAI E VEM	RJ00081674	40.041,54	R$ 279,89
***.461.727-**	3877042121			
JOSÉ ARTHUR ALPOHIM CARVALHO	ITAMARACÁ IX	ES00117698	47.148,48	R$ 329,57
***.538.227-**	3410240616			
LUCIANO DE ALMEIDA SCIAMMARELLA DE SANTANNA	VITORIA MAR	RJ00051875	88.403,40	R$ 617,94
***.871.817-**	3877041027			
NORATO PESSANHA CRUZ	SILVANIA	RJ00092551	51.481,98	R$ 359,86
***.322.987-**	3850011461			
SAMUEL MOREIRA	SANTA - FÉ	ES00117706	45.183,96	R$ 315,84
***.271.997-**	3420049188			
SOLANGE VIEIRA SOBRINHO	EDUARDA SOPHIA	ES00163531	51.481,98	R$ 359,86
***.245.157-**	3410385819			
TOTAL	10		538.821,61	R$ 3.766,36

Em Operação no Estado do Espírito Santo - ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE VILA VELHA (APEVIL - ES)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
NITSADELI DE CAMPOS NASCIMENTO	JU-MAR	ES00126465	35.361,36	R$ 247,18
***.243.257-**	3420053011			
ROMILDO SILVA	PITUA	ES00125417	47.148,48	R$ 329,57
***.537.287-**	3410147446			
ROSALINA BATISTA DE MORAES ALMEIDA	JESUS E FIEL	ES00081518	59.721,41	R$ 417,45
***.296.607-**	3410237402			
TOTAL	3		142.231,25	R$ 994,20

Em Operação no Estado do Rio de Janeiro - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SAPERJ - RJ)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
AMANDA ALVES DE ALMEIDA MUJO	J.P. LOPES	RJ00038217	154.445,94	R$ 1.079,58
***.332.787-**	3810168114			
AMÉRICO FILIPE RAMOS E OUTRA	ANGA III	RJ00003678	185.907,15	R$ 1.299,49
***.433.577-**	3810395382			
AMÉRICO FILIPE RAMOS E OUTRA	SÃO JOSÉ R	SC00009230	166.458,40	R$ 1.163,54
***.433.577-**	4010555777			
AMÉRICO FILIPE RAMOS E OUTRA	VÔ JOÃO	RJ00038729	185.907,15	R$ 1.299,49
***.433.577-**	3810395421			
ANDERSON SETUBAL DOS SANTOS	IMPERADOR	SC00009918	137.285,28	R$ 959,62
***.023.787-**	4010126477			
ANDERSON SETUBAL DOS SANTOS	IMPERADOR II S	RS00004984	165.886,38	R$ 1.159,55
***.023.787-**	4410169483			
ANDERSON SETUBAL DOS SANTOS	SETUBAL	SC00009848	188.767,26	R$ 1.319,48
***.023.787-**	4010223189			
ANIBAL RODRIGUES DE SOUSA	BRAZAO	RJ00003304	94.296,96	R$ 659,14
***.506.907-**	3810060101			
ANIBAL RODRIGUES DE SOUSA	CARINHOSO	SP00004314	87.519,37	R$ 611,76
***.506.907-**	4010315423			
ANIBAL RODRIGUES DE SOUSA	PROVERBIOS	ES00136208	47.148,48	R$ 329,57
***.506.907-**	3410234411			
ANTONIO JOSÉ FRANCISCO	ALARRIBA	RJ00003268	94.296,96	R$ 659,14
***.987.357-**	3810029882			
ANTÔNIO SILVESTRE VIEIRA NUNES E OUTRO	DOM SEBASTIÃO	RJ00038065	152.729,87	R$ 1.067,58
***.055.007-**	4010330236			
ANTÔNIO SILVESTRE VIEIRA NUNES E OUTRO	LUZ SOLAR	RJ00005198	143.005,50	R$ 999,61
***.055.007-**	4430069069			
ANTÔNIO SILVESTRE VIEIRA NUNES E OUTRO	LUZ SOLAR I	RJ00005238	154.445,94	R$ 1.079,58
***.055.007-**	4430077151			
AURELINO COTA DOS SANTOS	VALENTE DE DAVI I	SC00009216	171.606,60	R$ 1.199,53
***.410.909-**	4430067317			
EDUARDO DE FARIA MIRANDA	JOSÉ ALMIR I	RJ00093817	201.351,74	R$ 1.407,45
***.443.007-**	4010137657			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	BATUTA IV	RJ00003974	152.729,87	R$ 1.067,58
***.467.107-**	4010128381			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	ISAMAR V	RJ00003578	205.927,92	R$ 1.439,44
***.467.107-**	3810339032			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	LUCIANA ANDRADE	RJ00004554	154.445,94	R$ 1.079,58
***.467.107-**	4010555700			
FLAVIO SILVA COSTA VELHO	KADOSH II	SC00187067	61.685,93	R$ 431,18
***.101.007-**	4430123543			
GERALDO LOUZANO PEIXOTO DE ALENCAR	RIO AMAZONAS I	RJ00103155	108.684,18	R$ 759,70
***.509.977-**	4430079692			
GERALDO LOUZANO PEIXOTO DE ALENCAR	RIO AMAZONAS II	RJ00040146	171.606,60	R$ 1.199,53
***.509.977-**	3810358444			
JOSÉ IGNÁCIO FIGUEIREDO DO COUTO	JOSÉ IGNÁCIO	RJ00038205	152.729,87	R$ 1.067,58
***.170.997-**	4010258543			
JOSÉ IGNÁCIO FIGUEIREDO DO COUTO	MAR DA TRANQUILIDADE	RJ00038287	244.253,39	R$ 1.707,33
***.170.997-**	3810069868			

JOSÉ IGNÁCIO FIGUEIREDO DO COUTO	MENINO DO RIO I	RJ00005408	169.318,51	R$ 1.183,54
***.170.997-**	4430091749			
JOÃO VIANA ESPOGEIRO	ESTRELA DALVA II	RJ00003544	137.285,28	R$ 959,62
***.140.057-**	3810236608			
JOÃO VIANA ESPOGEIRO	MENINO DO RIO	RJ00005718	169.318,51	R$ 1.183,54
***.140.057-**	4450106440			
MARCELO HIPÓLITO MENDONÇA	FONTE BOA I	RJ00002068	214.508,25	R$ 1.499,41
***.637.237-**	1610056931			
MOACIR BENEVIDES	POLYANNA I	RJ00003854	74.651,76	R$ 521,82
***.344.607-**	4010056061			
NIVERO FERNANDO AMENDOLA E OUTRO	COSTA AMENDOLA	SC00010899	165.886,38	R$ 1.159,55
***.851.787-**	4430078661			
NIVERO FERNANDO AMENDOLA E OUTRO	COSTA AMENDOLA I	SC00010717	134.425,17	R$ 939,63
***.851.787-**	4430082031			
NIVERO FERNANDO AMENDOLA E OUTRO	COSTA AMENDOLA II	SC00010205	171.606,60	R$ 1.199,53
***.851.787-**	4430067333			
OANES MARTINS CORREA FILHO	DONA ZICA I	RJ00004526	171.606,60	R$ 1.199,53
***.104.337-**	4010555548			
PAULO RENATO DE ANDRADE	NATALIA STRAUCH	RJ00004518	166.458,40	R$ 1.163,54
***.881.397-**	4010555530			
REGINALDO SOARES CAMARA	FUNELLI	RJ00005254	165.886,38	R$ 1.159,55
***.386.437-**	4430078084			
REGINALDO SOARES CAMARA	PS 101	RJ00005586	165.886,38	R$ 1.159,55
***.386.437-**	4430112908			
REINALDO JUNIOR FONSECA DE ALMEIDA MUJO	CALAMAI II	RJ00170394	165.886,38	R$ 1.159,55
***.378.207-**	3810447056			
RICARDO GIGLIO CAVALIERE	SENHORA DO MAR I	RJ00003458	200.207,70	R$ 1.399,45
***.215.167-**	3810214825			
RICARDO SOARES CAMARA	SENHORA DO MAR	RJ00038565	137.285,28	R$ 959,62
***.431.077-**	3810057932			
TOTAL	39		5.993.340,26	R$ 41.893,45

Em Operação no Estado de São Paulo - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAPESP - SP)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ MAR	SP00003988	137.285,28	R$ 959,62
***.874.178-**	4010137690			
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ MARINA	SP00004174	185.907,15	R$ 1.299,49
***.874.178-**	4010211563			
BRUNO GUSTAVO SANTOS	NOVO MILÊNIO	SP00038349	183.047,04	R$ 1.279,50
***.214.168-**	4010500174			
CICERO EVANDRO ANTUNES VIEIRA	DIEGO LUCAS	SP00159540	165.886,38	R$ 1.159,55
***.597.194-**	4010113979			
EDUARDO COTON PRESADO MATOS	TRIMAR IV	SP00012225	101.091,89	R$ 706,63
***.560.418-**	3810214477			
FERNANDA MARIA SANTANA MENDES	SHEKNAH II	SP00005036	171.606,60	R$ 1.199,53
***.356.148-**	4430043361			
FRANCISCO RICARDO TORRES CARBIA	GRAN MAR	SP00004610	166.458,40	R$ 1.163,54
***.324.338-**	4010588543			
FRANCISCO RICARDO TORRES CARBIA	GRAN SOL I	SP00007618	166.458,40	R$ 1.163,54
***.324.338-**	4010555599			
FRANCISCO RICARDO TORRES CARBIA	GRAN VENTURA	SP00004434	99.968,64	R$ 698,78
***.324.338-**	4010449608			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE VI	SP00001954	105.390,72	R$ 736,68
.506.946/0001-	1610044029			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE VII	SP00004646	166.458,40	R$ 1.163,54
.506.946/0001-	4010716916			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE VIII	SP00004658	166.458,40	R$ 1.163,54
.506.946/0001-	4010745576			
HOFFMAN DE OLIVEIRA E OUTRO	GAROPÃO I	RJ00003530	165.886,38	R$ 1.159,55
***.328.858-**	3810233960			
HOFFMAN DE OLIVEIRA E OUTRO	GAROPÃO II	RJ00038717	125.844,84	R$ 879,66
***.328.858-**	3810339628			
HÉLIO NUNES MARCELINO	LISA I	SP00042318	185.907,15	R$ 1.299,49
***.513.498-**	4010807920			
ISMAEL COELHO	AGUAS CLARAS M	SP00047806	74.651,76	R$ 521,82
***.378.639-**	4450079124			
ISMAEL COELHO	MORENO I	SP00004878	85.803,30	R$ 599,77
***.378.639-**	4040095863			
ISMAEL COELHO	TROVÃO AZUL I	SP00127615	35.361,36	R$ 247,18
***.378.639-**	4430095175			
ISMAEL COELHO	ÁGUA MARINHA I	SP00037917	82.371,17	R$ 575,77
***.378.639-**	4430053626			
JOEL SOUSA GOMES	NOVA ESPERANCA - III	SP00088074	51.481,98	R$ 359,86
***.812.993-**	4430062579			
JOSÉ RICARDO SIVIERO	SIVIERO	SP00005338	60.900,12	R$ 425,69
***.596.118-**	4430090289			
JOSÉ RICARDO SIVIERO	SIVIERO I	SP00012927	121.684,68	R$ 850,58
***.596.118-**	4010555521			
JOSÉ RICARDO SIVIERO	SIVIERO III	SP00012939	107.239,68	R$ 749,61
***.596.118-**	4430082553			
KHADUN BARBOSA LIMA	PEREIRA LIMA	SP00038001	152.729,87	R$ 1.067,58
***.523.848-**	4010330031			
LUIGI FRANZESE	FRANZESE V	SP00038159	200.207,70	R$ 1.399,45
***.880.908-**	1610044037			
LUIGI FRANZESE	JOAO PAULO I	SC00009026	185.907,15	R$ 1.299,49
***.880.908-**	4430064431			
LUIGI FRANZESE	JOAO PAULO II	SC00009038	185.907,15	R$ 1.299,49
***.880.908-**	4430064776			
LUIGI FRANZESE	SAN LUCIDO	SP00038515	87.987,38	R$ 615,03

***.880.908-**	4010131080			
LUIGI FRANZESE	SÃO JOÃO V	SP00038527	143.005,50	R$ 999,61
***.880.908-**	4010298766			
LUPERCIO ALVES FILHO	JAGUAR	SC00009970	154.445,94	R$ 1.079,58
***.224.459-**	4430079617			
MARCIO ANTÔNIO SILVA DE JESUS	QUEBRA MAR II	SP00004470	57.285,40	R$ 400,42
***.260.988-**	4010527706			
MARCIO CAMPOS ASSUMPÇÃO BUENO	JUVENTUDE I	SP00103187	154.445,94	R$ 1.079,58
***.011.278-**	4410117301			
MARCIO DE OLIVEIRA CARVALHAL	BEIRA MAR I	SP00091827	51.481,98	R$ 359,86
***.803.688-**	4040062248			
MICHEL DA SILVA FRAGOSO	DOM MIGUEL I	RJ00241086	97.243,74	R$ 679,73
***.927.868-**	3820103945			
MICHEL DA SILVA FRAGOSO	DOM MIGUEL III	SP00004294	85.803,30	R$ 599,77
***.927.868-**	4010282070			
MÁRIO HENRIQUE HOFFMANN	GAROTA LINDA	SP00004406	152.729,87	R$ 1.067,58
***.609.198-**	4010415967			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU II	SP00040314	146.437,63	R$ 1.023,60
***.142.758-**	4010329823			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU III	SP00040328	152.729,87	R$ 1.067,58
***.142.758-**	4430049734			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU IV	RJ00217489	95.527,67	R$ 667,74
***.142.758-**	4430111472			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU V	SP00004708	65.782,53	R$ 459,82
***.142.758-**	4030064663			
RENATO DE SOUZA SIQUEIRA	MARILIA V	SP00004850	102.963,96	R$ 719,72
***.480.988-**	4040065115			
RENATO YASUHIDE ODA	PESCAMAR I	SP00040110	119.812,61	R$ 837,49
***.397.488-**	4010808781			
RENATO YASUHIDE ODA	PESCAMAR III	SP00007640	125.729,28	R$ 878,85
***.397.488-**	4010808799			
RODRIGO ALOISE FRANZESE	FRANZESE IV	SP00001988	200.207,70	R$ 1.399,45
***.772.788-**	1610048881			
THIAGO MORAIS CESAR	CONFIANÇA M	SC00009398	108.684,18	R$ 759,70
***.227.468-**	4010086840			
THIAGO MORAIS CESAR	TRIMAR	SP00101589	74.362,86	R$ 519,80
***.227.468-**	4030156037			
TIFFANY SANTOS DATOGUIA	AGUA VIVA I	SP00004920	58.034,23	R$ 405,66
***.140.318-**	4410098110			
TIFFANY SANTOS DATOGUIA	CARIBE	SP00004110	125.428,82	R$ 876,75
***.140.318-**	4010156490			
ÉRICA TEREZINHA FERNANDES	DONA TEREZINHA FII	SP00003958	131.565,06	R$ 919,64
***.669.848-**	4010118202			
TOTAL	49		6.129.597,04	R$ 42.845,88

Em Operação no Estado de Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI (SINDIPI- SC)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ABELARDO ADRIÃO PINHEIRO	ESTRELA DE OURO II	SC00009780	185.907,15	R$ 1.299,49
***.415.818-**	4010555637			
ACACIO ARISTIDES BALTAZAR	DUDA BALTAZAR	SC00046148	117.871,20	R$ 823,92
***.694.259-**	4030217907			
ADALTO LUCAS DOS SANTOS	DON LUCAS S	SC00009588	165.886,38	R$ 1.159,55
***.419.299-**	4430084467			
ADEMAR EVARISTO GONÇALVES	REI DE ISRAEL B	SC00190696	102.963,96	R$ 719,72
***.158.899-**	4430482071			
ADILSON DOMINGOS FERREIRA	PRIMAVERA XVI	SC00012725	136.823,04	R$ 956,39
***.670.389-**	4430091447			
ADRIANO CAMILO	FLOR DO ORIENTE	SC00173338	183.047,04	R$ 1.279,50
***.684.189-**	4430480486			
ADRIANO WALFREDO DA SILVA	ESTRELA DE ISRAEL C	SC00262890	102.963,96	R$ 719,72
***.208.509-**	4430491330			
AGNALDO HILTON DOS SANTOS	PRIMAVERA XX	SC00013235	151.244,93	R$ 1.057,20
***.825.809-**	4430122156			
AGNALDO HILTON DOS SANTOS	PRIMAVERA XX A	SP00126395	166.458,40	R$ 1.163,54
***.825.809-**	4010588551			
AGNALDO HILTON DOS SANTOS	PRIMAVERA XX AB	SP00037935	157.306,05	R$ 1.099,57
***.825.809-**	4010588560			
ALAN ISMAEL DOS SANTOS	VÔ MINGO	SC00011007	117.871,20	R$ 823,92
***.396.689-**	4430116415			
ALCINESIO IRINEU BITTENCOURT	O ESPLENDOR	SC00010399	185.907,15	R$ 1.299,49
***.224.029-**	4610040549			
ALEX VALDO DE SOUZA	IGOMAR SI	SC00009054	108.684,18	R$ 759,70
***.770.129-**	4430118701			
ALEXANDRE JOÃO LOPES	ALEXANDRE NETO	PR00258105	154.445,94	R$ 1.079,58
***.753.489-**	4215529042			
ALEXANDRE JOÃO LOPES	VENCEDOR VI	PR00038667	102.963,96	R$ 719,72
***.753.489-**	4210233447			
ALFONSO PERCIAVALLE NETO	GUADALAJARA	SC00316084	74.258,86	R$ 519,07
***.275.549-**	4430498610			
ALIRIO JOSÉ DOS SANTOS FILHO	CRISTO REI C	SC00011157	125.729,28	R$ 878,85
***.114.029-**	4430111278			
ALTAIR PORTO COMUNELLO	GALO VENCEDOR	SC00041718	185.907,15	R$ 1.299,49
***.994.069-**	4430046867			
ANA CAROLINA SIMON	REI DA GLORIA III	SC00010109	102.963,96	R$ 719,72
***.094.859-**	4410164635			
ANALINE VICENTE DA SILVA	VICTOR HUGO S	SC00082050	102.963,96	R$ 719,72
***.917.119-**	4430115818			
ANDRE BORTOLATO MATHIOLA E OUTRO	RAFA AB	SC00038659	108.684,18	R$ 759,70
***.201.609-**	4010113995			
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	KAMILA S	SC00041268	65.782,53	R$ 459,82
***.405.509-**	4660009122			
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	KEYLA S	SC00039127	113.832,38	R$ 795,69
***.405.509-**	4430118302			
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	NOVA JERUSALEM S	SC00146707	108.684,18	R$ 759,70
***.405.509-**	4430117934			
ANTONIO JOSE DOS SANTOS	TONICO DA COSTA	SC00060700	94.296,96	R$ 659,14
***.678.539-**	4430117128			
ANTONIO TARCILIO PINHEIRO	PONTA DAS BOMBAS	SC00008854	141.445,44	R$ 988,70
***.046.819-**	4430113602			
ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO	ANTONIO FILHO S	SC00009470	211.648,14	R$ 1.479,42
***.564.999-**	4430110841			
ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO	JOSE ARTHUR B	SC00009266	166.458,40	R$ 1.163,54
***.564.999-**	4430091323			
ANTÔNIO HONORIO DA CRUZ	JOSEFA AUGUSTA CRUZ	SP00038387	165.886,38	R$ 1.159,55
***.986.089-**	4010307331			

APOLIANO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	ESPERANÇA V	SC00009716	214.508,25	R$ 1.499,41
***.640.702-**	210309024			
APOLIANO OLIVEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR	SAGA DE APOLIANO I	SC00010671	97.243,74	R$ 679,73
***.290.572-**	4430067279			
ARLINDO ESTROES MARTINS	CAÇADOR DO MAR	SC00009300	214.508,25	R$ 1.499,41
***.601.648-**	4430091897			
ARLINDO ESTROES MARTINS	UNIÃO M	SC00038635	166.458,40	R$ 1.163,54
***.601.648-**	4010649925			
ARLINDO ISAAC DA COSTA JUNIOR	GAVIAO PESCADOR I	SC00008924	266.250,24	R$ 1.861,09
***.679.429-**	4410460986			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	COSTA NEVES CN	SC00009420	185.907,15	R$ 1.299,49
***.712.369-**	4430091234			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	COSTA NEVES II CN	SC00011885	183.047,04	R$ 1.279,50
***.712.369-**	4430082189			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	EROS CN	SC00009708	185.907,15	R$ 1.299,49
***.712.369-**	4010182199			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	YNDAIÁ CN	SC00038767	200.207,70	R$ 1.399,45
***.712.369-**	4430091439			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	ARAÇA II	RS00004300	194.487,48	R$ 1.359,47
***.858.979-**	4010307587			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	ARAÇA IV	RS00004216	171.606,60	R$ 1.199,53
***.858.979-**	4010244542			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	ARAÇA VI	SC00008974	205.927,92	R$ 1.439,44
***.858.979-**	4430112673			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	GUSTAVO MARQUES	SC00009906	243.109,35	R$ 1.699,33
***.858.979-**	4430105871			
BRUNO HOFFMANN	REIMAR I	SC00010565	111.544,29	R$ 779,69
***.423.869-**	4430082715			
BRUNO HOFFMANN	REIMAR II	SC00010577	111.544,29	R$ 779,69
***.423.869-**	4430090505			
CARLOS ALEXANDRE MARQUES	WAGNER M	SC00041408	106.084,08	R$ 741,53
***.098.959-**	4430111651			
CARLOS ARGINO MONTEIRO JÚNIOR	MARCOS FELIPE	SC00043450	141.445,44	R$ 988,70
***.164.619-**	4430112401			
CELIO DJALMA MAFRA	FLIPPER XII	SC00045518	113.942,16	R$ 796,46
***.859.519-**	3410136878			
CELSO MANOEL SEVERINO	AQUARIUS 1	SC00081608	65.782,53	R$ 459,82
***.425.069-**	4430034583			
CLAIR CALDEIRA DE SOUZA E OUTROS	JOSIMAR MP	SC00010001	102.963,96	R$ 719,72
***.607.299-**	4430121141			
CLAUDENEIA DE FREITAS E FREITAS	PRISCILLA FF	SC00010495	51.481,98	R$ 359,86
***.289.489-**	4430113963			
CLAUDETE CALDEIRA DA SILVA	NESTOR SC	SC00264994	108.684,18	R$ 759,70
***.669.159-**	4430119074			
CLAUDIA ELIAS CARNEIRO CARVALHO	REI DA GLORIA C	SC00009660	165.886,38	R$ 1.159,55
***.949.969-**	4410169475			
CLAUDIA REGINA MACHADO BALTAZAR	MESTRE ELIAS J	SC00011321	117.871,20	R$ 823,92
***.336.149-**	4420210443			
CLAUDIANE ROSALINA COUTO CAMILO	DAYSA	SC00009484	102.963,96	R$ 719,72
***.841.629-**	4660008541			
CLAUDINEI COUTO	VÔ CLAUDIO	SC00039049	65.782,53	R$ 459,82
***.057.349-**	4430044457			
CLEITON DE LIMA	DOM ARTHUR	SC00010121	65.782,53	R$ 459,82
***.440.008-**	4430058105			
CLEITON DE LIMA	LIRIO DO VALE	SC00009794	65.782,53	R$ 459,82
***.440.008-**	4430058237			
CLEMENTE DOMINGOS DOS SANTOS	IRMÃOS SANTOS 1	SC00007760	141.445,44	R$ 988,70
***.509.089-**	4430120927			
CLEMENTE DOMINGOS DOS SANTOS	ROBSON III	SC00011417	113.942,16	R$ 796,46
***.509.089-**	4430113254			
CRISTOVAM ANTÔNIO CALDEIRA	DAVI NEREU	SP00004090	108.684,18	R$ 759,70
***.074.549-**	4010149329			
CRISTOVAM ANTÔNIO CALDEIRA	NEREU RAMOS	SC00010357	102.963,96	R$ 719,72
***.074.549-**	4430118973			
DANIEL HERMOGENES APARICIO	ESTRELA DE DAVI II	SC00009766	80.083,08	R$ 559,78
***.384.469-**	4430109516			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	GABRIEL C	SC00038705	108.684,18	R$ 759,70
***.711.929-**	3820100555			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	IMPERATRIZ I	SC00009920	68.642,64	R$ 479,81
***.711.929-**	4430058512			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	PONTA DA PRAINHA	SC00040728	217.368,36	R$ 1.519,40
***.711.929-**	4430113637			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	PONTA DO GRAVATA	SC00010361	200.207,70	R$ 1.399,45
***.711.929-**	4430111642			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	SOFIA C	SC00147621	108.684,18	R$ 759,70
***.711.929-**	4430112631			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	VÔ BIELE C	SC00009836	108.684,18	R$ 759,70
***.711.929-**	4430118299			
DEBORA DA SILVA CORDEIRO	JOSE LINDOLFO	SC00187467	102.963,96	R$ 719,72
***.288.369-**	4430027552			
DENILSON ANTONIO PINHEIRO	PONTAS DAS BOMBAS I	SP00004568	185.907,15	R$ 1.299,49
***.540.219-**	4010555726			
DENISE MARILIZA DOS SANTOS ADELINO	DAVI MIGUEL	SC00196698	102.963,96	R$ 719,72
***.539.139-**	4430120048			
DEOCLECIO AUGUSTO FRANCISCO MARQUES	CAETANO MARQUES I	SC00011061	127.693,80	R$ 892,58
***.052.089-**	4010550414			
DIEGO HERCILIO NEPOMUCENO DOS SANTOS	GIOVANA CECILIA S	SC00011479	113.942,16	R$ 796,46
***.097.979-**	4430111111			
DIEGO HERCILIO NEPOMUCENO DOS SANTOS	HARMONIA S	SC00196944	118.481,36	R$ 828,18
***.097.979-**	4430091358			
DIEGO JOSE DA SILVA	DIEGO J II	SC00258179	102.963,96	R$ 719,72
***.263.439-**	4430484309			
DOMINGAS ESPERANCA MARIA VICENTE	OURO E PRATA	SC00088736	91.523,52	R$ 639,75
***.473.279-**	4430103836			
DORIVAL PEDRO LOURENÇO	PEDRO CRISPIM I	SC00102627	87.519,37	R$ 611,76
***.123.959-**	4010103655			
EBESON ERENOR ROCHA	AQUARELA I	SC00008664	94.296,96	R$ 659,14
***.860.308-**	4030216021			
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS	THIAGO E J	SC00039747	108.684,18	R$ 759,70
***.995.369-**	4010555785			
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS	THIAGO EJ I	SC00010647	185.907,15	R$ 1.299,49
***.995.369-**	4010138165			
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS	THIAGO EJ II	SC00145581	243.109,35	R$ 1.699,33
***.995.369-**	4430112886			
EDILIAMAR DE FREITAS LIMA	KEILA L	SC00009040	108.684,18	R$ 759,70

***.715.619-**	4010209445			
EDISSE MARIA LOBO AUTH	EDSON MATHEUS I	SC00008826	104.905,37	R$ 733,29
***.468.699-**	4430063656			
EDUARDO ALVES DO NASCIMENTO	ALCATRAZ I	SC00009174	185.907,15	R$ 1.299,49
***.452.498-**	4010544104			
EDUARDO GONÇALVES COSTA AMARAL	ANA AMARAL I	SC00008650	149.303,52	R$ 1.043,63
***.928.177-**	4430111561			
ELAINE ELISABETE CALDEIRA	REI DO UNIVERSO C	SC00263624	102.963,96	R$ 719,72
***.478.489-**	4430491054			
ELIANA IDALETE LOURENÇO MARQUES	AGUIA Nº 1	SC00010981	102.155,04	R$ 714,06
***.074.219-**	4430085781			
ELIAS CANTENOR TEIXEIRA	DON ANTONIO A	SC00009554	108.684,18	R$ 759,70
***.814.159-**	4430111944			
ELIAS CANTENOR TEIXEIRA	DONA NILDA II	SC00009646	65.782,53	R$ 459,82
***.814.159-**	4430108978			
ELISANGELA MARIA DOS SANTOS DA SILVA	VÔ MARZINHO	RS00005656	113.942,16	R$ 796,46
***.576.689-**	4430116458			
ELIZANE TEIXEIRA CALDEIRA	PORTO RICO S	SC00009018	65.782,53	R$ 459,82
***.972.229-**	4430076367			
ELZA MARIA BENTO	REI DE BELÉM II	SC00038477	65.782,53	R$ 459,82
***.668.699-**	4430082413			
ERICO HELIO DA SILVA	ASTRO REI S	SC00037505	141.445,44	R$ 988,70
***.577.809-**	4430091790			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	AGUIA DOURADA III	SC00101969	70.260,48	R$ 491,12
***.906.718-**	4430081123			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	AGUIA DOURADA IX	SC00008614	155.312,64	R$ 1.085,64
***.906.718-**	4430091641			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	AGUIA DOURADA VII	SC00008628	188.593,92	R$ 1.318,27
***.906.718-**	4430091544			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	AGUIA DOURADA XI	SC00101977	129.427,20	R$ 904,70
***.906.718-**	4430097038			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	AGUIA DOURADA XII	SC00008636	188.593,92	R$ 1.318,27
***.906.718-**	4430107017			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	AGUIA DOURADA XVI	SC00010907	303.969,02	R$ 2.124,74
***.906.718-**	4430121044			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	GOLDEN EAGLE X	SC00041134	166.984,20	R$ 1.167,22
***.906.718-**	210227036			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	GOLDEN EAGLE XI	SC00041168	229.952,84	R$ 1.607,37
***.906.718-**	210226251			
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE	ÁGUIA DOURADA XVII	SC00115608	166.406,40	R$ 1.163,18
***.906.718-**	4430477990			
EVALDO KOWALSKY	KOPESCA I	SC00008784	149.303,52	R$ 1.043,63
***.846.409-**	4430117373			
EVALDO KOWALSKY	KOWALSKY IV	SC00012571	107.239,68	R$ 749,61
***.846.409-**	4430078653			
EVALDO KOWALSKY	KOWALSKY V	SC00008798	166.984,20	R$ 1.167,22
***.846.409-**	4430096678			
EVALDO KOWALSKY	KOWALSKY VI	SC00008804	266.250,24	R$ 1.861,09
***.846.409-**	4430111634			
EVALDO KOWALSKY	MACEDO I	SC00096409	113.942,16	R$ 796,46
***.846.409-**	4430054011			
EVALDO KOWALSKY	MACEDO IV	SC00012535	99.843,84	R$ 697,91
***.846.409-**	4430082383			
EVALDO KOWALSKY	MARBELLA I	SC00008818	147.339,00	R$ 1.029,90
***.846.409-**	4430082936			
EVALDO KOWALSKY	VO DAVID	SC00008890	337.250,30	R$ 2.357,38
***.846.409-**	4430091552			
EVALDO KOWALSKY	YAMAYA III	SC00008910	158.418,89	R$ 1.107,35
***.846.409-**	4430069379			
EVALDO VICENTE BENTO	REI DAVID VI	SC00010527	77.794,99	R$ 543,79
***.136.458-**	4430091625			
EVILIN CRISTINA SANTOS	D. MATTOS IV	SC00075859	133.853,15	R$ 935,63
***.999.859-**	4430058318			
FABIANO ERICO CECCATO	MARILIA III	SC00012629	120.182,40	R$ 840,07
***.183.139-**	4430091285			
FABIO ISLEB DOS SANTOS E OUTRO	JOEL SANTOS	SC00199756	110.013,12	R$ 768,99
***.311.289-**	4430482870			
FABIO ISLEB DOS SANTOS E OUTRO	JOEL SANTOS II	SC00295829	157.161,60	R$ 1.098,56
***.311.289-**	4430490104			
FABIO JOSE DE MENEZES	HERÓIS DA FÉ	SC00008698	79.875,07	R$ 558,33
***.483.448-**	4430121079			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	ADOLPHO JOSE	SC00008600	252.937,73	R$ 1.768,03
.013.491/0001-	4430096830			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA III	SC00011955	157.161,60	R$ 1.098,56
.013.491/0001-	4430091781			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA IX	SC00012977	114.635,52	R$ 801,30
.013.491/0001-	4430079251			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA X	SC00012465	107.239,68	R$ 749,61
.013.491/0001-	4430071055			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XIII	SC00013077	107.239,68	R$ 749,61
.013.491/0001-	4430079269			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XV	SC00012951	115.005,31	R$ 803,89
.013.491/0001-	4430079285			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XVIII	SC00008718	177.500,16	R$ 1.240,73
.013.491/0001-	4430090921			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXI	SC00008720	196.137,68	R$ 1.371,00
.013.491/0001-	4430103453			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXIII	SC00013057	136.823,04	R$ 956,39
.013.491/0001-	4430090556			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXV	SC00008748	244.062,72	R$ 1.706,00
.013.491/0001-	4430110565			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXVI	SC00035807	247.760,64	R$ 1.731,85
.013.491/0001-	4430480222			

FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXVII	SC00222054	277.344,00	R$ 1.938,63
.013.491/0001-	4430488517			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXVIII	SC00010931	266.250,24	R$ 1.861,09
.013.491/0001-	4430122890			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR	SC00177228	141.445,44	R$ 988,70
***.281.079-**	4430480982			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR F	SC00011177	157.161,60	R$ 1.098,56
***.281.079-**	4430114153			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR F2	SC00040456	125.729,28	R$ 878,85
***.281.079-**	4430115451			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR FI	SP00037921	191.627,37	R$ 1.339,48
***.281.079-**	4030078613			
FLORIPA CALDEIRA CIPRIANO	CELEIRO DE DEUS	SC00009348	65.782,53	R$ 459,82
***.145.778-**	4430063231			
FRANCISCO ANTÔNIO DOS SANTOS	MAR DA ENSEADA II	SC00010197	165.886,38	R$ 1.159,55
***.703.859-**	4430123161			
FRANCISCO ANTÔNIO DOS SANTOS	MAR DA ENSEADA III	SC00168519	165.886,38	R$ 1.159,55
***.703.859-**	4430481377			
GAVIÃO PESCADOR TRANSPORTES LTDA ME	GAVIÃO PESCADOR III	SC00013217	221.875,20	R$ 1.550,91
.403.389/0001-	4430474303			
GIOVANI ANDRIANI	CAPITÃO THOR	SC00010255	214.508,25	R$ 1.499,41
***.256.528-**	3810229920			
GIOVANI ANDRIANI	IRON MAN I	SC00009336	185.907,15	R$ 1.299,49
***.256.528-**	4430041644			
GIOVANI ANDRIANI	PEROLA NEGRA A	SC00009244	185.907,15	R$ 1.299,49
***.256.528-**	4010189835			
GIOVANI ANDRIANI	SIRIEMA IV	SC00038589	214.508,25	R$ 1.499,41
***.256.528-**	4010745843			
GIOVANI ANDRIANI	VO SILVESTRE III	SC00010875	183.047,04	R$ 1.279,50
***.256.528-**	4430112207			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA II	SC00008938	188.593,92	R$ 1.318,27
***.142.078-**	4430091536			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA III	SC00008946	168.625,15	R$ 1.178,69
***.142.078-**	4430091668			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA IV	SC00008958	188.593,92	R$ 1.318,27
***.142.078-**	4430101574			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA V	SC00008960	266.250,24	R$ 1.861,09
***.142.078-**	4610036762			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA VI	SC00012915	157.161,60	R$ 1.098,56
***.142.078-**	4010588209			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA VIII	SC00301311	284.000,26	R$ 1.985,16
***.142.078-**	4430492590			
GUILHERMINA MARIA DE SOUZA RODRIGUES	ALTO MAR IV	SC00041308	133.125,12	R$ 930,54
***.056.879-**	4430091382			
GUILHERMINA MARIA DE SOUZA RODRIGUES	ALTO MAR VI	SC00279659	128.687,62	R$ 899,53
***.056.879-**	4010368098			
GUSTAVO COTA MARQUES	ARAÇA X	SC00040708	82.509,84	R$ 576,74
***.243.309-**	4430112088			
GUSTAVO HENRIQUE DE AVIZ SCHONE	VICTOR CELINO	SP00112516	185.907,15	R$ 1.299,49
***.767.109-**	4010449560			
HEITOR ADRIÃO PINHEIRO FILHO	ESTRELA DE KALY I	SC00011239	137.516,40	R$ 961,24
***.008.699-**	4430120650			
HILDO MANOEL MARQUES	MATHEUS MARQUES	SC00235327	194.140,80	R$ 1.357,04
***.391.889-**	4430484635			
HILDO MANOEL MARQUES	VO HILDO	SC00041416	125.729,28	R$ 878,85
***.391.889-**	4430115761			
HIROSHI ABE	Y.ABE	SC00008908	127.693,80	R$ 892,58
***.019.828-**	4430104751			
HIROSHI ONISHI	PRIMAVERA VI	SC00010457	185.907,15	R$ 1.299,49
***.303.828-**	4010195533			
HIROSHI ONISHI	PRIMAVERA XI	SC00010477	205.927,92	R$ 1.439,44
***.303.828-**	4010282126			
IPÊ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	IPE III A	SC00013045	120.182,40	R$ 840,07
.683.033/0001-	4430066302			
IRENE OSMENIA DOS SANTOS	SERGIO SANTOS	SC00060166	125.729,28	R$ 878,85
***.054.529-**	4430116784			
ISAIAS CORDEIRO	CORDEIRO DE DEUS II	SC00009406	102.963,96	R$ 719,72
***.772.339-**	4430112738			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	ISABELA A	SC00038647	108.684,18	R$ 759,70
***.516.069-**	4430122539			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	ISAQUE A	SC00211251	102.963,96	R$ 719,72
***.516.069-**	4430116482			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	ISAQUE S	SP00038027	108.684,18	R$ 759,70
***.516.069-**	4030204813			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	SONIA A	SC00010729	108.684,18	R$ 759,70
***.516.069-**	4430117951			
ISMAEL COELHO	VIVA VIDA C	SC00041358	137.516,40	R$ 961,24
***.378.639-**	4430045127			
ISMAEL COELHO	ÁGUA VIVA M	SP00123125	74.134,05	R$ 518,20
***.378.639-**	4430110352			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	ALAN II	SC00010919	106.084,08	R$ 741,53
***.521.619-**	4010209470			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	ALAN III	SC00010927	117.871,20	R$ 823,92
***.521.619-**	4430057311			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	DOMAEL	SC00011201	113.942,16	R$ 796,46
***.521.619-**	3410133704			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	J.W.A. SANTOS	SC00011289	125.729,28	R$ 878,85
***.521.619-**	4430115699			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	VO MAEL	SC00011491	125.729,28	R$ 878,85
***.521.619-**	4430116652			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	WILLIAN SANTOS	SC00011507	113.942,16	R$ 796,46
***.521.619-**	4430112592			
JAIR ANTONIO DOS SANTOS FILHO	VÔ GENESIO	SC00162997	117.871,20	R$ 823,92
***.982.449-**	4420222883			
JAIRO DA SILVA	LEAO DE JUDA III	SC00041620	97.243,74	R$ 679,73
***.066.427-**	4430096856			
JAISON ITAMAR MARCELINO	PRINCIPE DA PAZ J	SC00102107	93.603,60	R$ 654,29
***.596.049-**	4430091714			
JAQUELINE DORALICE CALDEIRA LIMA	GIDEONE	SC00080318	154.445,94	R$ 1.079,58
***.850.809-**	4430112177			
JEAN JOSÉ BENTO	BETÂNIA III	SC00039011	108.684,18	R$ 759,70
***.813.649-**	4410172808			
JOAO REINALDO NASCIMENTO	CATARINA N	SC00259627	125.844,84	R$ 879,66

***.716.129-**	4430121711			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DOM JOAQUIM A	SC00009568	243.109,35	R$ 1.699,33
***.615.339-**	210226471			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DOM LILICO	SC00048828	154.445,94	R$ 1.079,58
***.615.339-**	3410136843			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DOM SEBASTIÃO A	SC00038077	185.907,15	R$ 1.299,49
***.615.339-**	210190001			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DONA BEATRIZ	SC00009610	185.907,15	R$ 1.299,49
***.615.339-**	1610050193			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	LAMBARU	SP00002006	185.907,15	R$ 1.299,49
***.615.339-**	1610050631			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	LUZ DA MANHA I	SC00038255	243.109,35	R$ 1.699,33
***.615.339-**	210168641			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	TROVÃO A	SC00038621	166.458,40	R$ 1.163,54
***.615.339-**	4010555581			
JONAS JOSUÉ DA COSTA	JOSEANE JJ	SC00038135	108.684,18	R$ 759,70
***.321.269-**	4430076944			
JONE DOMINGOS	ASTRO SOL II	SC00045468	106.084,08	R$ 741,53
***.684.529-**	4430098026			
JORAN ARISTIDES BALTAZAR	MAR DO ARVOREDO	SC00011367	127.693,80	R$ 892,58
***.114.009-**	4410137301			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	BRISA C	SC00188547	80.545,32	R$ 563,01
***.608.597-**	4010122650			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	JOSE AUGUSTO IV	SC00013151	118.333,44	R$ 827,15
***.608.597-**	3810072940			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	KOPESCA IV	SC00010051	127.693,80	R$ 892,58
***.608.597-**	4430090009			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	VITORIA C I	SC00041598	74.651,76	R$ 521,82
***.608.597-**	4430091579			
JOSE FONSECA	ROSA BRANCA I	SC00011429	117.871,20	R$ 823,92
***.537.279-**	4430099871			
JOSE FONSECA	ROSA MISTICA M	SC00008868	117.871,20	R$ 823,92
***.537.279-**	3820085718			
JOSE GILVANIO BARRETO	SEIVAL III	SC00013197	88.750,08	R$ 620,36
***.978.155-**	4450055331			
JOSE SANCHO NETO	WILLIAM S	SC00108097	65.782,53	R$ 459,82
***.543.669-**	4430076677			
JOSEANE CLAIR DE SOUZA DA COSTA	JOSEANE J	SC00038609	102.963,96	R$ 719,72
***.494.309-**	4430103763			
JOSEANE CLAIR DE SOUZA DA COSTA	JOSEANE JJJ	SC00010237	102.963,96	R$ 719,72
***.494.309-**	4010048701			
JOSIMAR MIGUEL DE SOUZA E OUTRO	ELANDIO MJ	SC00237421	102.963,96	R$ 719,72
***.071.339-**	4430484198			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	DIEGO J	SC00009498	102.963,96	R$ 719,72
***.249.568-**	4430116776			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	DIEGO J I	SC00009504	85.803,30	R$ 599,77
***.249.568-**	4430123331			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	DIEGO J III	SC00038237	125.844,84	R$ 879,66
***.249.568-**	4430122997			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	CARLOS BRUNO	SC00011099	113.942,16	R$ 796,46
***.450.489-**	4430114111			
JOSÉ CARLOS FERREIRA	FERREIRA XIV	SC00013069	107.239,68	R$ 749,61
***.450.359-**	4430079277			
JOSÉ CARLOS MARCELINO	DOM JOSÉ M	SC00038051	217.368,36	R$ 1.519,40
***.850.988-**	4430046417			
JOSÉ CARLOS MARCELINO	MARASTRAL I	SC00010229	171.606,60	R$ 1.199,53
***.850.988-**	4430067341			
JOSÉ CONCA OTERO	TRIMAR XVI	SP00255219	236.666,88	R$ 1.654,30
***.024.908-**	4430487898			
JOSÉ CONCA OTERO	TRIMAR XVII	SP00255207	221.875,20	R$ 1.550,91
***.024.908-**	4430489009			
JOSÉ CONCA OTERO	TRIMAR XVIII	SP00297807	221.875,20	R$ 1.550,91
***.024.908-**	4430494754			
JOÃO CARLOS DOS SANTOS	IZAVANA	SC00008768	98.226,00	R$ 686,60
***.196.979-**	4430112622			
JOÃO CARLOS INACIO	REI DA GALILEIA IV	SC00038445	65.782,53	R$ 459,82
***.661.369-**	4430009244			
JOÃO CARLOS INACIO	REI DA GALILEIA VI	SC00038457	102.963,96	R$ 719,72
***.661.369-**	4430138371			
JOÃO JOVENTINO DOS SANTOS	DOM HENRIQUE IV	SC00095867	106.084,08	R$ 741,53
***.824.359-**	4430475211			
JUCÉLIA FERREIRA	FERREIRA XVI	SC00012947	107.239,68	R$ 749,61
***.359.169-**	4430079293			
JULIANO JAIR DOS SANTOS	ELISANGELA SANTOS	SC00055079	125.729,28	R$ 878,85
***.873.699-**	4430109117			
JULIO CESAR DOS SANTOS	JEAN CARLOS I-S	SC00007758	113.942,16	R$ 796,46
***.984.309-**	4430113670			
LAURENO PAULO SCHUFER	VO DEM I	SC00313378	137.562,62	R$ 961,56
***.553.419-**	4430493936			
LILIAN LUCI COSTA	ALIANÇA JB	SC00009850	183.047,04	R$ 1.279,50
***.724.449-**	4010550406			
LINO LAURO DA SILVA	CAPITÃO LAURO	SC00038481	111.544,29	R$ 779,69
***.367.549-**	4010588268			
LINO LAURO DA SILVA	COSTA ESMERALDA L	SC00011145	113.942,16	R$ 796,46
***.367.549-**	4430113165			
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI	BALI J	SC00046994	165.886,38	R$ 1.159,55
***.860.379-**	4410151096			
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI	BALI JJ	SC00047008	165.886,38	R$ 1.159,55
***.860.379-**	4418890289			
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI	LEARDINI IV	SC00010077	214.508,25	R$ 1.499,41
***.860.379-**	4010588446			
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI	LEARDINI VII	SC00010089	343.213,20	R$ 2.399,06
***.860.379-**	4010588195			
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI	ULUWATU I	SC00009948	214.508,25	R$ 1.499,41
***.860.379-**	4430091455			
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI	ULUWATU II	SC00010837	214.508,25	R$ 1.499,41
***.860.379-**	4430091463			
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA	MENSAGEIRO DO MAR	SP00158268	95.527,67	R$ 667,74
***.918.948-**	4030166253			
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA	MENSAGEIRO DO MAR I	SC00010287	65.782,53	R$ 459,82
***.918.948-**	4430053731			
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA	MENSAGEIRO DO MAR III	SC00086906	65.782,53	R$ 459,82

***.918.948-**	4010058188			
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA	MENSAGEIRO DO MAR IV	RJ00003720	102.963,96	R$ 719,72
***.918.948-**	3810447048			
LUCIANO PAULO DOS SANTOS	IAN CARLOS	SC00041958	127.693,80	R$ 892,58
***.063.629-**	4010287471			
LUCIANO PAULO DOS SANTOS	IAN CARLOS S	SC00220598	165.019,68	R$ 1.153,49
***.063.629-**	4430485071			
LUIS ANDERSON DA COSTA	LEANDRO E LUIS C	SC00013147	221.875,20	R$ 1.550,91
***.001.419-**	4430473447			
LUIS ANDERSON DA COSTA	RIOPESCA VII	SC00199946	208.192,90	R$ 1.455,27
***.001.419-**	4430483361			
LUIZ ALBERTO MARQUES	FELIPE MARQUES	SC00012691	151.244,93	R$ 1.057,20
***.023.039-**	4430123225			
LUIZ ALBERTO MARQUES	O PRINCIPIO	SC00154244	80.083,08	R$ 559,78
***.023.039-**	4420222808			
LUIZ MACHADO	DELMAR NORTE XI	PA00000648	214.508,25	R$ 1.499,41
***.951.122-**	1610039912			
LUIZ MACHADO	MISS EDNA	PA00001278	214.508,25	R$ 1.499,41
***.951.122-**	210183004			
LUIZ MACHADO	SALDANHA DA GAMA	PA00001678	214.508,25	R$ 1.499,41
***.951.122-**	210183152			
MANOEL JOAQUIM DOMINGOS	MESTRE DOCA I	SC00011371	137.516,40	R$ 961,24
***.447.509-**	4430107416			
MANOEL SILVESTRE MARQUES	AGUIA DO MAR V	SC00010969	65.614,97	R$ 458,65
***.320.119-**	4430110867			
MANOEL SILVESTRE MARQUES	MARCOS FELIPE II	SC00011511	74.651,76	R$ 521,82
***.320.119-**	4430117748			
MANOEL TARCILIO PINHEIRO	STELA MARIS III	SC00011467	125.729,28	R$ 878,85
***.123.149-**	4430114595			
MARCELO CORDEIRO	MANOEL CORDEIRO	SC00010171	102.963,96	R$ 719,72
***.680.839-**	4430111481			
MARCELO DERUNGS EUZEBIO	JOB NETO I	SC00011265	78.580,80	R$ 549,28
***.808.279-**	4610096676			
MARCELO DERUNGS EUZEBIO	JULIA M	SC00011455	78.580,80	R$ 549,28
***.808.279-**	4430114102			
MARCELO DERUNGS EUZEBIO	JULIA M1	SC00318108	79.875,07	R$ 558,33
***.808.279-**	4430497109			
MARCELO MIGUEL DE SOUZA	BETEL MJ	SC00038617	102.963,96	R$ 719,72
***.148.609-**	4430110859			
MARCELO MIGUEL DE SOUZA	JOSEANE MJ	SC00009998	102.963,96	R$ 719,72
***.148.609-**	4430111499			
MARCIA ELIANE BOTTINI BARROS	BOTTINI MAR	SC00009328	185.907,15	R$ 1.299,49
***.078.789-**	3810230413			
MARCIA OLINDINA DOS SANTOS	GABRIEL C	SC00011247	113.942,16	R$ 796,46
***.983.179-**	4430114587			
MARCIA ROSANIA FLORES CALDEIRA	LUZ DA AURORA	SC00010027	90.379,48	R$ 631,75
***.321.009-**	4430116792			
MARCIA ROSANIA FLORES CALDEIRA	LUZ DA VIDA S	SC00039169	80.083,08	R$ 559,78
***.321.009-**	4430119163			
MARCIAL CUNHA NOVAS	ATLANTA II	SC00058287	111.544,29	R$ 779,69
***.351.578-**	4010588489			
MARCIAL CUNHA NOVAS	ATLANTA III M	SC00038671	185.907,15	R$ 1.299,49
***.351.578-**	4010447168			
MARCIAL CUNHA NOVAS	NOVA CONQUISTA	SC00038337	185.907,15	R$ 1.299,49
***.351.578-**	3810205311			
MARCIO ALCIDES MONTEIRO	AQUARIUS S	RJ00003946	94.296,96	R$ 659,14
***.195.389-**	4010116901			
MARCO AUGUSTO ONISHI	PRIMAVERA XIV	SC00037471	211.648,14	R$ 1.479,42
***.099.448-**	4430086923			
MARCO AUGUSTO ONISHI	PRIMAVERA XV	SC00010481	157.306,05	R$ 1.099,57
***.099.448-**	4430091196			
MARCO AUGUSTO ONISHI	PRIMAVERA XVIII	SC00012167	123.880,32	R$ 865,92
***.099.448-**	4430091064			
MARCO AURÉLIO DA CUNHA	CUNHAMAR II	SC00009434	217.368,36	R$ 1.519,40
***.268.969-**	4010191279			
MARCO AURÉLIO DA CUNHA	CUNHAMAR III	SC00069148	185.907,15	R$ 1.299,49
***.268.969-**	4430080305			
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA	LEIXÕES I	SC00128781	140.520,96	R$ 982,24
***.275.927-**	4430119767			
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA	MARCOS ANTONIO F	SC00012567	157.161,60	R$ 1.098,56
***.275.927-**	4430100594			
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA	VIVIANE F	SC00037497	177.500,16	R$ 1.240,73
***.275.927-**	4430111022			
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA	YAGOPESCA F	RJ00012845	133.125,12	R$ 930,54
***.275.927-**	4430043949			
MARCOS AURELIO DA SILVA	DOM MARCU S	SC00013285	140.520,96	R$ 982,24
***.943.009-**	4430117721			
MARCOS JOÃO DOS SANTOS	BAIA DOURADA I	SC00011049	74.651,76	R$ 521,82
***.403.219-**	4430112665			
MARCOS VINICIUS DOS SANTOS	AMANDA SANTOS	SC00010995	125.729,28	R$ 878,85
***.979.069-**	4430115346			
MARGARETH MENEZES	MENEZES F	SC00012369	140.520,96	R$ 982,24
***.187.427-**	3840074398			
MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA	MARIA CRISTINA IS	SC00010267	91.523,52	R$ 639,75
***.211.399-**	4430117802			
MARIA DA GLORIA FRANCISCO PEREIRA	REI DA GLORIA G	SC00009878	108.684,18	R$ 759,70
***.636.939-**	4430115311			
MARIA DA GLORIA FRANCISCO PEREIRA	REI DA GLORIA I	SC00010501	148.725,72	R$ 1.039,59
***.636.939-**	4430118884			
MARIA IVANI PERCIAVALLE	AZTECA III	SC00320119	74.258,86	R$ 519,07
***.416.049-**	4430498407			
MARIA IVANI PERCIAVALLE	DOM BERNARDO	SC00239429	125.729,28	R$ 878,85
***.416.049-**	4430491810			
MARIA IVANI PERCIAVALLE	JOÃO VICTOR IV	SC00239437	104.905,37	R$ 733,29
***.416.049-**	4430490660			
MARIA IZABEL DA COSTA NEVES	ESTRELA GUIA CN	SC00037435	185.907,15	R$ 1.299,49
***.712.609-**	4010216956			
MATEUS CORDEIRO	DANIEL BERG II	SC00038039	97.243,74	R$ 679,73
***.936.189-**	4430111332			
MAURICIO SHIGASI	TATIANA F	SC00013127	157.161,60	R$ 1.098,56
***.621.628-**	4430105464			
MIRIAM AMORIM	MAGOS DO ORIENTE C	SC00187005	108.684,18	R$ 759,70
***.557.809-0**	4430481938			
NATUBRÁS PESCADOS LTDA.	PRIMAVERA II	SC00010431	157.306,05	R$ 1.099,57
.207.251/0001-	4430091048			
NATUBRÁS PESCADOS LTDA.	PRIMAVERA XXI	SC00041698	214.508,25	R$ 1.499,41

.207.251/0001-	4010447150			
NATUBRÁS PESCADOS LTDA.	PRIMAVERA XXII	SC00010065	200.207,70	R$ 1.399,45
.207.251/0001-	4010447141			
NEIVA MARIA FAÉ	MISTER DAVID	SC00237435	65.782,53	R$ 459,82
.670.449-	4430484180			
NEREU RAMOS CALDEIRA	ELISABETE NEREU	SC00038407	91.523,52	R$ 639,75
***.426.019-**	4430119660			
NEREU RAMOS CALDEIRA	NEREU RAMOS I	SC00225568	102.963,96	R$ 719,72
***.426.019-**	4430124159			
NEREU RAMOS CALDEIRA	NEREU RAMOS II	SP00038325	102.963,96	R$ 719,72
***.426.019-**	4030156550			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	BOA VIDA C	SP00113708	102.963,96	R$ 719,72
***.432.179-**	4010610875			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	BOA VIDA III	SC00009294	108.684,18	R$ 759,70
***.432.179-**	4430109036			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	NAF	SC00010349	113.942,16	R$ 796,46
***.432.179-**	4430111341			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	NOVA VIDA V	SC00010375	108.684,18	R$ 759,70
***.432.179-**	4430111430			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	VIDA BOA	SP00113728	102.963,96	R$ 719,72
***.432.179-**	4430088985			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	VIDA BOA I	SC00010849	108.684,18	R$ 759,70
***.432.179-**	4430109915			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	VIDA NOVA I	SC00010857	97.243,74	R$ 679,73
***.432.179-**	4030213057			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	CORDEIRO DE DEUS J	SC00011131	106.084,08	R$ 741,53
***.063.449-**	4430112878			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	GUNNAR VINGREN	RS00047848	127.693,80	R$ 892,58
***.063.449-**	4010143614			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	GUNNAR VINGREN II	SC00195124	194.487,48	R$ 1.359,47
***.063.449-**	4010132736			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	GUNNAR VINGREN III	SC00011251	113.942,16	R$ 796,46
***.063.449-**	4430117098			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	VO NICACIO I	RJ00003256	125.844,84	R$ 879,66
***.063.449-**	3810009954			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	VÔ NICACIO	RS00039297	148.725,72	R$ 1.039,59
***.063.449-**	4610075334			
ORACI JOSE MARTINS	IMPERIAL C	SC00039727	171.606,60	R$ 1.199,53
***.662.869-**	4010555564			
ORACI JOSE MARTINS	NINO MARTINS	SP00003960	185.907,15	R$ 1.299,49
***.662.869-**	4010127431			
ORACI JOSE MARTINS	NINO MARTINS II	SC00038047	205.927,92	R$ 1.439,44
***.662.869-**	1610054679			
ORLANDO FERREIRA	MARILIA I A	SC00012641	120.182,40	R$ 840,07
***.719.209-**	4430082677			
OSMAR DOS SANTOS FILHO	ADRIANO SANTOS	SC00010957	104.905,37	R$ 733,29
***.658.469-**	4430110590			
OSMAR DOS SANTOS FILHO	DONA LOURDES I	SC00011227	113.942,16	R$ 796,46
***.658.469-**	4430112975			
OSMAR DOS SANTOS FILHO	OSMAR SANTOS	SC00011385	113.942,16	R$ 796,46
***.658.469-**	4430114579			
OSMAR LUIZ MONTAGNA	OSMAR LUIZ M	SC00041466	171.606,60	R$ 1.199,53
***.290.429-**	4430111502			
PEDRO ANDRIANI	CUNHAMAR I	SC00044840	203.067,81	R$ 1.419,44
***.877.908-**	4010588501			
PEDRO PEREIRA	REI DA GLORIA II	SC00038469	97.243,74	R$ 679,73
***.542.159-**	4430123128			
RAUL CLEMENTE CALDAS NETO	EMANUEL C	SC00053071	110.013,12	R$ 768,99
***.114.619-**	4430121052			
REGIANE MARIA CALDEIRA DOS SANTOS	BELO MAR R	SC00062854	152.729,87	R$ 1.067,58
***.504.979-**	4430116814			
REGINA CARVALHO DE OLIVEIRA DE LIMA	ROSA DE SARON L	SP00083778	108.684,18	R$ 759,70
***.247.719-**	4010450037			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	ADRIANA PINHEIRO	SC00040608	200.207,70	R$ 1.399,45
***.642.259-**	4410106180			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	BRIDA PINHEIRO	SC00040624	200.207,70	R$ 1.399,45
***.642.259-**	4410106198			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	JOAQUIM PINHEIRO	SC00009624	171.606,60	R$ 1.199,53
***.642.259-**	4010588306			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	SUNNY DAY	SC00038597	87.519,37	R$ 611,76
***.642.259-**	4430059047			
RENATA CIPRIANO	MAIS Q. VENCEDOR	SC00009068	65.782,53	R$ 459,82
***.250.049-**	4430062765			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	DOM ERNESTO II	SC00009188	133.853,15	R$ 935,63
***.158.429-**	4430116083			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	SANTA PAULINA FG	SC00142515	171.606,60	R$ 1.199,53
***.158.429-**	4010807571			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	SANTA PAULINA G H	SC00038419	165.886,38	R$ 1.159,55
***.158.429-**	4430084912			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	SANTA TEREZINHA 5	SC00101167	108.684,18	R$ 759,70
***.158.429-**	4010207701			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	SANTA TEREZINHA 6	SC00038241	148.725,72	R$ 1.039,59
***.158.429-**	4430112746			
RENATO RENOR CALDEIRA	PORTO RICO R	SC00010427	108.684,18	R$ 759,70
***.901.139-**	4420131853			
RENOR SEBASTIÃO CALDEIRA	MAR BELO C	SC00220018	143.005,50	R$ 999,61
***.823.819-**	4030213146			
RODRIGO CORDEIRO	JONI I	SC00009984	171.606,60	R$ 1.199,53
***.554.838-**	4430111464			
RODRIGO CORDEIRO	RONI	SC00010597	171.606,60	R$ 1.199,53
***.554.838-**	4010555556			
ROMARIO JOSE DOS SANTOS	PROMESSA CD	SC00040638	127.693,80	R$ 892,58
***.181.359-**	4410121456			
RONILDO AURELIANO DOS SANTOS	MAR CRISTALINO MS	SC00010185	165.886,38	R$ 1.159,55
***.729.859-**	4430123420			
ROSA MARIA MARTINS ALVES	ROSA MARIA A	SC00010617	165.886,38	R$ 1.159,55
.734.829-	4010555441			
ROSA MARIA MARTINS ALVES	ROSA MARIA S	SC00009526	154.445,94	R$ 1.079,58
***.734.829-**	3810205184			
ROSETE RÉGIS	MARIA EDUARDA R	SC00011025	71.901,43	R$ 502,59

***.571.139-**	4430119147			
ROSÂNIA CARDOSO FLORES	LUZ DIVINA I	SC00010147	108.684,18	R$ 759,70
***.954.969-**	4430119279			
SALVIO ANTÔNIO CALDEIRA	GLORIA DE DEUS II	SC00009864	85.803,30	R$ 599,77
***.917.329-**	4430109541			
SANDRO ABELARDO PINHEIRO	MANUELLA P	SC00231887	152.729,87	R$ 1.067,58
***.342.809-**	4430067261			
SANDRO ABELARDO PINHEIRO	MANUELLA PINHEIRO	SC00147565	166.458,40	R$ 1.163,54
***.342.809-**	4010555629			
SANDRO ABELARDO PINHEIRO	MARCO ANTONIO P	SC00010241	154.445,94	R$ 1.079,58
***.342.809-**	3810204978			
SANDRO ABELARDO PINHEIRO	MARCO ANTONIO PINHEIRO	SC00010887	185.907,15	R$ 1.299,49
***.342.809-**	4430124256			
SANDRO ABELARDO PINHEIRO	SAGA DE VIKING	SC00010685	214.508,25	R$ 1.499,41
***.342.809-**	4010588527			
SERGIO OSMAR DOS SANTOS	BRENDA SANTOS	SC00008678	113.942,16	R$ 796,46
***.658.709-**	4430112711			
SEVERIANO JOAO DOS SANTOS	DOM HENRIQUE II	SC00011181	104.905,37	R$ 733,29
***.931.179-**	4430105642			
SEVERIANO JOAO DOS SANTOS	DOM HENRIQUE III	SC00011195	113.942,16	R$ 796,46
***.931.179-**	4430114005			
SIDNEI ARGINO MONTEIRO	LEÃO II	SC00011335	94.296,96	R$ 659,14
***.369.649-**	3810150851			
SILVINO DOMINGOS BENTO	ROSAS DE OURO	SC00010621	108.684,18	R$ 759,70
***.583.509-**	4010402636			
SILVINO DOMINGOS BENTO	ROSAS DE OURO I	SC00041428	82.943,19	R$ 579,77
***.583.509-**	4010237414			
SILVIO DORVAL BENTO	ALIANCA	SC00071415	102.963,96	R$ 719,72
***.163.749-**	4430066876			
SILVIO DORVAL BENTO	REI DE ISRAEL	SC00010547	102.963,96	R$ 719,72
***.163.749-**	4430070504			
SILVIO DORVAL BENTO	REI DE ISRAEL II B	SC00236581	108.684,18	R$ 759,70
***.163.749-**	4430485054			
SILVIO ROGER CALDEIRA	CAPITÃO LUCAS	SC00246888	74.651,76	R$ 521,82
***.031.009-**	4430489491			
SILVIO ROGER CALDEIRA	SOBRE AS ONDAS	SC00315130	84.312,58	R$ 589,34
***.031.009-**	4430493413			
SIMONI DOROTÉA BATISTA	SINUELO DO MAR I	RS00039251	125.729,28	R$ 878,85
***.872.169-**	4610096200			
TANIA CATARINA PONCIANO CORDEIRO	BETAN I	SC00048548	165.886,38	R$ 1.159,55
***.480.849-**	4430089671			
TSAI TUNG WEI	MORUMBI II	SP00038311	166.458,40	R$ 1.163,54
***.056.748-**	4010588292			
VALDIR TEIXEIRA FILHO	REI DAS ESTRELAS C	SC00280016	102.963,96	R$ 719,72
***.198.819-**	4430491259			
VALMIR FABRICIO PERON	FLORIPA SL 3	SC00102867	74.651,76	R$ 521,82
***.855.339-**	4430480273			
VALMIR FABRICIO PERON	PRIMAVERA XVII	RS00005358	165.886,38	R$ 1.159,55
***.855.339-**	4430091056			
VALMIR FABRICIO PERON	VO SILVESTRE I	SC00149207	183.047,04	R$ 1.279,50
***.855.339-**	4430091803			
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO	MERICIA I	SC00010307	65.782,53	R$ 459,82
***.041.269-**	4430071349			
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO	MERICIA II	SC00010311	74.362,86	R$ 519,80
***.041.269-**	4410043005			
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO	MERICIA IV	SC00104545	152.729,87	R$ 1.067,58
***.041.269-**	4010106450			
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO	MERICIA V	SC00243328	114.404,40	R$ 799,69
***.041.269-**	4430485437			
VILMAR IZIDORIO DA SILVA	LUAN VILMAR	SC00040730	121.800,24	R$ 851,38
***.509.329-**	4430112193			
VIVIANE APARECIDA ADELINO CALDEIRA	DOM HEBER G	SC00315158	84.312,58	R$ 589,34
***.373.119-**	4430497095			
WALMIR LEAL PORTO	ANTONIO PEDRO DOMINGOS	SC00012357	107.239,68	R$ 749,61
***.180.807-**	4430079625			
WANDERLEY ANTÔNIO KUHN	ELLEN M	SC00013209	129.427,20	R$ 904,70
***.792.740-**	4430101922			
WESTRE DE FREITAS MARQUES	MESTRE DO MARES	SC00107247	86.438,88	R$ 604,21
***.863.727-**	4430115664			
WILSON CABRAL	CABRAL VII	SC00013259	203.385,60	R$ 1.421,67
***.085.719-**	4430117772			
WILSON JOSE LOPES DARELLA	IVANDINA DARELLA	SC00013341	221.875,20	R$ 1.550,91
***.274.269-**	4418889523			
WILSON JOSE LOPES DARELLA	MENINO DARELLA	SC00013329	186.375,17	R$ 1.302,76
***.274.269-**	4430081000			
WILSON JOSÉ CORDEIRO	BETAN	SC00009280	183.047,04	R$ 1.279,50
***.773.109-**	4010254912			
WILSON JOSÉ CORDEIRO	TANBE	SC00039739	143.005,50	R$ 999,61
***.773.109-**	4010140747			
WILSON JOSÉ CORDEIRO	TANBÉ I	SC00098917	183.047,04	R$ 1.279,50
***.773.109-**	4010588373			
YAGO MENEZES PEIXOTO	YAGO F	SC00013177	126.838,66	R$ 886,60
***.787.477-**	4430091528			
TOTAL	375		52.402.012,11	R$ 366.290,06

Em Operação no Estado de Santa Catarina - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA PESCA, DOS ARMADORES E DA AQUICULTURA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SUL CATARINENSE (SINPESCASUL - SC)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
AGNALDO MEDEIROS AGUIAR	LAGUNA	SC00013007	138.672,00	R$ 969,32
***.660.679-**	4450085710			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER IV N	SC00045484	143.005,50	R$ 999,61
.350.944/0001-	3410103201			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	MARILIA IV	SC00012617	120.182,40	R$ 840,07
.350.944/0001-	4430091315			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR I	SC00045526	181.330,97	R$ 1.267,50
.383.614/0001-	220030464			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR II	SC00045538	243.109,35	R$ 1.699,33
.383.614/0001-	220031622			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR IV	SC00289710	200.207,70	R$ 1.399,45
.383.614/0001-	4430490465			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	TAMY Y	SC00045540	111.544,29	R$ 779,69
.383.614/0001-	4010745967			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	TATHI M	SC00045554	111.544,29	R$ 779,69
.383.614/0001-	4010745959			
DANIEL GUNTHER GONCALVES	ALBACORA	SC00046958	200.207,70	R$ 1.399,45
***.553.309-**	4410165313			

FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	COMETA HALLEY I	SC00040336	185.907,15	R$ 1.299,49
***.586.589-**	4010555688			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	J GONÇALVES III	SC00046204	243.109,35	R$ 1.699,33
***.586.589-**	4410170392			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	J GONÇALVES IV	SC00040300	185.907,15	R$ 1.299,49
***.586.589-**	4410173081			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	PRIMAVERA IX	SC00010445	204.211,85	R$ 1.427,44
***.586.589-**	4010431547			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	PRIMAVERA X	SC00010469	185.907,15	R$ 1.299,49
***.586.589-**	4010471697			
GILSON MENDONÇA	POLACO II	SC00011359	113.942,16	R$ 796,46
***.541.529-**	4430118035			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	LAGUNA II A	SC00012637	127.578,24	R$ 891,77
***.256.729-**	4430091293			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTONIO DOS ANJOS IV	SC00040088	137.516,40	R$ 961,24
***.256.729-**	4430123021			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTONIO DOS ANJOS VI	SC00058085	137.516,40	R$ 961,24
***.256.729-**	4430117179			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS III	SC00040068	125.729,28	R$ 878,85
***.256.729-**	4430117837			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS V	SC00040090	113.942,16	R$ 796,46
***.256.729-**	4430117608			
JOSÉ MANOEL MENDONCA	POLACO	SC00040124	70.722,72	R$ 494,35
***.244.969-**	4450096720			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL III	SC00039979	149.303,52	R$ 1.043,63
.613.486/0001-	4610074605			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL IX	RS00005374	152.729,87	R$ 1.067,58
.613.486/0001-	4430091595			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL V	SC00039987	166.458,40	R$ 1.163,54
.613.486/0001-	4430084394			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL VI	SC00039991	183.047,04	R$ 1.279,50
.613.486/0001-	4430089663			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL VII	SC00012799	120.182,40	R$ 840,07
.613.486/0001-	4410140558			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL VIII	RS00005360	152.729,87	R$ 1.067,58
.613.486/0001-	4430091587			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL X	SC00046240	165.886,38	R$ 1.159,55
.613.486/0001-	4610071240			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XI	SC00040350	165.886,38	R$ 1.159,55
.613.486/0001-	4610071231			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XII	SC00040018	127.693,80	R$ 892,58
.613.486/0001-	4450085086			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XIII	SC00040364	152.729,87	R$ 1.067,58
.613.486/0001-	4010449659			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XIV	SC00040378	165.886,38	R$ 1.159,55
.613.486/0001-	4010555653			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XIX	SC00146801	185.907,15	R$ 1.299,49
.613.486/0001-	4430091331			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XVII	SC00012787	157.161,60	R$ 1.098,56
.613.486/0001-	4450095944			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XVIII	SC00146827	185.907,15	R$ 1.299,49
.613.486/0001-	4430091340			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XX	SC00041170	165.886,38	R$ 1.159,55
.613.486/0001-	4430083193			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXI	SC00041198	165.886,38	R$ 1.159,55
.613.486/0001-	4430083207			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXII	SC00007746	219.084,43	R$ 1.531,40
.613.486/0001-	4430095744			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXIII	SC00007738	217.368,36	R$ 1.519,40
.613.486/0001-	4430095736			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXIV	SC00093821	183.047,04	R$ 1.279,50
.613.486/0001-	4430091251			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXV	SC00093835	183.047,04	R$ 1.279,50
.613.486/0001-	4430091269			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DON MANOEL II	RS00006074	141.445,44	R$ 988,70
.613.486/0001-	4610096561			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA IV	SC00044748	185.907,15	R$ 1.299,49
.944.779/0001-	4430079242			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA VI	SC00040406	154.445,94	R$ 1.079,58
.944.779/0001-	4010793121			
MARINA BORGES GONÇALVES	J GONÇALVES V	SC00038185	217.368,36	R$ 1.519,40
***.271.089-**	4430116300			
MARINA BORGES GONÇALVES	SÃO PEDRO S	SC00038551	185.907,15	R$ 1.299,49
***.271.089-**	4010588519			
PAULO SEZAR CLAUDINO	ALASKA I	SC00009160	211.648,14	R$ 1.479,42
***.839.449-**	4010383135			
PEDRO PAULO MENDES	DONA SANTINA II	SC00009658	171.606,60	R$ 1.199,53
***.114.499-**	4430116610			
PEDRO PAULO MENDES	DONA SANTINA III	SC00012377	140.520,96	R$ 982,24
***.114.499-**	3810503479			
SALOMÃO DE ABREU GONÇALVES	VÔ JOÃO G 2	SC00222090	240.364,80	R$ 1.680,15
***.590.459-**	4430487910			
TOTAL	50		8.296.838,19	R$ 57.994,90

Em Operação no Estado do Rio Grande do Sul - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA, DOCES E CONSERVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDIPESCA - RS)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
AMERICO DA SILVA FARIAS	DOM PEDRO I	RS00039157	78.580,80	R$ 549,28
***.546.720-**	4430080518			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	COLUMBUS I	SC00009378	205.927,92	R$ 1.439,44
.350.944/0001-	4430110239			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	COLUMBUS II P	SC00009386	211.648,14	R$ 1.479,42
.350.944/0001-	4430110581			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER IX	RS00008544	165.886,38	R$ 1.159,55
.350.944/0001-	4430095892			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER V - N	RS00008558	151.585,83	R$ 1.059,58
.350.944/0001-	4430085579			

CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER VI - N	RS00008566	200.207,70	R$ 1.399,45
.350.944/0001-	4410149091			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER VII	SC00045498	117.871,20	R$ 823,92
.350.944/0001-	4610096544			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER X	RS00008578	165.886,38	R$ 1.159,55
.350.944/0001-	4430095906			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER XVI	SC00137324	141.445,44	R$ 988,70
.350.944/0001-	4451113075			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR	SC00046338	171.606,60	R$ 1.199,53
.383.614/0001-	4430077380			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR III	SC00262910	200.207,70	R$ 1.399,45
.383.614/0001-	4430490457			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	DELFIM	RS00005726	270.687,74	R$ 1.892,11
.499.844/0001-	4610036771			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	ESPADA	RS00005738	239.625,22	R$ 1.674,98
.499.844/0001-	4610037033			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 5	RS00005888	576.875,52	R$ 4.032,36
.499.844/0001-	4610083566			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 6	RS00005896	576.875,52	R$ 4.032,36
.499.844/0001-	4610083574			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 7	RS00005908	576.875,52	R$ 4.032,36
.499.844/0001-	4610083582			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 8	RS00005916	576.875,52	R$ 4.032,36
.499.844/0001-	4610083591			
JOSÉ DOMINGOS MARQUES PEDRO	ANA PAULA II	RS00005858	102.155,04	R$ 714,06
***.421.830-**	4610075377			
JOSÉ DOMINGOS MARQUES PEDRO	ANA PAULA III	RS00006060	110.013,12	R$ 768,99
***.421.830-**	4610096463			
PEDRO PAULO MENDES	DONA SANTINA	RS00005668	171.606,60	R$ 1.199,53
***.114.499-**	4430116636			
ROGERIO TAMADA	AMOR II	SP00003888	131.565,06	R$ 919,64
***.115.928-**	4010083930			
ROGERIO TAMADA	GUARAU	SP00004068	154.445,94	R$ 1.079,58
***.115.928-**	4010145587			
ROGERIO TAMADA	GUARUÇA	SP00004076	154.445,94	R$ 1.079,58
***.115.928-**	4010145595			
ROGERIO TAMADA	HARMONIA IX	SP00003876	131.565,06	R$ 919,64
***.115.928-**	4019918783			
SONIA AIKO TAMADA PASSARELLA	MAR DE CORAL	SC00040588	185.907,15	R$ 1.299,49
***.784.038-**	4410100696			
SONIA AIKO TAMADA PASSARELLA	MAR DE GALICIA	SC00040568	185.907,15	R$ 1.299,49
***.784.038-**	4410100688			
SONIA AIKO TAMADA PASSARELLA	VO LICA I	SC00124597	154.445,94	R$ 1.079,58
***.784.038-**	4010142774			
TORQUATO PONTES PESCADOS S/A	AUSTRIA	SP00139018	76.616,28	R$ 535,55
.873.981/0001-	4010548096			
TORQUATO PONTES PESCADOS S/A	MARIA	RS00005740	147.339,00	R$ 1.029,90
.873.981/0001-	4610038137			
TOTAL	29		6.334.681,41	R$ 44.279,42

Em Operação no Estado do Rio Grande do Sul - SINDICATO DOS ARMADORES DA PESCA DO RIO GRANDE DO SUL (SINDARPES - RS)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADILSON GLAESER DE SOUZA	RIO JORDÃO I	RS00039201	55.006,56	R$ 384,50
***.619.730-**	4610073676			
ALENIR SILVA DE MORAES	DOM ARMANDO I	SC00039227	117.871,20	R$ 823,92
***.217.500-**	4410084763			
ALENIR SILVA DE MORAES	DOM ARMANDO II	RS00170246	127.693,80	R$ 892,58
***.217.500-**	4430476977			
ALENIR SILVA DE MORAES	DOM ARMANDO III	SC00040850	74.651,76	R$ 521,82
***.217.500-**	4430117420			
ALESSANDRA DA HORA RAMOS	MONTE CARLO II	RS00003408	78.580,80	R$ 549,28
***.348.000-**	3810194689			
ALESSANDRA DA HORA RAMOS	MONTE CARLO VI	RS00005930	70.722,72	R$ 494,35
***.348.000-**	4610085470			
ANDRE LUIZ DE SOUZA PONTES	DOM CAETANO III	RS00005978	71.508,53	R$ 499,84
***.247.860-**	4610087871			
ANNE DA CUNHA PEREIRA	CAPITÃO TROVÃO	RS00141541	35.361,36	R$ 247,18
***.409.950-**	4610067811			
BERNARDO DOS SANTOS LOURENÇO	BACANA VL	RS00039867	117.871,20	R$ 823,92
***.758.140-**	4430112185			
CARLOS LEONEL ALVES AGOSTINHO	J.MOTTA	RS00141435	43.219,44	R$ 302,10
***.092.390-**	4630032495			
CHARLENE BARCELOS DA HORA	MENINA LYVIA	RS00157436	70.722,72	R$ 494,35
***.555.740-**	4430113572			
CHARLES ANTÔNIO POUZADA DA HORA	TATUIRA	RS00147077	46.362,67	R$ 324,08
***.072.060-**	4610070502			
CLAUDIO FERNANDO DA CUNHA PEREIRA	HIENA DOS MARES III	RS00039239	70.722,72	R$ 494,35
***.489.000-**	4610096641			
DANIEL DE OLIVEIRA MELO	GRANDE RIO X	RS00006116	73.473,05	R$ 513,58
***.139.600-**	4610097516			
DELAMAR GENERALDO MACHADO	DON LUCAS	RS00039817	70.722,72	R$ 494,35
***.477.570-**	4610098130			
ELENILDE DA ROCHA NOBRE	YASMIN V	RS00129077	62.864,64	R$ 439,42
***.222.540-**	4611514501			
EMANOELE SOLANGE DA SILVEIRA OPA	ROSA DO MAR	RS00039397	43.219,44	R$ 302,10
***.049.380-**	4650011248			
EMERSON CARINHA MARQUES	MANUELA R	RS00123067	39.290,40	R$ 274,64
***.753.230-**	4610102897			

ERENILDO MOREIRA EBERSOL	GRANDE RIO II	RS00039491	43.219,44	R$ 302,10
***.221.730-**	4610072343			
EWERTON LUIZ ALMEIDA DA SILVA	VENCEDOR III	RS00039107	66.793,68	R$ 466,89
***.686.940-**	4010080370			
FABIANE RIBEIRO BASTOS	JOAO VITOR L I	RS00006128	125.729,28	R$ 878,85
***.140.540-**	4610098784			
FABIO FERREIRA DE SOUZA	S.JUNIOR	RS00141537	50.684,62	R$ 354,29
***.138.840-**	4630033491			
FERNANDA PINTO VAZ DA SILVA	VITORIA FILHA II	RS00167117	110.013,12	R$ 768,99
***.115.820-**	4610105306			
FRANCISCO DOS SANTOS LOURENÇO	CAPRICHO III	RS00005958	90.367,92	R$ 631,67
***.440.990-**	4610086352			
FRANCISCO DOS SANTOS LOURENÇO	O SOCIO	SC00057385	45.183,96	R$ 315,84
***.440.990-**	4410462725			
FRANCISCO EDUARDO PEREIRA LOURENÇO	CAPRICHO F	RS00005578	104.905,37	R$ 733,29
***.432.340-**	4430112151			
HAISSA IARONKA CARDOSO	BUTTENBENDER I	RS00235179	88.750,08	R$ 620,36
***.116.700-**	4610101246			
HOMERO AMORIM DE PAIVA	BOEMIO XIII	RS00005928	122.978,95	R$ 859,62
***.771.250-**	4610083965			
JERRI DA SILVA FRANCISCO	SAO FRANCISCO	RS00006158	64.829,16	R$ 453,16
***.139.009-**	4630034048			
JERRI DA SILVA FRANCISCO	SAO PEDRO VI	SC00047228	66.793,68	R$ 466,89
***.139.009-**	4450084993			
JERRI DA SILVA FRANCISCO	SÃO PAULO II	RS00005944	88.403,40	R$ 617,94
***.139.009-**	4610086298			
JORGE DE AZEVEDO MELO	GRANDE RIO IX	RS00006144	73.473,05	R$ 513,58
***.567.040-**	4610103567			
JORGE DE AZEVEDO MELO	GRANDE RIO VII	RS00006046	72.687,24	R$ 508,08
***.567.040-**	4610096188			
JORGE DE AZEVEDO MELO	GRANDE RIO VIII	RS00006058	72.687,24	R$ 508,08
***.567.040-**	4610096196			
JOSÉ ARTUR MOITA BICHO	DOM CAETANO IV	RS00006088	113.942,16	R$ 796,46
***.533.100-**	4610096692			
JOSÉ AUGUSTO LOURENÇO DA SILVA	TROPA DE ELITE	RS00005218	104.905,37	R$ 733,29
***.185.770-**	4430071438			
JOSÉ IRENI SILVEIRA DA ROSA	BOEMIO X	RS00005824	51.077,52	R$ 357,03
***.894.770-**	4610072980			
JOSÉ LUIZ DA HORA RAMOS	KARINE I	RS00039455	39.290,40	R$ 274,64
***.770.480-**	4650011841			
JOSÉ LUIZ TROINA DA SILVA	SINUELO DO MAR II	RS00039289	78.580,80	R$ 549,28
***.271.550-**	4610101092			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	DIPLOMATA I	RS00039119	45.183,96	R$ 315,84
***.184.400-**	4630032576			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	DOM CHINO	RS00039309	76.616,28	R$ 535,55
***.184.400-**	3410104330			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	ECLIPSE II	RS00039507	106.084,08	R$ 741,53
***.184.400-**	4610078031			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	OCEANO I	RS00005846	74.651,76	R$ 521,82
***.184.400-**	4610073773			
JULECI FIDELIX	VÓ CELI	RS00006096	78.580,80	R$ 549,28
***.099.228-**	4610097036			
JULIANA DA SILVA RODRIGUES	DOM RODRIGUES	RS00039321	39.290,40	R$ 274,64
***.299.210-**	4630033289			
LEANDRO COSTA DE FARIAS	ANDERSON F	RS00039367	78.580,80	R$ 549,28
***.899.500-**	4610102200			
LEANDRO COSTA DE FARIAS	LEANDERSON COSTA	SC00068228	68.758,20	R$ 480,62
***.899.500-**	3810001368			
LEANDRO COSTA DE FARIAS	SOFIA SC	RS00004956	120.182,40	R$ 840,07
***.899.500-**	4410140582			
LUIS HOMERO DA SILVEIRA PAIVA	BOEMIO XVI	RS00006010	72.294,34	R$ 505,34
***.052.020-**	4610095254			
MARCELO COSTA DA SILVA	DON LUIZ P	SC00225450	102.155,04	R$ 714,06
***.551.640-**	4430480168			
MARIA DA GRAÇA OLIVEIRA RAMOS	MERIDIANO 3	RS00222758	104.119,56	R$ 727,80
***.204.560-**	4010287438			
MAURÍCIO MAIO LOURENÇO	BACANA VI	RS00039871	104.905,37	R$ 733,29
***.187.700-**	4610097737			
NELSON ROCHA DE SOUZA	DOM FRANCISCO	RS00006024	72.294,34	R$ 505,34
***.920.380-**	4610095726			
NILO DOS SANTOS CARVALHO	GENERAL VARGAS III	RS00003818	74.651,76	R$ 521,82
***.747.310-**	3820115579			
ODARLAN GONÇALVES FLORINDO	LIRIO DOS VALES I	RS00005790	70.722,72	R$ 494,35
***.376.980-**	4610069369			
ODECIO GONÇALVES FLORINDO	MANÚ II	RS00039277	113.942,16	R$ 796,46
***.133.870-**	4610096269			
PATRICK CARINHA MARQUES	MARIA DA LUZ	RS00039765	39.290,40	R$ 274,64
***.874.490-**	4610085666			
PAULO CESAR DA CONCEIÇÃO	SÃO JOSÉ III	RS00039359	39.290,40	R$ 274,64
***.048.130-**	4450050371			
PESCADOS JULIANA LTDA	JULIANA III A	SC00040484	114.335,06	R$ 799,20
.284.235/0001-	4010211679			
RAFAEL CORREA MATTOS	DIOGO F II	RS00052075	88.750,08	R$ 620,36
***.144.499-**	4610090155			
RAFAEL CORREA MATTOS	SAFADI SEIF I	SC00011317	125.729,28	R$ 878,85
***.144.499-**	4430093725			
RICARDO DUARTE LOPES	LEANDERSON F	RS00004158	127.693,80	R$ 892,58
***.796.360-**	4010191996			
RILDO DA SILVA MOREIRA	DOM ESTEVAM	RS00006108	72.294,34	R$ 505,34
***.624.000-**	4610097214			
SERGIO DANIEL MAIO LOURENÇO	BACANA IV	RS00039859	102.155,04	R$ 714,06
***.188.000-**	4610075717			
UENDIEL ROCHA RODRIGUES	IZADORA I	RS00196808	94.296,96	R$ 659,14
***.087.540-**	4610095181			
VALCIR ADÃO DA ROCHA AMORIM	ALEGRETE II	RS00039797	43.219,44	R$ 302,10
***.768.900-**	4650012244			
VERIDIANA FONSECA DA COSTA	VICTORINHA MAR I	RJ00011987	42.526,08	R$ 297,26
***.525.550-**	3820089471			
VINICIUS TROCA FERREIRA	VICTORINHA MAR	RJ00012191	66.562,56	R$ 465,27
***.875.210-**	4030133126			
VINICIUS TROCA FERREIRA	VICTORINHA MAR II	RJ00062248	27.734,40	R$ 193,86
***.875.210-**	4030211313			
WILSON AMORIM DE PAIVA	EMANUELLE II	RS00005966	90.367,92	R$ 631,67
***.117.490-**	4610086433			
TOTAL	70		5.422.421,90	R$ 37.902,73

b) PORTARIA SAP/MAPA nº 28/2021, de 28 de janeiro de 2021:

Em Operação no Estado do Pará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA (SINDIPAM - PA-AP)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN I	PA00131576	7.072,27	R$ 49,44
***.526.742-**	210306190			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN III	PA00131090	19.252,30	R$ 134,57
***.526.742-**	210306203			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN IV	PA00131110	17.680,68	R$ 123,59
***.526.742-**	210318236			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN VI	PA00131138	17.680,68	R$ 123,59
***.526.742-**	210318295			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN VIII	PA00095651	25.538,76	R$ 178,52
***.526.742-**	210301341			
ANTÔNIO XAVIER DE SOUZA	PITIA	PA00006658	37.718,78	R$ 263,65
.454.593-	1610028091			
ANTÔNIO XAVIER DE SOUZA	ROCHELLE	PA00006700	25.145,86	R$ 175,77
***.454.593-**	1610041372			
ANTÔNIO XAVIER DE SOUZA	SAMIRO PESCA I	AP00224488	86.438,88	R$ 604,21
***.454.593-**	220093300			
FRANCISCO ERISLAN DA SILVA OLIVEIRA	IRIA I	PA00011739	41.254,92	R$ 288,37
***.810.372-**	1610054172			
TOTAL	9		277.783,13	R$ 1.941,70

Em Operação no Estado do Piauí - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DE LUIS CORREIA (APEL - PI)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
GERALDA RODRIGUES BRAGA	HANIEL BRAGA	CE00297875	47.925,04	R$ 335,00
***.903.823-**	1410112306			
TOTAL	1		47.925,04	R$ 335,00

Em Operação no Estado do Ceará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS ARMADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUI - CE (SINDIPESCA - CE)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANA LUCIA AZEVEDO HENRIQUE	D. JOÃO II	PI00264916	47.148,48	R$ 329,57
***.822.773-**	1610063937			
ANDRE BRAGA DE COUTO	TRINDADE I	PI00044388	41.185,58	R$ 287,89
***.767.223-**	1630042358			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 1000	CE00315398	142.000,13	R$ 992,58
***.554.923-**	211020362			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 400	CE00286708	48.164,67	R$ 336,67
***.554.923-**	1610069587			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 500	CE00286674	48.164,67	R$ 336,67
***.554.923-**	1610069579			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 700	CE00310990	47.925,04	R$ 335,00
***.554.923-**	1630047732			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 800	CE00310968	47.925,04	R$ 335,00
***.554.923-**	1630047660			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 900	CE00310976	47.925,04	R$ 335,00
***.554.923-**	1630047651			
ANTENOR ALVES DA SILVA	MOISES DE DEUS	CE00286660	48.164,67	R$ 336,67
***554.923-**	1610069595			
ANTONIO ZEFERINO VERAS NETO-ME	MESTRE PEDRO	CE00011847	43.219,44	R$ 302,10
.951.422/0001-	1630040860			
CARLOS ANDRÉ BRAGA DA SILVA	ASTRO DOURADO	CE00096909	20.218,38	R$ 141,33
***.771.573-**	1620018501			
CECILIA MARIA NUNES DA COSTA	SENHOR DO BONFIM DA BAHIA	CE00038787	56.162,16	R$ 392,57
***.379.053-**	1620017296			
CICERA MARIA NUNES DA COSTA	SAO FRANCISCO I	CE00024508	33.697,30	R$ 235,54
***.207.953-**	1620017784			
CIRO JOÃO NUNES DA COSTA	SANTO ANTONIO DA BARRA	CE00024398	41.185,58	R$ 287,89
***.565.673-**	1620018845			
ERICA CRISTINA BRAGA COUTO	ERICA 2	CE00246478	45.262,54	R$ 316,39
***.295.703-**	1610068521			
FRANCISCO JOSE ANDRADE PAIVA	LUIS MARTINS	CE00019851	20.218,38	R$ 141,33
***.534.593-**	1610058704			
FRANCISCO MADONE BRAGA DE COUTO JUNIOR	COSTAMAR BP	CE00315008	106.500,10	R$ 744,44
***.290.683-**	1630047767			
FRANCISCO MECENAS DE OLIVEIRA	ANA SARA I	CE00007328	42.433,63	R$ 296,61
***.862.803-**	1630042986			
FRANCISCO NAIANDRÉSON SILVA VIANA	NAIANDRÉSON	CE00248296	34.575,55	R$ 241,68
***.967.523-**	1630041548			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	GABRIEL	CE00007208	53.250,05	R$ 372,22

***.388.814-**	1630040983			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	GABRIEL H	CE00265264	36.254,41	R$ 253,42
***.388.814-**	1630045616			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	JESUS MARIA JOSÉ II	CE00265298	42.433,63	R$ 296,61
***.388.814-**	1630045250			
HEIJI TAMADA	ISAN MARU III	CE00303097	96.737,59	R$ 676,20
***.628.928-**	1630046922			
HEIJI TAMADA	ITIBAN	CE00277425	95.406,34	R$ 666,89
***.628.928-**	211016365			
JEOVÁ DOURADO DE ARAÚJO	DIAMANTINA II	CE00038807	43.219,44	R$ 302,10
***.083.093-**	1630041017			
JEOVÁ DOURADO DE ARAÚJO	DIAMANTINA JS	PA00297887	79.875,07	R$ 558,33
***.083.093-**	211014150			
JOSE EDSON PEREIRA	BRAVO SONHO	CE00244580	47.148,48	R$ 329,57
***.462.843-**	1630045993			
JOSE HOLANDA REBOUÇAS	CHEKNAR	CE00254027	47.925,04	R$ 335,00
***.498.003-**	1630045519			
JOSE HOLANDA REBOUÇAS	CHEKNAR I	CE00297931	47.925,04	R$ 335,00
***.498.003-**	1630046451			
JOSE ORLANDO DE OLIVEIRA	JOSIVONN	CE00254651	55.006,56	R$ 384,50
***.880.606-**	1410112829			
JOSEDITE MARQUES HOLANDA	O SHALON	CE00244636	62.125,06	R$ 434,25
***.421.463-**	1630046001			
JOSÉ DA CUNHA VASCONCELOS	J CUNHA II	CE00007274	28.289,09	R$ 197,74
***.913.853-**	1630041688			
JOSÉ DA CUNHA VASCONCELOS	JCUNHA I	CE00271881	3.929,04	R$ 27,46
***.913.853-**	1630045713			
JOSÉ EDENILTON PINTO DE OLIVEIRA	RIO IPIRANGA	CE00023704	20.218,38	R$ 141,33
***.191.613-**	1610050452			
JOSÉ EDMAR SILVA SANTOS	ANA MILENE	CE00007330	28.289,09	R$ 197,74
***.460.583-**	1630043125			
JOSÉ IRAN JUNIOR	ISAAC JUNIOR	CE00125239	26.625,02	R$ 186,11
***.789.703-**	1630043575			
JOSÉ RIBAMAR HENRIQUE	IGOR JOSÉ	CE00018531	41.185,58	R$ 287,89
***.006.243-**	1610058488			
LEIDIANE RODRIGUES ESMERINO NASCIMENTO	DEUS DA GLORIA	CE00242630	47.925,04	R$ 335,00
***.046.213-**	1630045691			
MARDÔNIO JOSÉ REBOUÇAS	JR III	RN00238875	70.722,72	R$ 494,35
***.753.293-**	1820051641			
MARIA AURINEIDE MONTEIRO	BOLT BP	CE00315440	159.750,14	R$ 1.116,65
***.093.178-**	1630047759			
MARIA AURINEIDE MONTEIRO	PITTY BP	CE00315546	133.125,12	R$ 930,54
***.093.178-**	1630047406			
MARIA AURINEIDE MONTEIRO	TALITA II	CE00038887	20.218,38	R$ 141,33
***.093.178-**	1630042846			
MARIA CLEUDE DE SOUSA	12 APÓSTOLOS	CE00248690	62.125,06	R$ 434,25
***.285.533-**	1630046035			
MARIA CLEUDE DE SOUSA	DEUS PROVERA JCAP	CE00308819	46.362,67	R$ 324,08
***.285.533-**	1630047422			
RODRIGO DE SENA COUTO	MANU FC	CE00278365	47.925,04	R$ 335,00
***.723.333-**	1630046311			
ROGERIO TAMADA	TOMO MARU II	CE00303071	96.737,59	R$ 676,20
***.115.928-**	1630046892			
TOTAL	46		2.502.811,05	R$ 17.494,65

Em Operação no Estado do Ceará - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DE FORTALEZA (ASPEMARF - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
EDILSON COSTA DE SOUSA	ALBATROZ II	CE00013697	20.967,21	R$ 146,56
***.397.253-**	2010040198			
JOSE NILTON PEREIRA DA SILVA	RIO PRATA	CE00211455	40.076,21	R$ 280,13
***.702.803-**	1610032781			
JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES	JOÃO CLÁUDIO	CE00041478	38.190,27	R$ 266,95
***.297.903-**	1610057911			
MANOEL CABRAL DE SOUSA	JULIA I	CE00019661	14.602,16	R$ 102,07
***.506.173-**	1610035712			
VALMAR DOS SANTOS ALVES	SÃO PAULO III	CE00037537	35.943,78	R$ 251,25
***.280.923-**	1620017792			
TOTAL	5		149.779,63	R$ 1.046,96

Em Operação no Estado do Ceará - COOPPELL - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANTONIO DE LIMA ROCHA	SATURNO AL	CE00117628	27.111,35	R$ 189,51
***.652.253-**	1820021645			
CARLOS FRED MARQUES DAMASCENO	SAMAVIL	CE00221446	40.076,21	R$ 280,13
***.929.663-**	1610068327			
ELISABETE PEREIRA DA SILVA GOMES	FRANCISCO FILHO	CE00095961	10.109,19	R$ 70,66
***.146.433-**	1830050559			
FRANCISCA MARQUES DE OLIVEIRA	JOSELICE	CE00158664	26.957,84	R$ 188,44
***.301.143-**	1620016541			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	LUIS FILYPE	CE00263906	40.076,21	R$ 280,13
***.168.513-**	1610064011			
GEIMISON GOMES DA SILVA	IUCATAN II	CE00018805	20.218,38	R$ 141,33
***.378.603-**	1620013410			
GILVAN MAIA DAMASCENO	MARIA EDUARDA GM	CE00241928	47.148,48	R$ 329,57
***.912.873-**	1620023423			

JAILTON DE MEDEIROS SILVA	JUPITER	CE00019731	19.095,13	R$ 133,47
***.716.913-**	1820021106			
JOAO PAULO SILVA DE SOUZA	BALOARTE	PB00231019	22.187,52	R$ 155,09
***.770.753-**	1820024920			
JOSE IVAN DA SILVA	YASMIN JS	CE00214091	18.859,39	R$ 131,83
***.940.763-**	1620023181			
JOSE MARTINS DE ARAUJO	VASCONCELOS A	CE00269536	28.289,09	R$ 197,74
***.504.013-**	1630045659			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	JOTA RICARDO	CE00273607	42.433,63	R$ 296,61
***.710.913-**	1630046230			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	M VERA	CE00289788	52.362,55	R$ 366,01
***.710.913-**	1630046485			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	MARAUJO	CE00242658	42.433,63	R$ 296,61
***.710.913-**	1630045705			
JOSÉ EDMILSON DA SILVA	HEVERTON	PB00018411	29.953,15	R$ 209,37
***.138.223-**	2010076761			
JOSÉ EDMILSON DA SILVA	JOHN	PB00314810	103.837,59	R$ 725,82
***.138.223-**	1620024578			
JOSÉ EDMILSON DA SILVA	JURACI	CE00131730	29.953,15	R$ 209,37
***.138.223-**	1641382236			
JOSÉ JADER MARQUES DE OLIVEIRA	CARLOS EDUARDO	CE00015457	19.095,13	R$ 133,47
***.283.603-**	1620018811			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL I	CE00264218	62.125,06	R$ 434,25
***.274.923-**	1630045870			
RAIMUNDO LUIZ BARBOSA	MISSIMAR	CE00034645	6.365,04	R$ 44,49
***.601.623-**	161M2007006531			
REINALDO BARBOSA BARRETO	BOA VONTADE	CE00015039	28.081,08	R$ 196,29
***.273.023-**	1620017725			
TOTAL	21		716.768,80	R$ 5.010,21

Em Operação no Estado do Ceará - ASSOCIAÇÃO VIRGEM PODEROSA DOS ARMADORES E PESCADORES DO TORROES (VIRGEM PODEROSA - CE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANA SAMILE ALVES	PEDRO MUNIZ	CE00248140	39.313,51	R$ 274,80
***.902.983-**	1630045551			
FRANCISCO IGOR DE SOUSA	J SOUSA	CE00292589	47.925,04	R$ 335,00
***.991.643-**	1630046612			
JOSÉ APOLIMAR BRAGA	HELENA MAR I	CE00018329	23.962,52	R$ 167,50
***.596.523-**	1610053346			
JOSÉ BONIFACIO RODRIGUES	PARAISO III	CE00022638	26.957,84	R$ 188,44
***.500.703-**	1630037842			
MARIA ERLANDIA RODRIGUES	AGAPE DS	CE00306159	42.433,63	R$ 296,61
***.735.313-**	1630047074			
RAIMUNDO DINIZ ALVES	JOSÉ LUIS MT	CE00314000	60.063,23	R$ 419,84
***.801.483-**	1630047741			
ROBERTO DINIZ DE SOUSA	SAN MARTINUS	CE00097597	25.460,18	R$ 177,97
***.261.603-**	1610057945			
TOTAL	7		266.115,95	R$ 1.860,15

Em Operação no Estado do Rio Grande do Norte - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SINDIPESCA - RN)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
BLUE OCEAN INDUSTRIA E COMERCIO	CAMBURI I	SP00103447	127.693,80	R$ 892,58
.879.115/0001-	4010649658			
MAR ABERTO - PESCA,, TRANSPORTE E APOIO MARÍTIMO EIRELI	ARGONAUTA	RN00104305	127.693,80	R$ 892,58
.736.808/0001-	4010545631			
MAR ABERTO - PESCA,, TRANSPORTE E APOIO MARÍTIMO EIRELI	OULED SI MOHAND	RN00002126	129.658,32	R$ 906,31
.736.808/0001-	1810057833			
TOTAL	3		385.045,92	R$ 2.691,47

Em Operação no Estado do Rio Grande do Norte - COOPPELL - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - RN)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	MANOEL CUNHA	RN00020758	35.361,36	R$ 247,18
***.982.654-**	1830055470			
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	SOUZA NETO	RN00258655	35.361,36	R$ 247,18
.982.654-	1820051757			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	MARCIO JUNIOR FZM	CE00020936	26.957,84	R$ 188,44
***.386.074-**	1610054563			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	RIO NITEROI	CE00023740	39.937,54	R$ 279,16
***.386.074-**	1820011003			
JOSENILDO MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA	RN00252397	55.006,56	R$ 384,50
***.600.704-**	1820051731			
JOSENILDO MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA III	RN00304837	57.687,55	R$ 403,24
***.600.704-**	1820052010			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	MARLIN AZUL	RJ00197038	79.875,07	R$ 558,33
***.666.107-**	1810057906			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	REBECA II	RN00314458	48.812,54	R$ 341,20
***.666.107-**	1820051943			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	VITORIA X	CE00007068	39.724,54	R$ 277,67
***.666.107-**	1630039187			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	WITAMAR II	RJ00105699	53.250,05	R$ 372,22
***.666.107-**	3410232702			
TOTAL	10		471.974,41	R$ 3.299,10

Em Operação no Estado de Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ADEILZA RODRIGUES DOS SANTOS	ITAMARATI III	AL00222638	42.329,63	R$ 295,88
***.182.534-**	2210089433			
ANDRE LUCIO OLIVEIRA DOS SANTOS	VERA MAR	AL00300377	9.724,37	R$ 67,97
***.559.254-**	2410138888			
CLEOMARKSON SILVA SANTOS	PERAZZO III	AL00264634	44.617,72	R$ 311,88
***.750.804-**	2420128729			
DINALDO SANTIAGO DE SOUZA	ALAN E JEFERSON	AL00221888	40.041,54	R$ 279,89
***.065.724-**	2420000587			
FRANCISCO CARLOS DA SILVA	GOLFINHO V	AL00224298	20.592,79	R$ 143,94
***.103.324-**	2420103670			
GERALDO JOSÉ LUNA	RENASCER II	AL00221748	51.481,98	R$ 359,86
***.333.824-**	2410149022			
GLEYDSON PUREZA DE SOUZA	SOUZA II	AL00225570	43.473,67	R$ 303,88
***.128.675-**	2420133676			
JOSE ERIVALDO NOGUEIRA DE FARIAS	CRISTIANE II	AL00224248	34.321,32	R$ 239,91
***.367.004-**	2420098609			
JOSE ERIVALDO NOGUEIRA DE FARIAS	GRANDE LOBO	AL00224250	40.041,54	R$ 279,89
***.367.004-**	1810045002			
MARIA FRANCISCA DOS SANTOS CARVALHO	J CARVALHO I	AL00225604	42.329,63	R$ 295,88
***.802.354-**	2420099371			
MARIA FRANCISCA FERREIRA SANTOS	AGUIA DOURADA I	AL00222624	34.321,32	R$ 239,91
***.039.584-**	2010046650			
MARIA LUCIA BATISTA DOS SANTOS	SANTA LUCIA I	AL00226770	25.740,99	R$ 179,93
***.187.454-**	2420108248			
PEDRO BATISTA DOS SANTOS	GAIVOTA XVI	AL00227828	38.325,47	R$ 267,90
***.992.944-**	2210058856			
SIRLEIDE DA CORRENTE SANTOS	ALLYFY ALEC	AL00264776	40.041,54	R$ 279,89
***.535.094-**	2410131166			
SOLANGE DOS SANTOS FELIX	IV NETOS	AL00225598	43.473,67	R$ 303,88
***.770.084-**	2210071615			
TOTAL	15		550.857,18	R$ 3.850,49

Em Operação no Estado de Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PESCADO DE PIRAMBU (APPP - SE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
MARIA ELIENE DOS SANTOS	E VITORIA	SE00322709	68.642,64	R$ 479,81
***.000.215-**	2610110421			
TOTAL	1		68.642,64	R$ 479,81

Em Operação no Estado de Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DA GRANDE ARACAJU (ASSAPAJU - SE)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
GIVALDO BIZERRA LIMA	FALCAO DO MAR	SE00002448	68.642,64	R$ 479,81
***.204.345-**	2610077025			
GIVALDO BIZERRA LIMA	SURFISTA	SE00002258	51.481,98	R$ 359,86
***.204.345-**	2610016069			
GIVALDO BIZERRA LIMA	SURFISTA II	SE00070321	68.642,64	R$ 479,81
***.204.345-**	2610075731			
MARIA LIGIA SILVA	MAXIMUS X	SE00213557	68.642,64	R$ 479,81
***.801.325-**	2610078927			
MARIA LIGIA SILVA	RONALDO I	SE00002414	51.481,98	R$ 359,86
***.801.325-**	2610076762			
TOTAL	5		308.891,88	R$ 2.159,15

Em Operação no Estado do Espírito Santo - COLONIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z05 MARIA ORTIZ - ES (COLONIA Z05 - ES)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
AHIJA MANSO CORREA	CHICO PESCADOS	ES00074477	111.544,29	R$ 779,69
***.259.197-**	4420121467			
AILTON MARTINS DE JESUS	JOICE I	ES00104771	43.219,44	R$ 302,10
***.156.237-**	3410146920			
ANTONIO SILVA DIAS	ESPERTO	ES00163475	45.761,76	R$ 319,87
***.268.637-**	3410146423			
BERNADETE BRAMBILA DARÉ	THAMARA CRYSTINA	ES00105909	47.148,48	R$ 329,57
***.334.447-**	3410238433			
BERNADETE BRAMBILA DARÉ	THAMARA CRYSTINA I	ES00109577	47.148,48	R$ 329,57
***.334.447-**	3410240888			
BERNADETE BRAMBILA DARÉ	THAMARA I	ES00105897	58.149,79	R$ 406,47
***.334.447-**	3410233610			
CARLOS ALBERTO PIANTAVINHA DOS SANTOS	GRASSI	ES00137310	50.291,71	R$ 351,54
***.792.707-**	3410230807			
CAROLINA COSTA DA SILVA DECOTÉ	ANNA JULIA	ES00104717	51.077,52	R$ 357,03
***.468.837-**	3410236244			
GABRIEL ALVES LEITE	VIVEREMOS	ES00080338	8.643,89	R$ 60,42
***.287.667-**	3420044739			
GILTON ANGÊLO TINELI SPALENZA	ALMIRANTE DA GOLA	ES00105125	47.148,48	R$ 329,57
***.073.706-**	3410234519			
GILTON ANGÊLO TINELI SPALENZA	PIRAJICA V	ES00105365	47.148,48	R$ 329,57
***.073.706-**	3410144919			
JORGE CARLOS BASTOS	JULIVANE	ES00083508	65.782,53	R$ 459,82
***.200.449-**	4430087148			
LENITA CRISTINO CRYSTELLO	ABDIAS	SP00073727	52.054,00	R$ 363,86
.006.497-	4010261668			
LUIZ ANTÔNIO DE SANT ANNA	LENINHA III	ES00253225	115.906,68	R$ 810,19
***.020.246-**	3410387625			
LUIZ ANTÔNIO DE SANT ANNA	SANTA ODETE I	ES00163987	14.144,54	R$ 98,87
***.020.246-**	3410232095			
LUIZ ANTÔNIO DE SANT ANNA	SÃO RAFAEL I	ES00103965	51.077,52	R$ 357,03
***.020.246-**	3410232630			
MARTA GOMES DA SILVA	ATITUDE	ES00072531	68.642,64	R$ 479,81
***.359.967-**	3410144412			
PAULO CÉSAR DA SILVA	ANATOLIO	ES00041086	47.148,48	R$ 329,57
***.709.997-**	3410235060			
PAULO CÉSAR DA SILVA	MARINO	ES00041078	47.148,48	R$ 329,57
***.709.997-**	3410237330			

PAULO SERGIO DE CARVALHO	JULIANNE I	ES00103939	58.149,79	R$ 406,47
***.934.297-**	3410230653			
RENATO MARTINS DA SILVA	JOAO HEITOR VI	ES00082548	102.963,96	R$ 719,72
***.087.187-**	4420199342			
RENATO MUSIELLO BARCELOS	MALBAR	ES00106635	37.718,78	R$ 263,65
***.138.497-**	3410232923			
SERGIO MIGUEL LUNARDI DE AMARANTE	ROTATOR	ES00135218	58.935,60	R$ 411,96
***.977.767-**	3410231471			
VERA LUCIA DECOTE DE OLIVEIRA	MIGUEL FILHO	ES00106399	47.148,48	R$ 329,57
***.798.267-**	3410238778			
TOTAL	24		1.324.103,80	R$ 9.255,49

Em Operação no Estado do Rio de Janeiro - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SAPERJ - RJ)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR I	RJ00003768	205.927,92	R$ 1.439,44
***.552.247-**	3810458686			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR II	RJ00003566	205.927,92	R$ 1.439,44
***.552.247-**	3810263141			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR III	RJ00003770	214.508,25	R$ 1.499,41
***.552.247-**	3810496472			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR IV	RJ00003798	243.109,35	R$ 1.699,33
***.552.247-**	3810510823			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ESTRELA DE OURO I	RJ00004146	166.458,40	R$ 1.163,54
***.552.247-**	4010189819			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	SKIPER I	RJ00007570	257.375,23	R$ 1.799,05
***.552.247-**	3810512621			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	SKIPER II	RJ00003804	257.375,23	R$ 1.799,05
***.552.247-**	3810515361			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	SKIPER III	RJ00037397	166.406,40	R$ 1.163,18
***.552.247-**	3813868079			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	ISAMAR III	RJ00003558	183.047,04	R$ 1.279,50
***.467.107-**	3810236781			
JOSÉ ANTÔNIO TEIXEIRA DE SOUZA	DONA ÂNGELA	RJ00038089	185.907,15	R$ 1.299,49
***.704.577-**	4430041849			
LEONARDO TOMAZ MARQUES TORRES	MARQUES TORRES III	RJ00004418	185.907,15	R$ 1.299,49
***.365.257-**	4010416246			
LUIZ ANTÔNIO PAULINO COELHO DE CAMPOS	AURITA II	RJ00107215	228.808,80	R$ 1.599,37
***.665.587-**	3810195235			
LUIZ ANTÔNIO PAULINO COELHO DE CAMPOS	ONDA AZUL	RJ00005754	152.729,87	R$ 1.067,58
***.665.587-**	4610040123			
MARCELO HIPÓLITO MENDONÇA	FENIX GONÇALENSE V	RJ00003664	185.907,15	R$ 1.299,49
***.637.237-**	3810358487			
MARIA DAS DORES DA SILVA RAMOS	MAR DA PÓVOA	RJ00038279	214.508,25	R$ 1.499,41
***.503.497-**	3810458376			
MARIA DAS DORES DA SILVA RAMOS	PORTO VITORIA	RJ00038399	137.285,28	R$ 959,62
***.503.497-**	210176695			
OANES MARTINS CORREA FILHO	MESTRE OANNES	RJ00006278	214.508,25	R$ 1.499,41
***.104.337-**	210273054			
ONACY DOS SANTOS FARIAS	CARLOS VIEIRA	RJ00003438	55.006,56	R$ 384,50
***.193.687-**	3810211729			
PAULINA PEREIRA DA SILVA	MANOEL VIEIRA I	RJ00003508	65.782,53	R$ 459,82
***.425.427-**	3810225011			
PORTO E MELLO PARTICIPAÇÕES LTDA	JOÃO VICTOR II	RS00004588	110.937,60	R$ 775,45
.710.844/0001-	4010588349			
REINALDO JUNIOR FONSECA DE ALMEIDA MUJO	CHARMOSO	RJ00094105	191.627,37	R$ 1.339,48
***.378.207-**	4010133741			
SEBASTIÃO FILIPE RAMOS	DAIANA II	RJ00005768	137.285,28	R$ 959,62
***.494.257-**	4610040131			
SERGIO DA COSTA	PORTO FELIZ	RJ00004088	165.886,38	R$ 1.159,55
***.998.469-**	4010147342			
SERGIO DA COSTA	PORTO FELIZ I	SC00149035	185.907,15	R$ 1.299,49
***.998.469-**	1610055357			
ZM FRIGORIFICO LTDA	MAGALHÃES SILVA XIV	RJ00012067	139.041,79	R$ 971,90
.207.686/0001-	3810224901			
TOTAL	25		4.457.172,30	R$ 31.155,63

Em Operação no Estado de São Paulo - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAPESP - SP)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ ADELA	SP00004468	152.729,87	R$ 1.067,58
***.874.178-**	4010484080			
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ MARIA	SP00004456	152.729,87	R$ 1.067,58
***.874.178-**	4010484071			
CARLOS ROBERTO DE SOUZA E OUTRO	UNIVERSO I	SP00003910	152.729,87	R$ 1.067,58
***.008.148-**	4010107081			
CARLOS ROBERTO DE SOUZA E OUTRO	UNIVERSO III	SP00003908	152.729,87	R$ 1.067,58
***.008.148-**	4010103035			
CAROLINA GALLOTTI ZUNIGA	ZUNIGA	SP00004378	277.430,67	R$ 1.939,24
***.986.258-**	4010383119			
FERNANDO GUEDES NASTARI SAIA	ITALIA	SP00004484	111.544,29	R$ 779,69
***.635.148-**	4010548100			
FRANCISCO RICARDO ALOISE FRANZESE	DON FRANCESCO I	SP00038097	166.458,40	R$ 1.163,54
***.341.668-**	4010555408			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE III	SP00004660	166.458,40	R$ 1.163,54
.506.946/0001-	4010745584			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE IX	SP00005064	194.487,48	R$ 1.359,47
.506.946/0001-	4430048606			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE X	SP00005050	194.487,48	R$ 1.359,47

.506.946/0001-	4430048592			
LUDWIG WALTER HOFFMANN	CIGANO DO MAR III	SP00007626	166.458,40	R$ 1.163,54
***.112.538-**	4010588411			
LUDWIG WALTER HOFFMANN	CIGANO DO MAR IV	SP00004590	166.458,40	R$ 1.163,54
***.112.538-**	4010588403			
LUIGI FRANZESE	FRANZESE I	SP00103509	149.869,76	R$ 1.047,59
***.880.908-**	4010148501			
LUIGI FRANZESE	FRANZESE II	SP00003460	92.448,00	R$ 646,21
***.880.908-**	3810224545			
RENATA CRISTINA DA SILVA	ESTRELA DE JUDA I	SC00144939	102.963,96	R$ 719,72
***.095.008-**	4019936064			
RENATA CRISTINA DA SILVA	ESTRELA DE ORION	SC00009778	102.963,96	R$ 719,72
***.095.008-**	4410166000			
RENATO YASUHIDE ODA	PESCAMAR II	SP00040498	73.010,81	R$ 510,35
***.397.488-**	4010588365			
RODRIGO CORDEIRO	CIGANO DO MAR II	SC00009364	165.886,38	R$ 1.159,55
***.554.838-**	4010218304			
ÉRICA TEREZINHA FERNANDES	DONA TEREZINHA F	SP00003628	152.729,87	R$ 1.067,58
***.669.848-**	3810339547			
TOTAL	19		2.894.575,74	R$ 20.233,08

Em Operação no Estado de Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI (SINDIPI -SC)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	ALFA II	RS00004538	200.207,70	R$ 1.399,45
***.405.509-**	4010555602			
CARLOS ALEXANDRE MARQUES	CARLOS GABRIEL M	SC00040778	104.905,37	R$ 733,29
***.098.959-**	4430105669			
DEOCLECIO AUGUSTO FRANCISCO MARQUES	CAETANO MARQUES	SC00008686	94.296,96	R$ 659,14
***.052.089-**	4430115010			
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA	MAR E MAR PESCA	RJ00129671	107.239,68	R$ 749,61
***.275.927-**	4430115915			
TAIANA ROZIANA MARQUES	ARAÇA V	SC00011011	125.729,28	R$ 878,85
***.626.359-**	4430116580			
TOTAL	5		632.378,99	R$ 4.420,33

Em Operação no Estado de Santa Catarina - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA PESCA, DOS ARMADORES E DA AQUICULTURA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SUL CATARINENSE (SINPESCASUL - SC)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL IV	SC00012807	166.406,40	R$ 1.163,18
.613.486/0001-	4430090947			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXVI	RS00006130	121.800,24	R$ 851,38
.613.486/0001-	4610102561			
TOTAL	2		288.206,64	R$ 2.014,56

Em Operação no Estado do Rio Grande do Sul - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA, DOCES E CONSERVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDIPESCA - RS)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER III N	SC00045470	165.886,38	R$ 1.159,55
.350.944/0001-	3810317390			
GILMAR DA COSTA DOURADO	CAREJO IV	RS00113146	39.290,40	R$ 274,64
***.976.300-**	4610102731			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA V	SC00048006	185.907,15	R$ 1.299,49
.944.779/0001-	4430079234			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA VII	SC00040418	154.445,94	R$ 1.079,58
.944.779/0001-	4010793112			
TOTAL	4		545.529,87	R$ 3.813,25

Em Operação no Estado do Rio Grande do Sul - SINDICATO DOS ARMADORES DA PESCA DO RIO GRANDE DO SUL (SINDARPES - RS)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
FABIO BATISTA DA SILVA	COMETA II	RS00006008	122.193,14	R$ 854,13
***.765.220-**	4610094746			
JOSÉ GONÇALVES	SAMANTHA I	RS00004758	102.155,04	R$ 714,06
***.307.900-**	4030137687			
ODÍLIO ORCANTE GONÇALVES FLORINDO	LIRIO DOS VALES II	RS00141505	70.722,72	R$ 494,35
***.131.630-**	4610073668			
TOTAL	3		295.070,90	R$ 2.062,55

c) PORTARIA SAP/MAPA nº 63/2021, de 02 de março de 2021:

Em Operação no Estado do Pará - COOPERATIVA MISTA DE PESCA E AQUICULTURA DA REGIAO DO SALGADO (COOMPESCAR - PA)

NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	EMPESCA XVII	PA00007378	152.729,87	R$ 1.067,58
.387.527/0001-	1810035431			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	ORION II	PA00235547	200.207,70	R$ 1.399,45
.387.527/0001-	210190779			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	SANTA PAULA	PA00000374	185.907,15	R$ 1.299,49
.387.527/0001-	3410103333			

BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	VASCOCELLOS PESCADOS III	PA00000118	214.508,25	R$ 1.499,41
.387.527/0001-	210169435			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	VASCONCELLOS PESCADOS I	PA00001870	214.508,25	R$ 1.499,41
.387.527/0001-	210227613			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	VASCONCELLOS PESCADOS II	PA00000134	243.109,35	R$ 1.699,33
.387.527/0001-	210168340			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA I	PA00021706	19.645,20	R$ 137,32
***.199.123-**	1610047745			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA III	PA00021718	44.791,06	R$ 313,09
***.199.123-**	1210109875			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA VI	MA00300719	70.722,72	R$ 494,35
***.199.123-**	211020346			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	BELÉM PESCA VIII	PA00000514	243.109,35	R$ 1.699,33
.041.530/0001-	210244496			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	NATAL PESCA I	PA00001384	237.389,13	R$ 1.659,35
.041.530/0001-	210230843			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	NATAL PESCA V	PA00001418	214.508,25	R$ 1.499,41
.041.530/0001-	210185741			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	NATAL PESCA VI	PA00001426	243.109,35	R$ 1.699,33
.041.530/0001-	210227605			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XVIII	PA00118610	19.252,30	R$ 134,57
***.452.202-**	210315750			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	MARANIL	PA00001200	214.508,25	R$ 1.499,41
.890.397/0001-	4030059741			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	ORLA I	PA00001468	214.508,25	R$ 1.499,41
.890.397/0001-	4030062041			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	ORLA II	PA00000704	243.109,35	R$ 1.699,33
.890.397/0001-	210270250			
TOTAL	17		2.975.623,78	R$ 20.799,61

Em Operação no Estado de Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
CARLOS ANTONIO DA SILVA	EL SHADAY VI	AL00302177	42.901,65	R$ 299,88
***.999.554-**	2412234841			
EDSON SABINO DA SILVA	REI DOS REIS I	AL00289978	51.481,98	R$ 359,86
***.730.584-**	2420116879			
JEFFERSON PEREIRA DOS SANTOS	VENCEDOR XXI	AL00325777	27.503,28	R$ 192,25
***.214.254-**	2412232032			
JOSE OLIVEIRA DOS SANTOS	RENASCER II	AL00221748	51.481,98	R$ 359,86
***.075.684-**	2410149022			
JOSE RINALDO DOS SANTOS	ARPOADOR IV	AL00325809	5.546,88	R$ 38,77
***.299.044-**	2410141188			
JULIANA DE SOUZA MELO	SÃO JOÃO VI	AL00223668	42.329,63	R$ 295,88
***.684.614-**	2210059429			
VALTER FERREIRA CAMARAO	NENO M E	AL00302169	34.321,32	R$ 239,91
***.900.144-**	2412234744			
TOTAL	7		255.566,72	R$ 1.786,41

Em Operação no Estado de Sergipe - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE PIRAMBU (CONDEPI - SE)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
JOSUE MARCELINO DOS SANTOS LIMA	BUZU TUBARÃO	SE00002288	34.321,32	R$ 239,91
***.703.235-**	2610016956			
MARIA ROSA DA SILVA DE OLIVEIRA	JERUSALEM II	SE00162819	34.321,32	R$ 239,91
***.011.364-**	2420108841			
VALDIR GONÇALVES GARCIA	YAMAR II	SE00039631	34.321,32	R$ 239,91
***.669.275-**	2210102685			
TOTAL	3		102.963,96	R$ 719,72

Em Operação no Estado do Rio de Janeiro - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SAPERJ - RJ)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
JOSÉ ROMÃO ALVES	BRASINHA	RJ00003614	87.519,37	R$ 611,76
***.562.047-**	3810339377			
JOSÉ ROMÃO ALVES	BRAZA	RJ00005416	155.312,64	R$ 1.085,64
***.562.047-**	4430091757			
JOSÉ ROMÃO ALVES	MARIA OLÍMPIA	RJ00038307	200.207,70	R$ 1.399,45
***.562.047-**	3810509493			
MARCELO MONTEIRO DE SOUZA	EDSON MATHEUS II	SC00011897	138.672,00	R$ 969,32
***.940.357-**	4430119538			
MARCELO MONTEIRO DE SOUZA	MATRIX A	SC00013247	151.244,93	R$ 1.057,20
***.940.357-**	4430117942			
TOTAL	5		732.956,64	R$ 5.123,37

d) PORTARIA SAP/MAPA nº 83/2021, de 11 de março de 2021:

Em Operação no Estado de Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI (SINDIPI - SC)				
NOME DO BENEFICIÁRIO	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação de Pesca no RGP	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	R$
LIZETI FERREIRA (*)	AGUIA F	SC00009158	166.458,40	R$ 1.163,54
***.713.179-**	4430091307			
LIZETI FERREIRA (*)	ATENA F	SC00012605	157.161,60	R$ 1.098,56
***.713.179-**	4430121630			
LIZETI FERREIRA (*)	CAROLINA F I	SC00011107	141.445,44	R$ 988,70
***.713.179-**	4030225837			
LIZETI FERREIRA (*)	VENEZA F	SC00010825	165.886,38	R$ 1.159,55
***.713.179-**	4430076596			
TOTAL	4		630.951,82	R$ 4.410,35

(*) habilitada por decisão judicial

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 (*)

Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, inciso II e VII, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020 e art. 110, inciso XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria Incra/P n° 531, de 23 de março de 2020, com fundamento na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, no Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 35.851, de 16 de junho de 1954, e, considerando o constante dos autos do processo nº 54000.078073/2020-98, resolve aprovar esta Instrução Normativa nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por objetivo regulamentar, em âmbito nacional, os procedimentos administrativos para a anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura, que influenciam, direta ou indiretamente, o desenvolvimento das atividades típicas do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

§1º As disposições desta Instrução Normativa não se aplicam aos casos de empreendimentos ou atividades voltadas à execução do PNRA.

§2º As disposições desta Instrução Normativa não serão aplicadas se observadas, concomitantemente, a impossibilidade de coexistência do empreendimento ou atividade com o projeto de assentamento e a inexistência de alternativa locacional para o empreendimento pretendido.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, são considerados empreendimentos, entre outros, as obras de infraestrutura relacionadas às concessões e aos serviços de mineração, energia, petróleo, gás, linhas de transmissão, linhas de distribuição, transporte, sistema viário, portuários, telecomunicações, radiodifusão e segurança nacional.

Parágrafo único. Os empreendimentos serão divididos em três eixos:

I - eixo minerário, compreendendo toda mineração, incluindo pesquisa e lavra mineral;

II - eixo de energia, compreendendo as energias hidráulica, eólica, fotovoltaica, petróleo, gás natural, incluindo linhas de transmissão e linhas de distribuição; e

III - eixo de infraestrutura, compreendendo portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, infraestrutura e serviços de transporte, barragens, telecomunicações e radiodifusão e segurança nacional.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

Seção I

Da Instrução e tramitação processual

Art. 3º O empreendedor deverá requerer a anuência para o uso da área na unidade regional do Incra responsável pelo projeto de assentamento.

Art. 4º O requerimento deverá ser protocolizado em meio digital ou impresso, acompanhado, dos seguintes documentos:

I - formulário de requerimento padronizado pelo Anexo I;

II - cópia do documento de identificação civil com foto do requerente, acompanhada de procuração ou instrumento que o habilite a representar o empreendedor;

III - cópia do contrato ou estatuto social do empreendedor responsável pelo empreendimento ou atividade, com última alteração, se for o caso;

IV - cópia do plano ou projeto que contenha o detalhamento do empreendimento ou atividade e sua área de influência, direta e indireta, no projeto de assentamento, bem como da área pretendida para uso;

V - justificativa para realização do empreendimento ou atividade no interior do projeto de assentamento;

VI - cópia da planta e memorial descritivo do local pretendido para uso pelo empreendimento ou atividade no projeto de assentamento, com coordenadas geográficas em formato shapefile Datum SIRGAS2000 da poligonal, contendo:

a) imagens de satélite, quando for o caso;

b) área de preservação permanente e de reserva legal; e

c) outras informações relevantes.

VII - cópia da matriz de impactos do empreendimento ou atividade no projeto de assentamento, com propostas das obrigações a serem assumidas pelo empreendedor como condicionantes ao uso da área, na forma do artigo 13, §§ 1º ao 5º.

VIII - cópia do ato de outorga da concessão expedida pelo órgão ou entidade competente pela aprovação do empreendimento ou atividade, quando for o caso;

IX - cópia da Declaração de Utilidade Pública - DUP ou de Interesse Social, quando for o caso;

X - cópia da licença ambiental expedida pelo órgão competente, quando for o caso;

XI - cópia do Relatório de Controle Ambiental - RCA e do Plano de Controle Ambiental - PCA, quando for o caso;

XII - cópia do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD aprovado pelo órgão ambiental licenciador, quando for o caso; e

XIII - cópia da avaliação de risco aprovada pelo órgão ambiental licenciador, quando couber.

§1º Para que seja caracterizada a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição para a concessão de uso da área do projeto de assentamento, o interessado deverá possuir ato de outorga que lhe autorize desenvolver, em caráter de exclusividade, o empreendimento ou a atividade no local.

§2º O caráter de exclusividade do ato de outorga decorrerá da própria natureza do ato ou se caracterizará por meio de declaração oficial expressa nesse sentido.

§3º Na hipótese de o interessado não ser o único autorizado pelo órgão ou entidade concedente a desenvolver empreendimento ou atividade na mesma área pretendida do projeto de assentamento, o Incra deverá, previamente, promover processo de licitação para a concessão do uso da área.

§4º A licitação para o uso da área de projeto de assentamento também será exigida quando, como requisito para obtenção do ato de outorga junto ao órgão ou entidade concedente, o interessado necessite obter previamente autorização do Incra.

§5º Caso o interessado não apresente todos os documentos previstos nesta Instrução Normativa, será notificado para promover sua complementação em até 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e arquivamento do requerimento.

§6º O empreendedor deverá apresentar Laudo de Vistoria e Avaliação de benfeitorias em cada parcela ou lote do projeto de assentamento atingido pelo empreendimento ou atividade, com a devida anotação de responsabilidade técnica - ART ou documento equivalente, de acordo com norma específica do conselho profissional do responsável técnico, conforme o caso e quando requisitado pelo Incra.

§7º A concessão de uso de área acima de 2.500 ha dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Art. 5º São de total e exclusiva responsabilidade do empreendedor a veracidade e a legalidade das informações e documentos entregues ao Incra quando da solicitação da anuência para o uso da área do projeto de assentamento, incluindo os aspectos de segurança, não o eximindo de responder nas esferas cível, penal e administrativa.

Art. 6º O servidor ou grupo de trabalho designado, na forma do artigo 12, instruirá o processo com os seguintes documentos:

I - cópia da portaria de criação do projeto de assentamento;

II - relação dos beneficiários do projeto de assentamento;

III - relatório ou outro instrumento de verificação das condições de permanência do assentado no PNRA e das eventuais ocupações irregulares na área impactada pelo empreendimento ou atividade no projeto de assentamento;

IV - Cadastro Ambiental Rural - CAR do perímetro do projeto de assentamento e do lote, se houver; e

V - demais documentos julgados necessários à análise do requerimento.

Parágrafo único. Para efeito de atendimento ao que prevê o inciso III, considera-se válido o Laudo de Vistoria e Avaliação de benfeitorias em cada parcela ou lote do projeto de assentamento, constante no § 6º do art. 4º.

Art. 7º O trâmite processual obedecerá ao estabelecido nos fluxogramas do Anexo II, conforme o caso.

Seção II

Da documentação complementar

Art. 8º Além dos documentos elencados no art. 4º, o requerimento deverá ser instruído com as documentações específicas para cada tipo de empreendimento ou atividade, incluindo as indicações constantes do Anexo III.

Art. 9º No pedido de anuência para o uso da área do projeto de assentamento relacionado à construção de barragem, além dos documentos e informações elencados no art. 4º, o empreendedor deverá providenciar a apresentação de cópia do Plano de Segurança da Barragem, nos termos da legislação específica vigente.

Art. 10. No requerimento de anuência para o uso da área de projeto de assentamento visando à implantação de obras de ferrovias, portos e outras obras de infraestrutura, além dos documentos e informações elencados no art. 4º e Anexo III, o empreendedor também deverá apresentar uma cópia do projeto técnico de engenharia, aprovado pelo órgão competente.

Art. 11. A documentação complementar solicitada ao empreendedor, no bojo do processo de anuência para o uso da área do projeto de assentamento, não excederá aquela apresentada junto aos órgãos competentes no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental e de outorga.

Seção III

Da análise do requerimento

Art. 12. Considerado o porte e a complexidade do empreendimento ou atividade, o chefe da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento SR (00)D indicará um servidor ou grupo de trabalho responsável pela condução dos procedimentos técnicos, com designação mediante ordem de serviço do Superintendente Regional, a ser publicada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do requerimento de anuência para o uso da área do projeto de assentamento.

§1º O servidor ou grupo de trabalho poderá requerer documentos, pareceres e orientações técnicas internas ou de instituições públicas ou privadas, quando houver dúvidas a respeito de questões que demandem conhecimento técnico especializado.

§2º O servidor ou grupo de trabalho analisará a compatibilidade do empreendimento com a finalidade do assentamento, com objetivo de estabelecer as condições de convivência entre as atividades na área.

§3º Quando o empreendimento ou atividade abranger mais de uma Superintendência Regional, a análise deverá ser realizada por grupo de trabalho instituído por ato do Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento e composto por servidores das Superintendências Regionais envolvidas.

§4º A ordem de serviço de designação de servidor ou grupo de trabalho deverá conter prazo para conclusão dos trabalhos, não superior a 90 (noventa) dias, com possibilidade de prorrogação por igual período mediante justificativa e a critério do Superintendente Regional ou do Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, conforme o caso, considerada a complexidade do empreendimento ou atividade.

Art. 13. Para a anuência do uso da área do projeto de assentamento o Incra observará as alternativas locacionais estabelecidas pelos órgãos competentes e o dimensionamento da área pretendida para uso pelo empreendimento ou atividade.

§1º Deverão ser avaliadas a possibilidade de coexistência do empreendimento ou atividade com o PNRA e as obrigações a serem assumidas pelo empreendedor como condicionantes ao uso da área.

§2º As obrigações de que tratam o parágrafo anterior consistem em:

I - contraprestação pelo uso da área pública; e

II - indenizações pelos danos e prejuízos causados ao PNRA e aos assentados, individual ou coletivamente.

§3º A contraprestação pelo uso da área do projeto de assentamento será calculada pelo Incra, em acordo com o empreendedor, observada a legislação aplicável.

§4º O valor devido ao Incra a título de contraprestação pelo uso da área do projeto de assentamento deverá ser recolhido via Guia de Recolhimento da União - GRU, para depósito na Conta Única do Tesouro Nacional.

§5º As indenizações devidas aos assentados, individual ou coletivamente, serão a eles destinadas diretamente, como titulares do direito de posse da área utilizada pelo empreendimento ou atividade.

§6º As condicionantes ao uso da área decorrentes dos danos e prejuízos causados ao PNRA e aos assentados, individual ou coletivamente, observarão, dentre outras medidas e conforme o caso, o disposto no artigo 29.

Art. 14. Os empreendimentos ou atividades devem respeitar as práticas para preservação ambiental e o uso sustentável das áreas anuídas, bem como as obrigações assumidas no bojo do licenciamento ambiental, quando houver, observando o caráter social, cultural e o desenvolvimento econômico regional e os direitos dos assentados do PNRA.

Art. 15. O Incra somente permitirá a instalação do empreendimento ou da atividade, de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão regulador competente, incluindo as medidas de controle ambiental e de gestão de recursos naturais e exigências dos demais órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou distritais.

Art. 16. Independentemente da realização de audiência pública no curso do processo de licenciamento ambiental, a critério da autoridade competente, a celebração do instrumento será precedida de esclarecimentos gerais aos assentados sobre o empreendimento ou atividade.

§1º A decisão pela não realização do previsto no caput deste artigo deverá ser devidamente justificada.

§2º As despesas referentes a deslocamentos das famílias, material didático e de apoio utilizados para os esclarecimentos previstos neste artigo serão suportadas pelo empreendedor.

Art. 17. Nos projetos de assentamento com potencial para exploração de energia eólica e fotovoltaica e demais fontes alternativas, quando for o caso, o Incra poderá, mediante prévia licitação, celebrar contrato de concessão de uso de área do projeto de assentamento com terceiros, objetivando o aproveitamento do referido potencial, na forma e condições estabelecidas em edital e seus anexos.

§1º O aproveitamento desses potenciais somente será possível se o empreendimento ou atividade não inviabilizar a finalidade do projeto de assentamento, competindo ao Incra essa análise.

§2º Será realizada audiência pública com os assentados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, assegurado o acesso a todas as informações pertinentes.

Art. 18. Concluída a instrução processual, o servidor ou grupo de trabalho elaborará parecer técnico conclusivo recomendando deferimento ou indeferimento da anuência do uso da área do projeto de assentamento.

Parágrafo único. Quando o parecer recomendar o deferimento da anuência requerida, o servidor ou grupo de trabalho deverá elaborar a minuta do instrumento cabível.

Seção IV

Da decisão e pedidos de reconsideração

Art. 19. Concluída a instrução e, após consulta ao Comitê de Decisão Regional - CDR, deverá o Superintendente Regional emitir manifestação conclusiva sobre o pedido de anuência para o uso da área do projeto de assentamento e submeter à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento.

§1º Ultimadas as providências descritas no caput, o pedido de anuência será submetido para deliberação da autoridade competente.

§2º Na hipótese do §3º do art. 12, após ouvido o respectivo CDR, os titulares das Superintendências Regionais envolvidas deverão emitir posicionamento conclusivo sobre o parecer técnico.

Art. 20. Compete ao Presidente, autorizado pelo Conselho Diretor, deliberar sobre os pedidos de anuências de uso de áreas de projetos de assentamento pelos empreendimentos ou atividades previstos nesta Instrução Normativa, bem como firmar o instrumento respectivo.

Art. 21. Nos casos de indeferimento, os pedidos de reconsideração serão apreciados pelo Conselho Diretor, com análise técnica prévia da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento e manifestação jurídica da Procuradoria Federal Especializada.

Parágrafo único. O prazo para apresentação de pedidos de reconsideração é de 30 (trinta) dias, contados da notificação ao interessado, facultada a juntada de documentos.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS E DAS CONDICIONANTES AO USO DA ÁREA

Art. 22. Quando o interessado necessitar de autorização para conferir mero impulso ao empreendimento ou atividade junto ao Poder Público e que não implique em análise de mérito sobre o uso da área do projeto de assentamento, a autorização poderá ser concedida pela autoridade competente, baseada em documentação mínima necessária, conforme modelo constante do Anexo IV.

Art. 23. A anuência do uso da área do projeto de assentamento poderá ser formalizada por meio dos seguintes instrumentos:

I - servidão, que deverá ser formalizada por escritura pública a ser registrada no cartório de registro de imóveis da respectiva matrícula, quando estabelecida por meio de Decreto de Utilidade Pública, conforme modelo constante do Anexo V; ou

II - contrato de concessão de uso onerosa, conforme modelo constante do Anexo VI.

Art. 24. A anuência do uso da área do projeto de assentamento concedida pelo Incra poderá compreender a realização de estudos ou pesquisa, instalação e operação.

§1º A vigência do instrumento de anuência do uso da área do projeto de assentamento deverá observar os prazos estabelecidos nas respectivas licenças ambientais, se houver, e nos instrumentos de outorga, consideradas as particularidades do empreendimento ou da atividade.

§2º A prorrogação do prazo da anuência do uso da área para estudo ou pesquisa deve ser requerida de forma fundamentada, conforme definido no instrumento.

§3º A prorrogação do prazo da anuência do uso da área conferida para instalação e operação do empreendimento ou da atividade fica condicionada ao estabelecido pelo órgão ambiental competente, com prazo de apresentação ao Incra em até 30 (trinta) dias após a emissão da nova licença ambiental.

§4º O descumprimento das condições estabelecidas no instrumento da anuência do uso da área do projeto de assentamento implicará na suspensão de seus efeitos, estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação da suspensão, para apresentação de defesa.

§5º Não apresentada a defesa de que trata o parágrafo anterior ou indeferida, serão adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento respectivo.

Art. 25. A disponibilização da área para fins de instalação do empreendimento ou atividade somente ocorrerá após o cumprimento das medidas antecipatórias estabelecidas no instrumento firmado entre o empreendedor e o Incra.

Art. 26. Serão considerados como impactos em áreas de projetos de assentamento os empreendimentos ou atividades que causem quaisquer alterações ao meio ambiente, social, econômico e produtivo.

Parágrafo único. Caso o empreendimento ou atividade gere impactos negativos na área indiretamente afetada, deverá a área técnica responsável considerar tal ocorrência em sua análise para concessão da anuência de uso da área do projeto de assentamento.

Art. 27. Os impactos previstos no art. 26 deverão ser objeto de obrigações assumidas pelo empreendedor em decorrência dos danos e prejuízos causados ao PNRA e aos assentados, individual ou coletivamente, objetivando compatibilizar o empreendimento ou a atividade com a continuidade do projeto de assentamento.

Parágrafo único. O empreendedor apresentará relatórios periódicos de cumprimento das obrigações referidas no caput, nos prazos e condições estabelecidas no instrumento de anuência de uso da área do projeto de assentamento, para análise e deliberação do Incra.

Art. 28. A área florestal, de produção madeireira ou não, assim como as demais benfeitorias e outras acessões de valor econômico deverão ser objeto de indenização em volume e qualidade mensurados igual ou superior ao dano causado.

Art. 29. As condicionantes ao uso da área referentes às obrigações a serem assumidas pelos danos e prejuízos causados ao PNRA e aos assentados poderão ser, conforme o caso, entre outras:

I - reassentamento ou realocação das famílias afetadas;

II - implantação, melhoria ou manutenção de infraestrutura em favor do projeto de assentamento;

III - pagamento de justa e prévia indenização dos danos e das benfeitorias aos assentados, decorrentes da exploração do seu lote;

IV - indenização ao Incra por danos e benfeitorias reprodutivas ou não reprodutivas, ou outras acessões de valor econômico existentes na área;

V - indenização de lucros cessantes aos assentados, quando cabível, referentes às atividades produtivas em desenvolvimento e impactadas pelo empreendimento ou atividade, decorrentes da exploração do seu lote;

VI - implantação, melhoria ou manutenção de infraestrutura para serviços públicos impactados, com participação dos órgãos envolvidos;

VII - melhoria da atividade produtiva dos assentados;

VIII - apoio à comercialização da produção dos assentados;

IX - viabilização de assistência técnica aos assentados;

X - georreferenciamento para certificação do perímetro e parcelas do projeto de assentamento;

XI - construção de infraestrutura ou disponibilização de equipamentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento;

XII - apoio na regularização ambiental da área do projeto de assentamento e do seu entorno; e

XIII - fornecimento ao Incra dos meios operacionais necessários para o monitoramento e fiscalização de todas as etapas do processo de execução das medidas contidas no instrumento de anuência.

§1º A construção de moradias para reassentamento ou realocação das famílias afetadas, deverá atender ao estabelecido pelo Incra.

§2º Em nenhuma hipótese, os valores despendidos pelo empreendedor a título de indenização pelos danos e prejuízos causados ao PNRA e aos assentados serão restituídos ao empreendedor.

§3º Na ocorrência de danos causados sobre as atividades ou empreendimentos desenvolvidos por associações ou outras entidades legalmente constituídas ou integradas por assentados, nas áreas coletivas ou comunitárias, a contraprestação ou indenizações será devida a quem detiver autorização prévia para o uso da área.

§4º As indenizações previstas nos incisos III e V, abrangem os assentados que, individual ou coletivamente, tenham produção ou implantado benfeitoria, com prévia autorização, em áreas coletivas ou comunitárias, independentemente de serem associados a entidade representativa dos assentados do projeto de assentamento.

§5º É assegurado o pagamento de justa e prévia indenização dos danos e de lucros cessantes aos assentados dos projetos de assentamento coletivos ou ambientalmente diferenciados, decorrentes dos impactos causados nas benfeitorias edificadas e nas áreas de produção coletiva e de extrativismo.

Art. 30. A participação nos resultados ou rendas provenientes do empreendimento ou da atividade serão pagas ao Incra na forma determinada em lei ou na forma convencionada, conforme o caso.

Parágrafo único. Deverá o instrumento de anuência prever a forma de repasse dos recursos de que trata o caput, também nos casos de ocorrência de titulação definitiva de lotes do projeto de assentamento.

Art. 31. Quando o empreendimento ou atividade, com anuência de uso concedida pelo Incra, atingir lotes com titulação definitiva, a contraprestação pelo uso da área titulada, as indenizações por danos e prejuízos e as participações no resultado da exploração, previstos em legislação própria, deverão ser negociadas diretamente com o beneficiário titulado ou proprietário, com prévio conhecimento do Incra.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Eventuais alterações dos projetos técnicos previstos para o empreendimento ou atividade deverão ser encaminhadas ao Incra no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aprovação pelo órgão competente, com as devidas justificativas, indicando seus respectivos impactos no projeto de assentamento.

Art. 33. Em caso de substituição dos responsáveis técnicos do empreendimento ou atividade, o interessado deverá providenciar o envio ao Incra da cópia do registro do novo profissional, devidamente habilitado.

Art. 34. O empreendedor deverá apresentar as renovações das licenças ambientais do empreendimento ou atividade.

Art. 35. Com o término das obras de instalação do empreendimento ou atividade, será realizada a desmobilização do canteiro de obras, com a consequente limpeza da área, inclusive o transporte de todos os materiais e equipamentos remanescentes, bem como a recuperação da área degradada, observando a legislação própria.

Art. 36. O empreendedor restituirá imediatamente a área ao Incra quando:

I - cessado o empreendimento ou atividade em razão do fim do prazo concedido;

II - aplicada a cassação pelo órgão competente devido a irregularidades cometidas pelo concessionário; e

III - cancelada a anuência em áreas de projeto de assentamento.

Parágrafo único. Ao final do empreendimento ou atividade, deverá ser apresentada a documentação as built, quando for o caso.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Os procedimentos previstos nesta Instrução Normativa aplicam-se:

I - aos empreendimentos ou atividades que já estão em andamento nos projetos de assentamento e que não solicitaram a anuência para o uso da área; e

II - aos processos administrativos já em trâmite no Incra que versem sobre a autorização prevista no art. 22, bem como aos que tratam de pedidos de anuência para o uso de áreas de projetos de assentamento por empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura, que influenciam, direta ou indiretamente, o desenvolvimento das atividades típicas do PNRA.

§1º Na hipótese do inciso I, as Superintendências Regionais deverão notificar os empreendedores para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem requerimento para obtenção da anuência para o uso da área do projeto de assentamento, nos termos desta Instrução Normativa, ou desocupem a área em utilização.

§2º Na hipótese do inciso II, as Superintendências Regionais deverão analisar os autos à luz desta Instrução Normativa, devendo, conforme o caso, expedir as notificações necessárias para a adequação.

§3º No caso do indeferimento da anuência do uso da área, deverá o interessado ser notificado para fins de ciência da decisão, desocupação do projeto de assentamento ou apresentação de pedidos de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias.

§4º Indeferido o pedido de reconsideração, o interessado será notificado para desocupação do projeto de assentamento no prazo de 30 (trinta) dias.

§5º Observado o descumprimento do prazo para desocupação do projeto de assentamento, deverá a área técnica instruir os autos com Nota Técnica fundamentada e documentos necessários com vistas a subsidiar o pedido do Superintendente Regional à PFE-Incra para análise das medidas judiciais cabíveis.

Art. 38. Os modelos de despacho decisório, de servidão e de contrato de concessão de uso, constantes desta Instrução Normativa, são de uso obrigatório.

§1º Fica dispensada a análise jurídica prévia dos modelos de instrumentos que compõem os anexos desta Instrução Normativa.

§2º Quando da assinatura do contrato de servidão e de concessão de uso, deverão ser preenchidas as lacunas existentes nos modelos constantes nos Anexos V e VI, bem como excluídas as Notas Explicativas.

Art. 39. Os instrumentos de anuência concedidos serão publicados na íntegra no Boletim Interno, com publicação do extrato no Diário Oficial da União e na página do Incra na internet.

Art. 40. As Superintendências Regionais deverão adotar as medidas necessárias para o cumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 41. Os casos omissos e demais questionamentos relativos à aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento.

Art. 42. Em qualquer fase da instrução processual, havendo dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados à Procuradoria Federal Especializada para manifestação.

Art. 43. Esta Instrução Normativa entrará em vigor no dia 03 de janeiro de 2022.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO A SER ENTREGUE NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Interessado:.....

CNPJ/CPF:.....

Empreendimento .....

Representante Sr. (a).....

Endereço:.....

Telefone:.....

E-mail: .....

Ao(a) ...,

Prezado(a) Senhor(a),

O interessado acima qualificado requer a Vossa Senhoria conforme especificações abaixo:

Tipo de requerimento: .....

(DE AUTORIZAÇÃO DE MERO IMPULSO OU DE ANUÊNCIA PARA O USO DE ÁREAS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA, POR ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS, DE ENERGIA E DE INFRAESTRUTURA)

Descrição do pedido e/ou do empreendimento:.....

Município:.....

Projeto de Assentamento:.....

Área de interesse (ha):.....

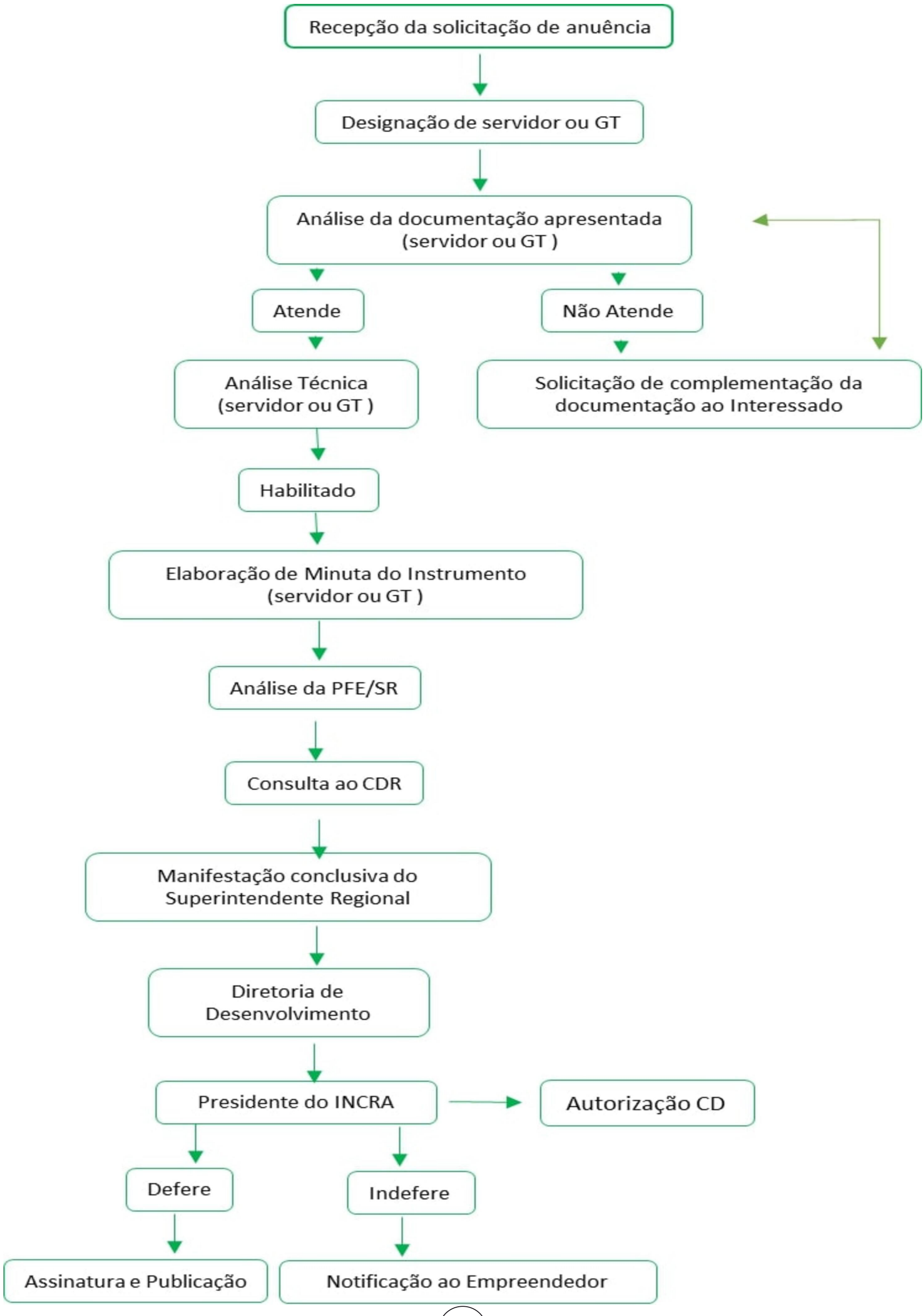
Para melhor apreciação juntamos a documentação anexa, na forma do disposto na Instrução Normativa XX/2021, conforme abaixo discriminado:

Local e data.

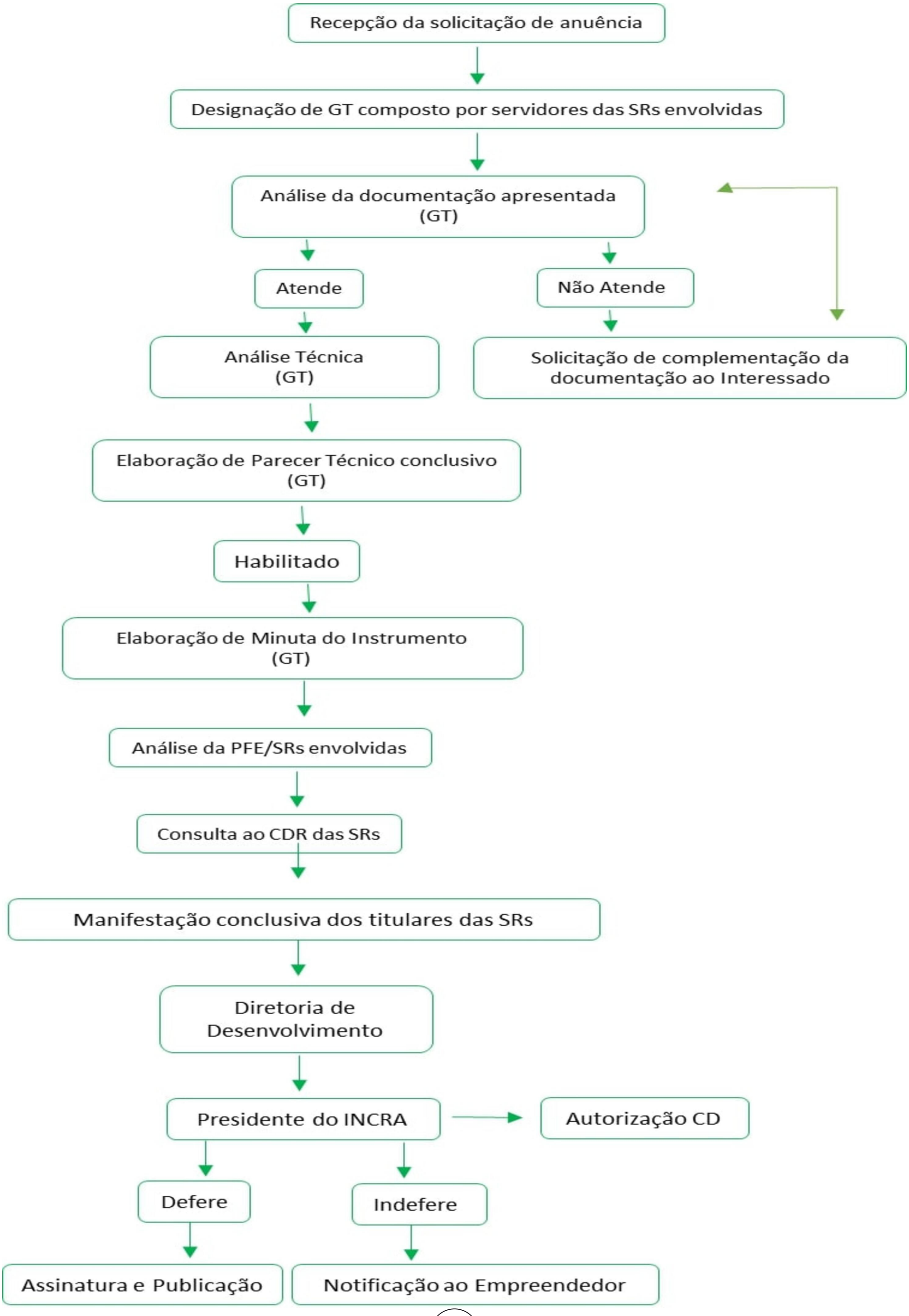
(nome e assinatura do responsável legal pelo empreendimento)

ANEXO II

FLUXOGRAMAS
PARA EMPREENDIMENTOS COM ABRANGÊNCIA LOCAL



PARA EMPREENDIMENTO COM ABRANGÊNCIA EM MAIS DE UMA SR



ANEXO III

DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

1. PARA MERO IMPULSO (ART. 22):

I. Formulário de requerimento padronizado Anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado;

II. Cópia do documento de identificação civil com foto do requerente, acompanhada de procuração ou instrumento que o habilite a representar o empreendedor;

III. Cópia atualizada do contrato ou estatuto social do empreendedor responsável pelo empreendimento, se for o caso;

IV. Plano ou projeto que contenha o detalhamento do empreendimento e sua área de influência no projeto de assentamento;

V. Justificativas para realização do empreendimento no interior do projeto de assentamento;

VI. Planta e memorial descritivo do local de implantação do empreendimento e seu impacto no projeto de assentamento, com coordenadas geográficas em formato shapefile Datum SIRGAS2000 da poligonal; e

VII. Cópia da Declaração de Utilidade Pública - DUP ou de Interesse Social, quando for o caso.

2. CONFORME O EMPREENDIMENTO (CÓPIAS):

2.1 Atividades de mineração:

I. Mudanças de regime minerário deferidas;

II. Planta de situação, cuja configuração e elementos de informação estão estabelecidos nas exigências da ANM;

III. Plano dos trabalhos de pesquisa, acompanhado do orçamento e cronograma previstos para a sua execução, aprovados pela ANM;

IV. Indicação da quantidade de substância mineral a ser extraída;

V. Servidões de que deverá gozar a mina; e

VI. Mapa de inundação de barragens, de acordo com o art. 6º da Portaria DNPM nº 70.389 de 2017, quando for o caso.

2.2. Usinas hidrelétricas-UHE, centrais geradoras hidrelétricas - CGH e pequenas centrais hidrelétricas - PCH:

I. Denominação do curso d'água e o número da bacia e da sub-bacia hidrográfica;

II. Denominação do aproveitamento hidrelétrico, indicando município(s) e estado(s);

III. Coordenadas geográficas do aproveitamento hidrelétrico;

IV. Potência estimada a ser instalada;

V. Regime de exploração da energia a ser produzida;

VI. Cópia de carta geográfica publicada por entidade oficial, com indicação do local do empreendimento pretendido;

VII. Informação a respeito dos estudos realizados, no caso de implantação e de operação, adotados como referência para as características de cada empreendimento;

VIII. Relatório de reconhecimento do sítio onde se localiza o potencial; e

IX. Cronograma e condições técnicas de realização, com data de término dos estudos de viabilidade, nos casos de pedidos para estudos e projetos de potencial hidráulico.

2.3. Linhas de transmissão e distribuição:

I. Planta da área de ocupação da faixa de passagem, contendo:

a) identificação do projeto de assentamento;

b) identificação da linha ou ramal de transmissão;

c) identificação das estruturas envolvidas na faixa de passagem;

d) memorial descritivo; e

e) protocolo Ambiental da Linha de Transmissão e Distribuição.

2.4. Infraestrutura:

I. Plantas e desenhos do projeto básico ou executivo de engenharia atendendo as normatizações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; e

II. Estudos de concepção e viabilidade técnica do empreendimento, com especificação das alternativas técnicas de concepção e justificativas para a solução técnica adotada.

2.5. Rodovias:

I. Planta com os limites das faixas de domínio e não edificável, cotados em relação ao eixo da via de transporte;

II. Levantamento das linhas de serviço público e benfeitorias já existente, tais como, água, esgoto, energia elétrica, telefonia, habitação, entre outros, bem como verificação do posicionamento de suas estruturas de sustentação e demais edificações localizadas na faixa de domínio que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra;

III. Projeto de terraplenagem com indicação da área de deposição de materiais escavados e aterrados; e

IV. Cronograma de execução dos serviços, considerando possíveis interferências com o tráfego normal da via e com a infraestrutura no local ou bens públicos.

2.6. Telecomunicação e Radiodifusão:

I. Levantamento planialtimétrico cadastral da área;

II. Planta de instalação;

III. Projeto de terraplenagem, com indicação da área de deposição dos materiais escavados e aterrados;

IV. Projeto de pavimentação;

V. Projeto de drenagem;

VI. Projeto da área de parada de veículos;

VII. Projeto de barreira, se necessário; e

VIII. Projeto de fundação e da estrutura da torre.

ANEXO IV

MODELO DE INSTRUMENTO PARA MERO IMPULSO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DESPACHO DECISÓRIO Nº
Processo nº
Interessado (empreendedor):

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. xx, da Instrução Normativa xx, publicada no DOU de xx de xx de xx, examinando os autos supramencionado, e;

Consubstanciado na manifestação do Superintendente Regional SR(xx), através do Despacho SR(00)xx (SEI), que acolheu a Minuta de Despacho Decisório Nº xx (SEI).

Considerando as manifestações jurídicas por meio da xx (SEI), acolhida pela xx (SEI); , resolve:

AUTORIZAR o prosseguimento do procedimento xx, junto ao xx, referente ao empreendimento xx, sobreposto ao projeto de assentamento xx. A anuência refere-se apenas ao xx ...

Cabe ressaltar que este Despacho Decisório não autoriza o ingresso ou uso da área do projeto de assentamento.

(Nota explicativa - em caso de autorização para licenciamento ambiental prévio ou intermediário (ou em outros procedimentos em que se verifique a necessidade), o prosseguimento das fases subsequentes dependerá de instrumento legal a ser firmado entre o Incra e a xx e será formalizado após a apresentação, por parte do empreendedor, e aprovação, por parte do Incra, com a discriminação das obrigações a serem assumidas pelo empreendedor como condicionantes ao uso da área, etc.).

Município/UF (Incra/Sede ou Sede da SR da localização do Projeto), xx de xx de xx.
Presidente

ANEXO V

MODELO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA EMPREENDIMENTOS
ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
QUE FAZEM: O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra A FAVOR DE xx, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

S A I B A M todos quantos esta pública escritura virem que, aos xx, nesta cidade de xx, Comarca de xx, estado do xx, neste Serviço Notarial, perante mim _____, Tabelião Designado, compareceram as partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado, como OUTORGANTE: o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto Legislativo 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU, de 31 de março de 1989, situado no Setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18° andar, Brasília - DF, CNPJ 00.375.972/001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. xx, nomeado pela Portaria xx, publicada no DOU em xx, Seção 2, Página xx, domiciliado em xx, CPF.: xx, RG.: xx, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do INCRA, no seu artigo xx, incisos xx, aprovado pela Portaria xx, de xx de xx de xx , publicada no DOU em xx, Seção 1, Página xx, devidamente autorizado pelo Conselho Diretor do INCRA (citar ato autorizativo) e, de outro lado, como OUTORGADA: xx, na condição de concessionária do serviço público de xx (especificar o serviço ou concessão), inscrita no CNPJ sob nº , endereço: xx, no município xx, estado do xx, cujo seus atos constitutivos, encontram-se arquivadas às folhas xx a xx, da pasta própria nº xx, nesta Serventia, neste ato representada por xx, RG.: nº xx, CPF.: xx, endereço: xx. Os presentes identificados como os próprios por mim, _____, Tabelião Designado, que esta subscrevo, através dos documentos apresentados, acima referidos, do que dou fé. Aí, pelas partes contratantes, me foi dito que convencionaram previamente entre si as cláusulas e condições para comporem este instrumento, conforme especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO IMÓVEL

Pelo OUTORGANTE me foi dito que a justo título e aquisição legal, é único senhor e legítimo proprietário do imóvel rural denominado xx, matrícula nº xx, situado no município xx, Estado xx, com a área de xx ha (descrever por extenso), com os seguintes limites e confrontações: (descrever limites e confrontações), onde está localizado o Projeto de Assentamento xx.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E FINALIDADE DA SERVIDÃO

Que a servidão ora constituída será exercida, a título oneroso, sobre o imóvel já identificado, em uma faixa de terreno contida na planta e memorial descritivo anexados, com a área total de xx ha, declarada de utilidade pública pelo (citar ato autorizativo), com a finalidade exclusiva de ... (descrever a finalidade da servidão).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO

A presente servidão administrativa está fundamentada no art. 40 do Decreto-lei nº 3365/41, no art. 29, IX, da Lei Federal nº 8.987/95, nos arts. 5º, XXIII, e 170, III da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. A OUTORGADA possui acesso livre e desembaraçado à área de servidão.

4.2. A OUTORGADA se compromete a informar previamente ao OUTORGANTE a necessidade de abertura de novos acessos que se fizerem necessários à (especificar o serviço ou concessão), comprometendo-se ainda a somente executar abertura dos novos acessos ou alterações dos acessos existentes às suas custas e após autorização do OUTORGANTE.

4.3. A OUTORGADA se compromete a obter toda e qualquer autorização junto a órgãos ambientais e outras repartições públicas, necessárias às execuções das obras e serviços de implantação das vias de acesso, bem como para o regular funcionamento do empreendimento, eximindo o OUTORGANTE de qualquer responsabilidade perante os órgãos responsáveis.

4.4. A OUTORGADA assumirá inteira e exclusivamente as responsabilidades civil, penal e administrativa decorrentes do uso da área objeto deste instrumento a partir da data de publicação desta escritura.

4.5. A OUTORGADA se compromete a utilizar a área objeto desta servidão apenas para a finalidade prevista na Cláusula Segunda, sob pena de anulação da servidão pelo OUTORGANTE.

4.6. A presente servidão terá vigência coincidente com o Contrato de Concessão do Serviço Público de (especificar o serviço ou concessão), de xx anos, podendo a OUTORGADA praticar todos os atos necessários à execução do empreendimento, observada a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRAPARTIDA

5.1. Em contraprestação à Servidão Administrativa e aos direitos instituídos por meio desta Escritura Pública, a OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE o valor total bruto de R$ xx (ou condicionantes).

5.2. É de inteira responsabilidade da OUTORGADA o pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais incidentes sobre a área da servidão, além de quaisquer outras taxas ou emolumentos a ela relacionados

5.3. A OUTORGADA se compromete a pagar eventuais indenizações por danos ocorridos na propriedade, desde que os mesmos tenham sido comprovadamente causados em decorrência do empreendimento executado.

5.4. Os encargos decorrentes da lavratura desta escritura pública e respectivo registro da servidão administrativa serão de responsabilidade da OUTORGADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA POSSE

Que por força desta escritura, transmite-se à OUTORGADA, após o pagamento da contrapartida prevista na cláusula quinta, a posse, uso, direito, ação e responsabilidade sobre a área acima descrita.

Cidade/UF, xx/xx/xxxx.

_____
xx
OUTORGANTE

_____
xx
OUTORGADA

_____
xx
Tabelião Designado

ANEXO VI

MODELO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PARA EMPREENDIMENTOS
CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSA
Contrato de Concessão de Uso Onerosa,
que o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA - Incra, celebra com: xx.

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n° 1.110, de 09 de julho de 1970, CNPJ n° 00375.972/0001-60, com sede e foro na Capital Federal, doravante simplesmente designado CONCEDENTE, por seu representante legal (dados do Presidente: Nome, CPF, função, ato de designação), devidamente autorizado pelo Conselho Diretor do INCRA (citar ato autorizativo), e (dados da beneficiária: Nome, qualificação, CNPJ e dados pessoais do representante legal: nome, qualificação, RG, CPF, endereço), doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, têm entre si justa e acordada a Concessão de Uso, nos termos abaixo descritos, observadas as disposições constantes do art. 70 do Decreto n° 59.428, de 27 de outubro de 1966 e alterações, bem como o que consta do Processo Administrativo Incra/SR nº xx, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato o direito de uso, pela CONCESSIONÁRIA, do lote xx, com área de xx hectares, bem como das benfeitorias nele edificadas (citar as edificações, se for o caso), inserido no Projeto de Assentamento xx, no Município de xx, Estado do xx.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

2.1. A presente concessão de uso de bem público tem por objetivo a implantação de xx (inserir a finalidade da concessão), sendo vedada sua utilização para fim diverso do acordado neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

3.1. São obrigações do CONCEDENTE:

3.1.1. conceder o uso da área descrita na Cláusula Primeira à CONCESSIONÁRIA, para a finalidade indicada na Cláusula Segunda deste Contrato, após o cumprimento das medidas antecipatórias indicadas no presente contrato;

3.1.2. estabelecer as obrigações a serem assumidas pela CONCESSIONÁRIA como condicionantes ao uso da área do projeto de assentamento, incluindo a contraprestação pelo uso da área pública e as medidas indenizatórias em razão dos danos e prejuízos causados ao Programa de Reforma Agrária e aos assentados.

3.1.3. permitir a instalação, pela CONCESSIONÁRIA, do empreendimento ou da atividade, de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão regulador competente, incluindo as medidas de controle ambiental e de gestão de recursos naturais e exigências dos demais órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou distritais.

(NOTA EXPLICATIVA: poderão ser incluídas obrigações específicas para o caso em concreto).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

4.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA:

4.1.1. utilizar a área concedida, exclusivamente, na finalidade definida na Cláusula Segunda deste Contrato;

4.1.2. pagar participação nos resultados ou rendas provenientes da atividade do empreendimento ao Incra na forma determinada neste instrumento;

4.1.3. permitir que o CONCEDENTE realize as ações de fiscalização da execução do Contrato, acolhendo as observações e exigências que por ela venham a ser feitas;

4.1.4. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

4.1.5. comunicar o início das atividades aos beneficiários do projeto de assentamento, no prazo de xx (inserir o prazo);

4.1.6. respeitar as práticas para preservação e uso sustentável das áreas anuídas, observando o caráter social, cultural, ambiental e o desenvolvimento econômico regional e os direitos dos assentados do PNRA;

4.1.7. encaminhar ao CONCEDENTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aprovação do órgão competente, as alterações dos projetos e das atividades técnicas previstas para o empreendimento, com as devidas justificativas, indicando seus respectivos impactos no projeto de assentamento;

4.1.8. enviar ao CONCEDENTE, no caso de substituição dos responsáveis técnicos do empreendimento, cópia do registro do novo profissional, devidamente habilitado;

4.1.9. apresentar as renovações das licenças ambientais;

4.1.10. cumprir com as condicionantes fixadas na Cláusula Quinta do presente instrumento em decorrência dos danos e prejuízos causados ao Programa de Reforma Agrária e aos assentados, bem como efetuar o pagamento devido em contraprestação pelo uso da área pública;

4.1.11. apresentar ao CONCEDENTE relatórios periódicos de cumprimento das condicionantes fixadas na Cláusula Quinta do presente instrumento;

4.1.12. com o término das obras de instalação do empreendimento, desmobilizar seu canteiro de obras, com a consequente limpeza da área, inclusive o transporte de todos os materiais e equipamentos remanescentes e recuperação da área degradada, observando a legislação própria;

4.1.13. ao final do empreendimento, apresentar a documentação as built, quando for o caso; e

4.1.14. restituir imediatamente a área ao CONCEDENTE, cessada a exploração ou rescindido o contrato.

(NOTA EXPLICATIVA: Poderão ser incluídas obrigações específicas para o caso em concreto.)

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA CONCESSIONÁRIA COMO CONDICIONANTES AO USO DA ÁREA PÚBLICA.

5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir a(s) seguinte(s) obrigações assumidas como condicionantes ao uso da área pública:

(NOTA EXPLICATIVA: Deverão ser incluídas uma ou mais medidas previstas no art. 29 da IN e/ou outras estabelecidas entre as partes, bem como as condições estabelecidas pelas partes para seu cumprimento.)

5.1.1. (inserir outras obrigações, se houver)

5.1.1. (inserir os danos, benfeitorias e acessões)

5.2. A CONCESSIONÁRIA pagará à título de indenização pelos danos, benfeitorias e acessões:

5.2.1. (indicar o valor, e a quem será pago, bem como a forma e o prazo para pagamento)

5.3. Recolher o valor apurado pela Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos, na ordem de R$ xx (especificar o valor por extenso), em contraprestação pelo uso da área do imóvel pertencente ao Incra.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência do presente contrato será de xx (inserir o prazo), contados a partir da sua assinatura.

(NOTA EXPLICATIVA: A vigência do contrato deverá observar os prazos estabelecidos na legislação correlata do que se pretende anuir e suas respectivas licenças ambientais.)

6.2. No caso de prorrogação da outorga de concessão expedida pelo órgão ou entidade competente para a aprovação do empreendimento, poderão as partes, por meio de termo aditivo, prorrogar a vigência do presente contrato, observado o novo prazo da outorga.

6.3. A prorrogação da vigência do presente contrato fica condicionada ao estabelecido pelo órgão ambiental competente e deve ser requerida ao Incra, de forma fundamentada, em até 30 dias após a emissão da nova licença ambiental.

(NOTA EXPLICATIVA: Quando se tratar de concessão de uso para fins de estudo ou pesquisa deverá constar redação abaixo para o item 6.3:

6.3. A prorrogação da vigência do presente contrato deverá ser requerida pela CONCESSIONÁRIA dentro do prazo de xx dias, de forma fundamentada.)

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO E DAS RENDAS PROVENIENTES DA ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO

7.1. A CONCESSIONÁRIA pagará ao CONCEDENTE, em decorrência da concessão de uso da área indicada na Cláusula Primeira, participação nos resultados ou rendas provenientes da atividade do empreendimento, o valor de ..... (indicar o valor).

7.2. O pagamento dos valores da retribuição pecuniária indicados no item 7.1, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, deverá ocorrer _____ (indicar o prazo e a forma como deverá ser feito o pagamento)

8. CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO

8.1. O descumprimento das cláusulas estabelecidas neste contrato implicará a suspensão de seus efeitos, estabelecido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa, a contar da comunicação da suspensão.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do imóvel ao CONCEDENTE, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

9.1.1. vier a ser dado à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;

9.1.2. ocorrer renúncia à cessão ou se a CONCESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

9.1.3. houver, em qualquer época, necessidade do CONCEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato;

9.1.4. não for apresentada defesa de que trata a Cláusula Oitava deste contrato ou não for aceita a justificativa apresentada;

9.2. Poderão as partes contratantes, desde que estejam em dia com as obrigações pactuadas, rescindir o presente Contrato antes de seu término; e

9.2.1. A rescisão antes do termo final deste contrato deverá ser comunicada pela parte interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OMISSÕES

10.1. Os casos omissos ao presente Contrato serão resolvidos com base nas normas internas do Incra que tratam sobre o tema e em outras normas aplicáveis à concessão de uso de bem público.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

11.1. Como condição indispensável para sua eficácia, o presente Contrato será publicado em Boletim Interno do Incra e na página do CONCEDENTE na internet, com publicação do extrato no Diário Oficial da União.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de (Capital do Estado ou cidade de jurisdição de localização do bem), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratual.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento de concessão de uso de bem público, de forma presencial ou eletrônica, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Brasília/DF (ou Sede da SR da localização do Projeto), xx de xx de xx.

_____

CONCEDENTE

_____

CONCESSIONÁRIO

Testemunha 1 - Nome: _____

CPF: _____ RG:_____

Testemunha 2 - Nome: _____

CPF: _____ RG:_____

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original no DOU nº 241, de 23 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 22.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 113, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 (*)

Fixa os procedimentos para regularização fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas abrangidas pelos efeitos do Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, no Estado do Paraná, reconhecidas de domínio da União pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão nos autos da Apelação Cível nº 9621-1-PR.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA, no uso da competência que lhe confere o art. 19, inciso VII, da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 110, incisos VI e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 24 de março de 2020, e considerando o disposto na Resolução Incra/CD nº 1047, bem como o que consta do processo administrativo nº 54000.047191/2018-30, resolve dispor sobre os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, com fundamento no Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1° Esta Instrução Normativa visa instituir, no âmbito do Incra, as diretrizes e etapas dos procedimentos administrativos e técnicos aplicáveis na regularização fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas abrangidas pelos efeitos do Decreto-lei n° 1.942, de 31 de maio de 1982, no Estado do Paraná, reconhecidas de domínio da União pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão nos autos da Apelação Cível n° 9621-1-PR.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, os imóveis objetos da Apelação Cível nº 9621-1-PR são os que correspondem aos perímetros reconhecidos e definidos nas bases de dados do INCRA, com fundamento nos documentos levantados nos autos do processo judicial, denominados como Terreno Catanduvas, Terreno Ocoy e Terreno Piquiry.

Art.2° Os imóveis rurais de que tratam o art. 1° serão alienados diretamente aos seus legítimos possuidores, desde que seja:

I - detentor de registro imobiliário de propriedade correspondente à posse;

II - detentor de registro imobiliário de propriedade anulado ou em nome de terceiro, correspondente a área de posse, com pagamento quando constatada diferença de área;

III - detentor de registro imobiliário de propriedade anulado ou em nome de terceiro, correspondente a área de posse, sem pagamento por diferença de área; e

IV - ao ocupante de área com registro imobiliário de propriedade em nome da União ou do Incra.

Parágrafo único. A condição de legítimo possuidor implica na exploração direta das áreas possuídas, sem a exigência de morada habitual.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Seção I

Dos requisitos das áreas a serem regularizadas

Art. 3° Para o procedimento de regularização fundiária, é necessário que a área atenda aos seguintes requisitos:

I - registro no Cartório de Registro de Imóveis;

II - limites georreferenciados ou reconhecidos pelo Incra; e

III - assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional.

Parágrafo único. Para os fins desta norma, consideram-se como reconhecidos os limites das áreas constantes da base cartográfica do Incra.

Seção II

Dos requisitos pessoais do requerente

Art. 4° Para ser beneficiário da regularização fundiária, o legítimo possuidor e seu cônjuge ou companheiro deverão atender aos seguintes requisitos:

I - existência de posse correspondente à área pleiteada;

II - exploração da área possuída;

III - encadeamento possessório a indicar a forma de atendimento ao Decreto-lei nº 1.942, de 1982.

§1° O requerente poderá ser pessoa física ou jurídica.

§2° A alienação de imóveis ao legítimo possuidor estrangeiro será precedida de manifestação de viabilidade pelo setor competente da Divisão de Governança Fundiária, conforme Lei n° 5.709, de 7 de outubro de 1971 e seu regulamento.

§3° Nos casos de ocorrência de conflitos possessórios, o requerimento de regularização será suspenso até que haja solução amigável ou judicial.

Seção III

Dos limites dos imóveis a serem regularizados

Art. 5° Nos casos de requerimento que ultrapasse o quantitativo de 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares, o processo deverá ser instruído no âmbito do Incra para prévia aprovação do Congresso Nacional.

Art. 6° Os imóveis com áreas inferiores à fração mínima de parcelamento do município poderão ser regularizados, desde que mantida a destinação de exploração rural.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Seção I

Das etapas do processo

Art. 7° O procedimento para regularização fundiária de posses incidentes em áreas abrangidas pelos efeitos do Decreto-lei n° 1.942, de 1982, será instruído mediante processo administrativo de habilitação dos imóveis pretendidos, conforme as seguintes etapas:

I - apresentação pelo requerente, por meio físico ou eletrônico, da documentação exigida, conforme disciplinado nesta norma;

II - análise das posses por meio do sensoriamento remoto;

III - verificação das informações declaradas com outras bases de dados do Governo Federal; e

IV - realização de vistoria presencial, nas hipóteses aplicáveis.

Parágrafo único. Para cada imóvel a ser regularizado será formalizado um processo administrativo, cujo deferimento ensejará expedição de Título de Domínio ou Termo Declaratório.

Seção II

Da etapa de apresentação da documentação pelo requerente

Art. 8° Na etapa de entrega ou disponibilização em formato digital de documentação, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento de regularização com declaração do requerente e do seu cônjuge ou companheiro, sujeitos à responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, que contemplem os requisitos à regularização fundiária, conforme anexo I;

II - documentos pessoais de identificação do ocupante e do seu cônjuge ou companheiro; e, se for o caso, demonstrativo do estado civil dos requerentes, podendo ser apresentados os documentos listados no anexo II;

III - cópia da planta e do memorial descritivo do imóvel georreferenciado e objeto do requerimento de regularização, elaborados por profissional habilitado e devidamente credenciado junto ao Incra, validados via soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação do Incra, devendo constar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica ou documento equivalente de acordo com norma específica do conselho profissional do responsável técnico;

IV - comprovante de inscrição no Cadastro Ambiental Rural;

V - cópia de certidão de registro imobiliário atualizado, se for o caso;

VI - título ou documento comprobatório da posse, se houver;

VII - apresentação da cadeia dominial até o destaque do patrimônio público, se for o caso;

VIII - comprovante de pagamento pela titulação, se for o caso;

IX - certidão negativa de distribuição de ações judiciais junto à Justiça Federal e Estadual do Paraná;

X - documentos ou outros meios que comprovem a posse e a exploração, exemplificadas na forma do anexo III, quando for o caso.

Art. 9° As declarações do requerente e de seu cônjuge ou companheiro, sujeitos à responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil, deverão atestar, conforme o anexo I, que:

I - são legítimos possuidores da área a ser regularizada;

II - exercem ocupação e exploração, por si ou por seus antecessores, da qual deverão constar informações sobre a atividade econômica desenvolvida no imóvel e a atividade complementar;

III - não mantêm em sua propriedade trabalhadores em condições análogas as de escravos;

IV - a inscrição do CAR apresentada refere-se ao imóvel objeto da regularização;

V - estão cientes de que as informações do CAR declaradas serão passíveis de exame pelos órgãos ambientais competentes, de acordo com a legislação específica; e

VI - estão cientes de que os demais dados informados poderão ser confirmados pelo Incra.

Art. 10. O requerimento poderá ser realizado por meio de instrumento de procuração particular, conforme modelo constante do anexo IV, ou por instrumento público com poderes específicos.

Seção III

Da etapa de sensoriamento remoto e da análise da documentação

Art. 11. Apresentada a documentação, o INCRA realizará a análise das posses, por meio de sensoriamento remoto, para verificar a existência de ocupação e exploração da área possuída.

§ 1° Quando não for possível obter análise conclusiva apenas com base no sensoriamento remoto, será realizada vistoria administrativa mediante manifestação fundamentada, facultando-se a juntada de documentação pelo requerente, tais como nota de produtor rural, contrato de crédito rural, notas fiscais de compra e venda, e outros.

§ 2° O resultado das análises realizadas por meio de sensoriamento remoto servirá de subsídio para os casos de vistoria obrigatória e para verificação das informações obtidas em outras bases de dados do governo federal, conforme modelo do anexo V.

Art. 12. Para fins de verificação do preenchimento dos requisitos previstos no Decreto-lei n° 1.942, de 1982, serão realizadas consultas às bases de dados, utilizando o Cadastro de Pessoas Físicas do requerente, consultando-se os seguintes sistemas e cadastros:

I - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA);

II - Sistema de Informações de Protocolos (SISPROT);

III - Sistema Eletrônico de Informações (SEI); e

IV - Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR).

§ 1° A consulta ao SICAR deve conferir se o registro de inscrição no CAR do imóvel objeto de regularização fundiária é do mesmo Cadastro de Pessoas Físicas do requerente.

§ 2° A validade das consultas para fins de instrução processual é de um ano.

Seção IV

Da etapa de vistoria

Art. 13. A vistoria presencial é obrigatória para a conclusão do processo de regularização fundiária nas seguintes hipóteses:

I - quando não for possível obter análise conclusiva apenas com base na análise remota, sendo que, para esses casos, deverá ser proferida decisão fundamentada para realização de vistoria;

II - se o requerimento a que se refere o inciso I do art. 8° tiver sido realizado por meio de procuração; e,

III - nas áreas que se enquadram como grandes propriedades rurais, com dimensões acima de 15 módulos fiscais, nos termos da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

§ 1° Para efeitos desta Instrução Normativa, a vistoria deverá verificar o cumprimento dos requisitos do art. 4º.

§ 2° O relatório de vistoria terá prazo de validade de três anos, podendo ser prorrogado por mais um ano, desde que o sensoriamento remoto não demonstre alterações na situação da ocupação.

Art. 14. Será dispensada a vistoria em caso de revogação expressa da procuração, se for esse o único motivo para a realização da vistoria.

Seção V

Da etapa de cadastramento dos imóveis

Art. 15. Os imóveis serão cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural antes da emissão do título.

§1° Se o imóvel já estiver cadastrado deverá ser realizada sua atualização.

§2° A inclusão ou a atualização poderão ser realizadas pelo interessado ou pelo Incra.

CAPÍTULO IV

DO PARECER TÉCNICO

Art. 16. Realizadas as etapas anteriores, deverá ser elaborado parecer técnico indicando o atendimento aos requisitos e a forma da alienação do imóvel, nos seguintes termos:

I - alienação mediante expedição de Termo Declaratório, para aqueles que comprovarem os requisitos previstos no art. 22;

II - alienação mediante expedição de Título de Domínio, sem pagamento, para aqueles que comprovarem os requisitos previstos no art. 23;

III - alienação mediante expedição de Título de Domínio, com pagamento do preço pela terra nua, para os demais legítimos possuidores que se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 24.

Parágrafo único. Nos casos em que a alienação for com pagamento, o parecer deverá contemplar os cálculos dos preços dos imóveis.

CAPÍTULO V

DA ANÁLISE PROCESSUAL

Seção I

Do fluxo do processo

Art. 17. Toda a documentação gerada no curso do processo de regularização será recepcionada, inserida e disponibilizada em formato digital nas soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação do Incra, com manifestação de responsável técnico em momentos específicos do fluxo processual.

Parágrafo único. O processo administrativo tramitará de acordo com o seguinte fluxo:

I - recebimento e inserção, em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação do Incra, dos documentos apresentados em formato digital;

II - análise das posses por meio do sensoriamento remoto;

III - pesquisa e análise das informações, de forma automatizada, às bases de dados oficiais da Administração Pública Federal, previstas no art. 12 desta instrução, que serão confrontadas e validadas eletronicamente ou por técnico habilitado;

IV - manifestação técnica justificada da Divisão de Governança Fundiária para a realização de vistoria, quando não for possível obter análise conclusiva com o resultado do sensoriamento remoto e da análise de documentos;

V - relatório de vistoria, se for o caso;

VI - inscrição ou atualização do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, conforme o caso;

VII - parecer técnico na forma do art. 16;

VIII - manifestação conclusiva da Superintendência Regional do Paraná quanto ao preenchimento dos requisitos da regularização pretendida;

IX - manifestação jurídica da Procuradoria Regional, quando for o caso; e

X - ato de aprovação para emissão do título ou termo declaratório ou indeferimento da titulação pela Diretoria de Governança Fundiária.

Art. 18. A instrução processual poderá ser encerrada imediatamente, mediante decisão administrativa fundamentada de mérito, do Diretor de Governança Fundiária, quando se verificar ausência do preenchimento dos requisitos legais para a regularização fundiária.

Seção II

Da decisão de mérito

Art. 19. Após a instrução do processo, o Superintendente Regional, encaminhará os autos administrativos à Diretoria de Governança Fundiária para decisão de mérito quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de regularização.

§ 1º A manifestação jurídica será obrigatória somente na hipótese de a manifestação técnica ser pelo deferimento do pedido de regularização.

§ 2º A não aplicação de manifestação jurídica referencial deve estar justificada nos autos antes de ser encaminhado à Procuradoria Federal Especializada do Incra.

§ 3º A decisão será publicada no Boletim de Serviço Eletrônico do Incra e notificada ao requerente.

Art. 20. Indeferido o pedido de regularização, e após publicação no Boletim Eletrônico de Serviço, o requerente será notificado, dando-lhe ciência dos termos da decisão e facultando-lhe apresentar recurso no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Apresentado o recurso, será realizada análise técnica fundamentada pela Diretoria de Governança Fundiária, facultada a reconsideração pelo Diretor.

§ 2º Não havendo a reconsideração, o recurso será encaminhado ao Conselho Diretor do Incra para decisão, após manifestação da Procuradoria Federal Especializada.

§ 3º O ocupante deverá ser notificado dos termos da decisão.

§ 4º Caso seja provido o recurso, seguir-se-á à instrução processual.

§ 5º Decorrido o prazo previsto no caput ou negado provimento ao recurso do interessado, seguir-se-ão medidas administrativas, visando à destinação do imóvel, nos termos da lei.

CAPÍTULO VI

DAS FORMAS DE ALIENAÇÃO

Art. 21. A alienação dos imóveis rurais de que trata esta Instrução Normativa, consistirá na expedição de Termo Declaratório, Título de Domínio sem pagamento ou Título de Domínio com pagamento, nos seguintes termos:

Seção I

Termo Declaratório

Art. 22. Para o interessado detentor de registro imobiliário do imóvel que comprove a origem em título emitido pelo Estado do Paraná ou pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração ou sucessores destes, será efetuada a expedição de Termo Declaratório, conforme modelo do anexo VI, firmado pelo Incra e pelo interessado, com plena força e validade de escritura pública, para fins de averbação na matrícula do imóvel alienado.

§1º A comprovação de que trata o caput será feita mediante a apresentação pelo interessado da cadeia dominial que remeta a origem em titulação feita pelo Estado do Paraná ou pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

§2º A alienação de que trata o caput deste artigo será efetuada sem pagamento, desde que comprovado nos autos que houve pagamento ao Estado do Paraná ou à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, ou sucessores destes.

Seção II

Título de Domínio sem pagamento

Art. 23. Para o caso do interessado não detentor de registro imobiliário do imóvel correspondente à posse, anulado ou em nome de terceiro, e que comprovar o pagamento ao Estado do Paraná ou à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, ou sucessores destes, será expedido Título de Domínio sem pagamento.

§ 1º É obrigatória a comprovação da exploração da área possuída para atendimento do disposto no caput.

§2º Havendo diferença da área atual pleiteada, demarcada e georreferenciada sobre a qual não tenha comprovação de pagamento na titulação original, deverá haver a quitação da respectiva diferença, sendo aplicável o art. 24.

§3º Comprovado o pagamento nos termos do parágrafo anterior e não havendo diferença de áreas a serem quitadas, a alienação de que trata o caput deste artigo será efetuada mediante a expedição de Título de Domínio, conforme modelo do anexo VII, firmado pelo Incra e pelo beneficiário, com plena força e validade de escritura pública, para fins de registro do imóvel alienado.

Seção III

Título de Domínio com pagamento

Art. 24. Nos casos de possuidores de área com registro imobiliário de propriedade em nome da União ou do Incra, ou àqueles que não comprovarem as situações dispostas nos artigos 22 e 23, a alienação do imóvel será concretizada por compra e venda direta com pagamento integral do valor da alienação.

Parágrafo único. A alienação de que trata o caput será efetuada mediante a expedição de Título de Domínio, conforme modelo do anexo VIII, firmado pelo Incra e pelo interessado, com plena força e validade de escritura pública, para fins de registro do imóvel alienado.

CAPITULO VII

DOS VALORES DOS TÍTULOS E DAS FORMAS DE PAGAMENTOS

Seção I

Dos Valores dos Títulos

Art. 25. O preço do imóvel considerará o tamanho da área e será estabelecido entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) do valor mínimo da pauta de valores da terra nua para fins de titulação e regularização fundiária elaborada pelo Incra, conforme Anexo X.

§1º Os custos do serviço de demarcação e medição do imóvel, no caso de terem sido executados pelo Incra, serão acrescidos ao valor de alienação do imóvel, calculados conforme metodologia técnica própria definida pela Diretoria de Governança Fundiária.

§ 2º Na hipótese de imóvel cuja área esteja situada em mais de um Município com dimensões de módulos fiscais diferentes, para efeitos do cálculo da quantidade de módulos fiscais serão consideradas as dimensões do Município onde estiver localizada a maior porção do imóvel.

Seção II

Da forma de pagamento dos títulos

Art. 26. O valor do título de domínio será pago pelo interessado à vista, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU ou de outro instrumento decorrente de convênio ou contrato firmado com instituições financeiras, sendo condição para a impressão e entrega do título, a comprovação do pagamento.

§ 1° O pagamento efetuado deverá estar comprovado nos autos.

§ 2º O não pagamento no prazo ocasionará a emissão de uma nova GRU.

Art. 27. No caso de decisão pelo deferimento de expedição de título de domínio em que haja necessidade de pagamento, a Diretoria de Governança Fundiária encaminhará os autos à Superintendência do Paraná para:

I - a Divisão de Gestão Operacional expedir GRU; e

II - a Divisão de Governança Fundiária emitir notificação ao interessado para recolhimento do respectivo valor, antes da expedição do documento titulatório, conforme Anexo IX.

§ 1° A expedição de Título de Domínio com pagamento do preço pela terra nua fica condicionada a identificação do pagamento e comprovação de quitação pela Divisão de Gestão Operacional.

§ 2° Comprovado o pagamento, a Superintendência Regional do Paraná restituirá os autos à Diretoria de Governança Fundiária, para expedição do título de domínio.

CAPÍTULO VIII

DA TITULAÇÃO

Art. 28. O Incra expedirá os títulos de domínio e os termos declaratórios após a publicação, em Boletim de Serviço Eletrônico, da decisão que autorizou a expedição.

§ 1º O beneficiário receberá a via do os títulos de domínio ou termos declaratórios e a cópia da planta e do memorial descritivo do imóvel, contendo a identificação expressa da ART do responsável pelo georreferenciamento ou documento equivalente de acordo com a norma específica do Conselho de Classe do responsável técnico.

§ 2º Após a coleta das assinaturas com a indicação da data de recebimento, os títulos de domínio ou termos declaratórios deverão ser digitalizados e incluídos nas soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação do Incra.

§ 3º A competência para assinatura de os títulos de domínio ou termos declaratórios é do Presidente do Incra, devendo ser assinados também pelos requerentes e por mais duas testemunhas.

§ 4º Os títulos de domínio e termos declaratórios podem ser firmados por meio de instrumento de procuração pública e com poderes específicos.

§ 5º A relação dos títulos de domínio e termos declaratórios expedidos será divulgada em sítio eletrônico do Incra.

Art. 29. Após a assinatura dos documentos de titulação pelas partes e a inserção nos sistemas do Incra, deverão ser atualizados, de forma automatizada, os seguintes sistemas:

I - Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, alterando-se a situação jurídica do imóvel de "posse por simples ocupação" para "posse a justo título"; e

II - Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, alterando-se a situação de "área não titulada" para "área titulada não registrada".

§ 1º Após registro dos títulos de domínio e os termos de declaração no cartório de registro de imóveis, o beneficiário deverá requerer a atualização cadastral no SNCR no Incra ou na Unidade Municipal de Cadastro-UMC.

§ 2º Após registro dos títulos de domínio e os termos de declaração no cartório de registro de imóveis, o beneficiário deverá requerer a atualização da situação do imóvel no SIGEF, a ser realizado pelo Oficial de Registro de Imóveis ou, na impossibilidade deste, pelo profissional responsável técnico pelo georreferenciamento.

Art. 30. Os Títulos expedidos sob a vigência desta Instrução Normativa e não firmados pelo requerente no prazo de um ano, contado a partir da data de expedição, serão tornados insubsistentes juntamente com a decisão que autorizou a expedição.

§ 1º A decisão que tornar sem efeito a autorização da expedição do Título de Domínio deverá ser publicada em Boletim Eletrônico de Serviço, com posterior arquivamento do processo.

§ 2º Arquivado o processo e havendo manifestação do interessado, será reaberta a instrução e novamente verificado o preenchimento dos requisitos previstos nesta Instrução Normativa, para nova decisão administrativa.

Art. 31. Os títulos de domínio e os termos declaratórios tornados insubsistentes, cancelados, resolvidos ou anulados, terão o registro do imóvel nos sistemas do Incra revertidos à condição de "posse por simples ocupação" e "área não titulada".

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.32. Cabe ao Presidente do Incra a competência para firmar em nome da Autarquia os títulos de domínio e termos declaratórios emitidos com base na presente Instrução Normativa.

Art.33. As situações não previstas nesta Instrução Normativa serão submetidas à apreciação da Diretoria de Governança Fundiária do Incra, após análise e manifestação conclusiva da Superintendência Regional.

Art.34. Esta Instrução Normativa não se aplica aos projetos de assentamento de qualquer modalidade.

Art. 35. Os requerimentos e processos administrativos de regularização fundiária com base no Decreto-lei nº 1.942, de 1982, deverão ser adequados a esta Instrução Normativa.

Art.36. Os anexos desta Instrução Normativa serão publicados na íntegra no Diário Oficial da União.

Art.37. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de 3 de janeiro de 2022.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1 Informações da(o) Requerente:

Nome			CPF
N° Documento de Identidade	Órgão/UF emissor	Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino	Nacionalidade ( ) Brasileiro ( ) Estrangeiro
Naturalidade/UF	Estado Civil ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo		Data de Nascimento
Endereço para Correspondência			Telefone para Contato
Município/UF	E-mail		
Opção de entrega de eventuais notificações e/ou Guias de Recolhimento ( ) Autorizo o envio para o e-mail acima informado. ( ) Virei buscar assim que for comunicado.			

2 Informações da(o) Cônjuge/Companheira(o):

Nome			CPF
N° Documento de Identidade	Órgão/UF Emissor	Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino	Nacionalidade ( ) Brasileiro ( ) Estrangeiro
Naturalidade/UF	Estado Civil ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo		Data de Nascimento

3 Informações da Gleba e do Imóvel:

Nome do imóvel	N° do lote	Município/UF
Nome da gleba	Espécie de documento ( ) Contrato de Promessa de Compra e Venda - CPCV ( ) Licença de Ocupação - LO ( ) Outros:	
Possui algum documento expedido por Órgão público? ( )Sim ( )Não		
Indicações para acesso (Coordenada Geográfica Principal, se houver)		Código do imóvel rural no SNCR
Área (ha) ( ) Declarada ( ) Medida	Principal Atividade Econômica Desenvolvida	Cadastro realizado através de procuração? ( ) Sim ( ) Não
É ocupante primitivo? ( ) Sim ( ) Não	Data da ocupação originaria	Data da ocupação atual

DECLARAÇÕES DO REQUERENTE

Declaramos ser legítimos possuidores da área a ser regularizada; exercer ocupação e exploração, por nós ou por nossos antecessores, da qual deverão constar informações sobre a atividade econômica desenvolvida no imóvel e a atividade complementar; não manter trabalhadores em condições semelhantes às de escravo no imóvel.

Declaramos ainda que a inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR apresentada é uma referência ou objeto importante de regularização e que estamos cientes de que as informações CAR declaradas serão um exame passivo pelos órgãos ambientais competentes, de acordo com a legislação específica e estamos cientes que os dados informados serão confirmados pelo Incra.

Art. 299º do Código Penal: "Omitir, em documento público ou privado, declaração que deva ser averbada, ou inserir ou inserir declaração falsa ou diversa que deva ser escrita, a título de prejuízo direto, cria obrigação ou altera um verdadeiro sobre ou fato legalmente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, seja documento público ou não, e reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, seja particular ou não.

_____de_____ de_____.

ASSINATURA(S) DO(S) REQUERENTE(S):

Requerente 1:

CPF:

Requerente 2:

CPF:

INSTRUÇÃO NORMATIVA BRAVIACO

ANEXO II

DOCUMENTOS PESSOAIS DE IDENTIFICAÇÃO E DEMONSTRATIVO DE ESTADO CIVIL
1.EXEMPLOS DE DOCUMENTOS PESSOAIS QUE PODEM SER APRESENTADOS PELO REQUERENTE:
a). Cópia carteira de identidade;
b). Cópia de carteira de trabalho;
c) Cópia carteira profissional;
d) Cópia passaporte;
e) Cópia de carteira de identificação funcional;
f) Cópia documentos de identificação militares;
g) Outro documento público que permita a identificação do requerente
2. DEMOSNTRATIVO DE ESTADO CIVIL:
a). Cópia da certidão de casamento, declaração de união estável ou união homoafetiva, quando for o caso
b). Cópia de atestado de óbito do cônjugue quando o (a) requerente (a) for víuvo(a).
Parágrafo único: Para os casos de requerimento formulado por procuração, será obrigatória a realização de vistoria que deverá indicar o responsável pela exploração do imóvel rural.

Instrução Normativa Braviaco

ANEXO III

LISTAGEM EXEMPLIFICATIVA DE DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE DETENÇÃO OU DE EXPLORAÇÃO
1.Títulos emitidos pelo governo federal ou estadual;
2.Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR;
3.Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP;
4.Comprovante de pagamento de Imposto Territorial Rural - ITR;
5.Cadastro em Órgãos de assistência técnica;
6.Protocolo de abertura de processo em órgão público;
7.Nota fiscal de insumos agrícolas;
8.Multas/Notificações de órgãos ambientais;
9.Nota fiscal de compra e venda da produção;
10.Guia de transporte animal;
11.Cartão de vacinação do rebanho animal;
12.Cartão de produtor;
13.Contratos de cessão de área entre particulares.
14.Faturas de concessionários de serviços públicos (água, luz, etc...).
Obs.: Todos os documentos de comprovação devem possibilitar a vinculação com a área requerida.
INSTRUÇÃO NORMATIVA BRAVIACO

ANEXO IV

MODELO DE DOCUMENTO DE PROCURAÇÃO
Pelo presente instrumento particular o(a) Sr.(a) _____ (outorgante), inscrito no Cadastro de Pessoas físicas sob o n° _____, RG N° _____, sexo _____, nacionalidade _____, natural de _____, estado civil _____, residente(s) à _____, no município _____, UF _____ nomeia e constitui seu procurador o(a) Sr.(a) _____ (outorgado), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n° _____, RG N° _____, sexo _____, nacionalidade _____, natural de _____, estado civil _____, residente(s) à _____, no município de _____ conferindo-lhes poderes para requerer a regularização fundiária da ocupação do imóvel denominado _____, localizada na Gleba_____, no município _____, Estado _____, bem como, praticar os atos processuais respectivos e receber notificações no seguinte endereço: _____.
Data, local
Assinatura (outorgante)

ANEXO V

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
RELATÓRIO DE VISTORIA DE OCUPAÇÃO
1. Informações do ocupante:

1.1 Nome do ocupante:	1.2 CPF:
1.3 Nome do informante:	1.4 CPF:
1.5 Vínculo do informante com a ocupação:	

2. Informações da gleba e da ocupação:

2.1 Nome da gleba:	2.2 Denominação da ocupação:		2.3 Nº do lote:
2.4 Área (ha):	2.5 Município/UF:	2.6 Código do SNCR:	
2.7 É ocupante primitivo? ( ) sim ( ) não	2.8 Nome do transmitente da posse:		
2.9 Data da ocupação originária:	2.10 Data da ocupação atual:		
2.11 Indicações para localização e acesso ao imóvel:			
2.12 Coordenadas de pontos relevantes:			

3.Informações de exploração:

3.1 Exploração direta? ( ) sim ( ) não	3.2 Ocupação direta? ( ) sim ( ) não	3.3 Cultura efetiva? ( ) sim ( ) não	3.4 Ocupação mansa e pacífica? ( ) sim ( ) não
3.5 Descrever o litígio:			
3.6 O ocupante reside no imóvel? ( ) sim ( ) não. Onde reside?		3.7 Utiliza mão-de-obra familiar? ( ) sim ( ) não	
3.8 A exploração é exercida por Pessoa Jurídica? ( ) sim ( ) não		3.9 CNPJ:	
3.10 Uso das terras e efetivo pecuário:			

a) BENFEITORIAS REPRODUTIVAS			
LAVOURAS TEMPORÁRIAS		LAVOURAS PERMANENTES	
Cultura	Área (ha)*	Cultura	Área (ha)*
PASTAGENS		ANIMAIS	
Tipo	Área (ha)*	Espécie	Nº de cabeças*
Plantada			
Nativa / Natural			
EXTRATIVISMO			
Produto	nº pés/estrada		
OUTROS			
b) BENFEITORIAS NÃO REPRODUTIVAS_			

* aproximada

4.Observações gerais:

5.Parecer técnico da vistoria:

_____	___	___	___	___
_____	___	___	___	___
_____	___	___	___	___
_____	___	___	___	___
_____	___	___	___	___
_				___

6.Responsável pelo relatório:

Nome:	Assinatura do servidor
SIAPE: Data:	

ANEXO VI

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA TERMO DECLARATÓRIO

TERMO DECLARATÓRIO que celebram entre si o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o(s) beneficiário(s).

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇAO E REFORMA AGRARIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei no 1.110, de 09 de julho de 1970, com sede e foro na Capital Federal, CNPJ n. 00.375.972.001/60, doravante simplesmente designado INCRA e neste ato representado pelo Presidente do INCRA, em cumprimento ao artigo 2º, § 2º do Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, e considerando o que consta do processo administrativo INCRA Nº_____, pelo presente TERMO com plena força e validade de escritura pública, a teor do artigo 7º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, DECLARA, para fins de averbação no Registro de Imóveis, que o Imóvel denominado_____com área de _ _ _ha (descrever), situado no município de _____,Estado do Paraná, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de_____em nome de _____ no livro __ _, fls _ _ Matrícula/Transcrição sob nº __ __, está compreendido no "Título_____ e está amparado pelo artigo 2º, item I, do Decreto-

Lei nº 1.942/82, de 31 de maio de 1982, havendo em decorrência, ocorrido a traslação de domínio do imóvel acima referido ao titular do seu registro, por força do artigo 2º, § 1º, do mencionado Decreto-Lei.

Em consequência, o(s) beneficiário(s) deste TERMO, ciente do que contém o artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, renuncia por si, seu cônjuge, herdeiros ou sucessores, a qualquer eventual direito ou pretensão de reparação por parte da União, Estado do Paraná ou Município.

Este ato conta com assentimento do Conselho de Defesa Nacional conforme o que consta do Ato __ _ n° _ _ __, de __ _ _ de ___ de__ _.

O presente TERMO é firmado em 01 (uma) via, aceitando o(s) beneficiário(s), expressamente, as condições dele constantes, eleito o foro da comarca de situação do imóvel com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões que resultarem deste.

_____de_____de_____

Presidente do INCRA
Benefeciário 1
Benefeciário 2
Testemunha 1
Testemunha 2

ANEXO VII

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO ESPÉCIE: TÍTULO DE DOMÍNIO					
Nº DO TÍTULO PR2022xxxxx	DATA	LOCAL DE EMISSÃO BRASILIA	UF DF		PROCESSO ADMINISTRATIVO
02 - OUTORGANTE INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, autarquia federal criada pelo Decreto-lei n° 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei n° 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ n° 00.375.972/0001-60, sede e jurisdição em todo território nacional.					
03 - OUTORGADO (1):				ESTADO CIVIL	
NACIONALIDADE	CPF/CNPJ	DATA DO NASCIMENTO	DATA DE CASAMENTO		REGIME DE BENS
NATURALIDADE		UF	N° RG/ N° DOCUMENTO		ORGÃO EXPEDIDOR RG
PROFISSÃO / ATIVIDADE PRINCIPAL	DOMICÍLIO				
OUTORGADO (2):				ESTADO CIVIL	
NACIONALIDADE	CPF/CNPJ	DATA DO NASCIMENTO	DATA DE CASAMENTO		REGIME DE BENS
NATURALIDADE		UF	N° RG/ N° DOCUMENTO		ORGÃO EXPEDIDOR RG
PROFISSÃO / ATIVIDADE PRINCIPAL	DOMICÍLIO				
04 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Art.189 da Constituição Federal; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982.					
NÚMERO DO ASSENTIMENTO CDN				DATA DA PUBLICAÇÃO	
05 - CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL					
IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		NÚMERO DO LOTE		MUNICÍPIO	UF
CÓDIGO DO IMÓVEL NO SNCR	NÚMERO DE MÓDULOS FISCAIS		ÁREA DO IMÓVEL (ha)		
ÁREA OUTORGADA POR EXTENSO					
CÓDIGO DA PARCELA NO SIGEF:		RESPONSÁVEL TÉCNICO		ART	
PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO INTEGRAM O PRESENTE TÍTULO E DEVERÃO IGUALMENTE, COMPOR O REGISTRO DE IMÓVEL CORRESPONDENTE					
INFORMAÇÕES PARA REGISTRO(s) DO IMÓVEL					
06 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO					
VALOR DO HECTARE Não se aplica	VALOR DO IMÓVEL Não se aplica	VALOR DO GEORREFERENCIAMENTO Não se aplica		VALOR TOTAL Não se aplica	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO Não se aplica
ENCARGOS FINANCEIROS** Não se aplica	VALOR DA PRESTAÇÃO* ** Não se aplica	FREQUÊNCIA DE PGTO** Não se aplica	N° PRESTAÇÕES** Não se aplica	VENCIMENTO DA 1ª PRESTAÇÃO** Não se aplica	
OBSERVAÇÕES O PRESENTE TÍTULO REGE-SE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECÍFICADAS NO VERSO. .					

A União, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na qualidade de OUTORGANTE, com fundamento na legislação federal e após regular procedimento administrativo que atesta o atendimento de todos os requisitos legais necessários à expedição de título de domínio, por este ato aliena à(ao) OUTORGADA(O), qualificado no quadro 03, o imóvel descrito no quadro 05, por meio do presente TÍTULO DE DOMÍNIO, estando o imóvel devidamente QUITADO.

O OUTORGANTE transmite a(ao) OUTORGADA(O) a propriedade plena do imóvel descrito no quadro 05 deste instrumento, nos termos da legislação específica.

Em consequência da outorgada do presente título, o beneficiário, ciente do que contém o artigo 5° do Decreto-Lei no 1.942, de 31 de maio de 1982, renúncia por si, seu cônjuge, herdeiros ou sucessores, a qualquer eventual direito ou pretensão de reparação por parte da União, Estado do Paraná ou Município.

O presente TÍTULO tem plena forca e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-lei no 2.375, de 24 de novembro de 1987 não sendo admitidas rasuras ou correções, aceitando o OUTORGADO, expressamente, as cláusulas dele constantes.

OUTORGANTE
NOME DO OUTORGADO 1 NOME DO OUTORGADO 2
RG: RG:
CPF: CPF:
NOME DA TESTEMUNHA: NOME DA TESTEMUNHA:
RG: RG:
CPF: CPF:

ANEXO VIII

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO ESPÉCIE: TÍTULO DE DOMÍNIO, COM CONDIÇÃO DE PAGAMENTO					
Nº DO TÍTULO PR2022xxxxx	DATA	LOCAL DE EMISSÃO BRASILIA	UF DF	PROCESSO ADMINISTRATIVO	
02 - OUTORGANTE INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, autarquia federal criada pelo Decreto-lei n° 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei n° 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ n° 00.375.972/0001-60, sede e jurisdição em todo território nacional.					
03 - OUTORGADO (1):				ESTADO CIVIL	
NACIONALIDADE	CPF/CNPJ	DATA DO NASCIMENTO	DATA DE CASAMENTO	REGIME DE BENS	
NATURALIDADE	UF	N° RG/ N° DOCUMENTO	ORGÃO EXPEDIDOR RG		
PROFISSÃO / ATIVIDADE PRINCIPAL	DOMICÍLIO				
OUTORGADO (2):				ESTADO CIVIL	
NACIONALIDADE	CPF/CNPJ	DATA DO NASCIMENTO	DATA DE CASAMENTO	REGIME DE BENS	
NATURALIDADE	UF	N° RG/ N° DOCUMENTO	ORGÃO EXPEDIDOR RG		
PROFISSÃO / ATIVIDADE PRINCIPAL	DOMICÍLIO				
04 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Art.189 da Constituição Federal; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982.					
NÚMERO DO ASSENTIMENTO CDN				DATA DA PUBLICAÇÃO	
05 - CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL					
IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL	NÚMERO DO LOTE	MUNICÍPIO	UF		
CÓDIGO DO IMÓVEL NO SNCR	NÚMERO DE MÓDULOS FISCAIS	ÁREA DO IMÓVEL (ha)			
ÁREA OUTORGADA POR EXTENSO					
CÓDIGO DA PARCELA NO SIGEF:	RESPONSÁVEL TÉCNICO	ART			
PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO INTEGRAM O PRESENTE TÍTULO E DEVERÃO IGUALMENTE, COMPOR O REGISTRO DE IMÓVEL CORRESPONDENTE					
INFORMAÇÕES PARA REGISTRO(s) DO IMÓVEL					
06 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO					
VALOR DO HECTARE R$	VALOR DO IMÓVEL R$	VALOR DO GEORREFERENCIAMENTO R$	VALOR TOTAL R$	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA	
ENCARGOS FINANCEIROS** Não se aplica	VALOR DA PRESTAÇÃO* ** Não se aplica	FREQUÊNCIA DE PGTO** Não se aplica	N° PRESTAÇÕES** Não se aplica	VENCIMENTO DA 1ª PRESTAÇÃO** Não se aplica	
OBSERVAÇÕES O PRESENTE TÍTULO REGE-SE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECÍFICADAS NO VERSO. .					

A União, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na qualidade de OUTORGANTE, com fundamento na legislação federal e após regular procedimento administrativo que atesta o atendimento de todos os requisitos legais necessários à expedição de título de domínio, por este ato aliena à(ao) OUTORGADA(O), qualificado no quadro 03, o imóvel descrito no quadro 05, por meio do presente TÍTULO DE DOMÍNIO mediante o pagamento integral do valor da alienação especificados no quadro 06.

Em consequência da outorga do presente título, o beneficiário, ciente do que contém o artigo 5º do Decreto-Lei no 1.942, de 31 de maio de 1982, renúncia por si, seu cônjuge, herdeiros ou sucessores, a qualquer eventual direito ou pretensão de reparação por parte da União, Estado do Paraná ou Município.

O presente TÍTULO tem plena forca e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-lei no 2.375, de 24 de novembro de 1987 não sendo admitidas rasuras ou correções, aceitando o OUTORGADO, expressamente, as cláusulas dele constantes.

OUTORGANTE
NOME DO OUTORGADO 1 NOME DO OUTORGADO 2
RG: RG:
CPF: CPF:
NOME DA TESTEMUNHA: NOME DA TESTEMUNHA:
RG: RG:
CPF: CPF:

ANEXO IX

NOTIFICAÇÃO DE DEFERIMENTO E ENCAMINHAMENTO DE GRU
Notificação nº xxxxx/ano/SR(00)/INCRA
@tratamento_destinatario@ @nome_destinatario_maiusculas@ @endereco_destinatario@, @bairro_destinatario@
CEP: @cep_destinatario@ ? @cidade_destinatario@/@sigla_uf_destinatario
Assunto: Notificação de deferimento e encaminhamento de GRU Processo de Regularização Fundiária nº _ _____
Senhor,

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por meio de sua Superintendência Regional ..., notifica-lhe que foi proferido nos autos do processo (nº .....) o Despacho Decisório nº....., o qual deferiu o requerimento de regularização fundiária do Imóvel (descrever o imóvel).

Na oportunidade, encaminhamos Guia de Recolhimento à União - GRU, para recolhimento do respectivo valor, antes da expedição do documento titulatório, nos termos do artigo 27 da Instrução Normativa Incra Nº xxxxx, de de_____de 202__ .

A expedição de Título de Domínio com pagamento do preço pela terra nua, fica condicionado à prévia comprovação do pagamento nos autos, via certidão de quitação pela Divisão de Gestão Operacional.

Local e data,

ANEXO X

DO VALOR DOS TÍTULOS
(Art. 23 do Decreto nº 10.592 de 2020)

Na ocupação de área contínua acima de um módulo fiscal e até dois mil e quinhentos hectares, a alienação e, na hipótese prevista no § 4º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 2009, a concessão de direito real de uso ocorrerão de forma onerosa, dispensada a licitação.

§ 1º O preço do imóvel considerará a extensão da área em módulos fiscais e será estabelecido entre dez e cinquenta por cento do valor mínimo da pauta de valores da terra nua, para fins de titulação e regularização fundiária, instrumento elaborado pelo Incra, nos seguintes termos:

I - até um módulo fiscal - dez por cento do valor mínimo da pauta de valores da terra nua, para fins de titulação e regularização fundiária;

I - acima de um e até quatro módulos fiscais - entre dez e trinta por cento do valor mínimo da pauta de valores da terra nua, para fins de titulação e regularização fundiária, conforme a fórmula e os coeficientes estabelecidos no Anexo I e no Anexo III, respectivamente; e

III acima de quatro módulos fiscais e até dois mil e quinhentos hectares - entre trinta e cinquenta por cento do valor mínimo da pauta de valores da terra nua, para fins de titulação e regularização fundiária, conforme a fórmula e os coeficientes estabelecidos no Anexo I e no Anexo IV, respectivamente.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original no DOU nº 241, de 23 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 25.

PORTARIA Nº 156, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Permuta cargo em comissão do Grupo - DAS por FCPE de mesmo nível e categoria, dentro do Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança das unidades integrantes da estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Permutar um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS-101.2, de Chefe de Divisão, da Divisão de Administração de Contratos - DOA-3, por uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE-101.2, de Chefe de Divisão, da Divisão de Serviços Gerais - DOA-2, ambas da Coordenação Geral de Administração e Serviços Gerais, da Diretoria de Gestão Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 7(sete) dias após sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA/INCRA/SR(28)DFE/GAB/Nº 56, de 17/08/2007, publicada no DOU. nº 174 de 10/09/2007, seção 1, página nº 37 e BS nº 38 de 17/09/2007, que criou o Projeto de Assentamento Benemilson Oliveira dos Santos, localizado no município de São João D'Aliança-GO, código SIPRA DF0156000, onde se lê: "... com área total de 1.869,8036 ha (mil oitocentos e sessenta e nove hectares, oitenta ares e trinta e seis centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 1.621,7914 (mil seiscentos e vinte um hectares, setenta e nove ares e quatorze centiares)..." e onde se lê:..."52 (cinquenta e duas) unidades agrícolas familiares, leia-se:..."25 (vinte e cinco) unidades agrícolas familiares..".

Na PORTARIA/INCRA/P/Nº 353, de 20/05/1994, publicada no DOU. nº 97 de 24/05/1994, seção 1, página nº 7625, que criou o Projeto de Assentamento Contagem, localizado no Distrito Federal e Planaltina de Goiás/GO, código SIPRA DF0026000; onde se lê "... com área de 1.210,0000 ha (mil duzentos e dez hectares)...", leia-se "... com área total medida de 919,9593 ha (novecentos e dezenove hectares, noventa e cinco ares e noventa e três centiares)" e, onde se lê:..."46 (quarenta e seis) unidades agrícolas familiares", leia-se..."43 (quarenta e três) unidades agrícolas familiares".

Na PORTARIA/INCRA/SR(28)DFE/GAB/Nº 131, de 07/11/2011, publicada no DOU. nº 216 de 10/11/2011, seção 1, página nº 88 e BS nº 46 de 14/11/2011, que criou o Projeto de Assentamento Olga Benário, localizado no município de Buritis/MG, código SIPRA DF0196000, onde se lê: "... com área total de 998,8167 ha (novecentos e noventa e oito hectares, oitenta e um ares e sessenta e sete centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 965,1671 (novecentos e sessenta e cinco hectares, dezesseis ares e setenta e um centiares)..." e onde se lê:..."45 (quarenta e cinco) unidades agrícolas familiares, leia-se:..."28 (vinte e oito) unidades agrícolas familiares..".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 046/99 de 30 de maio de 1.997, publicada no Diário Oficial da União n 102, Seção 1, pág. 11.309 de 02/06/1997, que criou o Projeto de Assentamento SANTA MARIA, código SIPRA MT0179000, localizado no município de Água Boa-MT, onde se lê: ... com área de 13.600,0000 ha. (treze mil e seiscentos hectares), leia-se: ... com área de 13.597,8931 ha (treze mil quinhentos e noventa e sete hectares, oitenta e nove ares e trinta e um centiares), onde se lê: ... capacidade de 200 (duzentos) unidades agrícolas familiares, leia-se: ... capacidade de 213 (duzentos e treze) unidades agrícolas familiares. Tornar sem efeito a Retificação Publicada no Diário Oficial da União nº 90, Seção 1, pág. 62 de 13/05/2002.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-06/MG Nº 033, DE 17 DE ABRIL DE 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 077 de 23 de abril de 2007, na Seção 1, página 48, que criou o Projeto de Assentamento Darcy Ribeiro, código SIPRA MG0425000, onde se lê:"... área de 1147,3072 ha (mil cento e quarenta e sete hectares, trinta ares e setenta e dois centiares) ...'', leia-se: 1147,9046 ha (mil cento e quarenta e sete hectares, noventa ares, quarenta e seis centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR(10) Nº 44, de 14 de outubro de 1996, publicada no DOU nº 200 em 15 de outubro de 1996 e que criou o Projeto de Assentamento São Sebastião, código Sipra SC0078000, localizado no município de Abelardo Luz(SC), onde se lê: 323,0000 ha (trezentos e vinte e três hectares) , leia-se: 318,5288 ha (trezentos e dezoito hectares, cinquenta e dois ares e oitenta e oito centiare).

RETIFICAÇÕES

Na Portaria/INCRA/SR(10) Nº 68, de 21 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 245 em 22 de dezembro de 1995 e que criou o Projeto de Assentamento Juruá, código SIPRA SC0069000, localizado no município de Abelardo Luz(SC), onde se lê: 419,4737 ha, leia-se: 425,3221 ha (quatrocentos e vinte e cinco hectares, trinta e dois ares e vinte e um centiares).

Na Portaria/INCRA/SR(10) Nº 06, de 10 de janeiro de 1995, publicada no DOU nº 09 do ANO CXXXIII, em 12 de janeiro de 1995 e que criou o Projeto de Assentamento Indianópolis, código Sipra SC0060000, localizado no município de Abelardo Luz(SC), onde se lê: 1313,8106 ha (um mil trezentos e treze hectares, oitenta e um ares e seis centiares) , leia-se: 1.334,7847 ha (um mil trezentos e trinta e quatro hectares, setenta e oito ares e quarenta e sete centiares)

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/SEDS/SENARC/MC, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece os calendários do exercício de 2022 para o acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação, a aplicação de efeitos e os recursos administrativos por descumprimento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 do Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; no art. 2º do Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021; no art. 12 da Portaria GM/MDS nº 251, de 12 de dezembro de 2012; resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, na forma desta Instrução Normativa, o calendário operacional da gestão de condicionalidades do Programa Auxílio Brasil para o exercício 2022.

Art. 2º As datas de coleta e registro semestral do acompanhamento das condicionalidades de saúde constam do Anexo I.

Art. 3º As datas de coleta e registro bimestral do acompanhamento das condicionalidades de educação constam do Anexo II.

Art. 4º O calendário das aplicações de efeitos em decorrência do descumprimento de condicionalidades e do registro e avaliação dos recursos administrativos contra esses efeitos, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso I, e art. 10 da Portaria GM/MDS nº 251, de 12 de dezembro de 2012, consta do Anexo III.

Art. 5º As datas estabelecidas nesta Instrução Normativa poderão sofrer alterações em decorrência da situação de pandemia provocada pela Covid-19.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA BRANDÃO DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO

ANEXO I: CALENDÁRIO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE - EXERCÍCIO 2022

Período de Acompanhamento	Período de coleta e registro no Sistema do Auxílio Brasil na Saúde/MS			
	Início da coleta	Abertura do sistema para registro	Final da coleta	Fechamento do sistema para registro
1ª vigência (janeiro a junho)	01/01/2022	14 /02/2022	30/06/2022	04/07/2022
2ª vigência (julho a dezembro)	01/07/2022	08/08/2022	31/12/2022	02/01/2023

ANEXO II: CALENDÁRIO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE EDUCAÇÃO - EXERCÍCIO 2022

Período de Acompanhamento	Período de coleta e registro no Sistema Presença/MEC		
	Abertura do sistema para impressão dos formulários	Abertura do sistema para registro	Encerramento (Fechamento do Sistema)
fev/mar	14/03/2022	01/04/2022	27/04/2022
abr/mai	13/05/2022	31/05/2022	27/06/2022
jun/jul	14/07/2022	01/08/2022	29/08/2022
ago/set	14/09/2022	03/10/2022	27/10/2022
out/nov	14/11/2022	30/11/2022	22/12/2022

ANEXO III: CALENDÁRIO DAS APLICAÇÕES DE EFEITOS POR DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES E PARA O REGISTRO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS - EXERCÍCIO 2021

Mês da aplicação dos efeitos (Repercussão)	Período de referência do acompanhamento da saúde	Período de referência do acompanhamento da educação	Prazos para registro e avaliação de recursos no Sistema de Condicionalidades (Sicon)
Março/2022	2ª vigência de 2021	Out/Nov - 2021	Repercussão suspensa pela Portaria MC nº 682, de 6 de outubro de 2021
Maio/2022	-	Fev/Mar - 2022	30/06/2022
Julho/2022	-	Abr/Mai - 2022	31/08/2022
Setembro/2022	1ª vigência de 2022	Jun/Jul - 2022	31/10/2022
Novembro/2022	-	Ago/Set - 2022	31/01/2023

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

DELIBERAÇÃO Nº 1.505, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 10/11/2021.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 10/11/2021.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.070780/2021-36
Proponente: Associacao de Alunos, Pais e Mestres Two Brothers Team Regional ABCDMR Paulista de Taekwondo e Artes Marciais
Título: Two Brothers Sem Fronteiras
Registro: 2102725
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.249.448/0001-49
Cidade: São Caetano do Sul UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 551.962,95
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2898 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 29618-X
Período de Captação até: 10/11/2023

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.119461/2017-91

No Diário Oficial da União nº 133, de 12 de julho de 2019, na Seção 1, página 195 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.290/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0723 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 18507-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0723 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 19437-9.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.885/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.020843/2021-55

Requerente: Associação Biotechtown Open Lab - Instituto de Ciências, Tecnologia e Inovação.

CQB: 538/20

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8052/2021 publicado em 23/12/2021

Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Carlos Emmanuel Montandon (Presidente), Angélica Mendes Salles, Gabriela Carvalho Azevedo, Juliana Barbosa Saliba e Pollyana de Carvalho Oliveira, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.886/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.021212/2021-53

Requerente: Novozymes Latin America Ltda.

CQB: 035/97

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8053/2021 publicado em 23/12/2021

Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Danielle dos Reis Garcia, João Guilherme Rodenbusch Destro, Graziele Maria Wonsowicz e Camila do Nascimento Cardoso, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.600, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.017526/2020-00, de 15 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Oderço Distribuidora de Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 09.301.845/0001-91, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 09.301.845/0001-91, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Máquina Automática para Processamento de Dados Digital, Portátil.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.017526/2020-00, de 15 de abril de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.601, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Portaria de revogação de reabilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 6º, o parágrafo único do art. 37 e o art. 51 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.010941/2021-84, de 25 de junho de 2021, o qual indica a inadimplência da empresa quanto à entrega do Relatório Demonstrativo Anual - RDA, do ano base 2020, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria MCTI nº 5.545, de 19 de janeiro de 2022, publicada no DOU de 21 de janeiro de 2022 que concedeu reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio 2020, à empresa Autofind Industrial Equipamentos Eletrônicos S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 11.044.459/0001-03, permanecendo em vigor a Portaria MCTI nº 5.463, de 22 de dezembro de 2021, publicada no D.O.U. de 24 de dezembro de 2021.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MCTI nº 5.545, de 19 de janeiro de 2022.

Art. 63 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 746, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, e nos termos do processo 01300.003110/2021-44, resolve:

Art. 1º Regulamentar o fomento ao Programa de Mestrado e Doutorado para Inovação - MAI/DAI, política pública de desenvolvimento científico e tecnológico do CNPq, de relevância econômica, social e estratégica para o País, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia, estabelecendo finalidade, objetivos, formas de apoio, condições e procedimentos necessários a sua fiel execução.

CAPÍTULO I

FINALIDADE, OBJETIVOS E FORMAS DE APOIO

Finalidade

Art. 2º O Programa de Mestrado e Doutorado para Inovação - MAI/DAI tem por finalidade fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo e a inovação no País, com o envolvimento de bolsistas de mestrado e doutorado em projetos de interesse de empresas, órgãos de governo e/ou entidades do terceiro setor.

Parágrafo único. A implantação do Programa MAI/DAI pelas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) participantes não implica na criação de novos cursos de pós-graduação. Trata-se de uma política institucional, não devendo ser, necessariamente, vinculada a um Programa de Pós-Graduação (PPG) específico.

Objetivos

Art. 3º Os objetivos do Programa MAI/DAI são:

I - fomentar projetos inovadores que apresentem risco tecnológico, por meio da pesquisa acadêmica;

II - estimular a criação de redes de parcerias entre ICT e empresas, órgãos de governo e/ou entidades do terceiro setor para a execução de projetos de pesquisa e de tecnologia inovadores;

III - auxiliar empresas, órgãos de governo e/ou entidades do terceiro setor no desenvolvimento ou na melhoria de produtos, processos e serviços que favoreçam o avanço de setores econômicos estratégicos; e

IV - contribuir para a qualificação e formação de recursos humanos em nível de pós-graduação para a pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação;

Formas de Apoio

Art. 4º Serão concedidas bolsas de pesquisa para as seguintes modalidades:

I - mestrado no país, por até 24 (vinte e quatro) meses, improrrogáveis; e

II - doutorado no país, por até 48 (quarenta e oito) meses, improrrogáveis, com o correspondente adicional de bancada.

§ 1º As bolsas e os adicionais de bancada serão pagos conforme valores definidos na Tabela de Valores de Bolsas no País do CNPq.

§ 2º Não serão realizados pagamentos de taxas escolares no âmbito do Programa MAI/DAI.

§ 3º Outras modalidades de bolsa poderão ser ofertadas em Chamadas referentes ao Programa, identificada a conveniência e a oportunidade, e havendo disponibilidade de recursos.

CAPÍTULO II

REQUISITOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS

Requisitos

Art. 5º O orientador do(a) bolsista no curso de pós-graduação deverá estar devidamente credenciado pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) no qual atuará.

Art. 6º O currículo do orientador deverá estar cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq.

Art. 7º O bolsista deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - estar regularmente matriculado no curso de pós-graduação onde será desenvolvido o projeto de mestrado ou doutorado;

II - não ser aposentado; e

III - estar em gozo de licença ou afastamento sem remuneração/salário ou ter o contrato suspenso com a instituição empregadora, se houver.

§1º Excepcionalmente, poderá ser mantida a bolsa nos casos de vínculo empregatício ou funcional, desde que haja anuência do Orientador e da coordenação do PPG, atestando a aderência da atividade laboral ao projeto de pesquisa do bolsista.

§ 2º Será permitida a manutenção da bolsa, no caso de vínculo empregatício ou funcional na mesma instituição do curso de pós-graduação, apenas quando contratado como professor substituto.

Obrigações

Art. 8º Compete ao CNPq:

I - lançar Chamada Pública com as regras para a solicitação e concessão das bolsas de mestrado e doutorado para inovação em Projetos Institucionais de Pesquisa;

II - efetuar o pagamento dos benefícios aos bolsistas de mestrado e doutorado para inovação; e

III - acompanhar o desenvolvimento das atividades e planos desenvolvidos pelos bolsistas no Programa MAI/DAI.

Art. 9º Compete à Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT:

I - nomear um Representante Institucional MAI/DAI - RID;

II - selecionar os candidatos às bolsas de mestrado e doutorado por meio de processo de seleção pública;

III - estabelecer o instrumento jurídico de cooperação adequado com empresas, órgãos de governo e/ou entidades do terceiro setor parceira, com contrapartida e questões de propriedade intelectual devidamente estabelecidas;

IV - depositar o resumo eletrônico das teses dos bolsistas na própria instituição e/ou no IBICT e na CAPES; e

V - realizar o monitoramento da execução do Programa MAI/DAI, observando-se a sua capacidade de promover a inovação nas empresas, bem como a qualidade dos resultados finais das pesquisas realizadas pelos bolsistas.

Art. 10. Compete às empresas, aos órgãos de governo e/ou às entidades do terceiro setor:

I - indicar um supervisor para acompanhar o desenvolvimento do projeto; e

II - garantir ao bolsista o acesso a todas as facilidades e equipamentos de sua propriedade e demais condições que sejam necessárias para o desenvolvimento do projeto conforme pactuado com a ICT.

Art. 11. Compete ao RID:

I - gerenciar as bolsas concedidas, via Plataforma Eletrônica do CNPq;

II - apurar casos de eventuais infrações cometidas por bolsistas e orientadores que descumprirem as normativas vigentes para as bolsas de mestrado e doutorado;

III - manter permanentemente disponíveis ao CNPq informações administrativas individuais do(s) bolsista(s) participante(s) do Programa MAI/DAI;

IV - indicar na plataforma eletrônica do CNPq os estudantes que receberão as bolsas, mediante escolha realizada pela ICT, por meio de seleção pública com critérios transparentes;

V - submeter à aprovação do CNPq os pedidos de afastamento de bolsista para realização de estágio de pesquisa no país ou no exterior, com ou sem a manutenção da bolsa;

VI - realizar o registro declaratório de conclusão do curso de mestrado/doutorado de cada bolsista, bem como do projeto de inovação contendo as entregas/resultados da pesquisa realizada, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar do encerramento da bolsa, por meio da plataforma eletrônica do CNPq;

VII - no caso de abandono, desistência ou insucesso, encaminhar declaração emitida pelo orientador, contendo motivação e avaliação das atividades bem como do projeto de inovação realizados pelo aluno durante a vigência da bolsa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que ocorrer o fato; e

VIII - ser responsável pela comunicação entre o PPG e o CNPq.

Art. 12. Compete ao bolsista:

I - dedicar-se às atividades de ensino/pesquisa determinadas por seu curso e às atividades previstas no plano de trabalho da bolsa; e

II - manter o currículo atualizado na Plataforma Lattes, registrando a condição de bolsista do CNPq no campo "Formação Acadêmica/Titulação"; e

III - restituir ao CNPq eventuais benefícios recebidos indevidamente.

Parágrafo único. Os valores a serem devolvidos podem ser deduzidos das mensalidades no caso de beneficiários com bolsas ativas, ou ser objeto de cobrança administrativa.

Direitos

Art. 13. É permitido aos bolsistas de mestrado e doutorado para inovação o afastamento para estágio de pesquisa no País e no exterior com a manutenção da bolsa.

Parágrafo único. Somente será mantida a bolsa no caso em que não ocorra o acúmulo com outra bolsa oriunda de outras instituições do País ou do exterior onde será realizado o estágio.

Art. 14. Para implementação do estágio de pesquisa, o Representante Institucional deverá submeter a demanda à aprovação do CNPq, pela Plataforma Eletrônica do CNPq, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias do início do estágio, atendendo aos seguintes requisitos e documentação:

I - justificativa e aprovação do Orientador e anuência do Representante Institucional;

II - carta de aceitação da instituição do País ou do exterior onde será realizado o estágio de pesquisa; e

III - comprovante do seguro saúde para cobertura de sua estadia no exterior, sem ônus para o CNPq.

Parágrafo único. No caso do estágio no País ou no exterior com bolsa SWP ou SWE do CNPq, não será necessário o envio dos documentos previstos neste caput.

Art. 15. O Representante Institucional deverá, obrigatoriamente, informar ao CNPq quando do retorno do bolsista ao Brasil, pela Plataforma Eletrônica do CNPq.

Art. 16. No caso de parto ou adoção ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo Representante Institucional via plataforma eletrônica do CNPq, a vigência da bolsa poderá ser prorrogada por até 4 (quatro) meses, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios da gestação, nascimento, adoção ou guarda judicial, conforme o caso.

CAPÍTULO III

CONCESSÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PAGAMENTO

Art. 17. As bolsas de mestrado/doutorado para inovação serão concedidas a ICT por meio de chamadas ou encomendas.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de vigência das bolsas, as mesmas serão encerradas, não havendo restituição de quotas à ICT.

Art. 18. A implementação das bolsas será de responsabilidade do RID.

Art. 19. Os bolsistas deverão firmar um Termo de Outorga com o CNPq.

Art. 20. O pagamento das bolsas será efetuado conforme estabelecido nas normas do CNPq.

CAPÍTULO IV

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 21. O CNPq e o RID poderão suspender ou cancelar a bolsa de mestrado/doutorado, a qualquer tempo, por motivo técnico ou administrativo justificado.

§1º A bolsa não poderá ser destinada a outro beneficiário, quando suspensa.

§2º A vigência da bolsa permanecerá inalterada em casos de suspensão.

Art. 22. Eventuais substituições de bolsistas devem ser realizadas pelo RID conforme estabelecido na chamada ou instrumento similar.

Parágrafo único. A duração total da bolsa permanecerá inalterada, sendo que na indicação dos novos bolsistas, será descontado o período de bolsa inicialmente usufruído.

CAPÍTULO V

VEDAÇÕES

Art. 23. É vedado ao bolsista:

I - acumular bolsas concedidas por agências de fomento federais;

II - receber benefícios se estiver em débito, de qualquer natureza, com o CNPq ou com a Administração Pública Federal, direta ou indireta; e

III - receber bolsa, tendo sido ex-bolsista do CNPq, na mesma modalidade e pelo tempo regulamentar previsto.

§1º No caso de ex-bolsista do CNPq na mesma modalidade, que não tenha usufruído do benefício pelo tempo integral, a nova bolsa somente poderá ser concedida pelo prazo não usufruído da bolsa anterior e desde que os respectivos recursos tenham sido devidamente restituídos ao CNPq, quando for o caso.

§2º A bolsa poderá ser suplementada pela ICT ou pela empresas, órgãos de governo e/ou entidades do terceiro setor, desde que a suplementação de recursos não caracterize remuneração proveniente de vínculo empregatício ou funcional.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As bolsas concedidas no âmbito dos Fundos Setoriais ou de acordos com outras instituições poderão ter disposições diversas das estabelecidas nesta Portaria, desde que previstas nos respectivos instrumentos e na chamada ou instrumento similar.

Art. 25. As chamadas poderão estabelecer requisitos adicionais aos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 26. A concessão das bolsas está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.

Art. 27. O CNPq poderá, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais que julgar necessários.

Art. 28. Casos omissos serão dirimidos pela Diretoria responsável no CNPq.

Revogação

Art. 29. Fica revogada a Portaria nº 739, de 12 de janeiro de 2022.

Vigência

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data da sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais,

de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 790ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE

CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

ENTIDADE	**CREDENCIAMENTO/CNPJ**	VIGÊNCIA
Instituto Militar de Engenharia	900.0132/1990	31/01/2027

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de

acordo com a Lei nº 8.032/1990 e Resolução Normativa CNPq nº 041/2018, torna pública a 10ª

RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para importação para pesquisa.

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA	56.998.701/0001-16	31/01/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 4.561, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na alínea "e" do caput do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no art. 3º do Decreto nº 10.456, de 11 de agosto de 2020, bem como na Portaria nº 1.024/SEI-MCOM, de 8 de outubro de 2020, e considerando as contribuições constantes da Consulta Pública nº 4/2021 (processo nº 53115.021559/2020-02), determina:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo I, o calendário de flexibilização ou dispensa do horário de retransmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República, denominado "A Voz do Brasil".

Art. 2º Nas datas comemorativas de aniversário de Municípios brasileiros, as emissoras de radiodifusão sonora que desejarem transmitir ações, eventos ou informações relativas à referida comemoração estão dispensadas de retransmitir o programa "A Voz do Brasil" no dia em questão.

Art. 3º As emissoras de radiodifusão sonora que desejarem transmitir jogos da seleção brasileira de futebol, ou jogos de futebol de equipes brasileiras em campeonatos estaduais, nacionais, sulamericanos ou internacionais, ficam autorizadas a ter o horário de retransmissão do programa "A Voz do Brasil" flexibilizado para além dos horários originalmente previstos, nos seguintes termos:

I - para transmissão de jogos com início marcado entre as dezenove horas e as vinte horas e trinta minutos, o programa de que trata o caput poderá ser retransmitido, sem cortes, com início até as vinte e três horas do mesmo dia; e

II - para transmissão de jogos com início marcado para depois das vinte horas e trinta minutos, o programa de que trata o caput poderá ser retransmitido, sem cortes, antes do jogo, nos horários originalmente previstos, ou com início até as vinte e três horas e trinta minutos do mesmo dia.

Parágrafo único. A retransmissão do programa "A Voz do Brasil" será dispensada nas seguintes hipóteses:

I - caso o jogo que a emissora estiver transmitindo vá para a prorrogação ou resulte em decisão por cobrança de pênaltis, impedindo seu término até os horários limites fixados para início da retransmissão; ou

II - caso ocorra alguma situação de força maior durante o jogo que impeça seu término até os horários limites fixados para início da retransmissão, conforme disposto na Portaria nº 1.024/SEI-MCOM, de 2020.

Art. 4º A autorização para flexibilização ou dispensa do horário de retransmissão do programa "A Voz do Brasil" abrangerá as emissoras de radiodifusão sonora cuja estação transmissora se encontra em determinado Município, Estado ou em qualquer local do território nacional, conforme indicado no Anexo I.

Art. 5º Salvo nas hipóteses de dispensa, as emissoras de radiodifusão sonora:

I - não poderão deixar de retransmitir o programa "A Voz do Brasil" sem autorização expressa do Ministério das Comunicações ou fora das datas de dispensa estabelecidas no calendário constante do Anexo I; e

II - ficam obrigadas a retransmitir, diariamente, às dezenove horas do fuso horário local, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre o horário alternativo de retransmissão do programa "A Voz do Brasil".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I

Calendário de flexibilização ou dispensa de retransmissão do programa "A Voz do Brasil" 2022

Evento	Data	Modalidade	Abrangência	Município	UF
Jogos de futebol de equipes brasileiras em campeonatos estaduais, nacionais, sulamericanos e mundiais	-	Flexibilização ou Dispensa, conforme o caso	Nacional	-	-
Jogos da seleção brasileira de futebol	-	Flexibilização ou Dispensa, conforme o caso	Nacional	-	-
Comemoração do aniversário de Municípios	-	Dispensa	Municipal	-	-
32ª Festa Nacional do Pinhão	10/06/2022 a 17/06/2022	Dispensa	Municipal	Lages	SC
Dia do Gaúcho e da Revolução Farroupilha	20/09/2022	Dispensa	Estadual	-	RS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.707, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53520.000122/2022-15. Expede autorização à Giancarlo da Silva Souza, CPF nº ***.825.819-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 1.708, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53520.000123/2022-51. Expede autorização à Luiz Guilherme Jantsch, CPF nº ***.705.499-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 1.709, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53520.000090/2022-40. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO CAMBORIU, CNPJ nº 83.102.285/0001-07, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 1.710, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53520.007665/2021-74. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à(ao) Radio Barriga Verde Capinzal Ltda, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 80.683.782/0001-40, na localidade de Capinzal/SC, até 30/08/2028, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Nº 854 Expedir autorização à Belvitur Viagens e Turismo S.A., CNPJ nº 17.219.734/0001-69, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 855 Outorga autorização para uso de radiofrequências a Bianca Peloso Braga, CPF nº ***.435.386-**, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 856 Expedir autorização à AXP Gestão Patrimonial Ltda, CNPJ nº 30.887.742/0001-41, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 857 Outorga autorização para uso de radiofrequências à Vale S.A., CNPJ nº 33.592.510/0164-09, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 926, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPLANADA, CNPJ 11.367.465/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 1.147, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

Expede autorização à ANTONIO WELITON RAMOS, CPF nº ***.132.665-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 1.471, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Expedir autorização à Vicente Elias Alves Feitosa, CPF/CNPJ nº ***.486.753-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Nº 954. Processo nº 53542.000010/2022-06. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a INVIOLAVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA ME, CNPJ nº 07.761.432/0001-64, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 955. Processo nº 53542.000159/2022-87. Expede autorização a UNICA INDUSTRIA E COMERCIO DE CAVACOS DE MADEIRA EIRELI, CNPJ nº 22.962.219/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 26 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.130. Processo nº 53542.005920/2021-96. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a VALDECIR SOVERNIGO, CPF nº ***.995.400-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 1.131. Processo nº 53542.000148/2022-05. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CRHISTIAN DALL´AGO, CPF nº ***.028.109-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 1.141, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 53542.005921/2021-31. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a RUDIMAR PALHARINI, CPF nº ***.332.260-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.466. Processo nº 53542.000229/2022-05. Expede autorização a SILOCA BACELAR DA ROCHA NETO EIRELI, CNPJ nº 34.459.986/0001-84, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.468. Processo nº 53542.000141/2022-85. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CELSO CARLOS ROQUETTO, CPF nº ***.477.058-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.462. Processo nº 53548.000084/2022-84. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, PAULO ALVES DIAS, CPF nº ***.943.591-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

Nº 1.463. Processo nº 53548.000052/2022-89. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, LINDOLFO GUIMARAES, CPF nº ***.663.691-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

Nº 1.465. Processo nº 53548.000067/2022-47. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, THELMA GIATTI SODRE, CPF nº ***.214.181-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

Nº 1.467. Processo nº 53548.000093/2022-75. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, WALTER DA SILVA, CPF nº ***.916.481-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 1.461, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Outorgar autorização de uso de radiofrequências à S/A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 12.229.415/0001-10, associada à autorização para a execução do Serviço Limitado Privado.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 1.669, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo 53578.000055/2022-65. Expedir autorização à Archimedes Santos Cardoso, CPF nº ***.020.332-**para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.671 - Processo nº 53569.000173/2022-82. Expede autorização à NORTE LOG LTDA, CNPJ nº 13861254000146, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1672 - Processo nº 53569.000172/2022-38. Expede autorização à Beatriz Pereira Leitao, CPF nº .***.936.892.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.673 - Processo nº 53569.000171/2022-93. Expede autorização à Madeireira Ideal, Industria, Comercio e Exportcao Ltda, CNPJ nº 01863514000133, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.674 - Processo nº 53569.000170/2022-49. Expede autorização à Benvindo dos Santos Sarges, CPF nº ***.121.462.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.676 - Processo nº 53569.000169/2022-14. Expede autorização à Imperio International Brazil Importacao e Exportacao Ltda, CNPJ nº 63587083000187, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.677 - Processo nº 53569.000191/2022-64. Expede autorização à Efx Navegacao e Transporte Maritimo Eireli, CNPJ nº 41071673000110, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.679 - Processo nº 53569.000177/2022-61. Expede autorização à Ava Servicos Aereos Especializados Ltda, CNPJ nº 42693932000107, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.
Nº 1680 - Processo nº 53569.000146/2022-18. Expede autorização à Nelson Quaresma Rodrigues, CNPJ nº 22958219000130, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.682 - Processo nº 53569.000069/2022-98. Expede autorização à Aco Verde do Brasil S.a., CNPJ nº 07636657000601, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.684 - Processo nº 53569.000141/2022-87. Expede autorização à Tumucumaque Turismo Ltda, CNPJ nº 14385584000175, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.685 - Processo nº 53569.000071/2022-67. Expede autorização à Aco Verde do Brasil S.a., CNPJ nº 07636657000512, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.697 - Processo nº 53569.000163/2022-47. Expede autorização à Fundo Municipal de Saude de Oriximina, CNPJ nº 14153138000135, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 12.181, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021

Autoriza STARLINK BRAZIL SERVICOS DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 40.154.884/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de São Paulo/SP, Presidente Prudente/SP, Itaboraí/RJ, Montes Claros/MG, Luz/MG, Santana de Parnaíba/SP, Passa Quatro/MG e Rio Negro/PR, no período de 07/02/2022 a 07/04/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 12.468, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Processo nº 53500.090022/2021-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serra Talhada/PE.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 6 DE JANEIRO DE 2022

Nº 80 Processo nº 53500.093828/2021-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Geraldo/MG.

Nº 81 Processo nº 53500.093829/2021-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Felisburgo/MG.

Nº 82 Processo nº 53500.093831/2021-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Araújos/MG.

Nº 83 Processo nº 53500.093833/2021-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Gotardo/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 7 DE JANEIRO DE 2022

Nº 196 Processo nº 53500.000401/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Candeias/MG.

Nº 197 Processo nº 53500.000402/2022-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carmópolis de Minas/MG.

Nº 198 Processo nº 53500.000403/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Serrana/MG.

Nº 199 Processo nº 53500.000404/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alvinópolis/MG.

Nº 200 Processo nº 53500.000405/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundação João Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pescador/MG.

Nº 201 Processo nº 53500.000406/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nazareno/MG.

Nº 202 Processo nº 53500.000408/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Piracicaba/MG.

Nº 213 Processo nº 53500.000423/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bias Fortes/MG.

Nº 214 Processo nº 53500.000424/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chácara/MG.

Nº 216 Processo nº 53500.000427/2022-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cipotânea/MG.

Nº 220 Processo nº 53500.000433/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE CORONEL PACHECO, CNPJ 18.338.152/0001-64, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coronel Pacheco/MG.

Nº 221 Processo nº 53500.000434/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bom Despacho/MG.

Nº 222 Processo nº 53500.000435/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Astolfo Dutra/MG.

Nº 224 Processo nº 53500.000437/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bandeira do Sul/MG.

Nº 226 Processo nº 53500.000439/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Altinho/PE.

Nº 227 Processo nº 53500.000440/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bom Conselho/PE.

Nº 228 Processo nº 53500.000441/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Limeira do Oeste/MG.

Nº 229 Processo nº 53500.000442/2022-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdizes/MG.

Nº230 Processo nº 53500.000445/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Grupiara/MG.

Nº 231 Processo nº 53500.000447/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Matutina/MG.

Nº 232 Processo nº 53500.000448/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pirajuba/MG.

Nº 233 Processo nº 53500.000450/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Romaria/MG.

Nº 234 Processo nº 53500.000451/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio do Itambé/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 10 DE JANEIRO DE 2022

Nº 254 Processo nº 53500.001072/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA SF DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 27.685.502/0001-50, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Volta Redonda/RJ.

Nº 256 Processo nº 53500.092184/2021-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Bárbara/MG.

Nº 259 Processo nº 53500.000680/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Natalândia/MG.

Nº 260 Processo nº 53500.000681/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ELO COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.380.966/0001-27, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ibirajuba/PE.

Nº 261 Processo nº 53500.000683/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Guidoval/MG.

Nº 262 Processo nº 53500.000686/2022-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cônego Marinho/MG.

Nº 263 Processo nº 53500.000688/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coroaci/MG.

Nº 264 Processo nº 53500.000689/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coronel Murta/MG.

Nº 265 Processo nº 53500.000690/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Espinosa/MG.

Nº 266 Processo nº 53500.000691/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Resplendor/MG.

Nº 267 Processo nº 53500.000692/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carmo da Mata/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 11 DE JANEIRO DE 2022

Nº 352 Processo nº 53500.001218/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à DMP DESIGN MARKETING E PROPAGANDA LTDA, CNPJ 03.079.221/0001-95, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Coari/AM.

Nº 369 Processo nº 53500.001252/2022-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cruzeiro da Fortaleza/MG.

Nº 370 Processo nº 53500.001256/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE NORDESTE DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 24.462.152/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Terezinha/PE.

Nº 371 Processo nº 53500.001258/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Nº 372 Processo nº 53500.001259/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Corinto/MG.

Nº 373 Processo nº 53500.001260/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gouveia/MG.

Nº 375 Processo nº 53500.001263/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Bárbara do Monte Verde/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 14 DE JANEIRO DE 2022

Nº 452 Processo nº 53500.001817/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME, CNPJ 08.777.397/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gameleira/PE.

Nº 453 Processo nº 53500.001952/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ELO COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.380.966/0001-27, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carnaubeira da Penha/PE.

Nº 456 Processo nº 53500.001955/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Cruz da Baixa Verde/PE.

Nº 458 Processo nº 53500.001970/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, CNPJ 03.637.986/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasilândia de Minas/MG.

Nº 459 Processo nº 53500.001971/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo Ii, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasilândia de Minas/MG.

Nº 460 Processo nº 53500.001972/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA, CNPJ 18.404.871/0001-36, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Malacacheta/MG.

Nº 488 Processo nº 53500.002218/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a TV TIRADENTES LTDA, CNPJ 19.871.375/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Pomba/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 15 DE JANEIRO DE 2022

Nº 525 Processo nº 53500.002308/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundação João Paulo II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoa Formosa/MG.

Nº 526 Processo nº 53500.002318/2022-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 24.462.152/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Casinhas/PE.

Nº 527 Processo nº 53500.002376/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ nº 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coimbra/MG.

Nº 528 Processo nº 53500.002377/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ nº 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cristina/MG.

Nº 529 Processo nº 53500.002378/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ nº 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ilicínea/MG.

Nº 530 Processo nº 53500.002379/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Grão Mogol/MG.

Nº 531 Processo nº 53500.002381/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itaobim/MG.

Nº 532 Processo nº 53500.002382/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita de Minas/MG.

Nº 533 Processo nº 53500.002383/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Varzelândia/MG.

Nº 534 Processo nº 53500.002384/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoa Formosa/MG.

Nº 535 Processo nº 53500.002385/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santana do Jacaré/MG.

Nº 536 Processo nº 53500.002389/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoa Formosa/MG.

Nº 537 Processo nº 53500.002391/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bonito de Minas/MG.

Nº 538 Processo nº 53500.002392/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Curral de Dentro/MG.

Nº 540 Processo nº 53500.002396/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Icaraí de Minas/MG.

Nº 541 Processo nº 53500.002397/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Indaiabira/MG.

Nº 542 Processo nº 53500.002398/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Japonvar/MG.

Nº 543 Processo nº 53500.002399/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jenipapo de Minas/MG.

Nº 544 Processo nº 53500.002400/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lontra/MG.

Nº 545 Processo nº 53500.002401/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Varzelândia/MG.

Nº 546 Processo nº 53500.002402/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Augusto de Lima/MG.

Nº 547 Processo nº 53500.002403/2022-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Berizal/MG.

Nº 552 Processo nº 53500.002408/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Luislândia/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE JANEIRO DE 2022

Nº 583 Processo nº 53500.002948/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Wenceslau Braz/MG.

Nº 597 Processo nº 53500.002974/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Muzambinho/MG.

Nº 600 Processo nº 53500.002991/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, CNPJ 03.637.986/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vazante/MG.

Nº 601 Processo nº 53500.002992/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a TV TIRADENTES LTDA, CNPJ 19.871.375/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Belmiro Braga/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Nº 778 Processo nº 53500.003673/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Martinho Campos/MG.

Nº 779 Processo nº 53500.003674/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Serrana/MG.

Nº 780 Processo nº 53500.003675/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pains/MG.

Nº 781 Processo nº 53500.003676/2022-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdizes/MG.

Nº 782 Processo nº 53500.003678/2022-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Gotardo/MG.

Nº 783 Processo nº 53500.003679/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pitangui/MG.

Nº 784 Processo nº 53500.003680/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Fundo/MG.

Nº 785 Processo nº 53500.003681/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Medeiros/MG.

Nº 786 Processo nº 53500.003682/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Onça de Pitangui/MG.

Nº 787 Processo nº 53500.003683/2022-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quartel Geral/MG.

Nº 788 Processo nº 53500.003771/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Reduto/MG.

Nº 789 Processo nº 53500.003772/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Virgínia/MG.

Nº 803 Processo nº 53500.003789/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ewbank da Câmara/MG.

Nº 804 Processo nº 53500.003790/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vieiras/MG.

Nº 805 Processo nº 53500.003882/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ipuiúna/MG.

Nº 806 Processo nº 53500.003884/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itaú de Minas/MG.

Nº 807 Processo nº 53500.003886/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mercês/MG.

Nº 808 Processo nº 53500.003888/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Miraí/MG.

Nº 809 Processo nº 53500.003889/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Teixeiras/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Nº 874 Processo nº 53500.003836/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CAPELINHENSE DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 20.569.836/0001-19, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Capelinha/MG.

Nº 924 Processo nº 53500.002517/2022-82. Expede autorização à ANET INTERNET E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 43.653.318/0001-84, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 925 Processo nº 53500.004280/2022-74. Expede autorização à TUBENET LTDA, CNPJ/MF nº 44.076.573/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.450 Processo nº 53500.004194/2022-61. Expede autorização à JOSE PEREIRA SOARES - SERVICOS, CNPJ/MF nº 37.315.061/0001-58, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.451 Processo nº 53500.004490/2022-62. Expede autorização à LINKFACIL TELECOMUNICACOES E TECNOLOGIA DO BRASIL EIRELI, CNPJ/MF nº 31.858.429/0001-48, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.452 Processo nº 53500.092415/2021-60. Expede autorização à CONECTA NET LTDA, CNPJ/MF nº 30.382.776/0001-84, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.455 Processo nº 53500.092440/2021-43. Expede autorização à UP SERVICOS DIGITAIS LTDA, CNPJ/MF nº 43.589.929/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.456 Processo nº 53500.092544/2021-58. Expede autorização à K. S. HECKERT, CNPJ/MF nº 33.212.634/0001-67, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.675 Processo nº 53500.003803/2022-65. Expede autorização à AM02 IMPACTO INFOVIAS SPE LTDA, CNPJ/MF nº 42.635.090/0001-37, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1681 Processo nº 53500.005757/2022-39. Expede autorização à MTFIBRAS TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 41.557.175/0001-81, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.683 Processo nº 53500.093246/2021-85. Expede autorização à OSCAR TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 37.670.419/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.694 Processo nº 53500.002796/2022-84. Expede autorização à P. V. ABREU PAIVA SBARAGLIA, CNPJ/MF nº 34.012.636/0001-75, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.695 Processo nº 53500.005135/2022-19. Expede autorização à N M F DE MOURA INTERNET, CNPJ/MF nº 25.047.700/0001-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.696 Processo nº 53500.005933/2022-32. Expede autorização à RAZAOINFO TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 44.168.436/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.698 Processo nº 53500.005729/2022-11. Expede autorização à UAI TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 43.590.028/0001-39, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.699 Processo nº 53500.005423/2022-65. Expede autorização à SUPERCOM NETWORK LTDA, CNPJ/MF nº 43.522.213/0001-96, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 1.715, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza MENDLOC COMERCIO SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 21.129.464/0001-72, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 07/02/2022 a 07/04/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 68 DA 11ª REUNIÃO
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se a 11ª reunião do ano de 2021, do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP nº 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor MARCOS SAMPAIO OLSEN, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, por videoconferência, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR, representante do Ministério da Defesa, por videoconferência; o Senhor MARCELO FRANCISCO CAMPOS, representante do Comando da Marinha e eventual substituto do Presidente do Conselho; o Senhor WELERSON CAVALIERI, membro independente, representante do Ministério da Economia e Presidente do Comitê de Auditoria, por videoconferência; e a Senhora PRISCILA PALMA SANCHEZ, representante eleita pelos empregados. O Senhor ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO, Diretor-Presidente da AMAZUL, e o Senhor MARCOS CESAR PONTES, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, justificaram a ausência. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA, Diretor-Presidente Interino; o Senhor SERGIO RICARDO MACHADO, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor RICARDO WATANABE, membro do Comitê de Auditoria e Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; o Senhor MAURÍCIO MORAES CREMONESI, Consultor Jurídico; o Senhor RICARDO LUIS MENDES VELOSO, Coordenador-Geral de Negócios; a Senhora ADRIANA MARIA COUTO CARUSO, Auditora-Chefe; o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; e o Senhor MARCO ANTONIO CALIXTO PÁDUA, Encarregado do Núcleo de Inovação Tecnológica; tendo sido eu, DÉBORA ELIZE SANTOS, designada para atuar como Secretária. O Presidente do Conselho presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e na sequência, passou a palavra ao Diretor-Presidente Interino para apresentar a situação da empresa. O Diretor-Presidente Interino informou que a AMAZUL e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) chegaram a uma proposta para o Acordo Coletivo do Trabalho (ACT) de 2021, contemplando a resolução dos dissídios de 2019 e 2020, mantendo, em linhas gerais, os principais pontos noticiados em meses anteriores. Destacou que a proposta garante a manutenção dos benefícios assistenciais e indenizatórios, embora sem reajustes nestes devido às restrições impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Foi apresentado também que a proposta contempla um reajuste de 5,78% nos salários dos empregados, a partir de janeiro de 2022, momento em que não haverá a restrição da Lei Complementar nº 173/2020, além de um abono pecuniário, de natureza indenizatória, a ser pago em duas partes: um valor fixo de R$ 6.000,00 para todos os empregados, e mais um valor proporcional, equivalente a 70% do salário-base de cada profissional. As duas partes poderão ser pagas, de uma só vez, no primeiro trimestre de 2022. Nesse sentido, o sindicato emitiu uma nota, convocando os empregados para assembleia no dia 27 de outubro de 2021, contendo o posicionamento favorável de sua diretoria. Ressaltou, em seguida, que, nos próximos meses, começará a ser debatido o ACT de 2022. Em relação aos negócios, informou que, a partir de janeiro, a AMAZUL elevará, de sete para quinze, o número de empregados alocados no projeto de extensão da vida útil da Usina de Angra I, fruto do Convênio de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação celebrado entre a AMAZUL e a Eletronuclear. As empresas estão realizando tratativas com vistas à elaboração de um aditivo ao referido Convênio, para, entre outros objetivos, promover ajustes do quantitativo de pessoal e sanar outras situações decorrentes do adiamento do concurso para recrutamento de recursos humanos, bem como de fatores adversos resultantes do período de pandemia. Sobre o concurso público, informou que a EMGEPRON irá coordenar a realização deste, por meio de acordo de cooperação, para que a AMAZUL possa selecionar novos empregados, com o objetivo de reduzir as demandas reprimidas de pessoal nos diversos projetos. Os trabalhos já foram iniciados e a previsão é que as contratações sejam efetivadas a partir de julho de 2022. Na sequência, participou que a AMAZUL realizou reunião com os titulares do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), da Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha e do Centro de Intendência no intuito de buscar soluções para o atendimento de demandas de pessoal atuais e futuras. Em seguida, a respeito de questionamentos relativos a fundações de apoio, esclareceu que a relação da AMAZUL com as fundações é fundamentada na legislação que trata sobre a inovação e o desenvolvimento institucional. Os projetos relacionados aos temas, após aprovados pela Diretoria Executiva, são formalizados mediante a celebração de convênios, que incluem os planos de trabalho a serem executados, elaborados a partir das necessidades identificadas por setor técnico específico. Em seguida, participou que, no dia 21 de setembro, foi realizada visita ao CTMSP, com o intuito de estabelecer parceria na atividade de levantamento da classificação contábil de custos da mão de obra da AMAZUL, lotada na Organização Militar e suas subordinadas. Informou que se pretende calcular a quantidade e o valor alocados em cada tipo de mão de obra - direta, indireta e administrativa - e nos projetos do Programa Nuclear da Marinha (PNM) e do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), de modo a viabilizar a tomada de decisões e o melhor direcionamento dos recursos humanos disponíveis. Por fim, informou que no dia 15 de outubro, a AMAZUL encaminhou para assinatura os contratos de prestação de serviços técnicos especializados às empresas francesas NAVAL GROUP, CEGELEC CEM e AXIMA envolvendo a análise do Projeto Básico do Prédio Auxiliar Controlado, do Prédio de Combustível e do Sistema de Ventilação e Resfriamento pertencentes ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE). Dando continuidade, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 - Aprovar o Relatório de Avaliação de Desempenho da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e manifestar concordância com a solicitação para renovação da autorização como fundação de apoio à AMAZUL; 2 - Acompanhar a gestão do benefício de assistência à saúde e 3 - Treinamento para administradores. Tema: Empresas Estatais em Grandes Números. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Encarregado do Núcleo de Inovação Tecnológica que apresentou o Relatório de Avaliação de Desempenho da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), elaborado pela AMAZUL, e a solicitação para permanecer como fundação de apoio à empresa. Explicou sobre os requisitos para renovação da autorização, relativa ao período março de 2022 a março de 2023, estabelecidos pelos incisos IV, art. 4º e inciso V, art. 5º da Portaria Conjunta n° 192/2012 - MEC/MCTI. O Conselheiro Welerson sugeriu que os Relatórios de Avaliação de Desempenho das fundações de apoio sejam avaliados previamente pelo Comitê de Auditoria, como ação de assessoramento ao CONSAD. O Presidente indagou sobre o projeto na área de gestão do conhecimento, com o objetivo de aperfeiçoar a metodologia existente na empresa. O Assessor do Núcleo de Inovação Tecnológica esclareceu que é um projeto para consolidação da metodologia como produto, de modo a estruturar e criar condições necessárias para ser aplicada em mais entidades, inclusive com aplicação no mercado. O Diretor-Presidente interino esclareceu que a gestão do conhecimento é uma das categorias dos projetos do Plano de Desenvolvimento Institucional e que o projeto visa ao aperfeiçoamento dessa gestão. Por fim, o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas ressaltou que o projeto dará suporte à melhoria da metodologia existente e das ferramentas utilizadas na construção das diversas fases do produto. Na sequência, a Conselheira Priscila recomendou, para o próximo relatório, a inclusão da descrição das ações executadas em cada convênio, como por exemplo, o número de cursos e softwares fornecidos. Após esclarecimentos, o Conselho aprovou o Relatório de Avaliação de Desempenho da FUNDEP e manifestou concordância com a solicitação para renovação da autorização como fundação de apoio à AMAZUL, no período de março de 2022 a março de 2023. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que apresentou a evolução do Benefício de Assistência à Saúde (BAS), a redução das despesas per capita e global com a nova modalidade do benefício e a ampliação do alcance a um maior número de beneficiários. Destacou a sustentabilidade do benefício e a manutenção dos preços dos planos sem reajustes para o próximo exercício. Apresentou o Programa de Benefícios na FIPECq, que envolvem vacinações e apoio a ações qualidade de vida na AMAZUL, e a revisão do índice de acompanhamento, aprovado pelo CONSAD e que está em tratativas com a SEST. Por fim, apresentou a sustação dos efeitos da Resolução CGPAR nº 23/2018, por meio do Decreto Legislativo nº 26/2021. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo que realizou o treinamento sobre as "As Estatais em Grandes Números - Exercício 2020", que seguiu a seguinte agenda: premissa constitucional; classificação das empresas; a União como acionista; setores de atuação; panorama agregado e dados de pessoal. Após o treinamento, o Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração pediu a palavra e informou sobre a Portaria SEST/SEDDM/ME nº 12.412, de 20 de outubro de 2021 que estabelece os novos modelos de formulários padronizados para indicações de Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria. Palavra aberta aos Conselheiros: O Conselheiro Campos participou ao Conselho sua visita às instalações da AMAZUL, nesta manhã, e a apresentação realizada sobre os projetos da empresa pelo Diretor-Presidente interino. Disse se sentir impressionado com o trabalho que está sendo realizado pela AMAZUL, que realiza atividades de relevante interesse coletivo para o País. A Conselheira Priscila agradeceu pela reunião, esclarecimentos prestados pela empresa e a oportunidade de colaborar com o avanço da AMAZUL. O Conselheiro Welerson cumprimentou a empresa pela negociação da proposta para ACT de 2021, contemplando a resolução dos dissídios de 2019 e 2020. O Presidente cumprimentou a empresa pela qualidade das informações prestadas e agradeceu aos Conselheiros pelo debate qualificado. Por fim, concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, às 15h24min, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, referente ao mês de outubro. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.

MARCOS SAMPAIO OLSEN
Representante do Comando da Marinha
Presidente do Conselho

MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Representante do Comando da Marinha
Presidente
Substituto

PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR
Representante do Ministério da Defesa

WELERSON CAVALIERI
Representante do Ministério da Economia

PRISCILA PALMA SANCHEZ
Representante dos empregados

DÉBORA ELIZE SANTOS
Secretária

SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 9/DADM, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Lancha Balizadora de Águas Interiores "Piracema", Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 -Administração Pública em Geral, sediada na Avenida 14 de Março, s/nº, Centro, Ladário-MS, CEP: 79.370-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO

PORTARIA Nº 10/DADM, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Lancha Balizadora de Águas Interiores "Lufada", Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 -Administração Pública em Geral, sediada na Avenida 14 de Março, s/nº, Centro, Ladário-MS, CEP: 79.370-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 242, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5° da Portaria n. 193, de 29 de janeiro de 2020, constante no processo administrativo nº 59204.005334/2018-63, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Penha - SC, para ações de Defesa Civil até 28/07/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 252, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	São Gonçalo do Abaeté	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	002	10/01/2022	59051.014469/2022-97
PA	Rurópolis	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	001	10/01/2022	59051.014668/2022-03
PR	Dois Vizinhos	Estiagem - 1.4.1.1.0	17888	17/01/2022	59051.014782/2022-25
PR	Farol	Estiagem - 1.4.1.1.0	1773	12/01/2022	59051.014760/2022-65
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1902	10/01/2022	59051.014700/2022-42
RJ	Italva	Inundações - 1.2.1.0.0	3000	12/01/2022	59051.014783/2022-70
RJ	Itaocara	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2160	11/01/2022	59051.014701/2022-97
RJ	Natividade	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	11	09/01/2022	59051.014747/2022-14
RJ	Petrópolis	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	019	14/01/2022	59051.014706/2022-10
RJ	Porciúncula	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2369	09/01/2022	59051.014640/2022-68
RN	Jardim de Piranhas	Alagamentos - 1.2.3.0.0	1.682	15/01/2022	59051.014713/2022-11
RS	Água Santa	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.952	12/01/2022	59051.014690/2022-45
RS	Alegrete	Estiagem - 1.4.1.1.0	006-A	07/01/2022	59051.014729/2022-24
RS	Boa Vista das Missões	Estiagem - 1.4.1.1.0	07	17/01/2022	59051.014717/2022-08
RS	Brochier	Estiagem - 1.4.1.1.0	1890	10/01/2022	59051.014728/2022-80
RS	Cambará do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.662	14/01/2022	59051.014733/2022-92
RS	Campinas do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	867	10/01/2022	59051.014723/2022-57
RS	Cândido Godói	Estiagem - 1.4.1.1.0	442	11/01/2022	59051.014647/2022-80
RS	Carlos Barbosa	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.838	14/01/2022	59051.014653/2022-37
RS	Charrua	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.938	10/01/2022	59051.014678/2022-31
RS	Coronel Barros	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.166	12/01/2022	59051.014720/2022-13
RS	Coxilha	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.867	13/01/2022	59051.014651/2022-48
RS	Cruzaltense	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.240	13/01/2022	59051.014736/2022-26
RS	Derrubadas	Estiagem - 1.4.1.1.0	095	27/12/2021	59051.014688/2022-76
RS	Engenho Velho	Estiagem - 1.4.1.1.0	53	27/12/2021	59051.014679/2022-85
RS	Esmeralda	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.979	13/01/2022	59051.014684/2022-98
RS	Formigueiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	4.750	10/01/2022	59051.014682/2022-07
RS	Getúlio Vargas	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.720	14/01/2022	59051.014725/2022-46
RS	Gramado Xavier	Estiagem - 1.4.1.1.0	1933	10/01/2022	59051.014672/2022-63
RS	Guabiju	Estiagem - 1.4.1.1.0	009	18/01/2022	59051.014699/2022-56
RS	Ipiranga do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	1502	14/01/2022	59051.014731/2022-01
RS	Itaqui	Estiagem - 1.4.1.1.0	8.397	06/01/2022	59051.014704/2022-21
RS	Marau	Estiagem - 1.4.1.1.0	5.838	11/01/2022	59051.014639/2022-33
RS	Mato Castelhano	Estiagem - 1.4.1.1.0	04	18/01/2022	59051.014716/2022-55
RS	Mato Leitão	Estiagem - 1.4.1.1.0	4.814	30/12/2021	59051.014595/2022-41
RS	Muitos Capões	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.469	17/01/2022	59051.014695/2022-78
RS	Nova Roma do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	1803	13/01/2022	59051.014670/2022-74
RS	Novo Machado	Estiagem - 1.4.1.1.0	1764	21/01/2022	59051.014689/2022-11
RS	Novo Xingu	Estiagem - 1.4.1.1.0	066	28/12/2021	59051.014666/2022-14
RS	Panambi	Estiagem - 1.4.1.1.0	007	24/01/2022	59051.014714/2022-66
RS	Paraí	Estiagem - 1.4.1.1.0	89	20/01/2022	59051.014664/2022-17
RS	Pinhal da Serra	Estiagem - 1.4.1.1.0	03	12/01/2022	59051.014656/2022-71
RS	Pirapó	Estiagem - 1.4.1.1.0	005	14/01/2022	59051.014707/2022-64
RS	Porto Vera Cruz	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.440	10/01/2022	59051.014735/2022-81
RS	Protásio Alves	Estiagem - 1.4.1.1.0	841	11/01/2022	59051.014669/2022-40
RS	Rolador	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.031	10/01/2022	59051.014661/2022-83
RS	Saldanha Marinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	005	12/01/2022	59051.014722/2022-11
RS	Santa Bárbara do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	5180	13/01/2022	59051.014637/2022-44
RS	Santa Rosa	Estiagem - 1.4.1.1.0	15	12/01/2022	59051.014715/2022-19
RS	São Francisco de Assis	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.198	11/01/2022	59051.014719/2022-99
RS	Silveira Martins	Estiagem - 1.4.1.1.0	04	20/01/2022	59051.014737/2022-71
RS	Tapejara	Estiagem - 1.4.1.1.0	5007	07/01/2022	59051.014619/2022-62
RS	Três de Maio	Estiagem - 1.4.1.1.0	003	12/01/2022	59051.014667/2022-51
RS	Uruguaiana	Estiagem - 1.4.1.1.0	010	07/01/2022	59051.014687/2022-21
RS	Vacaria	Estiagem - 1.4.1.1.0	04	17/01/2022	59051.014712/2022-77
RS	Vista Alegre do Prata	Estiagem - 1.4.1.1.0	07	21/01/2022	59051.014698/2022-10
SC	Irati	Estiagem - 1.4.1.1.0	256	27/12/2021	59051.014745/2022-17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 15 a 17/02/2022.

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 10120.724378/2013-12 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 2. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 2, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10280.724404/2012-99 (item 3) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 4. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 4, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 11080.744345/2019-61 (item 5) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 6 a 12. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 6 a 12, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

6) O julgamento do Processo nº 10920.904491/2014-45 (item 14) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 15 a 25. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 15 a 25, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

1 - Processo nº: 10120.724378/2013-12 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

2 - Processo nº: 10120.724379/2013-67 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

3 - Processo nº: 10280.724404/2012-99 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

4 - Processo nº: 10280.724403/2012-44 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

5 - Processo nº: 11080.744345/2019-61 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA ISABEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

6 - Processo nº: 11080.744346/2019-13 - Recorrente: FACESI FACULDADE DO CENTRO EDUCACIONAL SANTA ISABEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 11080.744353/2019-15 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL VIAMOPOLIS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 11080.744354/2019-51 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL MARIVAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11080.744356/2019-41 - Recorrente: MARI BONATTO INFANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11080.744357/2019-95 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL UNIENSINO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11080.744359/2019-84 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL HIPICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11080.744361/2019-53 - Recorrente: LUDICA INFANCIA LOCACOES DE IMOVEIS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

13 - Processo nº: 11080.742885/2019-18 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA ISABEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10920.904491/2014-45 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

15 - Processo nº: 10920.901529/2018-51 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10920.904488/2014-21 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10920.904489/2014-76 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10920.905737/2014-04 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10920.905738/2014-41 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10920.905739/2014-95 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10920.905740/2014-10 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10920.905741/2014-64 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10920.905742/2014-17 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10920.905743/2014-53 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10920.905744/2014-06 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
26 - Processo nº: 11080.739693/2019-16 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11080.739648/2019-61 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11080.732826/2017-61 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11080.739721/2019-03 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11080.739729/2019-61 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10920.912555/2010-58 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10920.908176/2010-63 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10920.912556/2010-01 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10920.904490/2014-09 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10920.905736/2014-51 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10920.901206/2015-15 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10920.901205/2015-71 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10920.901203/2015-81 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10920.908355/2018-58 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10920.909342/2018-04 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10920.908177/2010-16 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10920.903293/2011-11 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10920.903294/2011-66 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10920.901204/2015-26 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10920.901202/2015-37 - Recorrente: RHBRASIL SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
46 - Processo nº: 10380.005764/2002-98 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
47 - Processo nº: 12448.735287/2011-83 - Recorrente: FAZENDA TRIMONTE AGROPECUARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10950.001747/2008-65 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ESCRITORIO ARGUS DE CONTABILIDADE LTDA. e FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.992852/2009-59 - Recorrente: EXPRESSO JOACABA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16095.000573/2007-46 - Recorrente: EXPRESSO JOACABA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
51 - Processo nº: 11052.000800/2010-11 - Recorrente: BREMEN COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
52 - Processo nº: 10120.723733/2013-36 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10120.720132/2010-29 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10120.726461/2013-26 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
55 - Processo nº: 10830.002993/2004-77 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 18471.002156/2005-67 - Recorrente: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
57 - Processo nº: 10530.726214/2013-06 - Recorrente: CODICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
58 - Processo nº: 15374.936642/2009-14 - Recorrente: CARDIO COPA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
59 - Processo nº: 10840.908863/2009-35 - Recorrente: EDITORA NAME COC LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
60 - Processo nº: 15374.919923/2008-21 - Recorrente: GILAT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 15374.919918/2008-19 - Recorrente: GILAT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15374.919920/2008-98 - Recorrente: GILAT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
63 - Processo nº: 13708.003989/2008-53 - Recorrente: GERACAO NORTE - BAR E RESTAURANTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
64 - Processo nº: 10707.000044/2011-05 - Recorrente: LCG ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
65 - Processo nº: 10950.901846/2013-14 - Recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
66 - Processo nº: 11610.021769/2002-70 - Recorrente: IMOBILIARIA E ADMINISTRADORA BROOKLYN S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
67 - Processo nº: 15540.720528/2013-91 - Recorrente: LUIZ HENRIQUE MONTEIRO DE BARROS SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
68 - Processo nº: 16561.720030/2017-77 - Recorrente: LBR - LACTEOS BRASIL S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10120.720064/2005-31 - Recorrente: LATICINIOS MORRINHOS INDUSTRIA E COMERCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
70 - Processo nº: 10480.001670/2003-01 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 19647.000357/2003-71 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
72 - Processo nº: 11020.901683/2017-59 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11020.905250/2017-72 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 16643.720005/2013-50 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11020.721999/2016-88 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11020.907884/2012-55 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11020.905249/2017-48 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11020.901682/2017-12 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11020.721998/2016-33 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11080.733335/2018-19 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11020.905889/2014-13 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11020.905888/2014-61 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
83 - Processo nº: 11080.010881/2008-14 - Recorrente: MERTEN ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11080.010713/2008-11 - Recorrente: MERTEN ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
85 - Processo nº: 11610.003882/2003-54 - Recorrente: METRO-DADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 16561.720047/2012-10 - Recorrente: METRO-DADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
87 - Processo nº: 10880.927192/2013-11 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
88 - Processo nº: 15504.725108/2011-76 - Recorrente: MINAS COMPUTER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10783.722152/2012-01 - Recorrente: MINERACAO SABADINI INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
90 - Processo nº: 19515.001472/2006-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NPI-NUCLEO DE PRODUCAO INTEGRADO LTDA
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
91 - Processo nº: 11080.008698/2009-21 - Recorrente: RBS PARTICIPACOES S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
92 - Processo nº: 16643.000321/2010-69 - Recorrente: SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
93 - Processo nº: 10120.730775/2012-42 - Recorrente: PORTO RICO INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10168.003934/2007-29 - Recorrente: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO NACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
95 - Processo nº: 13896.902461/2012-75 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13896.002886/2010-11 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13896.900452/2011-69 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13896.900454/2011-58 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13896.912210/2011-18 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13896.902462/2012-10 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13896.900260/2013-14 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13896.904449/2008-19 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
103 - Processo nº: 10166.730320/2015-43 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10166.730321/2015-98 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
105 - Processo nº: 11516.002456/2006-14 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11516.002457/2006-69 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 14 a 18/02/2022.

Pauta Ordinária (de 15 a 17/02/2022) e Extraordinária (dia 14 e 18/02/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 13896.906001/2017-21 (item 18) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 19 a 26. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 19 a 26, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 13896.903842/2014-33 (item 27) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 28 e 29. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 28 e 29, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 11080.729428/2018-49 (item 33) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 34 a 40. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 34 a 40, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10680.912896/2015-16 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 64 a 68. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 64 a 68, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10680.906031/2017-74 (item 69) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 70 a 74. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 70 a 74, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10680.900378/2017-11 (item 75) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 76 a 84. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 76 a 84, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 12448.911400/2017-29 (item 110) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 111 a 117. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 111 a 117, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 13864.720146/2018-94 (item 122) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 123. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 123, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

11) O julgamento do Processo nº 10980.008093/2003-39 (item 130) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 131 a 139. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 131 a 139, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

12) O julgamento do Processo nº 10880.953145/2013-23 (item 148) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante dos itens 149 e 150. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 149 e 150, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 14 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: Depósitos Bancários Origem Não Comprovada
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
1 - Processo nº: 19311.720512/2013-33 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA FORMILIGAS LTDA
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
2 - Processo nº: 16095.000519/2009-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: D.P.O. - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EMBALAGENS LTDA
3 - Processo nº: 11444.000109/2007-29 - Recorrente: DORI ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
4 - Processo nº: 19515.000554/2011-04 - Recorrente: FEDERAL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 12448.732790/2011-87 - Recorrente: FILMES DO EQUADOR LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
6 - Processo nº: 12448.725979/2011-13 - Recorrente: FREE WAY VIAGENS E TURISMO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 12897.000795/2009-34 - Recorrente: PLAMARC ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
8 - Processo nº: 13984.000831/2007-81 - Recorrente: R T TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
9 - Processo nº: 19515.002590/2006-37 - Recorrente: NEVES VIANNA ESCRITORIO ADMINISTRATIVO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 2: IRPJ: Custos, despesas e deduções
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
10 - Processo nº: 16327.720395/2014-21 - Recorrente: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16327.001367/2010-88 - Recorrente: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 16327.001801/2007-24 - Recorrente: OMNI S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
13 - Processo nº: 18088.000063/2009-55 - Recorrente: ENGEFORT SISTEMA AVANCADO DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
14 - Processo nº: 16327.914695/2009-11 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
15 - Processo nº: 10880.941734/2012-88 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10880.900308/2006-46 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10880.722194/2008-59 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
18 - Processo nº: 13896.906001/2017-21 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
19 - Processo nº: 13896.901372/2017-16 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13896.902506/2017-16 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13896.904081/2012-75 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13896.906000/2017-86 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13896.906002/2017-75 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13896.906003/2017-10 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13896.909447/2016-26 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13896.909768/2016-21 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
27 - Processo nº: 13896.903842/2014-33 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
28 - Processo nº: 13896.902553/2014-17 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13896.902554/2014-61 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
30 - Processo nº: 13896.900458/2011-36 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13896.721638/2015-87 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13896.721036/2015-20 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11080.729428/2018-49 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
34 - Processo nº: 11080.729424/2018-61 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11080.729606/2018-31 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11080.729624/2018-13 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11080.729718/2018-92 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11080.729841/2018-11 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.731564/2017-18 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11080.731834/2017-91 - Recorrente: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
41 - Processo nº: 11020.722680/2016-70 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
42 - Processo nº: 10166.010543/2002-76 - Recorrente: TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPJ: Lucro Arbitrado
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
43 - Processo nº: 18471.002188/2007-24 - Recorrente: IMPORIENTE COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13312.000793/2008-51 - Recorrente: MANOEL PINHEIRO DE PINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
45 - Processo nº: 15868.720211/2012-81 - Recorrente: NEW YORK PLAZA SHOPPING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13312.000047/2011-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIMUNDO NONATO AGUIAR ELIAS ME
TEMA 4: IRPJ: Omissão de Receitas
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
47 - Processo nº: 10830.725586/2011-61 - Recorrente: LORIVAL EMIDIO EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
48 - Processo nº: 13312.002632/2008-00 - Recorrente: MANOEL DOURADO DE FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
49 - Processo nº: 15983.720046/2013-22 - Recorrente: MERCO-SERVICE ASSESSORIA TECNICA E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
50 - Processo nº: 11845.000038/2008-22 - Recorrente: CLINICA DA IMAGEM DO TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 12898.001865/2009-61 - Recorrente: PIMENTEL ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: IRPJ: Imunidade e Benefícios Fiscais
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
52 - Processo nº: 10168.003936/2007-18 - Recorrente: DEMOCRATAS DEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 16327.000919/2006-54 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 6: IRPJ: Conhecimento e Preliminares (1)
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
54 - Processo nº: 10640.723299/2015-87 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DENTAL MINEIRA ARTIGOS ODONTOLOGICOS - EIRELI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
55 - Processo nº: 10805.002836/2002-15 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
56 - Processo nº: 10380.011947/2008-38 - Recorrente: MD COMERCIAL DE DERIVADOS PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
57 - Processo nº: 10880.013076/89-22 - Recorrente: CARBEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: Penalidades
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
58 - Processo nº: 15374.000517/2010-16 - Recorrente: BEQUEST SOLUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
59 - Processo nº: 15504.011547/2010-17 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11831.001444/2003-57 - Recorrente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10980.724441/2017-14 - Embargante: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: Per/Dcomp(1)
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
62 - Processo nº: 11080.902631/2013-61 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10680.912896/2015-16 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10680.901024/2018-67 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10680.909274/2015-01 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10680.909351/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10680.912870/2015-60 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.912889/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10680.906031/2017-74 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10680.915534/2017-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10680.915554/2017-10 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10680.915562/2017-58 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10680.915595/2017-06 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10680.915668/2017-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10680.900378/2017-11 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.900203/2017-04 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10680.900370/2017-47 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10680.900457/2017-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10680.900562/2017-53 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10680.900693/2017-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10680.900861/2017-98 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10680.900968/2017-36 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10680.901036/2017-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10680.901046/2017-46 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: Per/Dcomp(2) e outros
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
85 - Processo nº: 15868.720080/2011-51 - Recorrente: JBS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
86 - Processo nº: 11516.000711/2007-75 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
87 - Processo nº: 10680.900136/2011-24 - Recorrente: ANGLOGOLD ASHANTI MINERACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
88 - Processo nº: 16327.901592/2010-16 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16327.901594/2010-13 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
90 - Processo nº: 16682.905023/2017-77 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11080.732438/2018-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
92 - Processo nº: 16327.000664/2005-49 - Recorrente: TCR EAGLE PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
93 - Processo nº: 13005.904413/2009-11 - Recorrente: BALDO SA COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10380.729811/2017-79 - Recorrente: CEARA SEGURANCA DE VALORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10840.904159/2010-47 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA SANTA ELISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
96 - Processo nº: 10183.000338/2007-07 - Recorrente: MUNDO DOS COLCHOES LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
97 - Processo nº: 13005.901010/2012-16 - Recorrente: BALDO SA COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 10: Per/Dcomp(3)
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
98 - Processo nº: 10680.913574/2009-38 - Recorrente: NEUMAN & ESSER AMERICA DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10680.913573/2009-93 - Recorrente: NEUMAN & ESSER AMERICA DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10680.913577/2009-71 - Recorrente: NEUMAN & ESSER AMERICA DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10783.915541/2009-74 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10783.915543/2009-63 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10783.917233/2009-83 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10783.915539/2009-03 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10783.915542/2009-19 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10783.915545/2009-52 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10783.915540/2009-20 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10783.915544/2009-16 - Recorrente: CINTYA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
109 - Processo nº: 10880.973519/2010-84 - Recorrente: IF PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
110 - Processo nº: 12448.911400/2017-29 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
111 - Processo nº: 12448.911393/2017-65 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 12448.911394/2017-18 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 12448.911395/2017-54 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 12448.911396/2017-07 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 12448.911397/2017-43 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 12448.911398/2017-98 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 12448.911399/2017-32 - Recorrente: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
118 - Processo nº: 10783.903166/2008-39 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: Preliminares (2)
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
119 - Processo nº: 10325.720804/2013-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: M. RAMOS SEVERO - ME
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
120 - Processo nº: 13603.723479/2011-70 - Recorrente: ALISON RONIERI SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13603.004723/2007-15 - Recorrente: ALISON RONIERI SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
122 - Processo nº: 13864.720146/2018-94 - Recorrente: GOLD FINGER JOALHEIROS DE TAUBATE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
123 - Processo nº: 13864.720145/2018-40 - Recorrente: GOLD FINGER JOALHEIROS DE TAUBATE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: Responsabilidade Tributária
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
124 - Processo nº: 15956.720175/2012-67 - Recorrente: CONCEITO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 11065.720145/2017-49 - Recorrente: SMPS - NEGOCIOS E INVESTIMENTOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
126 - Processo nº: 10680.905925/2012-32 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 13: IRPJ/Outros e IRRF
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
127 - Processo nº: 10665.722738/2012-11 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10665.001342/2009-23 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
129 - Processo nº: 10480.726354/2015-71 - Recorrente: ES ATACADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
130 - Processo nº: 10980.008093/2003-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA
131 - Processo nº: 10380.016238/2007-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A
132 - Processo nº: 10830.008003/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS
133 - Processo nº: 10980.004539/2002-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MEDICOS
134 - Processo nº: 12897.000874/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GE RIO REVISAO DE MOTORES AERONAUTICOS LTDA
135 - Processo nº: 15504.725962/2018-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL
136 - Processo nº: 15586.720122/2015-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECNOCON - TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA - EPP
137 - Processo nº: 19515.000681/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROCKWELL AUTOMATION DO BRASIL LTDA
138 - Processo nº: 19515.004295/2009-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIVERMATIC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
139 - Processo nº: 19647.004724/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PRESERVE SEGURANCA T DE VALORES LTDA
140 - Processo nº: 10245.000740/2009-73 - Recorrente: URBAN DO BRAS EMP IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
141 - Processo nº: 19515.000389/2008-87 - Recorrente: COOPSERV SOC COOP PROF NA AREA DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13896.004600/2008-17 - Recorrente: FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
143 - Processo nº: 12448.726276/2013-74 - Recorrente: COLORTEL S A SISTEMAS ELETRONICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
144 - Processo nº: 10980.723627/2010-80 - Recorrente: BONYPLUS INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13982.000573/2005-91 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CAMPUS DE CONCORDIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
146 - Processo nº: 10166.724856/2011-04 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 14: Per/Dcomp(4)
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
147 - Processo nº: 16327.001854/2002-31 - Recorrente: FINIVEL FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
148 - Processo nº: 10880.953145/2013-23 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
149 - Processo nº: 10880.918862/2014-90 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10880.953144/2013-89 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10980.900128/2011-01 - Recorrente: TIM SUL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 13839.900487/2008-87 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13839.904092/2010-78 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
154 - Processo nº: 10580.900040/2010-11 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10580.900038/2010-34 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10580.900034/2010-56 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10580.900033/2010-10 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
158 - Processo nº: 10880.918026/2015-96 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
159 - Processo nº: 10783.903165/2008-94 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: Simples - Exclusão e Outros
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
160 - Processo nº: 19679.000954/2006-71 - Recorrente: VETOR DESIGN IMPRESSAO E PRODUCAO DIGITAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
161 - Processo nº: 13864.720069/2018-72 - Recorrente: GOLD FINGER JOALHEIROS DE TAUBATE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
162 - Processo nº: 10320.720434/2013-93 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL SAGRES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
163 - Processo nº: 10280.904791/2012-45 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 19311.720365/2017-25 - Recorrente: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 14 a 17/02/2022.

Pauta Ordinária (de 15 a 17/02/2022) e Extraordinária (dia 14/02/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 16682.721102/2014-84 (item 15) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos item 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os item 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10865.901146/2018-95 (item 26) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos item 27. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os item 27, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10980.723780/2011-98 (item 53) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos item 54. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os item 54, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10166.904566/2013-04 (item 65) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 66 a 70. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 66 a 70, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10680.901812/2013-49 (item 71) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 72 a 78. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 72 a 78, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10880.911359/2017-56 (item 83) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 84 a 113. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 84 a 113, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10880.958224/2019-16 (item 114) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 115 a 125. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 115 a 125, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 10120.903156/2013-64 (item 134) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 135 a 138, O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 135 a 138, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10880.692037/2009-92 (item 143) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos item 144. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os item 144, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10880.692038/2009-37 (item 145) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos item 146. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os item 146, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 13888.901893/2014-20 (item 147) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 148 a 150. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 148 a 150, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 10920.900545/2016-65 (item 151)servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 152 a 155, O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 152 a 155, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

15) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma para retificação da ata de dezembro de 2021, relativa ao processo 10880.722820/2012-93.

DIA 14 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
1 - Processo nº: 13850.000225/2008-62 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
2 - Processo nº: 11065.004189/2007-56 - Recorrente: FLAMINGO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
3 - Processo nº: 13819.002213/96-91 - Recorrentes: PROQUIGEL IND E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
4 - Processo nº: 15940.000052/2006-37 - Recorrente: AGROPECUARIA SANTA INES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
5 - Processo nº: 11543.005395/2002-96 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
6 - Processo nº: 10280.720977/2016-77 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
7 - Processo nº: 19515.002540/2006-50 - Recorrente: MUNDO NOVO SPE - 1 S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
8 - Processo nº: 10680.008759/2004-14 - Recorrente: CONSTRUTORA SAGENDRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10768.025138/97-72 - Recorrente: WILSON SONS ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
10 - Processo nº: 16306.720516/2011-31 - Recorrente: UNIMED DO ESTADO DE SAO PAULO - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
11 - Processo nº: 10880.933289/2008-04 - Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.933290/2008-21 - Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
13 - Processo nº: 16682.721060/2012-10 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 16682.721106/2014-62 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 16682.721102/2014-84 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
16 - Processo nº: 16682.721105/2014-18 - Recorrente: BRASKEM QPAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10380.731509/2013-57 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10380.730346/2013-95 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
19 - Processo nº: 10380.900341/2010-93 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10380.900342/2010-38 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10380.901028/2010-72 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10380.905971/2013-05 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
23 - Processo nº: 19515.003956/2010-71 - Recorrente: MAIO SERVICOS DE CONTABILIDADE LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
24 - Processo nº: 13804.721035/2017-29 - Recorrente: 20/20 CLINICA OFTALMOLOGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
25 - Processo nº: 10865.721676/2019-32 - Recorrente: LIMER-CART INDUSTRIA E COM DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10865.901146/2018-95 - Recorrente: LIMER-CART INDUSTRIA E COM DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10865.904150/2018-13 - Recorrente: LIMER-CART INDUSTRIA E COM DE EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
28 - Processo nº: 13502.721594/2012-29 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ALLPARTS SERVICOS E COMERCIO DE PECAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
29 - Processo nº: 16306.000285/2008-40 - Recorrente: BODYCOTE BRASIMET PROCESSAMENTO TERMICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
30 - Processo nº: 16306.000256/2009-69 - Recorrente: DURATEX S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
31 - Processo nº: 10880.946281/2013-67 - Recorrente: EDITORA ATICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
32 - Processo nº: 18470.725743/2012-67 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
33 - Processo nº: 18471.002772/2008-61 - Recorrente: CALIBAN PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
34 - Processo nº: 10730.002786/2009-55 - Recorrente: CENTROCARDIO CENTRO CARDIOLOGICO DE NITEROI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
35 - Processo nº: 10580.725375/2013-89 - Recorrente: INFRASERVICE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
36 - Processo nº: 13982.000176/2006-09 - Recorrente: ITALMEC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
37 - Processo nº: 10580.721130/2019-78 - Recorrente: FILIPE DA SILVA COUTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
38 - Processo nº: 13971.720123/2013-58 - Recorrente: ESQUADRIAS BERRI LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
39 - Processo nº: 10880.915202/2012-95 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.915203/2012-30 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.926308/2011-33 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10880.979115/2012-66 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16306.720523/2011-32 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13808.004438/2001-11 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10880.903199/2012-67 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.909643/2013-39 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.926307/2011-99 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 16306.720524/2011-87 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.972956/2016-76 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
50 - Processo nº: 12448.735233/2012-07 - Recorrente: GRAFIOURO GRAFICA E EDITORA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
51 - Processo nº: 10882.721758/2011-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e NDS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
52 - Processo nº: 13855.722430/2013-08 - Recorrente: OSMAR FERREIRA GOMES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
53 - Processo nº: 10980.723780/2011-98 - Recorrente: RAFAEL DE OLIVEIRA KERSTEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
54 - Processo nº: 10980.721105/2011-24 - Recorrente: RAFAEL DE OLIVEIRA KERSTEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
55 - Processo nº: 19515.002565/2004-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RODRIMAR S/A TRANSP. EQUIP. INDUSTRIAIS E ARM.GERAIS
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
56 - Processo nº: 16004.720081/2012-18 - Recorrente: SANDRIONE CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
57 - Processo nº: 10950.001759/2008-90 - Recorrente: TRANSBALAN TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
58 - Processo nº: 19647.003202/2004-78 - Recorrente: SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
59 - Processo nº: 14033.003335/2008-72 - Recorrente: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
60 - Processo nº: 10880.923915/2011-41 - Recorrente: SILGAN DISPENSING SYSTEMS BRAZIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
61 - Processo nº: 10166.914130/2012-34 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10166.903712/2013-76 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10166.903713/2013-11 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10166.903968/2010-31 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10166.904566/2013-04 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10166.904561/2013-73 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10166.904562/2013-18 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10166.904564/2013-15 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10166.904565/2013-51 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10166.904567/2013-41 - Recorrente: SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
71 - Processo nº: 10680.901812/2013-49 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10680.901808/2013-81 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10680.901809/2013-25 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10680.901810/2013-50 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10680.901811/2013-02 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.901813/2013-93 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10680.901814/2013-38 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10680.901815/2013-82 - Recorrente: PERFECT SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
79 - Processo nº: 13433.720950/2012-58 - Recorrente: PLANETA AGUA BAR E RESTAURANTE EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
80 - Processo nº: 10380.011409/2005-09 - Recorrente: PLANOS TECNICOS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
81 - Processo nº: 13807.721249/2015-11 - Recorrente: POLISISTEM COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
82 - Processo nº: 10880.900198/2014-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10880.911359/2017-56 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
84 - Processo nº: 10880.653683/2016-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10880.900197/2014-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10880.903300/2014-41 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10880.903793/2016-81 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10880.906666/2014-72 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10880.906667/2014-17 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10880.915475/2016-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10880.925930/2014-77 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10880.925931/2014-11 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10880.925932/2014-66 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10880.925933/2014-19 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10880.926413/2013-34 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10880.926414/2013-89 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10880.927625/2018-43 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10880.930458/2015-75 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10880.931491/2018-65 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10880.945896/2015-38 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10880.945897/2015-82 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10880.952441/2016-50 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10880.953351/2013-33 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10880.953353/2013-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10880.953744/2015-17 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10880.954581/2017-43 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10880.954582/2017-98 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10880.964425/2017-91 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10880.966899/2019-39 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10880.971090/2016-86 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10880.983593/2017-85 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10880.991536/2019-31 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10880.991537/2019-86 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
114 - Processo nº: 10880.958224/2019-16 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
115 - Processo nº: 10880.925630/2017-31 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10880.925631/2017-85 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10880.931228/2017-95 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10880.950218/2018-30 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10880.954300/2018-33 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10880.954301/2018-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10880.954302/2018-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10880.958225/2019-61 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10880.966900/2019-25 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10880.979221/2019-16 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10880.979222/2019-61 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
126 - Processo nº: 10880.919073/2014-76 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10880.953352/2013-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
128 - Processo nº: 19647.004213/2005-56 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 19647.004252/2005-53 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 19647.004211/2005-67 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 19647.010817/2006-12 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 19647.004214/2005-09 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 19647.004217/2005-34 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
134 - Processo nº: 10120.903156/2013-64 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10120.903153/2013-21 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10120.903154/2013-75 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10120.903157/2013-17 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10120.903158/2013-53 - Recorrente: SEMPRE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
139 - Processo nº: 10970.000496/2010-88 - Recorrente: TROPICAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10660.720039/2010-15 - Recorrente: WELLUS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO I e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
141 - Processo nº: 16692.721045/2014-14 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 16692.721046/2014-69 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
143 - Processo nº: 10880.692037/2009-92 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
144 - Processo nº: 10880.692039/2009-81 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
145 - Processo nº: 10880.692038/2009-37 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
146 - Processo nº: 10880.692040/2009-14 - Recorrente: DANIELE BANCO-FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 13888.901893/2014-20 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 13888.901714/2014-54 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 13888.901715/2014-07 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13888.901897/2014-16 - Recorrente: FUTURA ELETRICIDADE E TELEFONIA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
151 - Processo nº: 10920.900545/2016-65 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
152 - Processo nº: 10920.900543/2016-76 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10920.900544/2016-11 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10920.900546/2016-18 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10920.900547/2016-54 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
156 - Processo nº: 18220.726220/2020-90 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
157 - Processo nº: 10880.900203/2011-54 - Recorrente: MORGAN STANLEY DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10880.902343/2011-67 - Recorrente: MORGAN STANLEY DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10880.947994/2011-86 - Recorrente: MORGAN STANLEY PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
160 - Processo nº: 15374.900325/2009-60 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 15374.900576/2008-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 15374.900677/2008-34 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 15374.901573/2009-28 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 15374.915843/2008-05 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
165 - Processo nº: 13771.000338/2003-33 - Recorrente: CHOCOLATES GAROTO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
166 - Processo nº: 10880.939995/2009-32 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10880.955498/2010-15 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10880.668876/2011-12 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10880.967571/2012-63 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10880.922909/2013-39 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10880.956276/2012-81 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10880.939994/2009-98 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10880.955499/2010-60 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10880.967570/2012-19 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10880.939956/2013-11 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10880.949869/2013-72 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10880.907931/2014-30 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 15 a 17/02/2022.

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 13864.720155/2018-85 (item 21) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 22. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 22, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10680.918186/2012-49 (item 39) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 40. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 40, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10880.987216/2012-19 (item 41) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 42 a 53. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 42 a 53, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

6) O julgamento do Processo nº 18186.724695/2013-86 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 64. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 64, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: APURAÇÃO INCORRETA/REFLEXA
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
1 - Processo nº: 10283.723838/2017-56 - Recorrente: RIO AMAZONAS ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
2 - Processo nº: 10783.722312/2011-22 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11543.002954/2002-14 - Recorrente: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
4 - Processo nº: 19515.002829/2009-11 - Recorrente: GAMBRO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19515.002830/2009-46 - Recorrente: GAMBRO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
6 - Processo nº: 19515.000977/2008-11 - Recorrente: DIMPER COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
7 - Processo nº: 16327.720273/2017-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO SAFRA S A
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
8 - Processo nº: 19515.720469/2014-09 - Recorrente: CINEMARK BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
9 - Processo nº: 11634.720261/2013-32 - Recorrente: TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: FALTA DE RETENÇÃO/RECOLHIMENTO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
10 - Processo nº: 10166.727458/2011-31 - Recorrente: PAULO BAETA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
11 - Processo nº: 10940.000693/2005-97 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CETII CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA DE IRATI LTDA
TEMA 4: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
12 - Processo nº: 10280.724476/2012-36 - Recorrente: M. F. S. P. SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
13 - Processo nº: 19515.000304/2009-41 - Recorrente: PANIF. E LANCHONETE PILL 100 LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
14 - Processo nº: 15540.720277/2011-83 - Recorrente: SOL E MAR DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
15 - Processo nº: 10909.004629/2010-39 - Recorrente: NOVA PAPEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA-ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
16 - Processo nº: 15563.720001/2011-37 - Recorrente: T.M. CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: ART.61 DA LEI Nº 8.981/95
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
17 - Processo nº: 18471.001050/2005-46 - Recorrente: ASCA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
18 - Processo nº: 10845.725584/2012-93 - Recorrente: INTERFACE ENGENHARIA ADUANEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: COMPENSAÇÃO INDEVIDA DE BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DE PERÍODOS ANTERIORES
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
19 - Processo nº: 13601.000316/2003-25 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: CONHECIMENTO
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
20 - Processo nº: 10680.015698/2008-75 - Embargante: MINAS DA SERRA GERAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
21 - Processo nº: 13864.720155/2018-85 - Recorrente: MOACIR FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
22 - Processo nº: 13864.720154/2018-31 - Recorrente: MOACIR FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
23 - Processo nº: 10880.927770/2010-77 - Recorrente: VR VALES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
24 - Processo nº: 19515.002941/2005-29 - Recorrente: ART PRINTER GRAFICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 9: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
25 - Processo nº: 10680.910753/2012-19 - Recorrente: PRUDENTE REFEICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
26 - Processo nº: 19515.002501/2007-33 - Recorrente: CINEMARK BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
27 - Processo nº: 10840.907199/2009-15 - Recorrente: COOPERCITRUS COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
28 - Processo nº: 13502.900520/2011-76 - Recorrente: PROQUIGEL QUIMICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: LUCRO ARBITRADO/PRESUMIDO
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
29 - Processo nº: 13982.000176/2010-87 - Recorrente: RUDIMAR BERTOTTI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
30 - Processo nº: 14751.720248/2012-54 - Recorrente: ADILSON CARDOSO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
31 - Processo nº: 12448.732736/2011-31 - Recorrente: KELSON S INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
32 - Processo nº: 13982.001130/2010-85 - Recorrente: CABO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
33 - Processo nº: 13971.003292/2010-87 - Recorrente: MONTE CLARO PARTICIPACOES E SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
34 - Processo nº: 11516.721467/2012-45 - Recorrente: C - PACK CREATIVE PACKAGING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
35 - Processo nº: 10469.721413/2009-24 - Recorrente: C. S. S. LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
36 - Processo nº: 16327.721647/2013-59 - Recorrente: BANCO CREDIT AGRICOLE BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
37 - Processo nº: 16561.720168/2012-61 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
38 - Processo nº: 16306.000122/2009-48 - Recorrente: ALFASTAR PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
39 - Processo nº: 10680.918186/2012-49 - Recorrente: AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10680.918188/2012-38 - Recorrente: AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
41 - Processo nº: 10880.987216/2012-19 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
42 - Processo nº: 10880.987204/2012-86 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10880.987205/2012-21 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.987206/2012-75 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10880.987207/2012-10 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.987208/2012-64 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.987209/2012-17 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.987210/2012-33 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.987211/2012-88 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.987213/2012-77 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.987214/2012-11 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.987215/2012-66 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10880.987217/2012-55 - Recorrente: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
54 - Processo nº: 16682.900015/2019-04 - Recorrente: REPSOL SINOPEC BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
55 - Processo nº: 10660.721950/2016-27 - Recorrente: BI&P COMERCIO DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
56 - Processo nº: 10073.900993/2010-00 - Recorrente: BR METALS FUNDICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
57 - Processo nº: 16098.000013/2008-42 - Recorrente: BFB RENT ADMINISTRACAO E LOCACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
58 - Processo nº: 10070.001674/2001-41 - Embargante: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
59 - Processo nº: 11543.001405/2003-03 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO-KOBRASCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
60 - Processo nº: 13897.000791/2002-42 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
61 - Processo nº: 10880.900383/2010-93 - Recorrente: LUZ PUBLICIDADE SP SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
62 - Processo nº: 13839.904243/2012-50 - Recorrente: MONTE REAL HOTEIS E TURISMO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
63 - Processo nº: 18186.724695/2013-86 - Recorrente: PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
64 - Processo nº: 18186.728122/2011-60 - Recorrente: PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
65 - Processo nº: 10875.005937/2002-14 - Recorrente: PRODUTOS QUIMICOS SAO VICENTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
66 - Processo nº: 10830.005983/2009-06 - Recorrente: RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: OUTRAS RECEITAS
67 - Processo nº: 11080.725308/2010-15 - Recorrente: SABEMI SEGURADORA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: PRELIMINAR/DIVERSOS
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
68 - Processo nº: 15521.720023/2013-55 - Recorrente: RONALDO DA GRACA SALES - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
69 - Processo nº: 19515.720958/2013-71 - Recorrentes: ALFATRONIC S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
70 - Processo nº: 11080.014513/2008-37 - Recorrente: RIO DEL SUR AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 16: SOCIEDADE COOPERATIVA
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
71 - Processo nº: 10680.720385/2008-32 - Recorrente: UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
72 - Processo nº: 15889.000018/2007-15 - Recorrente: UNIMED DE LINS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: SIMPLES - EXCLUSÃO/OPÇÃO
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
73 - Processo nº: 10580.727800/2017-06 - Recorrente: COSEBA CORRETORA DE SEGUROS DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10845.721512/2018-62 - Recorrente: ELO ADMINISTRACAO, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10920.723369/2017-12 - Recorrente: FLAMASERV SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13864.720070/2018-05 - Recorrente: MOACIR FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
77 - Processo nº: 18471.001893/2008-95 - Recorrente: SANALAH CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
78 - Processo nº: 10580.725848/2018-52 - Recorrente: GUSTAVO SOTERO DE MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10580.721043/2017-59 - Recorrente: HANS OTTO BONISCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
80 - Processo nº: 10840.721130/2017-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIANA BOLDRINI REZENDE OLIVEIRA
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
81 - Processo nº: 10830.722138/2019-62 - Recorrente: EXALT - ADMINISTRADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10830.722978/2019-25 - Recorrente: GRSC ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10283.001905/2010-10 - Recorrente: PARADISE TURISMO E PASSAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 14 a 17/02/2022.

Pauta Ordinária (de 15 a 17/02/2022) e Extraordinária (dia 14/02/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 10480.900465/2016-36 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 e 3. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 e 3, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10880.928992/2012-79 (item 4) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 5 e 6. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 5 e 6, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10880.928993/2012-13 (item 7) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 8 a 13. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 8 a 13, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10880.919921/2017-90 (item 14) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 15 a 24. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 15 a 24, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 11080.732866/2018-94 (item 25) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 26 a 34. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 26 a 34, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10320.725034/2016-17 (item 35) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 36. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 36, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10469.906248/2011-01 (item 37) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 38 e 39. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 38 e 39, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 13864.720136/2018-59 (item 40) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 41. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 41, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 11065.720204/2018-60 (item 42) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 43. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 43, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10660.721214/2015-98 (item 44) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 45 a 47. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 45 a 47, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 10840.901807/2013-56 (item 48) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 49 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 49 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 10840.721216/2016-40 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 e 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 e 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 15959.720004/2017-12 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 61 e 62. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 61 e 62, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16) O julgamento do Processo nº 10840.721229/2016-19 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 64. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 64, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

17) O julgamento do Processo nº 15959.720016/2017-47 (item 65) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 66. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 66, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 14 de Fevereiro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 1 - REPETITIVOS
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
1 - Processo nº: 10480.900465/2016-36 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
2 - Processo nº: 10480.900463/2016-47 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10480.900467/2016-25 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
4 - Processo nº: 10880.928992/2012-79 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
5 - Processo nº: 10880.902638/2011-33 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10880.928995/2012-11 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
7 - Processo nº: 10880.928993/2012-13 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
8 - Processo nº: 10880.924555/2011-03 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10880.928994/2012-68 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10880.928996/2012-57 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10880.928998/2012-46 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.928999/2012-91 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10880.994075/2011-00 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO PRODUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10880.919921/2017-90 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10880.919916/2017-87 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10880.919917/2017-21 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10880.919918/2017-76 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10880.919919/2017-11 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10880.919920/2017-45 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.919923/2017-89 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10880.919927/2017-67 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10880.919932/2017-70 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10880.919933/2017-14 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10880.919934/2017-69 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 11080.732866/2018-94 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11080.734110/2018-80 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11080.734580/2018-43 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11080.734227/2018-63 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11080.733931/2018-07 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11080.732861/2018-61 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 11080.734022/2018-88 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11080.734529/2018-31 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11080.734942/2018-04 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11080.733615/2018-27 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
35 - Processo nº: 10320.725034/2016-17 - Recorrente: TOCANTINS REFRIGERANTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
36 - Processo nº: 10320.725035/2016-61 - Recorrente: TOCANTINS REFRIGERANTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
37 - Processo nº: 10469.906248/2011-01 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
38 - Processo nº: 10469.900888/2012-81 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10469.906250/2011-72 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
40 - Processo nº: 13864.720136/2018-59 - Recorrente: M. FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
41 - Processo nº: 13864.720134/2018-60 - Recorrente: M. FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
42 - Processo nº: 11065.720204/2018-60 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DREBES & CIA LTDA
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
43 - Processo nº: 11065.724112/2017-78 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DREBES & CIA LTDA
Relator(a): LUCIANO BERNART
44 - Processo nº: 10660.721214/2015-98 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
45 - Processo nº: 10660.721291/2015-48 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10660.721293/2015-37 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10660.721298/2015-60 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
48 - Processo nº: 10840.901807/2013-56 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
49 - Processo nº: 10840.901809/2013-45 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10840.903094/2013-65 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10840.903095/2013-18 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10840.903096/2013-54 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10840.903097/2013-07 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10840.903098/2013-43 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10840.903099/2013-98 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10840.903101/2013-29 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10840.721216/2016-40 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10840.721218/2016-39 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10840.721227/2016-20 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 15959.720004/2017-12 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 15959.720006/2017-10 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15959.720007/2017-56 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10840.721229/2016-19 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10840.721231/2016-98 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 15959.720016/2017-47 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 15959.720015/2017-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2 - OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
67 - Processo nº: 10680.724268/2017-39 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e KOPRUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
68 - Processo nº: 19515.721139/2013-41 - Recorrente: RUB CAR COMERCIO DE AUTO PECAS E FUNDICAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 19515.722895/2012-15 - Recorrente: RUB CAR COMERCIO DE AUTO PECAS E FUNDICAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
70 - Processo nº: 10730.720046/2010-38 - Recorrentes: MARMO DE CACHOEIRAS GESTAO EMPRESARIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15540.000397/2009-46 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MARMO DE CACHOEIRAS GESTAO EMPRESARIAL LTDA
72 - Processo nº: 16306.000305/2009-63 - Recorrente: WTORRE RESIDENCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 16832.001068/2009-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ILSON FELIX DOS SANTOS
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
74 - Processo nº: 11052.000404/2010-94 - Recorrente: SPART-CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
75 - Processo nº: 16408.000831/2006-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: STAROI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
76 - Processo nº: 15540.000135/2007-10 - Recorrente: JOHN SOMERS ESTANHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
77 - Processo nº: 13603.721597/2011-43 - Recorrente: RECEMIL REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
78 - Processo nº: 10580.720823/2011-96 - Recorrente: ARGAMASSA DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
79 - Processo nº: 19647.012715/2005-51 - Recorrente: J. B. DISTRIBUICAO DE ESTIVAS E CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
80 - Processo nº: 10469.721515/2009-40 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e HOTEL PARQUE DA COSTEIRA LTDA
Relator(a): LUCIANO BERNART
81 - Processo nº: 13808.001637/2001-69 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LEOPOLDO S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 3 - PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
82 - Processo nº: 16561.720182/2015-16 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 16327.002216/2005-80 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
84 - Processo nº: 10680.000178/2004-34 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4 - PER/DCOMP - 1
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
85 - Processo nº: 10410.720648/2009-74 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 19647.005029/2005-23 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 19647.004719/2005-65 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 19647.004710/2005-54 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 5 - PER/DCOMP - 2
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
89 - Processo nº: 10880.939032/2009-39 - Recorrente: KIMBERLY -CLARK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10166.901077/2010-40 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11853.000447/2010-44 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10380.001262/2004-50 - Recorrente: CV COUROS E PELES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10380.901610/2008-14 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11610.004325/2003-51 - Recorrente: COMPANHIA NITRO Q BRASILEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
95 - Processo nº: 16327.000855/98-75 - Recorrente: LLOYDS TSB FOMENTO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
96 - Processo nº: 10480.003108/2003-11 - Recorrente: FINAMBRAS HOLDING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10880.927731/2014-01 - Recorrente: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
98 - Processo nº: 16682.900923/2014-85 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16682.900922/2014-31 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
100 - Processo nº: 19647.004709/2005-20 - Embargante: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 19647.004704/2005-05 - Embargante: TELERN CELULAR S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
102 - Processo nº: 10880.919930/2017-81 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10880.919931/2017-25 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
104 - Processo nº: 10865.902011/2009-56 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10865.000657/2003-10 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10865.000628/2004-21 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 16306.000043/2010-71 - Recorrente: EDITORA ABRIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
108 - Processo nº: 15169.000332/2014-52 - Recorrente: TRANSPORTADORA GRANDE ABC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10880.733866/2020-48 - Embargante: DELEGADO DE JULGAMENTO e Interessado: ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6 - OPERAÇÕES NO EXTERIOR
Relator(a): LUCIANO BERNART
110 - Processo nº: 13971.000690/2006-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA
111 - Processo nº: 14033.000583/2007-81 - Recorrente: CERES FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7 - BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
112 - Processo nº: 19515.720637/2017-09 - Recorrente: SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
113 - Processo nº: 16327.720869/2019-40 - Recorrente: SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 16682.720640/2014-51 - Recorrente: FUNDACAO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA SOCIAL DO BNDES - FAPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
115 - Processo nº: 10880.996930/2012-90 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
116 - Processo nº: 10380.727357/2012-15 - Recorrente: ASSOCIACAO BATISTA BENEFICENTE E MISSIONARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8 - PER/DCOMP - 3
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
117 - Processo nº: 10880.938972/2009-19 - Recorrente: OPEN TEXT TECNOLOGIA DA INFORMACAO (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 11080.723927/2010-75 - Recorrente: CONDOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
119 - Processo nº: 15374.903752/2008-19 - Recorrente: SUL AMERICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11707.721369/2015-11 - Embargante: SALOBO METAIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
121 - Processo nº: 10600.720030/2016-04 - Recorrente: ALTHO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10840.901808/2013-09 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10840.901810/2013-70 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10840.901811/2013-14 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10840.901812/2013-69 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10840.905425/2013-00 - Recorrente: resolve PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
127 - Processo nº: 10930.904006/2011-71 - Recorrente: VIVO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
128 - Processo nº: 10680.901840/2013-66 - Recorrente: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9 - SIMPLES
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
129 - Processo nº: 15563.720079/2014-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FORMULA CAR AUTOMOVEIS EIRELI
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
130 - Processo nº: 10730.720842/2015-85 - Recorrente: CNRRA RIO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13864.720030/2018-55 - Recorrente: M. FINGER JOALHEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 10 - COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA / MULTA
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
132 - Processo nº: 10840.721233/2016-87 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 15959.720008/2017-09 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10840.721237/2016-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 15959.720010/2017-70 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10840.721247/2016-09 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 15959.720012/2017-69 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10840.721249/2016-90 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 15959.720017/2017-91 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10840.721252/2016-11 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 15959.720019/2017-81 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10840.721254/2016-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 15959.720020/2017-13 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10840.722752/2017-43 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 15959.720023/2017-49 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10840.722759/2017-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 15959.720024/2017-93 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10840.722763/2017-23 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 15959.720025/2017-38 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CORY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11 - PENALIDADES DIVERSAS - 1
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
150 - Processo nº: 10320.721929/2017-63 - Recorrente: MAXXIMUS MANUTENCAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
151 - Processo nº: 11080.734182/2018-27 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
152 - Processo nº: 10640.001919/2002-17 - Recorrente: LATICINIOS MB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
153 - Processo nº: 10283.900449/2010-84 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10480.906143/2010-13 - Recorrente: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10880.928752/2012-74 - Recorrente: ALIANCA TRANSPORTES MARITIMOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10510.900711/2008-45 - Recorrente: ARIBE COM. IMP. DE VEICULOS PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12 - PENALIDADES DIVERSAS - 2
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
157 - Processo nº: 13116.720714/2016-58 - Recorrente: CONEXAO ELETRICO E HIDRAULICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
158 - Processo nº: 11080.722436/2009-73 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FUNDACAO MEDICA DO RIO GRANDE DO SUL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
159 - Processo nº: 10983.915271/2009-45 - Recorrente: TSA QUIMICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 11610.009316/2001-94 - Recorrente: ALFA FORMACAO INTEGRAL INFANTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 16682.900188/2010-86 - Recorrente: GPC QUIMICA S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10830.724074/2011-87 - Recorrente: CAMPNEUS LIDER DE PNEUMATICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 16327.907072/2008-01 - Recorrente: VOLKSWAGEN LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 16327.907073/2008-47 - Recorrente: VOLKSWAGEN LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
165 - Processo nº: 10665.721302/2013-88 - Recorrente: UNIMED SUDOESTE DE MINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13 - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
166 - Processo nº: 10680.721230/2017-12 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e KOPRUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
167 - Processo nº: 15504.729352/2017-01 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CEMIG DISTRIBUICAO S.A
168 - Processo nº: 10510.722964/2013-39 - Recorrente: TRANSPORTE TROPICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14 - OPERAÇÕES DE COOPERATIVAS
Relator(a): ANTONIO PAULO MACHADO GOMES
169 - Processo nº: 13982.000179/2003-91 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10925.002407/2006-05 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10925.720480/2011-11 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10925.720484/2011-08 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10925.902666/2012-78 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15 - LUCRO PRESUMIDO / LUCRO ARBITRADO
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
174 - Processo nº: 13502.720147/2014-14 - Recorrente: SME CONSTRUCOES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
175 - Processo nº: 10630.000168/2009-07 - Recorrente: TRANSPONTEIO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
176 - Processo nº: 15521.000094/2009-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUCAHE AGROPECUARIA COMERCIO E SERVICOS LTDA

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 16 - MATÉRIAS DIVERSAS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
177 - Processo nº: 10880.923386/2014-29 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
178 - Processo nº: 10980.720852/2010-64 - Recorrente: TERRAPAR PARTICIPACOES & INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 12897.000708/2009-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: XX DE NOVEMBRO SECUR. CRED.IMOBILIARIOS
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
180 - Processo nº: 10480.727015/2011-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SER EDUCACIONAL S.A.
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
181 - Processo nº: 16004.720395/2013-93 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
182 - Processo nº: 12448.904138/2010-90 - Recorrente: DATAMEC SA SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JANDIR JOSE DALLE LUCCA
183 - Processo nº: 10480.009493/2002-11 - Recorrente: BIGBURGER RECIFE LANCHONETE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 11516.004359/2010-42 - Recorrente: ALBERTON MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 13706.000793/2003-12 - Recorrente: LATINTECH CAPITAL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
186 - Processo nº: 10680.020458/2007-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SHARECONSULT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Relator(a): LUCIANO BERNART
187 - Processo nº: 14090.000085/2007-53 - Recorrente: ALL- AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA NORTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10768.017372/2002-27 - Recorrente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
189 - Processo nº: 16327.000176/2002-99 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF

2ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

4 - Será submetida ao colegiado proposta da Presidente de Turma para retificação da ata de dezembro de 2021, relativa ao processo nº 13749.720008/2013-17

DIA 21 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
1 - Processo nº: 10830.011467/2008-21 - Recorrente: LUIZ CARLOS VITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 18019.000127/2010-75 - Recorrente: MARIA BETANIA MORENO DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10510.001190/2008-41 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS D DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 15504.721681/2011-19 - Recorrente: MARIA HELENA CAMPOLINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 15504.002957/2011-58 - Recorrente: MARIA PERPETUA DE ATHAYDE CASADEI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13893.000876/2009-37 - Recorrente: MARTA IVANI FERNANDES ABIB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13893.000877/2009-81 - Recorrente: MARTA IVANI FERNANDES ABIB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13893.000878/2009-26 - Recorrente: MARTA IVANI FERNANDES ABIB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 18186.009157/2010-15 - Recorrente: MELISSA MICHELE TREST e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13853.000040/2009-17 - Recorrente: NEIDE MARIA FIGUEIREDO BERTASSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11516.006701/2008-24 - Recorrente: PAULO ERNANI DA CUNHA TATIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10380.015134/2007-36 - Recorrente: REGINALDO GOMES MORENO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13906.000296/2010-97 - Recorrente: ROSA MARIA RODRIGUES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13794.000196/2008-51 - Recorrente: ROSARIA RIBEIRO GERVASIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.016665/2009-62 - Recorrente: SERGIO MARIANO DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10480.720814/2010-42 - Recorrente: SUELI FREITAS MELO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10480.720815/2010-97 - Recorrente: SUELI FREITAS MELO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 12179.000009/2009-12 - Recorrente: SUMAIA BITTAR NASRALA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 12179.000010/2009-39 - Recorrente: SUMAIA BITTAR NASRALA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 12179.000011/2009-83 - Recorrente: SUMAIA BITTAR NASRALA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 18186.005525/2009-12 - Recorrente: THEREZINHA DE PAULA E SILVA SHAMMASS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13706.007951/2008-70 - Recorrente: VALDO SARAIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
23 - Processo nº: 10725.001051/2009-83 - Recorrente: VERA LUCIA SOUZA DAS CHAGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10725.001052/2009-28 - Recorrente: VERA LUCIA SOUZA DAS CHAGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 15922.000047/2009-95 - Recorrente: VERA REGINA ROSSI DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13679.000382/2009-97 - Recorrente: WALDEMAR ANTONIO GALVAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13639.000733/2009-36 - Recorrente: WEMERSON AMARO COURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10530.002327/2007-66 - Recorrente: RAIMUNDO DE SOUZA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13671.000342/2010-59 - Recorrente: JOSE CARLOS RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10830.007684/2009-06 - Recorrente: JOSE LUIZ DUTRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10930.005391/2010-91 - Recorrente: LOURDES APARECIDA DA SILVA NARCIZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10930.005392/2010-36 - Recorrente: LOURDES APARECIDA DA SILVA NARCIZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10380.013583/2007-40 - Recorrente: LUIS ALVES FEITOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO BUSCHINELLI SORRENTINO
34 - Processo nº: 13831.000276/2009-01 - Recorrente: CASSIA REGINA GOMES FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13831.000275/2009-59 - Recorrente: CASSIA REGINA GOMES FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13831.000274/2009-12 - Recorrente: CASSIA REGINA GOMES FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13794.000207/2009-83 - Recorrente: ANA HUBER ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13794.000205/2009-94 - Recorrente: ANA HUBER ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13794.000204/2009-40 - Recorrente: ANA HUBER ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13766.001264/2008-36 - Recorrente: RICARDO NOGUEIRA CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13749.001609/2008-60 - Recorrente: ANTONIO LUIS SILVA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13749.001090/2008-10 - Recorrente: MIGUEL LUIZ DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13749.001089/2008-95 - Recorrente: MIGUEL LUIZ DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13839.000377/2010-38 - Recorrente: MILTON DE CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO BUSCHINELLI SORRENTINO
45 - Processo nº: 13837.000462/2010-16 - Recorrente: JOAO ANTONIO BRAGION e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13836.000309/2010-07 - Recorrente: PAULO DONIZETTI GODOI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13820.000545/2010-94 - Recorrente: JULIO CESAR VILLA MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13706.009446/2008-60 - Recorrente: LEILA CHALFOUN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13706.006944/2008-51 - Recorrente: RONALDO PRADO SANTIAGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13706.003661/2008-57 - Recorrente: LUCIA MARIA BANDEIRA DE MATTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13706.000858/2008-34 - Recorrente: LUIZ LACERDA DA FONSECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13678.720085/2012-77 - Recorrente: NIOBE PIRES MAIA CARMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13678.720084/2012-22 - Recorrente: MARIA GORETI PIRES MAIA GALVAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13634.720135/2011-41 - Recorrente: LUIZ FERNANDO ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13634.720086/2011-47 - Recorrente: SERGIO EMILIO ALVARENGA ROMIE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13558.000759/2009-84 - Recorrente: LAFAYETE LOPES DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13555.000247/2009-48 - Recorrente: LAURIANO ALVES DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13118.000256/2009-98 - Recorrente: LUIZ HENRIQUE VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 12326.004025/2009-35 - Recorrente: SONIA BREVES CAVALCANTI MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11618.001644/2007-68 - Recorrente: ALDROVANDO GRISI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 11610.000664/2010-97 - Recorrente: ANA MARIA MORELLI FERRAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11080.735330/2012-35 - Recorrente: ANAMARIA ENNES FORTUNATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11080.733525/2011-60 - Recorrente: ERICSON SFREDDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11080.733294/2011-94 - Recorrente: ELIZABETH PEREIRA HAAG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11080.728014/2012-15 - Recorrente: GLECY DA CUNHA ARPINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10980.725530/2010-10 - Recorrente: PAULO ROBERTO SOARES FAIGLE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO BUSCHINELLI SORRENTINO
67 - Processo nº: 10768.006924/2008-67 - Recorrente: MARIA LUCIA BONELLI DI TOMMASO BASTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10730.000891/2009-50 - Recorrente: FABIO MARTINS DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10680.009569/2008-48 - Recorrente: LUISA HORTENCIA VIANA MENDONCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10665.720817/2013-61 - Recorrente: ROSILENE APARECIDA GUIMARAES PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10665.720600/2011-99 - Recorrente: WALDIR RODRIGUES PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10510.000825/2010-16 - Recorrente: JOSE CARLOS SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10315.000056/2010-54 - Recorrente: PATRICIA SOBRAL LUNA QUIDUTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10280.721074/2010-18 - Recorrente: GERALDO ISHAK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10183.723222/2013-80 - Recorrente: DEUSDIT RIBEIRO DE BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 19394.720651/2013-94 - Recorrente: AMOS DE ALMEIDA CAMARGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 18363.721123/2015-19 - Recorrente: HEVERALDO MONTEIRO DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 18363.720162/2013-37 - Recorrente: HEVERALDO MONTEIRO DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 17613.722034/2012-95 - Recorrente: MARILZA BARBOZA PRADO LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15463.720238/2017-31 - Recorrente: MYRIAM SERTA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13819.000540/2011-81 - Recorrente: PAULO GOTTSCHALK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13819.000539/2011-57 - Recorrente: PAULO GOTTSCHALK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13748.720551/2018-39 - Recorrente: CARLOS ANTONIO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13748.720433/2017-40 - Recorrente: CARLOS ANTONIO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13748.001069/2007-43 - Recorrente: LUIZ OTAVIO DEMIER FREIRE RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 19647.015258/2009-80 - Recorrente: HERBERT PETER CEGIELKOWSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 18239.009117/2008-96 - Recorrente: HELENA LUCIA ORRICO LUCIANO SANDRIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 18239.005343/2009-89 - Recorrente: DIANA REBELO DE AZAMBUJA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 18239.005342/2009-34 - Recorrente: DIANA REBELO DE AZAMBUJA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO BUSCHINELLI SORRENTINO
90 - Processo nº: 16587.000117/2010-60 - Recorrente: GEORGE SILVA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 16587.000116/2010-15 - Recorrente: GEORGE SILVA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 15504.731206/2013-12 - Recorrente: JOAO BOSCO CARVALHO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 15471.004497/2008-21 - Recorrente: ELIANE DE ALMEIDA GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15471.000093/2008-69 - Recorrente: EUZEBIO FERREIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 15465.000670/2009-82 - Recorrente: ERNESTO CARVALHO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 15455.000241/2010-68 - Recorrente: EMILIA SCHETTINO TRAVAGLIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13884.600414/2011-48 - Recorrente: EGLI FATIMA SANTO DE CASTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13884.001896/2010-78 - Recorrente: EGLI FATIMA SANTO DE CASTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13857.000160/2009-76 - Recorrente: SIDNEY ALEXANDRE TERENCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13837.720186/2013-59 - Recorrente: MAURICIO VIEIRA MOURA GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13837.000168/2011-95 - Recorrente: PATRICIA CONCEICAO PIRES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13795.000291/2008-44 - Recorrente: MARCIA ESTEFANIA NUNES MARQUES LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13787.720120/2012-11 - Recorrente: SANDRA MARA BOMFIM AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13787.720021/2011-58 - Recorrente: VALERIA AGNESE LANNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13748.720069/2012-11 - Recorrente: EVANDRO SANTOS DA CRUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13748.720068/2012-69 - Recorrente: EVANDRO SANTOS DA CRUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13706.010184/2008-86 - Recorrente: CLAUDIA HELENA TELLES FAIRON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13706.009549/2008-20 - Recorrente: MARINA SILVA CARELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13706.007095/2008-52 - Recorrente: CELSO CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13706.006822/2008-64 - Recorrente: CELSO CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13423.000061/2008-11 - Recorrente: CLOVIS LEMOS FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13161.720077/2012-41 - Recorrente: PEDRO RAUBER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 13005.721666/2012-49 - Recorrente: JOSE HENRIQUE MAYER e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO BUSCHINELLI SORRENTINO
114 - Processo nº: 11080.728475/2012-80 - Recorrente: AUGUSTO FRANCISCO BASEGGIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11080.724376/2011-48 - Recorrente: INEZ IEDA PICCININ FRANCOIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10930.001037/2009-54 - Recorrente: JANICE LUBACHEVSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10886.001703/2010-71 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MACEDO NEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10882.723175/2011-25 - Recorrente: SIRLENE APARECIDA AARAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10882.001742/2010-16 - Recorrente: ELIZABETH BEZERRA BALTOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10850.720400/2013-19 - Recorrente: MARIA ARISTEIA MICHELINI DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10840.721308/2011-15 - Recorrente: REGINA CELIA OTERO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10840.720415/2010-45 - Recorrente: MARIA IZILDA TAVARES PINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10825.723138/2012-82 - Recorrente: IZILDINHA APARECIDA PAVANI TUSCHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10735.001736/2010-44 - Recorrente: THEREZA MEIRELLES GASPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10735.001735/2010-08 - Recorrente: THEREZA MEIRELLES GASPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10730.724145/2011-70 - Recorrente: ANDREA PIRES DE MELLO DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10730.723039/2011-79 - Recorrente: CARLOS JOSE BAPTISTA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10730.013688/2009-43 - Recorrente: TELMA PORTUGAL SERRAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10725.003280/2008-51 - Recorrente: GUILHERME GOMES CORTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10725.003279/2008-27 - Recorrente: GUILHERME GOMES CORTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10665.722913/2012-62 - Recorrente: ROSANGELA APARECIDA CARVALHO DE MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10660.723650/2011-78 - Recorrente: DILCY GUIMARAES DE PAIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10660.720824/2012-21 - Recorrente: DILCY GUIMARAES DE PAIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10410.722197/2011-24 - Recorrente: LUIZ ROCHA TOLEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10120.725151/2012-11 - Recorrente: ESTANISLAU DE ARAUJO JORGE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HONÓRIO ALBUQUERQUE DE BRITO
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 21 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
1 - Processo nº: 10315.000793/2007-51 - Recorrente: ALDA LUCIA AFONSO FERREIRA SILTON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10980.015616/2007-27 - Recorrente: CARLOS PORTELA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13555.000624/2008-68 - Recorrente: GERALDO DE ALMEIDA RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10380.010012/2007-53 - Recorrente: GERALDO BASTOS OSTERNO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13036.000070/2007-87 - Recorrente: JOSE AMILTON RODRIGUES BEZERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10166.007097/2009-99 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DA COSTA LINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13932.720018/2013-85 - Recorrente: RUBENS OGG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 18186.001272/2008-27 - Recorrente: TOSHIO SHIMUTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10930.000002/2009-06 - Recorrente: VENINA BERNADETE MONTANHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11080.013912/2007-08 - Recorrente: WOLF GRUENBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO CHIAVEGATTO DE LIMA
11 - Processo nº: 19647.013298/2008-14 - Recorrente: EDVALDO DE MELO PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 19647.010189/2008-37 - Recorrente: JOSE BARTOLOMEU SILVA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 19647.000974/2009-62 - Recorrente: SUZANA CRISTINA GUERRA LEITAO ANDRADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 19647.000399/2009-06 - Recorrente: ANA CLAUDIA AMORIM GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 18470.720589/2010-75 - Recorrente: SUELI PERAL FERREIRA PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 17933.720813/2012-33 - Recorrente: SELMA CALILI NAID RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15504.721100/2011-31 - Recorrente: MARIA ELISA SCARPELLI RIBEIRO E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 15504.006450/2010-92 - Recorrente: MARIA CRISTINA TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15471.001968/2008-40 - Recorrente: FATIMA CORREA HAJE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15471.001964/2008-61 - Recorrente: FATIMA CORREA HAJE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 15463.000171/2010-49 - Recorrente: JOIRCE MARIA VIEGAS CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13981.000126/2009-76 - Recorrente: ELENICE MARIA BARILKA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13975.000913/2008-16 - Recorrente: JOSE HAMILTON MOREIRA FERRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13896.722016/2011-42 - Recorrente: ANNIBAL ANTUNES JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13891.000251/2009-95 - Recorrente: JOSE CARLOS RIGOLIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13891.000250/2009-41 - Recorrente: JOSE CARLOS RIGOLIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13884.001496/2010-62 - Recorrente: LEONARDO SEPULVEDA BRUM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13738.000108/2008-95 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS PINTO FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13707.005147/2007-65 - Recorrente: JOSE RIBEIRO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13707.002179/2008-90 - Recorrente: JAYME FRYDMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13706.002532/2009-22 - Recorrente: VERA MARIA BARREIRA JATAHY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13706.002531/2009-88 - Recorrente: VERA MARIA BARREIRA JATAHY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13643.000198/2010-98 - Recorrente: GERALDO BRAGATO VICTAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13603.720753/2010-78 - Recorrente: JOSE GOMES DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13603.001650/2010-13 - Recorrente: JOSE GOMES DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13153.000040/2009-04 - Recorrente: CLAUDINO PERTILE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 12326.003685/2009-07 - Recorrente: VERA MARIA BARREIRA JATAHY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 12196.002753/2008-54 - Recorrente: MARCIO ANDRE BUENO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 12179.000604/2010-83 - Recorrente: MARILDA NUNES DE MELO SILV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11831.002653/2009-11 - Recorrente: RAIMUNDA MONICA MAGNO ARAUJO BONAG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11543.005393/2008-92 - Recorrente: SERGIO LAMEGO RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11516.001313/2008-57 - Recorrente: FERNANDO JOSE MENDES SLOWINSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11080.721869/2010-45 - Recorrente: ANTONIO EUCLIDES VIDAL POZZER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11080.721083/2010-28 - Recorrente: CARMEN MARILIA PINTO FRANZON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11020.721108/2012-60 - Recorrente: ANA MARIA EVRANIAN DE CABRAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10980.720513/2009-44 - Recorrente: ANISIO CADENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10930.001410/2009-77 - Recorrente: ADAZILA GUIMARAES FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10930.001240/2010-64 - Recorrente: ADAZILA GUIMARAES FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10845.003001/2009-74 - Recorrente: ILENILDA QUIAPER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10725.000026/2009-82 - Recorrente: MARIA AUXILIADORA MACHADO HORVAT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10680.724064/2011-11 - Recorrente: HELDER AUGUSTO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10660.001267/2009-41 - Recorrente: SUELI LINDALVA FONSECA DE VILHENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10640.000749/2010-55 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS ROQUE PRATA FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10640.000748/2010-19 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS ROQUE PRATA FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10380.720643/2008-65 - Recorrente: MARIA ISABEL DE ARAUJO FURTADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RICARDO CHIAVEGATTO DE LIMA
56 - Processo nº: 10380.720627/2008-72 - Recorrente: EURICO COSTA SOUSA GURGEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10280.722143/2010-19 - Recorrente: RENATO MATOS MARQUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10235.720069/2011-14 - Recorrente: FRANCISCO DE ASSIS SA GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10120.010189/2009-82 - Recorrente: MARGARIDA CELIA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10073.002614/2008-91 - Recorrente: CLEA MUNIZ DA SILVA DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 19394.720161/2013-98 - Recorrente: ROGERIA SILVA BASTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 18239.003486/2010-90 - Recorrente: LEILA CALVOSO PINTO HOMEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 18239.003485/2010-45 - Recorrente: LEILA CALVOSO PINTO HOMEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 18186.001877/2010-32 - Recorrente: ERNANI VITILLO VOLPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 18186.001876/2010-98 - Recorrente: ERNANI VITILLO VOLPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 17310.720008/2013-18 - Recorrente: GERALDO CARLOS ERNESTO RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15504.011297/2009-81 - Recorrente: URBANO EDSON MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15471.002798/2010-35 - Recorrente: ANA MARIA DA SILVA NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 15471.002797/2010-91 - Recorrente: ANA MARIA DA SILVA NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15467.000625/2009-16 - Recorrente: ALINE BORGES CINTRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15249.720029/2018-11 - Recorrente: VENILDA SOARES ORTIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13963.720223/2018-98 - Recorrente: ALFREDO GAVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13963.720221/2018-07 - Recorrente: ALFREDO GAVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13956.720344/2012-33 - Recorrente: NAIR HUNGARO FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13931.001039/2008-41 - Recorrente: CARLOS BERBET ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13893.720229/2012-41 - Recorrente: MARLI APARECIDA RUSSO TOSELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13893.000697/2009-08 - Recorrente: MARLI APARECIDA RUSSO TOSELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13884.720447/2011-11 - Recorrente: MOYSES PIEVE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13851.720260/2011-97 - Recorrente: CLAUDIO APARECIDO MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13839.720400/2011-95 - Recorrente: SERGIO ARISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13837.721036/2011-09 - Recorrente: SUZILENE GALINDO DA FONSECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13836.000713/2010-72 - Recorrente: LAERCIO MURER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13819.723365/2012-85 - Recorrente: LUIZ ANTONIO ANDRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 13819.722220/2011-86 - Recorrente: FRANCISCO CARLOS BERNARDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13786.720278/2012-09 - Recorrente: MARIA FATIMA ROSALINO GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13706.005611/2008-12 - Recorrente: ERNANI DA SILVEIRA GUSMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13706.005610/2008-60 - Recorrente: ERNANI DA SILVEIRA GUSMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13706.005609/2008-35 - Recorrente: ERNANI DA SILVEIRA GUSMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13681.720027/2013-75 - Recorrente: ANTONIO CARLOS CUEVAS COUTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13653.000714/2010-65 - Recorrente: AGENOR RIVOLI NORONHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13643.720053/2011-98 - Recorrente: MARIA NAIR TORRES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13618.720214/2011-51 - Recorrente: JOAQUIM AMILTON RIBEIRO GARCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 13149.720063/2012-95 - Recorrente: ANTONIA JACOB BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13149.720035/2012-78 - Recorrente: ANTONIA JACOB BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13009.000641/2007-19 - Recorrente: GILBERTO MARTINEZ MALVAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11516.720851/2011-40 - Recorrente: MARIA JOSE WERNER SALLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11080.735784/2012-14 - Recorrente: CATIA DENISIA PIRAINE FRAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 11080.731933/2011-87 - Recorrente: CLEO OSMAR LORENCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11080.730391/2012-14 - Recorrente: DAVID GUASPARI BARRETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11080.729658/2011-31 - Recorrente: DINAH DAS NEVES RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11080.723416/2013-04 - Recorrente: NADIR DA COSTA JARDIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11070.000014/2009-62 - Recorrente: IONE STUMPF e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11065.721657/2011-37 - Recorrente: CAROLINE OLIVEIRA LANDEVOIGT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10980.725086/2012-96 - Recorrente: MARIA ELZI DE MATTOS TEIXEIRA BANZZATTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10980.725085/2012-41 - Recorrente: MARIA ELZI DE MATTOS TEIXEIRA BANZZATTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10980.723726/2011-42 - Recorrente: SANDRA VELASQUES DE MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10980.723379/2011-58 - Recorrente: RUBENS PETROSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10980.721679/2010-11 - Recorrente: EMMANUEL GAZDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10980.001919/2009-24 - Recorrente: LUDOMIR ZBIGNIEW ZUBKO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10980.001810/2009-97 - Recorrente: HERNANI SOZZI JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RICARDO CHIAVEGATTO DE LIMA
111 - Processo nº: 10950.000092/2009-99 - Recorrente: GIOVANI TONDIN FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10840.001761/2009-97 - Recorrente: NOBORO IWASHITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10830.723787/2011-23 - Recorrente: ALVARO FRANCISCO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10830.015146/2010-11 - Recorrente: LUCIANO LONGUIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10830.008203/2010-13 - Recorrente: ANA MARY BADAN ZANINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10830.002667/2011-99 - Recorrente: JOSE ANTONIO PRIETO MONTALVO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10825.721068/2012-28 - Recorrente: TOMI AGARIE SANT ANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10746.720127/2011-40 - Recorrente: SOLANGE MARIA MIRANDA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10735.000489/2011-40 - Recorrente: SANDRA DA SILVA PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10735.000488/2011-03 - Recorrente: SANDRA DA SILVA PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10730.734542/2012-31 - Recorrente: PAULO RENATO PORTO AMORIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10730.725927/2011-26 - Recorrente: DAYSE MARIA MACHADO DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10730.724133/2011-45 - Recorrente: MARCELO RIBEIRO ALVES DE FARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10730.012627/2008-88 - Recorrente: MURILO HAYDT DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10730.012626/2008-33 - Recorrente: MURILO HAYDT DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10725.721869/2011-31 - Recorrente: ELISABETE MARIA DE ASSIS RANGEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10680.720293/2013-10 - Recorrente: FLAVIO MASSENSINI SCARAMELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10580.729315/2010-92 - Recorrente: EDILTON PASSOS TOURINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10580.729314/2010-48 - Recorrente: EDILTON PASSOS TOURINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10469.724642/2012-04 - Recorrente: SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10410.003479/2009-12 - Recorrente: MARIA CORALIA NONO DE CASTRO SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10380.724523/2012-13 - Recorrente: MOACIR MACEDO DE ALBUQUERQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10320.722485/2012-79 - Recorrente: ELMA REGINA DE SOUSA ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10280.722399/2010-18 - Recorrente: HAROLDO ALVES DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10235.720543/2015-31 - Recorrente: GISELE COUTINHO BESERRA PINGARILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10183.723478/2011-25 - Recorrente: VALTER SOARES TEIXEIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10166.729017/2011-74 - Recorrente: MARIA DO SOCORRO ALVES DA PAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10166.726523/2011-10 - Recorrente: NELSON MATHIAS SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10140.721964/2012-96 - Recorrente: MAURA CATHARINA GABINIO E SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10073.000387/2008-60 - Recorrente: WLADIMIR DONOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
141 - Processo nº: 13707.002291/2007-40 - Recorrente: PAULO ROBERTO LEMOS RAMALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13701.000061/2008-87 - Recorrente: WILSON TARCISIO RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 15453.000852/2009-92 - Recorrente: WILSON TARCISIO RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 18239.000649/2008-68 - Recorrente: MARIA FATIMA F DOS SANTOS C DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 15471.000196/2008-29 - Recorrente: BRUNO ERBISTI GARCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13706.001200/2008-40 - Recorrente: MANOEL DA SILVA DIAS FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10805.000779/2008-17 - Recorrente: SEBASTIAO SILVA BRANDAO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10882.000870/2008-10 - Recorrente: OSWALDO PEDRO MERCEDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10768.002260/2008-67 - Recorrente: DANIEL CUINAS CUINAS NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13707.001802/2008-97 - Recorrente: JAIR DE ABREU DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 18239.004556/2008-11 - Recorrente: LEA AFONSO RODRIUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 13795.000130/2008-51 - Recorrente: CLAUDIO GIUZIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 18239.006460/2008-89 - Recorrente: PAULO FERNANDO BEDA DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 13708.003731/2008-57 - Recorrente: LUIZ ANGELO VELOZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 11516.720323/2012-71 - Recorrente: FELIPE OTAVIO BOABAID e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 11516.007774/2008-33 - Recorrente: FELIPE OTAVIO BOABAID e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 18239.006923/2008-11 - Recorrente: RUBENS MEDEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10380.016599/2008-95 - Recorrente: BERNARDO AIRES CORREA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 18239.007270/2008-89 - Recorrente: DORIAN FIKOTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 18239.007460/2008-04 - Recorrente: CLARICE DE ARAUJO DIAS XAVIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 18239.008049/2008-48 - Recorrente: RENATO DE FARIA MONTE DE MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10980.017239/2008-41 - Recorrente: VICTOR FEFERBAUM ZYTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10768.008918/2008-44 - Recorrente: SONIA HADID SENDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13794.000247/2009-25 - Recorrente: SABRINA DE MATTOS ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10768.001551/2009-19 - Recorrente: ROBINSON MATTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
166 - Processo nº: 13884.001204/2009-58 - Recorrente: OLYMPIO ACHILES DE FARIA MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10980.723861/2009-73 - Recorrente: CRISTIANE HAUER GOTTSCHILD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 11516.000798/2010-86 - Recorrente: MARIA DE LOURDES ANTUNES B. DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 13906.000244/2010-11 - Recorrente: HAKARU OTTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13819.001968/2009-27 - Recorrente: EVANILTON VALDECIR ARBIA FERRARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10830.017559/2009-04 - Recorrente: SERGIO SOARES STELLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10830.017731/2009-11 - Recorrente: HELIO JOSE CASAMASSA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 13907.000399/2010-47 - Recorrente: HELIO CARDEAL PRIMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 13907.000678/2010-19 - Recorrente: HELIO CARDEAL PRIMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 11020.001510/2010-62 - Recorrente: LUIS ANTONIO DUCATI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 11080.721572/2010-80 - Recorrente: SHARON FRIEDRICH ROSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 11080.721573/2010-24 - Recorrente: SHARON FRIEDRICH ROSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 11080.721623/2010-73 - Recorrente: EDISON BANDEIRA BERTHOLD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13654.000416/2010-65 - Recorrente: MARIA APARECIDA ALVES DE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13654.000417/2010-18 - Recorrente: MARIA APARECIDA ALVES DE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 10148.000556/2010-65 - Recorrente: ROMES DAHER JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13646.000319/2010-71 - Recorrente: CLOVIS ANTONIO DE FARIA SOUSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10670.002114/2010-35 - Recorrente: OTAVIO AUGUSTO NEIVA DE MELO FRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 15504.018751/2010-69 - Recorrente: MAURO LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 11080.726013/2010-66 - Recorrente: ANTONIO AIRTON DA SILVA MANGANELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 13678.720071/2011-72 - Recorrente: ANTONIO MARIOSA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10730.728016/2012-31 - Recorrente: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10215.720106/2012-11 - Recorrente: GILVA FERREIRA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 18470.726507/2012-68 - Recorrente: CLAUDEMILDO FRANCISCO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 11065.725308/2012-75 - Recorrente: GILBERTO REICHERT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10580.723968/2009-24 - Recorrente: ANTONIO JOSE MARQUES NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10907.000197/2009-73 - Recorrente: JOAO FERNANDO CORIO DI BURIASCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 10930.000671/2011-94 - Recorrente: WALMIR ALBERTO SABATINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10980.007881/2008-12 - Recorrente: ARANY KOEHLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10980.720486/2009-18 - Recorrente: ADIL SALGADO HILBERT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10980.721650/2010-30 - Recorrente: MAURICIO SALLUM SEMAAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10980.721651/2010-84 - Recorrente: MAURICIO SALLUM SEMAAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10980.721896/2010-10 - Recorrente: JOSEMERY PEREIRA PINTO OZORIO DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10980.721894/2010-12 - Recorrente: JOSEMERY PEREIRA PINTO OZORIO DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10980.722253/2010-85 - Recorrente: ROGER ALBERTO CLETO MELLUSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10980.722254/2010-20 - Recorrente: ROGER ALBERTO CLETO MELLUSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 11610.009747/2009-16 - Recorrente: ALBERTO AZUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13706.006124/2008-69 - Recorrente: DELZA BITTENCOUT NOBREGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 13708.003060/2008-24 - Recorrente: GERALDO PESSANHA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 13804.006454/2010-61 - Recorrente: LUIZ ALTRUDA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 13884.000346/2011-12 - Recorrente: JOSE DIAS SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13897.000466/2010-90 - Recorrente: CLAUDIO DINUCCI GIANNELLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13984.720349/2011-48 - Recorrente: RUBERVAL UBIRATAN WALTRICK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 15504.724333/2011-95 - Recorrente: OSMAR VENTURA GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 15504.724336/2011-29 - Recorrente: OSMAR VENTURA GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 15471.004204/2010-21 - Recorrente: RONALDO BASSIL LASMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 16511.720903/2013-11 - Recorrente: ANTONIO CARLOS VIEIRA DA COSTA ARANHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 18239.000443/2011-33 - Recorrente: SAMUEL DE SOUZA VALENCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 18239.000902/2010-06 - Recorrente: DELFIM DA FONSECA NADAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 18239.000983/2009-01 - Recorrente: ASSUMPTA PISTILLI MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 19288.720147/2011-30 - Recorrente: PAULO CESAR DE SOUZA PEIXOTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 19404.001331/2009-99 - Recorrente: MARIA ELISABETH DE DUBOC FIGUEIRA 2008 e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 19647.009422/2008-39 - Recorrente: ALDIR PITT DA MESQUITA PIMENTEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10410.720524/2013-75 - Recorrente: MARGARIDA MARIA BRITO MONTEIRO DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10725.000796/2010-69 - Recorrente: JOAQUIM FRANCISCO MELO SANGUEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
221 - Processo nº: 13839.002413/2010-06 - Recorrente: AIDA MARIA TOSTES RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10120.727390/2012-06 - Recorrente: TERENCIO SANTANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 13984.720371/2011-98 - Recorrente: NALU TEREZINHA JULIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10980.721429/2010-81 - Recorrente: CIRO HELIO KESSEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

225 - Processo nº: 10665.720902/2011-67 - Recorrente: MARINETA FERREIRA GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10640.002307/2009-18 - Recorrente: JOSEFINA NARDY BENJAMIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10148.000146/2010-14 - Recorrente: ALIPIO DIOGO DE OLIVEIRA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 13884.000873/2010-46 - Recorrente: ANA LUCIA PATTO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 13884.001493/2010-29 - Recorrente: CARLOS SEBASTIAO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 13884.001316/2010-42 - Recorrente: CLAUDIO SADE BRODT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 13884.001314/2010-53 - Recorrente: CLAUDIO SADE BRODT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10830.008491/2009-64 - Recorrente: FATIMA APARECIDA FERREIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10735.003637/2008-82 - Recorrente: FATIMA REGINA DUQUE GAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 11080.723217/2009-10 - Recorrente: ILDEMARIO DA SILVA FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILDERSON BOTTO
235 - Processo nº: 13749.000343/2010-52 - Recorrente: RENATA VIEIRA DE MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10380.724169/2010-65 - Recorrente: JULIO GUIDO OLIVEIRA MILITAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10380.725181/2011-78 - Recorrente: ANDRE SENA GOMES DE BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10680.724303/2012-13 - Recorrente: PAULO ANTONIO DA SILVA PASSOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10730.720434/2011-08 - Recorrente: RICARDO LUCENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 10730.720534/2011-26 - Recorrente: EDUARDO DE PAULA FERES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10730.723197/2011-29 - Recorrente: FRANCISCO DE PAULA PARANHOS NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 10730.724129/2011-87 - Recorrente: JORGE LUIZ DA SILVA PALMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10735.720935/2011-36 - Recorrente: RAFAEL JOSE SIMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 10768.008955/2008-52 - Recorrente: ALBERTO GOMES FRAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10830.016192/2009-01 - Recorrente: ZENAIDE ZULIAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10930.005284/2010-63 - Recorrente: OSVALDO COUTINHO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10980.726366/2012-11 - Recorrente: TEREZINHA MILLEN PELUSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 11543.002445/2010-93 - Recorrente: ANTONIO CARLOS NEVES PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 11543.002446/2010-38 - Recorrente: ANTONIO CARLOS NEVES PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 12326.000243/2010-34 - Recorrente: ALEXANDRE CIMINELLI MALIZIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 12326.000244/2010-89 - Recorrente: ALEXANDRE CIMINELLI MALIZIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 12448.720724/2011-64 - Recorrente: CARMEN LUCIA DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 12448.720725/2011-17 - Recorrente: CARMEN LUCIA DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 12448.721453/2010-83 - Recorrente: MARCIA ADRIENE VIEIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 12448.721455/2010-72 - Recorrente: MARCIA ADRIENE VIEIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 12448.721750/2010-29 - Recorrente: HERNANI CABRAL RELVAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 13056.720035/2011-26 - Recorrente: FERNANDA CRESTANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 13106.001142/2010-38 - Recorrente: JOSE CARLOS ZARATINE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 13558.000439/2009-24 - Recorrente: NANCI CERQUEIRA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 13727.000745/2008-91 - Recorrente: DENISE LUCY DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 13731.000055/2009-53 - Recorrente: AUGUSTO THADEU PINTO CARDOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 13731.000134/2009-64 - Recorrente: CLEIDE BAIRRAL ECARD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 13732.000346/2009-31 - Recorrente: AYLTON AVELINO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 13780.720003/2011-36 - Recorrente: CESAR GOMES DE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 13786.720180/2011-62 - Recorrente: GILSON INACIO DA CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 13820.000056/2011-13 - Recorrente: OTHONIEL BRANDAO COSTA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 13837.720941/2011-33 - Recorrente: ROSANA TRICOLY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 13839.720183/2011-33 - Recorrente: LENIRA POLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 13839.720852/2011-77 - Recorrente: EXPEDITO BAUER DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

270 - Processo nº: 13839.721058/2012-21 - Recorrente: ANDRE MARCHI DURIGON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 13839.722520/2011-27 - Recorrente: ANA PAULA SIQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 13896.721629/2012-43 - Recorrente: MARIA ROSA GASPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 13982.720312/2011-30 - Recorrente: JOSEANE DE MENEZES STERNADT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 13984.720389/2011-90 - Recorrente: TEREZINHA IRES DE MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 13986.720016/2011-07 - Recorrente: LORENE LEONIR PIAZZON TAGLIARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 15471.002972/2008-25 - Recorrente: ANTONIO ROBERTO ROSA MEINEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 15471.002973/2008-70 - Recorrente: ANTONIO ROBERTO ROSA MEINEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 15471.004034/2008-60 - Recorrente: MIRACY WERMELINGER PINTO LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 15471.004036/2008-59 - Recorrente: MIRACY WERMELINGER PINTO LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WILDERSON BOTTO
280 - Processo nº: 15471.004972/2008-60 - Recorrente: GERSON RICARDO DE SOUZA DOMINGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 18239.007334/2008-41 - Recorrente: GERSON RICARDO DE SOUZA DOMINGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 18239.000272/2009-28 - Recorrente: ALESSANDRA REALE ISAAC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 18239.002701/2009-00 - Recorrente: YARA LIGIA ANDRADE LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 19647.018145/2008-55 - Recorrente: LUCIANO FIGUEIREDO DE MELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10480.720833/2010-79 - Recorrente: JOAO LUIZ CAMPOS UCHOA CAVALCANTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10640.720782/2012-67 - Recorrente: CARLOS EDUARDO PENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10980.721758/2010-22 - Recorrente: STEEN FINN BAGER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10980.721837/2011-14 - Recorrente: DORACI PICOLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 11080.724659/2011-90 - Recorrente: MARISA HELENA ZACA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 11080.724660/2011-14 - Recorrente: MARISA HELENA ZACA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 11080.732574/2011-85 - Recorrente: LIGIA BRAUN SCHERMANN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 11080.732635/2012-95 - Recorrente: PATRICIA DE CAMPOS CYPRIANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 11080.733419/2011-86 - Recorrente: DENISE TEREZINHA MOURA D AVILA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 11610.000128/2011-72 - Recorrente: ODAIR PACHECO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 11610.008789/2009-21 - Recorrente: LUIZ FERNANDO MARTINELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 11610.008790/2009-56 - Recorrente: LUIZ FERNANDO MARTINELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 13706.005636/2008-16 - Recorrente: ELIANA DESSAUNE MADEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 13708.001033/2009-06 - Recorrente: MARIA IRENE DA FONSECA E SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 13782.000166/2010-06 - Recorrente: CARLOS MAGNO SILVA DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 13839.002483/2010-56 - Recorrente: DOMINGOS EDER LESTINGI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 13839.003598/2010-68 - Recorrente: ANTONIO CARLOS PREVIDELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 13839.720560/2011-34 - Recorrente: ANTONIO CARLOS PREVIDELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 13839.003833/2010-00 - Recorrente: JOSE CARLOS BRINHOLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 13882.720345/2012-99 - Recorrente: JOAO MAURICIO MULLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL

305 - Processo nº: 13884.001293/2010-76 - Recorrente: EVLYN MARCIA LEAO DE MORAES NOVO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 13893.001446/2010-76 - Recorrente: MARIA DE FATIMA MANNA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 13896.000912/2010-76 - Recorrente: RUBENS PAOLINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 15455.002443/2010-44 - Recorrente: ORMAR LUIZ BAPTISTA MAGALHAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 15465.003367/2010-75 - Recorrente: DULCE CALHEIROS FERNANDES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 15467.000070/2010-38 - Recorrente: ALEXANDRE DA MOTTA MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 15467.001605/2009-54 - Recorrente: ELOISA FERREIRA BOUCAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 15471.002400/2008-46 - Recorrente: ANTONIO JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 15471.003152/2008-51 - Recorrente: ELIANE DE MORAES DONNI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 15504.720374/2011-11 - Recorrente: WALKYRIA BEZERRA CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 17613.721403/2011-41 - Recorrente: CHATEAUBRIAND LUSTOSA BUTERI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 18239.004748/2009-08 - Recorrente: ISABEL MARIA DE SOUZA FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 18239.009047/2008-76 - Recorrente: PAULO JOSE WANDERLEY MACIEL DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 18239.009049/2008-65 - Recorrente: PAULO JOSE WANDERLEY MACIEL DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 10730.725280/2012-13 - Recorrente: JOAO CODECEIRA LOPES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10120.720236/2011-14 - Recorrente: ANA LUCIA ALMEIDA GOMES DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 10410.003107/2009-88 - Recorrente: MURIEL DE OLIVEIRA MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 10480.735174/2012-37 - Recorrente: MOZART CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10580.721102/2009-89 - Recorrente: VERA LUCIA PIRES DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 10580.726352/2009-13 - Recorrente: VERA LUCIA PIRES DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 10660.725922/2010-93 - Recorrente: FRANCISCO ERNESTO BARBOZA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 10680.100025/2008-10 - Recorrente: ROGERIO VALLE FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 10730.001093/2009-45 - Recorrente: JOSE ANTONIO BERNARDINO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 10730.002808/2009-87 - Recorrente: ANDRE FERRER PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 10730.008186/2010-34 - Recorrente: FABIANA BOM KRAEMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 10730.008187/2010-89 - Recorrente: FABIANA BOM KRAEMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 10730.720437/2011-33 - Recorrente: TANIA MARIA BRITO DA SILVA LEAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 10730.721889/2011-32 - Recorrente: PHILIPE MUGGIATI MOCDSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 10865.721798/2011-71 - Recorrente: PLINIO VERGUEIRO NEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10865.721800/2011-11 - Recorrente: PLINIO VERGUEIRO NEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MONTEZ
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

2ª CÂMARA

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 21 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): DIOGO CRISTIAN DENNY
1 - Processo nº: 17613.721091/2011-76 - Recorrente: ROSENO GARCIA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15504.721130/2012-28 - Recorrente: ALESSANDRA MOSCARDINI TJURS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 15471.002971/2008-81 - Recorrente: ANA MARIA MANCEBO TINELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 15467.000459/2009-40 - Recorrente: ROSANA KALAOUN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13161.000014/2010-11 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13161.000015/2010-57 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13527.000826/2008-47 - Recorrente: TELMO RIOS DALTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13629.000359/2010-21 - Recorrente: JOSE MARIA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13678.000291/2010-03 - Recorrente: MARIA PAULA MORAES VASCONCELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13706.000170/2008-54 - Recorrente: ALBINO DA ROCHA MATOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13706.000312/2008-83 - Recorrente: CLAUDIO PIQUET CARNEIRO PESSOA SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13739.003009/2008-55 - Recorrente: JOSE VITOR DIAS GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13748.000862/2007-25 - Recorrente: MARIA HELENA CEZAR DE ANDRADE DE SA EARP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13766.002131/2008-87 - Recorrente: VERA LUCIA SILVA MAIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13799.000007/2010-14 - Recorrente: MERCEDES RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13804.000482/2006-98 - Recorrente: MARINA SUPLICY VIEIRA DAVINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13839.001380/2009-35 - Recorrente: MARIA APARECIDA FLORESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13906.000619/2010-42 - Recorrente: JOSE CARLOS RODRIGUES MANSSANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13964.000147/2010-33 - Recorrente: MANUEL ALBERTO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13964.000188/2010-20 - Recorrente: MANUEL ALBERTO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
21 - Processo nº: 13054.720661/2011-32 - Recorrente: CLEUSA MARIA FONSECA KORNELIUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13054.720461/2012-61 - Recorrente: CLEUSA MARIA FONSECA KORNELIUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13964.720308/2011-90 - Recorrente: ITAMAR DA ROSA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13964.720008/2012-91 - Recorrente: ITAMAR DA ROSA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13819.000381/2010-34 - Recorrente: SERGIO ROBERTO BALLOTIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10980.725928/2010-48 - Recorrente: MAURO SERGIO LUIS DA CRUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 19985.722634/2018-46 - Recorrente: NILO NORIHO WAKO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10166.733020/2018-69 - Recorrente: MARIA VILDA RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11610.727561/2012-30 - Recorrente: LUIZ CELSO DOMINGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 17335.720906/2018-01 - Recorrente: MANOEL LUCIO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 19288.720046/2019-16 - Recorrente: MARCIO ROBERTO PAULA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 19288.720045/2019-71 - Recorrente: MARCIO ROBERTO PAULA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 18186.731861/2016-43 - Recorrente: RENE FRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 19515.002916/2004-64 - Recorrente: THOMAS RUDOLPH STEIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10840.723615/2018-15 - Recorrente: WLADEMIR DOMINGOS RUSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11060.724558/2018-23 - Recorrente: TARSO STANGUERLING DE CASTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11060.724559/2018-78 - Recorrente: TARSO STANGUERLING DE CASTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10073.720805/2013-04 - Recorrente: FERNANDO DELGADO DE AVILA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10073.720896/2018-84 - Recorrente: FERNANDO DELGADO DE AVILA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13123.000395/2008-61 - Recorrente: BERENICE GAETA FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10725.001369/2008-83 - Recorrente: HILMA VELLASCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11543.002741/2008-70 - Recorrente: HUDSON DA PENHA RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10855.003880/2008-34 - Recorrente: SONILA FARIA NOGUEIRA LOTZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 15971.000235/2009-38 - Recorrente: MARILICIO APARECIDO MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
45 - Processo nº: 16885.000194/2009-11 - Recorrente: LUCI LAROCCA DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 16885.000193/2009-77 - Recorrente: LUCI LAROCCA DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 16707.000025/2009-32 - Recorrente: MARIA SELMA PORPINO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 15504.724223/2011-23 - Recorrente: ROSEMEIRE DE FATIMA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15471.003328/2009-55 - Recorrente: ALBERTO JORGE DE SOUZA CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15471.000303/2008-19 - Recorrente: SUZY GOMES FERRACO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15465.003238/2010-87 - Recorrente: ROSELENY BERNARDINO DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 15465.001576/2009-41 - Recorrente: VANILZA DAS GRACAS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 15455.000949/2010-19 - Recorrente: ANA MARIA BARROZO MAGALHAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 15453.000017/2009-52 - Recorrente: ELIZEU DOS SANTOS CORREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13971.721561/2011-71 - Recorrente: LUCY YURIKO PELLISER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13964.000012/2009-34 - Recorrente: EMILIO BATTISTELLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13894.720253/2011-99 - Recorrente: ARMINDO CORREIA LOUREIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13893.000581/2011-85 - Recorrente: RUI AFONSO BASSANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13884.720714/2011-42 - Recorrente: VALDIVINO ALEXANDRE DE SANTIAGO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13838.000054/2009-11 - Recorrente: JORGE CALIL NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13828.720190/2012-45 - Recorrente: LEILA AYUB VACA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13820.720778/2011-98 - Recorrente: MARICENE RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13819.002903/2010-32 - Recorrente: CLAUDEMIR GAVIOLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13819.000402/2010-11 - Recorrente: FABIO ALENCAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13732.000682/2008-01 - Recorrente: MARCY CABRAL CRESPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13732.000552/2009-41 - Recorrente: MARCY CABRAL CRESPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
67 - Processo nº: 13708.000506/2009-40 - Recorrente: FABIO PIMENTEL RABELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13708.000505/2009-03 - Recorrente: FABIO PIMENTEL RABELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13707.003223/2008-89 - Recorrente: CARLOS DAGOBERTO CATANHO PESSOA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13706.009991/2008-56 - Recorrente: LUCIA REGINA SOARES MOREIRA LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13706.007840/2008-63 - Recorrente: PEDRO PAULO BASILIO PEREIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13706.007701/2008-30 - Recorrente: ISIS DO REGO MONTEIRO MENDONCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13706.006286/2008-05 - Recorrente: VICTOR ADLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13706.005042/2008-05 - Recorrente: LUCIANA MACHADO DE OLIVEIRA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13706.002384/2008-65 - Recorrente: CESLAVA DE SOUZA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13701.001922/2009-25 - Recorrente: ELIANA DA SILVA QUINHONES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13642.720177/2011-83 - Recorrente: RICARDO AUGUSTO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13642.000311/2010-45 - Recorrente: RICARDO AUGUSTO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13609.000501/2011-50 - Recorrente: WAGNER AMARILDO ALVES DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 12326.002823/2009-22 - Recorrente: LEONIDAS BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11080.720379/2010-21 - Recorrente: VERA REGINA MASCARELLO SCHNEIDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10930.005938/2010-59 - Recorrente: LUIZ CARLOS JULIANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10930.005937/2010-12 - Recorrente: LUIZ CARLOS JULIANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13964.000046/2009-29 - Recorrente: DIRLEI MANOEL ESTEVAM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 19647.001614/2008-05 - Recorrente: MARCELO ANTONIO DOBBIN VILLOCQ VIANNA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 18186.010220/2010-66 - Recorrente: MARIA IGNEZ MIRANDA SEIFFERT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13794.000292/2009-80 - Recorrente: ALBERTO LUIZ DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
88 - Processo nº: 13787.000194/2010-75 - Recorrente: ROSANGELA GUIMARAES NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13787.000193/2010-21 - Recorrente: ROSANGELA GUIMARAES NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13609.000445/2010-72 - Recorrente: OSMAR TEIXEIRA ESTEVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10980.720353/2009-33 - Recorrente: PABLO ANDREZ PINHEIRO GUBERT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10940.001972/2008-11 - Recorrente: GALENO BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10930.005723/2010-38 - Recorrente: MAGDA MADALENA TUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10930.001455/2009-41 - Recorrente: MAGDA MADALENA TUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10930.005642/2010-38 - Recorrente: ERCILIA INACIO RIBEIRO DE SOUZA SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10930.005574/2010-15 - Recorrente: DANIELE CAVALHEIRO DE OLIVEIRA ZAMPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10768.000199/2009-02 - Recorrente: ANTONIO CARLOS UMBELINO MARQUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10680.723269/2011-71 - Recorrente: JAIME LOPES DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10640.003626/2009-32 - Recorrente: LUCY CAMPOS DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10640.003131/2009-11 - Recorrente: ANGELO MARCIANO LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10384.722171/2013-11 - Recorrente: ANTONIO SERGIO REIS TAVARES REGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10380.015746/2007-29 - Recorrente: ALBERTO STUDART FILHO ESPOLIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10242.000488/2007-61 - Recorrente: ELSON REIS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10183.001799/2010-94 - Recorrente: LUIZ MACHADO BALSTER NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10166.010291/2009-51 - Recorrente: FLAVIA SIQUEIRA DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10073.002957/2008-56 - Recorrente: PASCAL CARVALHO COUTINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 18471.002100/2008-55 - Recorrente: LABORE ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 18471.002097/2008-70 - Recorrente: LABORE ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 18471.002095/2008-81 - Recorrente: LABORE ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
110 - Processo nº: 19647.005735/2008-18 - Recorrente: ALRION DE ARAUJO COELHO FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 19647.005734/2008-73 - Recorrente: ALRION DE ARAUJO COELHO FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 19647.000215/2008-19 - Recorrente: KLEBER PAES DE ARRUDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 19288.720157/2012-56 - Recorrente: RICARDO VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 18470.724691/2012-10 - Recorrente: MAURO FERREIRA CALDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 18239.008973/2008-24 - Recorrente: CYRO DE ARAUJO FRANCA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 18239.008905/2008-65 - Recorrente: CYRO DE ARAUJO FRANCA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 18239.006767/2008-80 - Recorrente: JOSE DAVID LANGIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 18239.005812/2008-89 - Recorrente: JAIME RODRIGUES DA CUSTODIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 18239.002617/2009-88 - Recorrente: ANTONIO DOMINGUES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 18239.002155/2009-07 - Recorrente: OMIR FONTOURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 18239.001839/2009-83 - Recorrente: ZAIDA FONSECA ANTUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 18239.000801/2008-11 - Recorrente: MARTIN VALERSTEIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 18239.000702/2009-10 - Recorrente: CARLOS ROBERTO ESTEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 18239.000679/2009-55 - Recorrente: CLAUDIO FERNANDES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 18239.000629/2009-78 - Recorrente: ADEL MERCADANTE JUNDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 18239.000440/2008-02 - Recorrente: ERCY MARIA VIANA DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 14 a 18/02/2022.

Pauta Ordinária (de 15 a 17/02/2022) e Extraordinária (dias 14 e 18/02/2022) dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada pelo presidente, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 10880.653304/2016-35 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento do processos constantes dos itens 2 a 3. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 3, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 16682.906116/2012-12 (item 4) servirá como paradigma para o julgamento do processos constantes dos itens 5 a 26. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 5 a 26, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

05) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente de Turma para retificação da Ata de Outubro/2021, relativa aos processos nº 13827.001007/2010-57 e 13656.721158/2011-15.

DIA 14 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
1 - Processo nº: 10880.653304/2016-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIZEN ENERGIA S.A
2 - Processo nº: 10880.653311/2016-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIZEN ENERGIA S.A
3 - Processo nº: 10880.653314/2016-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIZEN ENERGIA S.A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
4 - Processo nº: 16682.906116/2012-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
5 - Processo nº: 16682.721236/2013-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
6 - Processo nº: 16682.721238/2013-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
7 - Processo nº: 16682.721239/2013-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
8 - Processo nº: 16682.721240/2013-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
9 - Processo nº: 16682.721241/2013-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
10 - Processo nº: 16682.906100/2012-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
11 - Processo nº: 16682.906102/2012-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
12 - Processo nº: 16682.906108/2012-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
13 - Processo nº: 16682.906110/2012-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
14 - Processo nº: 16682.906119/2012-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
15 - Processo nº: 16682.906120/2012-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
16 - Processo nº: 16682.906123/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
17 - Processo nº: 16682.906132/2012-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
18 - Processo nº: 16682.906134/2012-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
19 - Processo nº: 16682.906135/2012-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
20 - Processo nº: 16682.906136/2012-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
21 - Processo nº: 16682.906137/2012-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
22 - Processo nº: 16682.906138/2012-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
23 - Processo nº: 16682.906148/2012-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
24 - Processo nº: 16682.906153/2012-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
25 - Processo nº: 16682.906156/2012-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
26 - Processo nº: 16682.906157/2012-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
27 - Processo nº: 19515.003167/2004-92 - Recorrentes: SCARLAT COMERCIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VALCIR GASSEN
28 - Processo nº: 19647.012380/2005-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: STAR-LAB DO BRASIL LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
29 - Processo nº: 19515.002348/2008-25 - Recorrente: TENDA ATACADO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
30 - Processo nº: 13609.721302/2011-89 - Recorrentes: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

31 - Processo nº: 10945.001213/2010-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
32 - Processo nº: 13896.722525/2012-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PLASFAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
33 - Processo nº: 10920.003475/2008-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MICRO JUNTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
34 - Processo nº: 10935.003896/2009-38 - Recorrente: ASGEL - ASSIS GURGACZ EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
35 - Processo nº: 11516.002700/2010-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA.
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
36 - Processo nº: 10480.731677/2015-86 - Recorrentes: ANTUNES PALMEIRA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
37 - Processo nº: 16327.720419/2012-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDERPRIME - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA.
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
38 - Processo nº: 10314.720602/2018-34 - Recorrente: NOVA PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
39 - Processo nº: 16327.001681/2010-61 - Recorrentes: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDACAO e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 16327.721266/2013-70 - Recorrentes: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDACAO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
41 - Processo nº: 13603.902094/2009-52 - Recorrente: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
42 - Processo nº: 10830.721612/2012-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA
43 - Processo nº: 16327.001178/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ISOLDI PARTICIPACOES LTDA
44 - Processo nº: 11516.721721/2011-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S/A
Relator(a): VALCIR GASSEN
45 - Processo nº: 15586.720191/2014-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PARAGON OFFSHORE DRILLING DO BRASIL LTDA.
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
46 - Processo nº: 15504.012120/2010-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LOTEMOC DISTRIBUIDORA LTDA
Relator(a): VALCIR GASSEN
47 - Processo nº: 19515.720650/2013-26 - Recorrentes: CERMAG COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
48 - Processo nº: 16327.001351/2010-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIA ITAU DE CAPITALIZACAO
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
49 - Processo nº: 10480.733926/2012-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
50 - Processo nº: 16682.722216/2017-94 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 16682.722534/2015-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DELTA CONSTRUCOES S.A
Relator(a): VALCIR GASSEN
52 - Processo nº: 10980.722279/2010-23 - Recorrente: RUMO MALHA SUL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13896.721213/2015-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA TRIUNFO S/A
54 - Processo nº: 16539.720008/2014-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRADESCO SAUDE S/A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
55 - Processo nº: 13888.723871/2015-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MASTER - MOVEIS LTDA
56 - Processo nº: 16327.720821/2016-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITAU UNIBANCO S.A.
57 - Processo nº: 16682.720061/2011-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
58 - Processo nº: 19311.720385/2011-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PACKDUQUE INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
59 - Processo nº: 10166.731074/2014-66 - Recorrente: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
60 - Processo nº: 10480.730850/2014-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA S/A
61 - Processo nº: 19515.720747/2014-10 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CENTRO METROPOLITANO DE COSMETICOS LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
62 - Processo nº: 19515.721565/2013-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
63 - Processo nº: 12448.737186/2011-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TROPICAL TRANSPORTES IPIRANGA LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
64 - Processo nº: 13896.721116/2015-85 - Recorrente: TIISA - INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 16327.001258/2009-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
66 - Processo nº: 16682.720774/2011-20 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
67 - Processo nº: 16682.720900/2012-27 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10768.000407/2002-99 - Recorrente: FONTE CINDAM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
69 - Processo nº: 10920.721434/2011-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TESC - TERMINAL SANTA CATARINA S/A
70 - Processo nº: 19515.001534/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NACIONAL MERCANTIL COMPUTADORES E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA.
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
71 - Processo nº: 13896.721727/2014-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VENBO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
72 - Processo nº: 13973.000094/2005-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARISOL S.A.
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
73 - Processo nº: 10469.725077/2011-11 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
74 - Processo nº: 13609.721739/2015-46 - Recorrente: MECAN INDUSTRIA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 19515.001845/2007-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REDE ENERGIA PARTICIPACOES S.A.
76 - Processo nº: 11516.720027/2012-71 - Recorrente: COLEGIO CORREGO GRANDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
77 - Processo nº: 16327.000139/2009-57 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 16327.000142/2009-71 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 16327.000143/2009-15 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 16327.721027/2017-43 - Recorrente: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
81 - Processo nº: 10166.721503/2009-20 - Recorrentes: DATA CONTRUCOES E PROJETOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13864.720165/2016-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONCESSIONARIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
83 - Processo nº: 16682.721268/2017-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALE S.A.
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
84 - Processo nº: 10855.724086/2013-95 - Recorrente: METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
85 - Processo nº: 16327.721256/2013-34 - Recorrente: QUANTIA DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
86 - Processo nº: 16327.001220/2010-98 - Recorrente: SANTANDER CAPITALIZACAO S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 16327.721152/2012-49 - Recorrente: SANTANDER CAPITALIZACAO S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
88 - Processo nº: 16327.720573/2015-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTANDER CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Relator(a): VALCIR GASSEN
89 - Processo nº: 16327.721164/2013-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
90 - Processo nº: 16327.001065/2009-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTANDER S.A. - CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
91 - Processo nº: 19515.721261/2017-41 - Recorrente: INEQ - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 19515.721262/2017-96 - Recorrente: INEQ - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
93 - Processo nº: 10825.722767/2015-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ORTED OLEOS E CEREAIS LTDA.
94 - Processo nº: 10825.722770/2015-51 - Recorrente: DOFAR DISTRIBUIDORA DE RACOES E FARELOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13971.723921/2018-46 - Recorrente: REDLOG REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 15582.720509/2019-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRANSPORTADORA BELMOK EIRELI
97 - Processo nº: 19515.002277/2007-80 - Recorrente: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TENIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 19515.721252/2014-16 - Recorrente: EMPRESA AUTO VIACAO TABOAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
99 - Processo nº: 10980.906050/2008-25 - Recorrente: SECCIONAL BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10940.002841/2005-16 - Recorrente: BINGO CAMPOS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
101 - Processo nº: 13884.720916/2019-41 - Recorrente: R&D EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
102 - Processo nº: 10166.725809/2017-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
103 - Processo nº: 16561.720144/2015-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FMA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
104 - Processo nº: 19515.721720/2013-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
105 - Processo nº: 10540.722058/2012-04 - Recorrente: BIOPAR S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
106 - Processo nº: 10932.720120/2014-73 - Recorrente: MAXI DISTRIBUIDORA DE METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
107 - Processo nº: 15504.009473/2009-15 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e NUTRICOM ALIMENTOS LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
108 - Processo nº: 13819.723481/2014-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COBMETAIS COMERCIO DE METAIS E PLASTICOS LTDA
109 - Processo nº: 13819.723484/2014-08 - Recorrente: METALINS COMERCIO DE SUCATAS E METAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10120.731294/2017-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERGIO ANTONIO DE SANTANA RORIZ
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
111 - Processo nº: 13884.720918/2019-31 - Recorrente: ROSELI APARECIDA DE BRITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13884.720919/2019-85 - Recorrente: CARLOS MARTIN LORA GARCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VALCIR GASSEN
113 - Processo nº: 10932.720105/2015-14 - Recorrente: PERFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO E METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
114 - Processo nº: 10825.722772/2015-41 - Recorrente: DMR REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10920.901399/2010-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LMG ROUPAS LTDA
Relator(a): VALCIR GASSEN
116 - Processo nº: 14098.720032/2017-54 - Recorrente: CICC PARTICIPACOES S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
117 - Processo nº: 10872.720100/2015-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RIO RECIBRAS COMERCIO DE METAIS RECICLAVEIS EIRELI
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
118 - Processo nº: 11634.720211/2016-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARLON BONILHA EIRELI
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
119 - Processo nº: 10735.000894/2003-58 - Recorrente: ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
120 - Processo nº: 13746.000154/2003-81 - Recorrente: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
121 - Processo nº: 10880.009563/2002-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: IFER ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
122 - Processo nº: 10950.903301/2008-77 - Recorrente: DALILA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
123 - Processo nº: 16716.000986/2010-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIBRASA INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACOS SA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
124 - Processo nº: 10074.000485/2002-00 - Recorrente: INDUSTRIA VEROLME S.A - IVESA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
125 - Processo nº: 10830.000822/2008-37 - Recorrentes: SCHOLLE LTDA e FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10830.000823/2008-81 - Recorrentes: SCHOLLE LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

127 - Processo nº: 10830.916871/2009-74 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
128 - Processo nº: 11624.720118/2015-21 - Recorrente: AMPLA PRODUTOS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA MASSA FALIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
129 - Processo nº: 10183.721769/2010-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
130 - Processo nº: 10909.720677/2015-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COTIA VITORIA SERVICOS E COMERCIO S/A
Relator(a): VALCIR GASSEN
131 - Processo nº: 10711.007428/2006-14 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
132 - Processo nº: 13609.906391/2011-31 - Recorrente: ACOFORJA INDUSTRIA DE FORJADOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13609.906392/2011-86 - Recorrente: ACOFORJA INDUSTRIA DE FORJADOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13609.906394/2011-75 - Recorrente: ACOFORJA INDUSTRIA DE FORJADOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13609.906393/2011-21 - Recorrente: ACOFORJA INDUSTRIA DE FORJADOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10805.002315/2004-11 - Recorrente: POLIBRASIL RESINAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
137 - Processo nº: 10970.720014/2017-86 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
138 - Processo nº: 10980.723561/2014-51 - Recorrentes: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
139 - Processo nº: 10283.002649/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARTRADE AGENCIA MARITIMA LTDA
140 - Processo nº: 11128.003690/2005-51 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
141 - Processo nº: 12466.002616/2008-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA.
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
142 - Processo nº: 12466.002615/2008-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA.
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
143 - Processo nº: 15165.002914/2008-65 - Recorrente: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
144 - Processo nº: 19311.720355/2017-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PIRELLI PNEUS LTDA.
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
145 - Processo nº: 12466.001951/2008-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MICHELIN ESPIRITO SANTO COM. IMP. EXP. LTDA.
146 - Processo nº: 12466.004411/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MICHELIN ESPIRITO SANTO COM. IMP. EXP. LTDA.
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
147 - Processo nº: 10314.004101/2007-54 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
148 - Processo nº: 10480.025193/99-03 - Recorrente: GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 11065.721693/2015-24 - Recorrente: NORTENE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
150 - Processo nº: 10283.901010/2009-35 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
151 - Processo nº: 10469.723099/2015-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NORSA REFRIGERANTES S.A
152 - Processo nº: 10384.720215/2013-60 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10830.903349/2013-17 - Recorrente: AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10830.903350/2013-33 - Recorrente: AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10830.903351/2013-88 - Recorrente: AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
156 - Processo nº: 13116.720483/2012-59 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
157 - Processo nº: 10980.723963/2014-56 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 16048.000007/2007-08 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

159 - Processo nº: 16048.000006/2007-55 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10860.903028/2011-95 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10860.903564/2011-91 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10860.904336/2011-38 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10860.904337/2011-82 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10860.904339/2011-71 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 16048.000005/2007-19 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
166 - Processo nº: 10860.904338/2011-27 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
167 - Processo nº: 10860.721166/2012-39 - Recorrentes: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
168 - Processo nº: 10283.004095/2002-35 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
169 - Processo nº: 17747.000493/2009-01 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
170 - Processo nº: 10860.720942/2013-64 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
171 - Processo nº: 10980.722810/2009-24 - Recorrente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
172 - Processo nº: 11831.002451/00-99 - Recorrente: CAHIVA MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
173 - Processo nº: 10665.903180/2011-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SIDERURGICA ALTEROSA S/A
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
174 - Processo nº: 11080.007318/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DANA INDUSTRIAS LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
175 - Processo nº: 10950.002688/2008-42 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10950.004054/2009-13 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10950.004056/2009-02 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10950.004310/2008-83 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10950.004313/2008-17 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10950.900850/2010-12 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10950.004312/2008-72 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
182 - Processo nº: 10480.021078/99-15 - Embargante: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
183 - Processo nº: 13971.720012/2005-31 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
184 - Processo nº: 13811.005187/2002-13 - Recorrente: BRASWEY S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
185 - Processo nº: 11971.000255/2007-96 - Recorrente: TCA TECNOLOGIA EM COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
186 - Processo nº: 13888.000761/2009-11 - Recorrente: RICLAN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
187 - Processo nº: 19515.003636/2010-11 - Recorrente: SILFER COM RCIO, IND STRIA E EXPORTA O DE ARTEFATOS DE PAP IS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
188 - Processo nº: 10882.002585/2008-33 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
189 - Processo nº: 11020.007221/2008-52 - Recorrente: CELPACK DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
190 - Processo nº: 10830.010955/2007-31 - Recorrente: LONDRINA BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10830.010958/2007-74 - Recorrente: LONDRINA BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

192 - Processo nº: 11020.002197/2007-84 - Recorrente: VINICOLA SALTON S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
193 - Processo nº: 18471.000927/2003-10 - Recorrente: SPRINGER CARRIER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
194 - Processo nº: 13857.000281/2006-75 - Recorrente: UNIGEL DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
195 - Processo nº: 10831.011015/2002-44 - Recorrente: GEVISA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
196 - Processo nº: 10314.001659/97-72 - Recorrente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo nº: 10314.720711/2011-85 - Recorrentes: ICBA INDUSTRIA E COMERCIO DE BANCOS AUTOMOTIVOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
198 - Processo nº: 10980.721231/2018-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ATILA PNEUS LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
199 - Processo nº: 11128.003933/2005-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EXPEDITORS INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA
200 - Processo nº: 13901.000048/2008-71 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
201 - Processo nº: 10783.724049/2018-82 - Recorrente: COMEXPORT TRADING COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
202 - Processo nº: 10814.017814/2008-28 - Recorrente: PANTANAL LINHAS AEREAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
203 - Processo nº: 11128.006425/2005-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA
204 - Processo nº: 11128.006424/2005-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
205 - Processo nº: 10611.001155/2002-07 - Recorrente: VALLOUREC TUBOS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
206 - Processo nº: 10735.003217/2005-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GE CELMA LTDA.
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
207 - Processo nº: 12266.724186/2014-68 - Recorrente: CICLO CAIRU LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
208 - Processo nº: 19647.005870/2010-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIL - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
209 - Processo nº: 19647.011167/2009-75 - Embargante: CIL - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
210 - Processo nº: 11131.720758/2014-01 - Recorrente: PLEXPEL COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
211 - Processo nº: 10480.732386/2015-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INTERNATIONAL COMMERCE RECIFE S.A.
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
212 - Processo nº: 10725.720119/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DOLPHIN DRILLING PERFURACAO BRASIL LTDA

DIA 17 de Fevereiro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VALCIR GASSEN
213 - Processo nº: 11128.005397/2002-86 - Recorrente: AGROCERES MULTIMIX NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
214 - Processo nº: 11128.004626/2008-31 - Recorrente: MASAL S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
215 - Processo nº: 10074.000510/2010-57 - Recorrentes: ALL NATIONS COMERCIO EXTERIOR S.A. e FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 11128.007172/2006-98 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
217 - Processo nº: 11128.006535/2003-25 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
218 - Processo nº: 11829.720040/2013-87 - Recorrente: FIH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
219 - Processo nº: 11128.007029/96-17 - Recorrentes: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
220 - Processo nº: 12689.000437/00-69 - Recorrente: COMPANHIA QUIMICA METACRIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 10831.001223/2001-54 - Recorrente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
222 - Processo nº: 12749.000049/2007-82 - Recorrente: BAYER S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
223 - Processo nº: 11829.720033/2016-28 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
224 - Processo nº: 10516.720018/2012-17 - Recorrente: FILM IN COMERCIO DE PELICULAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 16327.000872/2006-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
226 - Processo nº: 16561.720173/2013-55 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
227 - Processo nº: 10768.000085/2007-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
228 - Processo nº: 10980.006415/2009-09 - Recorrente: COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10380.012214/2005-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WESTROCK DO NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
230 - Processo nº: 10768.011669/2001-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RIO BRANCO SEGURADORA S/A
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
231 - Processo nº: 10805.722858/2011-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PARANAPANEMA S/A
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
232 - Processo nº: 10730.002656/2003-27 - Recorrente: CONCESSIONARIA RIO TERESOPOLIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 13888.000959/2005-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JORNAL DE PIRACICABA EDITORA LTDA

DIA 18 de Fevereiro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
234 - Processo nº: 16682.721415/2013-51 - Recorrentes: REPSOL SINOPEC BRASIL SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
235 - Processo nº: 16561.000055/2009-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SKY BRASIL SERVICOS LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
236 - Processo nº: 10314.728330/2014-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RADIO E TELEVISAO RECORD S.A
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
237 - Processo nº: 10980.723999/2015-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
238 - Processo nº: 10314.726343/2014-21 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
239 - Processo nº: 10380.912738/2009-94 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
240 - Processo nº: 16004.720189/2011-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
241 - Processo nº: 10380.014637/2008-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
242 - Processo nº: 10972.720009/2013-20 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
243 - Processo nº: 10580.722670/2017-15 - Recorrente: SANTANA & ASSOCIADOS MARKETING E PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
244 - Processo nº: 10935.722224/2015-73 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 16327.914209/2009-56 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
246 - Processo nº: 19515.001988/2009-07 - Recorrente: UNITED AIRLINES, INC. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa DREI /ME nº 112, de 20 de janeiro de 2022, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2022, Seção 1, pág. 50 a 56, onde se lê: "IV. Mesmo presente à assembleia a totalidade dos acionistas, a publicação dos documentos indicados nos incisos I, II e III do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é obrigatória antes da realização da AGO (§ 4º do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), para as companhias que não se enquadrarem nas disposições do art. 294, da lei supracitada.", leia-se: "IV. Mesmo presente à assembleia a totalidade dos acionistas, a publicação dos documentos indicados nos incisos I, II e III do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 d e dezembro de 1976, é obrigatória antes da realização da AGO (§ 4º do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), inclusive para as companhias que se enquadrarem nas disposições do art. 294, da lei supracitada.".

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 4, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER GRAVADO COM JOGOS ENCRIPTADOS (BLU RAY - ROM)", industrializado na Zona Franca de Manaus.

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2022

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

JOÃO C. DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY

ANEXO

PROPOSTA Nº 001/22 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA "DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER GRAVADO COM JOGOS ENCRIPTADOS (BLU RAY - ROM)", INDUSTRIALIZADO NA ZONA FRANCA DE MANAUS, ESTABELECIDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC Nº 28, DE 16 DE JUNHO 2020.

1) Inclusão dos seguintes parágrafos no art. 1º-A da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 28, de 16.06.2020:

Art. 1º-A .....

.....

§ 2º A partir de 2021 em diante, caso o percentual referido no caput do art. 1-A seja ultrapassado, a empresa fabricante ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual máximo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano subsequente, sem prejuízo das obrigações do ano corrente.

§ 3º A diferença residual a que se refere o § 2º não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do total de BLU RAY - ROM produzidos, tomando-se por base a produção do ano-calendário em que foi ultrapassado o percentual estabelecido no caput do art. 1-A.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA RFB/SUCOR/COTEC Nº 3, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 4º trimestre de 2021, referente à atividade supervisionada por esta Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o inciso VIII do art. 23 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, e na Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e na Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Dar publicidade, na forma do Anexo Único deste Portaria, ao relatório de acompanhamento 4º trimestre de 2021, referente à atividade supervisionada por esta Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação, no âmbito do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor serão divulgados no Boletim de Serviço da RFB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação na Seção 2 do Diário Oficial da União.

FELIPE MENDES MORAES

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADE	META	RESULTADO
Desenvolvimento de sistemas corporativos na área de tecnologia da informação	1,0	2,07

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 10, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Enquadra veículo em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 14022.105837/2022-14, declara:

Art. 1º O veículo relacionado no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumpre as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Iveco Bus 8-190E-C Versão: 8-190E-C Modelo: Bus Capacidade de transporte: 30 (trinta) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500 cm³ / Volume interno do habitáculo = 48.510,00 dm³ Marca : Iveco Fabricante: On - Highway Brasil Ltda. Ano/modelo: 2022/2022

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 13, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Enquadra veículo em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 14022.105791/2022-33, declara:

Art. 1º O veículo relacionado no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumpre as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Iveco Bus 8-190E Versão: 8-190E Modelo: Bus Capacidade de transporte: 30 (trinta) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500 cm³ / Volume interno do habitáculo = 47.377,00 dm³ Marca : Iveco Fabricante: On - Highway Brasil Ltda. Ano/modelo: 2022/2023

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 12, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 120/2020 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.721943/2021-12, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica GSP DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 24.600.810/0001-47, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM de produção de "estrutura de ferro aço para construção civil" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2020 e término no ano-calendário de 2029.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 13, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 121/2020 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.721943/2021-12, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica GSP DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 24.600.810/0001-47, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM de produção de "tela de ferro aço" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2020 e término no ano-calendário de 2029.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 14, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 122/2020 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.721943/2021-12, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica GSP DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 24.600.810/0001-47, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM de produção de "partes e peças de ferro aço" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2020 e término no ano-calendário de 2029.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 15, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 123/2020 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.721943/2021-12, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica GSP DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 24.600.810/0001-47, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM de produção de "telhas metálicas" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2020 e término no ano-calendário de 2029.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 16, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Instalação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 071/2014 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.722416/2014-12, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S/A, CNPJ Nº 11.389.394/0002-19, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Instalação de empreendimento industrial na linha operacional de "Serviços de Operação Portuária", com capacidade instalada anual de 2.250.000 m³, aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 071/2014 de 04 de setembro de 2014, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2014, com término no ano-calendário de 2023.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 17, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 229/2018 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720164/2019-00, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa MICROSERVICE TECNOLOGIA DIGITAL DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ Nº 34.525.444/0001-62, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização de empreendimento industrial na linha operacional de "Chapa, Folha, Tira, Fita, Película de Plástico (exceto de poliestireno expansível e autoadesivo)", com capacidade instalada anual de 18.000.000,65 kg, aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 229/2018 de 31 de dezembro de 2018, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2018, com término no ano-calendário de 2027.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 18, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 080/2021, expedido pela SUDAM e tudo que consta do Dossiê/Processo Administrativo nº 18365.720872/2021-57, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa SAT BRAS INDUSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ Nº 03.521.296/0001-84, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM para fabricação de "Receptor de Sinais de Televisão Via Satélite", pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 12, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10166.793923/2021-02, formalizado em 04/10/2021, e seu Despacho Decisório nº 0.226/2022 - EBEN/SRRF/04, de 24/01/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica CADERSIL INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 09.194.127/0001-63, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0133/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10166.793923/2021-02.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica CADERSIL INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 09.194.127/0001-63, localizado na Avenida Jornalista Assis Chateaubriand, nº 2.590 - Térreo, Bairro Tambor, Município de Campina Grande, Estado da Paraíba - CEP 58414-500, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério de Integração Nacional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Artefatos de Papel - 1 - Cadernos Escolares, conforme Laudo Constitutivo nº 0133/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Artefatos de Papel e Papelão, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "f", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0113/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 13, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10166.796565/2021-81, formalizado em 08/10/2021, e seu Despacho Decisório nº 0.227/2022 - EBEN/SRRF/04, de 24/01/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica PLASTMAN INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, CNPJ nº 07.779.581/0001-50, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0137/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10166.796565/2021-81.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica PLASTMAN INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, CNPJ nº 07.779.581/0001-50, localizado na Avenida Jornalista Assis Chateaubriand, nº 3.300 D, Distrito Industrial, Município de Campina Grande, Estado da Paraíba - CEP 58411.450, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério de Integração Nacional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Artefatos de Material Plástico: 1 - Mangueiras e Fitas Flexível para Cadeiras e 2 - Baldes com Tampas, conforme Laudo Constitutivo nº 0137/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Materiais Plásticos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "e", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0137/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 14, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada

pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19614.720664/2021-31, formalizado em 22/10/2021, e seu Despacho Decisório nº 0.228/2022 - EBEN/SRRF/04, de 24/01/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica PINCOL PREMOLDADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 10.724.474/0001-30, em razão da condição onerosa de DIVERSIFICAÇÃO de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0134/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 19614.720664/2021-31.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da Pessoa Jurídica PINCOL PREMOLDADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 10.724.474/0010-20, localizado na Rodovia BR 101 - Km 116, s/nº, Quadra 25, Loteamento Jardim dos Ipês, Município São José de Mipibu, Rio Grande do Norte, CEP 59162-000, que versa sobre a condição onerosa de Diversificação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Estruturas Pré-moldadas de Artefatos de Fibra de Vidro, em Série ou Sob Encomenda - Postes de Fibra de Vidro e Cruzetas de Fibra de Vidro, enquadrada pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Minerais não Metálicos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "d", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002; como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo nº 0134/2021, com início de fruição em 01/01/2022, e término em 31/12/2031, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0134/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 19, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.134411-2021-18, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 10.662/SPE, DE 28/09/2021, publicada no DOU em 06/10/2021 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: SPE 1 - CENTRAL EOLICA MUNDO NOVO S.A
CNPJ nº : 41.760.884/0001-60
Nome do Projeto: EOL Mundo Novo V
Cadastro Nac. de Obras/CEI: Não aplicável - Obra não Iniciada
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 10/12/2020 a 15/07/2021 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 20, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.134452-2021-04, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 10.664/SPE, DE 28/09/2021, publicada no DOU em 06/10/2021 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: SPE 2 - CENTRAL EOLICA MUNDO NOVO S.A
CNPJ nº : 41.725.168/0001-41
Nome do Projeto: EOL Mundo Novo VI
Cadastro Nac. de Obras/CEI: Não aplicável - Obra não Iniciada
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 10/12/2020 a 15/07/2021 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 21, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.134509-2021-67, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 10.663/SPE, DE 28/09/2021, publicada no DOU em 06/10/2021 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: SPE 3 - CENTRAL EOLICA MUNDO NOVO S.A
CNPJ nº : 41.760.915/0001-82
Nome do Projeto: EOL Mundo Novo VII
Cadastro Nac. de Obras/CEI: Não aplicável - Obra não Iniciada
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 10/12/2020 a 15/07/2021 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT//SRRF04/RFB Nº 22, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.002648-2022-11, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 866/SPE, de 24/08/2021, publicada no DOU em 26/08/2021 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Eólica Santo Agostinho 18 S.A., CNPJ nº 20.666.659/0001-99.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: COLMEIA ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº : 10.463.660/0004-05
Nome do Projeto: EOL Santo Agostinho 18
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.007.59918/77
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 30/05/2021 a 30/11/2023 .

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 24, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

RETIFICAÇÃO do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NAT nº 11, de 17 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2022.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19614.743827/2021-54, formalizado em 27/12/2021, determina a seguinte alteração no ADE nº 0.011/2022, de 17 de janeiro de 2022:

Art. 1º - No título do Ato Declaratório Executivo, da pessoa jurídica RESOLUX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO ESPECIALIZADO EM ENERGIA EÓLICA LTDA, CNPJ nº 17.243.269/0001-00;

Onde se lê: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 0.011, DE 17 de JANEIRO de 2022";

Leia-se: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 0.011, de 17 de JANEIRO DE 2022".

Art. 4º - Este Ato Declaratório Retificador entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 41, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.752628/2021-98, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/00042, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 44.127.355/0001-11
Razão Social: EDITORA SCIPIONE S.A.
Endereço: Alameda Santos, 960, Andar 4, Setor 2 - Cerqueira César
CEP: 01818-002 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 42, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.752629/2021-32, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/00028, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 44.127.355/0001-11
Razão Social: EDITORA SCIPIONE S.A.
Endereço: Alameda Santos, 960, Andar 4, Setor 2 - Cerqueira César
CEP: 01818-002 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 43, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.752664/2021-51, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/00441, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 44.127.355/0004-64
Razão Social: EDITORA SCIPIONE S.A.
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, km 136 - Bloco 04 - Módulos 6, 7 e 8
Eugênio de Mello
CEP: 12247-004 - São José dos Campos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 44, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.752666/2021-41, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01039, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 44.127.355/0004-64
Razão Social: EDITORA SCIPIONE S.A.
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, km 136 - Bloco 04 - Módulos 6, 7 e 8
Eugênio de Mello
CEP: 12247-004 - São José dos Campos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 45, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.752702/2021-76, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08113/00223, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 44.127.355/0006-26
Razão Social: EDITORA SCIPIONE S.A.
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, km 136 - Bloco 02 - Módulo 5
Eugênio de Mello
CEP: 12247-004 - São José dos Campos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 46, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.752705/2021-18, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08113/00222, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 44.127.355/0006-26
Razão Social: EDITORA SCIPIONE S.A.
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, km 136 - Bloco 02 - Módulo 5
Eugênio de Mello
CEP: 12247-004 - São José dos Campos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 47, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.754208/2021-46, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/00664, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 50.268.838/0001-39
Razão Social: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, km 136 - Bloco 4 - Módulo 5
Eugênio de Mello
CEP: 12247-004 - São José dos Campos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 48, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.754209/2021-91, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/00040, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 50.268.838/0001-39
Razão Social: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, km 136 - Bloco 4 - Módulo 5
Eugênio de Mello
CEP: 12247-004 - São José dos Campos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Exclui do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O chefe da Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1985 de 29 de outubro de 2020, combinado com o art. 4º da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Operador Econômico Autorizado, na modalidade OEA-Conformidade - Nível 2, como Importador - Exportador, a empresa VITESCO TECNOLOGIA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 31.600.044/0001-86.

Art. 2º. Esta exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO CONFAZ/ME Nº 24, DE 31 DE JANEIRO DE 202

Divulga indicação do CONFAZ de representantes dos Estados e do Distrito Federal para composição do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ , em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS nº 133, de 12 de dezembro de 1997, conforme deliberação deste Conselho, por unanimidade, na sua 344ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 27 de janeiro de 2022, em Brasília, DF, resolve:

Art. 1º Divulgar a indicação realizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na forma do inciso II do art. 2º da Resolução CGSN nº 163, de 21 de janeiro de 2022, dos representantes dos Estados e do Distrito Federal no Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, no período de 1 (um) ano:

I - como membros titulares:

a) Henrique de Campos Meirelles, Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo;

b) Marialvo Laureano dos Santos Filho, Secretário de Estado da Fazenda da Paraíba;

II - como membros suplentes:

a) Fernanda Mara de Oliveira Carneiro Pacobahyba, Secretária da Fazenda do Estado do Ceará;

b) Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA STN Nº 1.252 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Atualiza a Tabela de Atividades do Programa de Gestão da Secretaria do Tesouro Nacional - STN publicada na Portaria STN Nº 1.238, de 26 de janeiro de 2022.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, aprovado pela Portaria nº 285, de 14 de julho de 2018, e de acordo com as diretrizes e autorização de implementação de Programa de Gestão dispostos, respectivamente, na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, publicada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e na Portaria nº 334, de 2 de outubro de 2020, autorizativa, publicada pelo Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º. O Anexo II - Tabela de Atividades da STN da Portaria STN Nº 1.238, de 26 de janeiro de 2022 passa a vigorar acrescido das atividades constantes no Anexo I da presente portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

ANEXO I

ATIVIDADES ADICIONAIS DA TABELA DE ATIVIDADES DA STN

Grupo	Atividade	Entrega(s) Esperada(s)	Faixa de Compl.	Justificativa/ Parâmetro para Definição da Faixa Complexidade	Riscos	Horas Pres.	Horas Telet.	Ganho Prod.
SECON	CGCON - analisar orientação recebida sobre demanda da UGE.	Análise realizada	1		4	2,5	2	20,00%
SECON	CGCON - consultar sobre demanda da UGE.	Consulta realizada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	CGCON - repassar orientação à UGE.	Orientação repassada	1		4	2,5	2	20,00%
SECON	UGE - gerenciar demanda (receber e analisar).	Demanda gerenciada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	UGE - gerenciar demanda (enviar orientação).	Demanda respondida	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Analisar a apropriação de encargo contratual pelo regime de competência - Ativo.	Analise realizada	1		4	4	3	25,00%
SECON	Analisar a apropriação de encargo contratual pelo regime de competência - Passivo.	Análise Realizada	1		4	4	3	25,00%
SECON	Analisar a conciliação de conta contábil.	Análise realizada	1		4	5	4	20,00%
SECON	Analisar a inconsistência de Conformidade de Registro de Gestão.	Análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Consultar SIAFI Operacional CONCONFREG - situação da Conformidade de Registro de Gestão.	consulta realizada	1		4	1,5	1	33,33%
SECON	Analisar a inconsistência de desequilíbrio de equação de auditor.	Análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Confeccionar acompanhamento da execução orçamentária mensal.	acompanhamento confeccionado	1		4	4,5	4	11,11%
SECON	Analisar a inconsistência de saldo alongado, ou indevido, ou estático por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	1		2	3,5	3	14,29%
SECON	Confeccionar acompanhamento da execução orçamentária trimestral	acompanhamento confeccionado	1		4	4,5	4	11,11%
SECON	Analisar a inconsistência de saldo invertido por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - confeccionar.	Informe confeccionado	1		4	9	8	11,11%
SECON	Analisar a inconsistência de saldo irrisório ou residual por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	1		2	3,5	3	14,29%
SECON	Analisar a inconsistência de saldo irrisório ou residual por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	1		2	3,5	3	14,29%
SECON	Analisar a inconsistência de saldo transitório por conta contábil e conta corrente.	Análise realizada	1		2	3,5	3	14,29%
SECON	ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - revisar.	Informe revisado	1		4	4	3,5	12,50%
SECON	Identificar conta contábil e UGE relacionadas a Item de Análise.	Conta Contábil Identificada	1		2	5	4,5	10,00%
SECON	RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - confeccionar	Relatório confeccionado	1		4	4,5	4	11,11%
SECON	RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - revisar.	relatório revisado	1		4	2,5	2	20,00%
SECON	Revisar os registros mensais de Apontamentos na planilha SECON	registros mensais revisados	1		4	7	6	14,29%
SECON	Revisar os registros trimestrais de Apontamentos na planilha SECON.	registros trimestrais revisados	1		2	5	4	20,00%
SECON	SIAFI Operacional - BALANCETE - Saldo invertido por conta contábil e conta corrente - consultar.	Consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Operacional - CONCONFCON - UGE com restrição contábil no mês anterior - consultar.	consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Operacional - CONCONFREG - Situação da Conformidade de Registro de Gestão - consultar.	Consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Operacional - diversas transações - consultar.	consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Operacional - diversas transações - consultar.	Consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Web - diversas transações - consultar.	consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Tesouro Gerencial - por conta contábil e conta corrente - consultar.	consulta realizada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	SIAFI Web - CONDESAUD - Desequilíbrio de equação de auditor - consultar.	Consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Web - diversas transações - consultar.	Consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SIAFI Web - CONDEMCON - Balanço Financeiro (BF) - consultar.	consulta realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Tesouro Gerencial - por conta contábil e conta corrente - consultar.	Consulta realizada	1		2	4,5	4	11,11%
SECON	DCASP do SIAFI Web - Balanço Orçamentário (BO) - analisar.	análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	DCASP do SIAFI Web - Balanço Patrimonial (BP) - analisar.	análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Reunir com demais Unidades.	reunião realizada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Reunir com os integrantes da SECON.	reunião realizada	1		2	3,5	3	14,29%
SECON	CGCON - consultar sobre dúvida da SECON	Consulta realizada	1		2	3,5	3	14,29%
SECON	Confeccionar ata de reunião da SECON com outras Unidades	Ata Elaborada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Definir critérios e regras para criação do SICON	Definições efetuadas	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	ITC (Informe Trimestral de Contabilidade) - inserir no COLABORA	Documento Inserido	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Participar de treinamento	Treinamento Realizado	1		2	16	12	25,00%

SECON	PTI (Plano de Trabalho Individual) - planejamento e execução - confeccionar	Plano Confeccionado	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	RCC (Relatório de Conformidade Contábil) - inserir no COLABORA	Relatório Inserido	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	SEI - gerenciar documento/processo (incluir, consultar e excluir)	processo gerenciado	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Aplicar treinamento em UGE	Treinamento realizado	1		2	4,5	4	11,11%
SECON	Elaborar material de treinamento para UGE	Material elaborado	1		2	9	8	11,11%
SECON	Analisar trabalho do TCU (requisição de informação e recomendação de auditoria)	Recomendação analisada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Executar Circularização	Circularização executada	1		2	9	8	11,11%
SECON	Coletar informações do POAC	Plano executado	1		2	85	80	5,88%
SECON	Participar de projeto conjunto da SURIC (reunião)	Participação registrada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Relacionar Apontamentos com inconsistências relevante (SIAFI e RIC) e não relevante (RIC)	Apontamento relacionado	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Analisar DCASP do SIAFI Web - Balanço Financeiro (BF)	Análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Atualizar Base Única de Apontamentos (BUA) mensalmente	Base atualizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Atualizar Base Única de Apontamentos (BUA) trimestralmente	Base atualizada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	Análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Analisar DCASP do SIAFI Web - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Análise realizada	1		2	1,5	1	33,33%
SECON	Analisar Nota Explicativa (NE)	Análise realizada	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Calcular Indicadores Estratégicos da SECON	Indicador calculado	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Elaborar Relatório da Circularização	Relatório elaborado	1		2	9	8	11,11%
SECON	Registrar a Conformidade Contábil no SIAFI	Registro efetuado	1		2	3	2	33,33%
SECON	Elaborar Nota Informativa da Seccional de Contabilidade sobre determinado tema (NIS)	Nota elaborada	1		2	4	3	25,00%
SECON	Elaborar Plano Operacional de Análise Contábil (POAC)	Plano elaborado	1		2	85	80	5,88%
SECON	Elaborar Plano Plurianual de Análise Contábil (PPAC)	Plano elaborado	1		2	21	20	4,76%
SECON	Elaborar Programa de Gestão da Seccional de Contabilidade (PDGS)	Programa elaborado	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Elaborar Relatório de Inconsistências Contábeis (RIC)	Relatório elaborado	1		2	4,5	4	11,11%
SECON	Analisar os dados recebidos da Circularização	Análise realizada	1		2	9	8	11,11%
SECON	Revisar o Relatório de Inconsistências Contábeis - RIC	Relatório revisado	1		2	2,5	2	20,00%
SECON	Analisar documentos (POAC)	Documentos analisados	1		2	130	120	7,69%
SECON	Elaborar Relatório (POAC)	Relatório elaborado	1		2	45	40	11,11%

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 855, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, substituto, tendo em vista a autorização contida no art. 42, § 1º, inciso III, alínea "e", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando que, na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, Lei Orçamentária Anual de 2022, LOA-2022, constam recursos destinados ao subtítulo "6012 - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO", no âmbito da Justiça Federal;

Considerando que a Lei nº 14.226, de 20 de outubro de 2021, criou o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; e na LOA-2022 há recursos no âmbito da Unidade Orçamentária 12107 referente ao citado Tribunal, para fazer frente às despesas da unidade federativa de que se trata, concluindo que a permanência da sigla MG na 1ª Região em comento configura erro; e

Considerando que a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, autoriza o ajuste nas denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, resolve:

Art. 1º Alterar a denominação do subtítulo 6012, constante no Órgão 12000 - Justiça Federal, de "Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO", para "Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAYTON LUIZ MONTES

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 19.532 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a TERRA GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 42.274.737, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.533 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza EVERTON ELOY SENA DA SILVA, CPF nº 223.241.688-71, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 41, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pela Presidência do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para sistemas de medição dinâmica equipados com medidores para quantidades de líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 291, de 7 de julho de 2021; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.012921/2021-92, resolve:

Aprovar o modelo IH-202110 - Cargo Tank - FPSO MERO 3, de sistema de medição e abastecimento para fluidos-óleo, classe de exatidão 0.3, marca Krohne, de acordo com as condições especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 610, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.628428/2021-60, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ nº 88.747.928/0001-85, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na reunião do conselho deliberativo realizada em 7 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 41, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Estabelece os procedimentos para fornecimento de cópias de documentos por parte da SUFRAMA, solicitados nos termos do Decreto nº 7.724, de 16/05/2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 15, da Portaria nº 406, de 08 de dezembro de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, na Portaria nº 83-SEI, de 12 de janeiro de 2018, e os termos do Processo SEI nº 52710.000460/2021-68, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para fornecimento de cópias de documentos que estiverem sob a guarda da SUFRAMA, mediante o recolhimento prévio de valores, para fins de ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais empregados, nos termos do art. 18, do Decreto nº 7.724/2012.

Art. 2º O valor de cada cópia de página de documento será de R$ 0,10 (dez centavos), devendo ser recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU a ser emitida por intermédio do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º Considera-se cópia, para efeitos desta Portaria, a digitalização de cada página de documento.

§ 2º Em razão da adesão ao Processo Eletrônico Nacional, a Suframa não fornece cópias impressas em suporte papel (fotocópia).

§ 3º Os documentos digitalizados pela Suframa deverão ser disponibilizados, preferencialmente, por meio de funções específicas do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para o e-mail fornecido pelo solicitante.

§ 4º Caso seja necessária a disponibilização das cópias digitalizadas por meio de mídia de armazenamento (CD, Pen Drive, HD Externo etc.), essas deverão ser fornecidas pelo solicitante.

Art. 3º Caso o solicitante opte por receber as cópias de documentos por correio, será acrescido ao valor a ser recolhido o custo de postagem, incluindo aviso de recebimento, de acordo com a tabela de preços de serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo vedada a postagem como carta simples.

Art. 4º Serão dispensados do pagamento de valores que trata o art. 2º:

I - Aqueles cuja situação econômica não lhes permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983;

II - Os órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

III - Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público;

IV - Solicitações de documentos com até 10 (dez) cópias.

§ 1º A situação descrita no inciso I, do art. 4º, será comprovada mediante declaração do interessado ou a rogo, na hipótese de o requerente não saber ler, nem escrever.

§ 2º A falsidade da declaração sujeitará às sanções civis, administrativas e criminais, na forma da Lei.

Art. 5º O pedido de cópia de documentos deverá ser feito por meio do Protocolo Geral da Suframa, ou por peticionamento eletrônico, direcionado à Superintendência Adjunta, ou órgão de assessoramento direto da Superintendência, responsável regimentalmente pela atividade de que trata a documentação solicitada.

§ 1º O pedido que trata o caput deverá conter o nome do requerente, endereço, contato telefônico e eletrônico, indicação do documento a ser reproduzido, ou delimitar as peças de seu interesse, quando não for necessária a reprodução integral dos autos.

§ 2º No caso de processo disciplinar, o solicitante deverá entregar o pedido diretamente na Corregedoria da SUFRAMA.

Art. 6º A unidade administrativa regimentalmente responsável pela atividade informará ao solicitante a quantidade de cópias relacionadas ao pedido, o código de recolhimento e o respectivo valor da GRU.

Art. 7º Após o pagamento da GRU, o solicitante deverá encaminhar o comprovante de recolhimento para a unidade descrita no art. 6º, que realizará os encaminhamento necessário para o atendimento da solicitação.

Art. 8º O prazo para atendimento do pedido pela unidade administrativa será de até 10 (dez) dias, considerando a digitalização de até 2.000 páginas, contados do recebimento do comprovante de recolhimento da GRU ou da declaração de pobreza.

Parágrafo único - O prazo que trata o caput poderá ser superior, nos casos em que a quantidade ou estado dos documentos assim o justifiquem, devendo ser acordado com a unidade executora, antes de ser informado ao solicitante.

Art. 9º Revoga-se a Portaria nº 29, de 23 de janeiro de 2017.

Art. 10. Esta Portaria entrará em vigor em 01/02/2022.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 42, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Estabelece as diretrizes e os procedimentos para a utilização de serviços de telefonia móvel no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 15, da Portaria nº 406, de 08 de dezembro de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, na Portaria nº 83-SEI, de 12 de janeiro de 2018, e dos autos do processo nº 52710.000460/2021-68, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as diretrizes e os procedimentos para a utilização de serviços de telefonia móvel no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Art. 2º Os servidores ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS, níveis 5 e 6, farão uso de telefones móvel celular funcional, objetivando facilitar a comunicação rápida no interesse da Autarquia.

Parágrafo único. Farão uso de serviço, também com o mesmo objetivo, desde que devidamente justificado e autorizados pela autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação, os ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS nos seguintes níveis:

I - Coordenadores Gerais - DAS nível 4;

II - Coordenadores Regionais - DAS nível 3; e

III - Coordenadores das Áreas de Livre Comércio - DAS nível 3.

Art. 3º É facultado à Superintendência da SUFRAMA autorizar o uso de telefonia móvel celular funcional ao servidor ocupante de cargo diverso daqueles referidos no artigo 2º, objetivando facilitar a comunicação rápida no interesse da Autarquia, com apresentação prévia de justificativa da Chefia Imediata do respectivo servidor.

Art. 4º Os aparelhos cedidos em comodato pela empresa contratada, juntamente aos acessórios, serão disponibilizados aos servidores usuários devidamente habilitados para uso.

§ 1º No ato de recebimento do aparelho celular e acessório, o servidor usuário assinará o Termo de Recebimento e Responsabilidade, com as descrições dos itens recebidos e registros de controle do aparelho.

§ 2º O aparelho e acessórios que integram o conjunto dos serviços de telefonia móvel celular, de propriedade da empresa contratada, ficarão sob total responsabilidade do servidor usuário, com carga de uso e guarda pessoal intransferível.

§ 3º Para execução de serviço fora da sede da SUFRAMA, como auditorias de campo, por exemplo, o acesso ao serviço de telefonia móvel celular poderá ser autorizado pelo titular, ou substituto legal, da Superintendência Adjunta Executiva - SAE, em caráter excepcional e temporário, mediante solicitação formal da unidade interessada.

Art. 5º A SUFRAMA se responsabilizará pelo custeio das despesas das linha moveis celulares funcionais, relativas no uso de interesse da Autarquia, observados os limites financeiros estabelecidos nos incisos II, III e IV, do § 2º do artigo 6º, do Decreto nº 8.540/2015, de acordo com os níveis funcionais a seguir:

I - Servidor usuário ocupante de cargos DAS 6, até o valor R$ 300,00 (trezentos reais);

II - Servidores usuários ocupantes de cargo DAS 5, até o valor de R$ 200,00 (duzentos reais);

III - Coordenadores Gerais, Coordenadores Regionais e Coordenadores das Áreas de Livre Comércio, até o valor limite de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e;

IV - Servidores usuários ocupantes de cargos diversos dos itens anteriores, designados pela Superintendência da SUFRAMA, e os de uso temporário, até o limite de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 1º Serão computados nos limites que tratam os incisos 1, 2, 3 e 4 os valores referentes à assinaturas básicas serviços de dados, assinatura intragrupo tarifa zero, gestor online, torpedo/mensagens de texto, serviço de caixa postal e todas as chamadas, e as ligações originadas e recebidas aos acessos móveis que compõem o corporativo da SUFRAMA.

§ 2º Os valores que excederem os limites estabelecidos pelo Decreto nº 8.540/2015, ressalvados casos excepcionais devidamente justificados e com anuência da chefia imediata, deverão ser recolhidos pelos usuários aos cofres da União mediante Guia de Reconhecimento da União - GRU no prazo máximo de cinco dias úteis, a partir do recebimento da fatura para o ateste dos serviços.

§ 3º Ao atingir o limite estabelecido, o acesso poderá sofrer bloqueio parcial dos serviços, permanecendo disponíveis ao usuário os serviços de recebimentos de chamadas e acesso à internet, por se tratar de pacote ilimitado.

§ 4º As ligações internacionais deverão ocorrer quando o servidor usuário estiver em viagem a serviço no exterior e estritamente no interesse da Administração, considerando os objetivos estratégicos da SUFRAMA de inserção internacional devendo ser apresentadas justificativas quando do retorno, tendo em vista os limites financeiros estabelecidos nesta Portaria.

§ 5º A não comprovação do recolhimento aos cofres públicos e/ou da justificativa referida no parágrafo segundo, até o segundo mês subsequente, ensejará o bloqueio total dos serviços para o usuário responsável, até a devida quitação.

Art. 6º A Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGLOG encaminhará a conta detalhada para cada servidor usuário, mesmo que em uso temporário, por meio de expediente próprio e com antecedência, para conferência e ateste.

Art. 7º Quando da devolução do aparelho e acessório que compõem o conjunto dos serviços à CGLOG, o servidor usuário deverá assinar o Termo de Devolução atestando que o equipamento está completo e em perfeitas condições de uso.

§ 1º Se o aparelho apresentar danos materiais, o servidor usuário se responsabilizará pela indenização do valor devido, ou pela reposição de novo aparelho do mesmo modelo e marca à Contratada, proprietária dos respectivos aparelhos.

Art. 8º Em caso de perda, extravio ou furto do aparelho, o servidor usuário deverá registrar, em caráter de urgência, Boletim de Ocorrência Policial - BO e comunicar imediatamente à Coordenação Geral de Recurso Logísticos - CGLOG, para providencias complementares, cabendo, ainda, ao servidor usuário a responsabilidade de reposição do aparelho com as mesmas características do equipamento permitido, extraviado ou furtado.

Art. 9º É competência do Ordenador de Despesas, por meio da Coordenação Geral de Recurso de Logísticas - CGLOG, a aquisição, e manutenção dos equipamentos adquiridos, com uso regulamentado por esta portaria, inclusive do acompanhamento da adequada utilização.

Art. 10. Os casos omissos serão submetidos à apreciação e deliberação do Superintendente.

Art. 11. Revoga-se a Portaria nº 21, de 12 de janeiro de 2016.

Art. 12. Esta Portaria entrará em vigor em 01/02/2022.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

BANCO DO BRASIL S/A

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

COMITÊ EXECUTIVO DE PREVENÇÃO A ILÍCITOS FINANCEIROS E CAMBIAIS

PORTARIA Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais - CEPI, em atendimento ao contido no art. 13 da Instrução Normativa nº 13 da CGU, de 12/08/2019, que define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, torna pública a instauração do PAR nº 2022/0059, envolvendo a empresa Tamara Modas Confecções Ltda., CNPJ 02.657.712/0001-03, tendo como membros integrantes da comissão: Jaqueline Fonseca Lima Rodrigues, matrícula nº 4.624.951, Assessora, Presidente, Paulo Henrique Abreu Moreira, matrícula nº 8.114.936, Gerente, Membro, Patrícia Aparecida Abreu Moreira, matrícula nº 8.028.735, Gerente, Membro e Sabrina Bianchini Lauria, matrícula nº 8.907.698, Assessora, Membro. A situação foi apurada na Nota Técnica nº 90568.

Prazo de conclusão do PAR: 180 dias.

LUIZ FERNANDO FERREIRA MARTINS
Coordenador do Comitê

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 405, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Decide o Processo de Supervisão nº 23001.000630/2020-21.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto no art. 52 da Lei nº 9.784/1999; nos incisos III do art. 68 e I do art. 73 do Decreto nº 9.235/2017; e no inciso III do art. 14 e inciso I do art. 23 da Portaria MEC nº 315/2018, com base na Nota Técnica nº 04/2022/CGSO/DISUP/SERES, nos autos do Processo nº 23001.000630/2020-21, perante o Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (cód. e-MEC nº 1472), mantido pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (cód. e-MEC nº 821), inscrita no CNPJ sob o nº 01.894.432/0001-56, resolve:

I - acatar integralmente o recurso interposto contra as medidas cautelares aplicadas por meio da Portaria nº 228, de 11/03/2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 12/03/2021;

II - revogar as medidas cautelares aplicadas;

III - arquivar o presente processo em razão da não confirmação das irregularidades administrativas apuradas; e

IV - notificar o UNIASSELVI sobre o teor da decisão por meio eletrônico pelo e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC sobre a presente decisão.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 948, de 30 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 31 de agosto de 2021, Seção 1, página 49, na linha 740 do Anexo, onde se lê: "Avenida Santo Antônio 659, Santo Antônio Pinhalzinho/SC", leia-se: "Rua Oscar Ervino Keil, 443, Bela Vista, Pinhalzinho/SC", conforme Nota Técnica nº 01/2022/CGRERCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201600086 e Processo SEI nº 23000.032189/2021-38).

Na Portaria nº 948, de 30 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 31 de agosto de 2021, Seção 1, página 49, na linha 735 do Anexo, onde se lê: "Avenida Santo Antônio 659, Santo Antônio Pinhalzinho/SC", leia-se: "Rua Oscar Ervino Keil, 443, Bela Vista, Pinhalzinho/SC", conforme Nota Técnica nº 01/2022/CGRERCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201600127 e Processo SEI nº 23000.032189/2021-38).

Na Portaria nº 241, de 16 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 53, de 19 de março de 2021, Seção 1, página 60, na linha 2 do Anexo, onde se lê: "AVENIDA SANTO ANTÔNIO, 659, SANTO ANTÔNIO, PINHALZINHO/SC", leia-se: "Rua Oscar Ervino Keil, 443, Bela Vista, Pinhalzinho/SC", conforme Nota Técnica nº 01/2022/CGRERCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201600154 e Processo SEI nº 23000.032189/2021-38).

Na Portaria nº 272, de 03 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 65, de 04 de abril de 2017, Seção 1, página 129, na linha 38, do Anexo, onde se lê: "Comunicação Social - Publicidade e Propaganda", leia-se: "Publicidade e Propaganda", conforme Nota Técnica nº 2/2022/CGRERCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201707417 e Processo SEI nº 23000.054091/2016-74).

Na Portaria nº 949, de 30 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 31 de agosto de 2021, Seção 1, página 56, na linha 658, do Anexo, onde se lê: "Comunicação Social - Publicidade e Propaganda", leia-se: "Publicidade e Propaganda", conforme Nota Técnica nº 2/2022/CGRERCES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 202018904 e Processo SEI nº 23000.054091/2016-74).

RETIFICAÇÃO

Retificar o item 2, anexo I, da Portaria nº 359, de 26 de janeiro de 2022, publicada no DOU, de 27 de janeiro de 2022, Seção 1, referente à vigência da renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) da INSTITUICAO ADV DE EDUC E ASSIST SOCIAL ESTE BRASILEIRA, inscrita no CNPJ nº 73.686.370/0001-06, nos autos do processo nº 23000.007747/2012-36, onde se lê: "1º/12/2012 a 31/11/2015" leia-se: "1º/12/2012 a 30/11/2015"

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PORTARIA Nº 336/REI/IFGOIANO, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto de 13 de março de 2020, publicado no DOU de 16 de março de 2020, Seção 2, página 3, considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, e o que consta no Processo nº 23216.000165/2022-75, resolve

Art. 1° Delegar competência às Direções-Gerais dos Campi Campos Belos, Avançado de Catalão, Ceres, Cristalina, Avançado de Hidrolândia, Avançado de Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí, no âmbito de seus campi, para

gerenciar todos os atos relativos ao Plano de Contratação Anual (PCA) de seu campus, conforme previsto no Art. 13 do DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.

Art. 2° O Reitor pode, a qualquer momento, avocar a competência delegada nesta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

ELIAS DE PADUA MONTEIRO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 276, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O(A) PRÓ-REITOR DE ENSINO E ASSUNTOS ESTUDANTIS NO EXERCÍCIO DA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, designado pela Portaria nº 127 de 14 de janeiro de 2022, no uso de suas atribuições legais; e, considerando o Edital de Homologação Nº 08 de 25 de janeiro de 2021, DOU de 26/01/2021, constante no Processo Nº 23249.001781/2022-66, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano a validade do Processo Seletivo para a Contratação de Professor Substituto do IFMA - Campus Caxias, conforme quadro em anexo.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO	VALIDADE	PRORROGAÇÃO/VALIDADE
Edital de Homologação nº 28 de 11/03/2021, publicado no DOU de 15/03/2021 - Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto-Área/Disciplina: Informática, Campus Caxias.	01 ano, a partir de 15/03/2021.	01 ano, até 15/03/2023.

MARON STANLEY SILVA OLIVEIRA GOMES

PORTARIA Nº 297, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 11 de Novembro de 2020, publicado no DOU de 12 de Novembro de 2020, no uso de suas atribuições legais; e, considerando o Edital de Homologação de 02 de fevereiro de 2021, DOU de 03/02/2021, constante no Processo Nº 23249.038130/2021-41. resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano a validade do Processo Seletivo para a Contratação de Professor Substituto do IFMA - Campus São João dos Patos, conforme quadro em anexo.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO	VALIDADE	PRORROGAÇÃO/VALIDADE
Edital de Homologação de 02/02/2021, publicado no DOU de 03/02/2021 - Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto - Área/Disciplina: Tecnologia de Alimentos, Campus São João dos Patos.	01 ano, a partir de 03/02/2021.	01 ano, até 02/02/2023.

CARLOS CESAR TEIXEIRA FERREIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PORTARIA IFSUL Nº 45, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Portaria IFSul nº 39, de 10 de janeiro de 2022, publicada no DOU de 11/01/2022, Seção 1, página 103, referente à retomada presencial obrigatória das atividades acadêmicas dos cursos técnicos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, no uso das atribuições legais, tendo em vista o mandado nº 710014555328 da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, da 2ª Vara Federal de Pelotas, o Decreto nº 56.171 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e os Pareceres CNE/CP nº 5, 11, 15, 16, 19/2020, Parecer CNE/CP nº 6/2021, Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020 e Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021, Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 e Lei nº 14.218, de 13 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria IFSul nº 39, de 10 de janeiro de 2022, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 3º .....

§ 3º A integralidade do componente curricular significa que a carga horária a ser ministrada nos casos previstos neste artigo, entre segunda-feira e sexta-feira, deve ser igual à carga horária descrita na matriz curricular atual e deve ser realizada na sua totalidade de forma síncrona.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também para todos os casos em que o/a servidor/a estiver afastado/a para o trabalho remoto com respaldo em outras situações vigentes." (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO LUIS BARBOSA NUNES

PORTARIA IFSUL Nº 46, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova, ad referendum do Conselho Superior, a alteração da estrutura organizacional das unidades do IFSul.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria MEC nº 44, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar, ad referendum do Conselho Superior, a estrutura organizacional do IFSul para incluir em caráter pro tempore em cada um dos câmpus e reitoria as seguintes unidades administrativas:

I - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção do Câmpus Avançado Jaguarão;

II - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção do Câmpus Avançado Novo Hamburgo;

III - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Bagé;

IV - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Camaquã;

V - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Charqueadas;

VI - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Gravataí;

VII - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Lajeado;

VIII - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Passo Fundo;

IX - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Pelotas;

X - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça;

XI - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento;

XII - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Sapiranga;

XIII - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Sapucaia do Sul;

XIV - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada à Direção-geral do Câmpus Venâncio Aires; e

XV - Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, vinculada ao Departamento de Educação Inclusiva da Pró-reitoria de Ensino.

Art. 2º Será atribuída uma FG-1 para cada uma das unidades administrativas indicadas no art. 1º.

Art. 3º A designação da pessoa que irá ocupar a função de coordenação (FG1) das unidades administrativas indicadas no art. 1º deverá observar o disposto no § 1º do art. 7º e no art. 8º do Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 4º As competências do NAPNE e as atribuições da coordenação estão dispostas no seu regulamento vigente, aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIO LUÍS BARBOSA NUNES

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 7.065, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.053895/2021-63, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Bandeirantes;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0325;

III - município (UF): Goiatuba (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 59' 11'' S / 049° 32' 21'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS BERNARDINO TRAVAGIN

PORTARIA Nº 7.066, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.038480/2021-60, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Bom Jesus;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0329;

III - município (UF): Viseu (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 01° 41' 52'' S / 046° 46' 11'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS BERNARDINO TRAVAGIN

PORTARIA Nº 7.068, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.002064/2022-12, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: CBF;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0368;

III - município (UF): Teresópolis (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 26' 59'' S / 042° 58' 38'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS BERNARDINO TRAVAGIN

PORTARIA Nº 7.101, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.003469/2022-60, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: Seven Rio;

II - Indicador de localidade: 9PSV;

III - Indicativo de chamada da EPTA: Seven Rio;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Santos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 24,72 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,2 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 3;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 22 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 2914/SIA, de 17 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2019, Seção 1, página 83.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS BERNARDINO TRAVAGIN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 36, DE 26 DE JANEIRO DE 2022

Autoriza a implantação de rede de fibra ótica sob a rodovia BR-365/MG administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul - Interessada: Stalker Engenharia Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.107129/2021-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de ocupações transversais aéreas por rede de fibra óptica sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, localizado no Km 647+132m e no Km 648+373m da rodovia BR-376/PR, no município de Tijucas do Sul/PR, de interesse da Stalker Engenharia Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Stalker Engenharia Ltda. e a Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Stalker Engenharia LTDA. deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Stalker Engenharia Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Stalker Engenharia Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 3.108,56 (três mil cento e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 9º A Stalker Engenharia Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Stalker Engenharia Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 37, DE 26 DE JANEIRO DE 2022

Autoriza a implantação de rede de fibra ótica sob a rodovia BR-101/SC administrada pela Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul - Interessada: Claro S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.117675/2021-67, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de ocupações transversais subterrânea por fibra óptica sob a rodovia federal administrada pela Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, localizado no km 151+500m da rodovia BR-101/SC, no município de Itapema/SC, de interesse da Claro S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Claro S.A. e a Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Claro deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Claro S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Claro S.A. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 1.524,49 (um mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Art. 9º A Claro S.A. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Claro S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 15, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.006109/2022-10, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777/2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
BRT TRANSPORTES E TURISMO LTDA	005778	44.438.668/0001-90
CASAO TURISMO EIRELI	001546	31.150.969/0001-72
CATIA LARISSA JUZWIAK	001317	15.337.299/0001-41
ECCO EIRELI	005779	09.012.986/0001-94
EMPRESA DE ONIBUS HB LTDA	432853	00.713.221/0001-07
ESTRELA SUL TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI	005780	10.493.148/0001-69
IDEAL TURISMO EIRELI	001655	21.729.776/0001-17
J S DE LIMA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	005781	42.648.975/0001-70
JUNIOR ROQUE PETKOWICZ E CIA LTDA	416654	08.756.267/0001-15
LACI & RODRIGO TRANSPORTES LTDA - ME	423170	00.885.206/0001-46

LINEA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	001048	13.336.041/0001-03
LOBO E OLIVEIRA LTDA - ME	001049	07.235.717/0001-61
M LATORRE TRANSPORTES LTDA	005782	27.671.190/0001-25
MENDES & TEIXEIRA TRANSPORTES LTDA	000668	03.127.219/0001-44
OPCIONAL TURISMO LTDA	315834	08.644.301/0001-60
PANIZZI E GRANELLA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	001502	17.398.628/0001-90
PREMIUM TUR LOCADORA LTDA	001535	24.095.599/0001-52
R & J TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	001244	30.882.771/0001-10
R & R TRANSPORTES LTDA - ME	359778	12.509.775/0001-76
RAPIDO TENDOLINI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	000914	01.968.004/0001-20
RD TURISMO LTDA - ME	000915	21.264.225/0001-25
RICARDO BARBOSA DOS SANTOS EIRELI ME	269178	05.047.557/0001-00
RODRIGO NUNES FERREIRA EIRELI	001140	29.275.546/0001-37
ROTACOOP - COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS TURISMO CARGAS E MUDANCAS POR REGIME DE FRETAMENTO	001506	26.619.659/0001-14
SA E GOUVEIA LTDA	419262	07.980.734/0001-23
SILVA TRANSPORTES E CIA LTDA	005783	00.596.786/0001-51
TEOBALDO TURISMO LTDA	001061	07.799.395/0001-83
THIEGO LIMA DOS SANTOS LTDA	005784	19.088.763/0001-64
VRX TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	001473	28.059.338/0001-38
W & J TURISMO LTDA	001349	31.281.946/0001-05

DECISÃO Nº 46, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no processo nº 50500.015465/2020-54, decide:

Art. 1º Conhecer do pedido de reconsideração da empresa VIAÇÃO XAVANTE LTDA., CNPJ nº 03.143.492/0001-62, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da Portaria SUPAS nº 77, de 03 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO Nº 82, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 44 e o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.117189/2021-49, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.376.934/0001-46, para transferência de mercados operados como seções na linha SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP) - FORTALEZA (CE), via SALVADOR (BA), prefixo 08-9432-00, para a empresa UNI BRASIL LTDA., CNPJ nº 13.057.158/0001-40.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO Nº 83, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 44 e o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.117172/2021-91, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.376.934/0001-46, para transferência de mercados operados como seções na linha PORTO VELHO (RO) - PASSO FUNDO (RS), via GOIÂNIA (GO)/CORUMBÁ (GO), para a empresa UNI BRASIL LTDA., CNPJ nº 13.057.158/0001-40.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO Nº 84, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 44 e o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.117205/2021-01, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.376.934/0001-46, para transferência de mercados operados como seções na linha SENA MADUREIRA (AC) - PORTO SEGURO (BA), via BELO HORIZONTE (MG)/COLATINA (ES), para a empresa UNI BRASIL LTDA., CNPJ nº 13.057.158/0001-40.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO Nº 86, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 44 e o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.117197/2021-95, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.376.934/0001-46, para transferência de mercados operados como seções na linha SENA MADUREIRA (AC) - PORTO SEGURO (BA), via MONTES CLAROS (MG)/BELO HORIZONTE (MG), para a empresa UNI BRASIL LTDA., CNPJ nº 13.057.158/0001-40.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 681, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/100344 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLURAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.850.630/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 160/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 682, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5249 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.008.185/0004-84, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente VIPAC SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.534.128/0001-60:

29 (vinte e nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SEVMAX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.416.744/0001-33:

2220 (duas mil e duzentas e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 683, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5317 - DPF/BRA/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa OESTE ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.428.315/0001-09, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4732 (quatro mil e setecentas e trinta e duas) Munições calibre .380
1593 (uma mil e quinhentas e noventa e três) Munições calibre 12
12642 (doze mil e seiscentas e quarenta e duas) Munições calibre 38
19840 (dezenove mil e oitocentas e quarenta) Espoletas calibre 38
19840 (dezenove mil e oitocentos e quarenta) Estojos calibre 38
6591 (seis mil e quinhentos e noventa e um) Gramas de pólvora
19840 (dezenove mil e oitocentos e quarenta) Projéteis calibre 38
5590 (cinco mil e quinhentas e noventa) Espoletas calibre .380
5590 (cinco mil e quinhentos e noventa) Estojos calibre .380
5590 (cinco mil e quinhentos e noventa) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 690, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/91425 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.074.638/0002-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 232/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 691, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/95097 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0067-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 53/2022 (CNPJ nº 43.035.146/0067-01); nº 80/2022 (CNPJ nº 43.035.146/0068-92); nº 226/2022 (CNPJ nº 43.035.146/0071-98); nº 2909/2021 (CNPJ nº 43.035.146/0066-20); nº 2877/2021 (CNPJ nº 43.035.146/0070-07); nº 3229/2021 (CNPJ nº 43.035.146/0065-40) e nº 3276/2021 (CNPJ nº 43.035.146/0069-73).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 692, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/100120 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.850.645/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 3204/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 693, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/100901 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO VILLAGE PAINEIRAS, CNPJ nº 51.624.674/0001-06 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 694, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/103711 - DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUCOCITRICO CUTRALE LTDA, CNPJ nº 61.649.810/0107-16 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 227/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 695, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/105032 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE ATENDIMENTO PRE E HOSPITALAR LTDA - COAPH, CNPJ nº 11.768.319/0001-88 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 696, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/106014 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUATAN SEGURANÇA PRIVADA - EIRELI, CNPJ nº 21.394.399/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 58/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 697, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/106144 - DPF/PFO/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES INTERIORANA LTDA, CNPJ nº 92.007.749/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 173/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 698, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/106626 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SID SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.357.179/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 214/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 699, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/1032 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa INFRAPORTE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 21.371.102/0001-93, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
13056 (treze mil e cinquenta e seis) Munições calibre 38
13056 (treze mil e cinquenta e seis) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Estojos calibre 38
3384 (três mil e trezentos e oitenta e quatro) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 700, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3048 - DPF/SMA/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAT CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.893.350/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 115/2022 (CNPJ nº 01.893.350/0001-97) e nº 116/2022 (CNPJ nº 01.893.350/0002-78).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 701, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3052 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 42.035.097/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 120/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 702, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3251 - DPF/CRU/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa PAJEU ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE LTDA - EPP, CNPJ nº 16.960.717/0001-15, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7344 (sete mil e trezentas e quarenta e quatro) Munições calibre .380
1920 (uma mil e novecentas e vinte) Munições calibre 12
28080 (vinte e oito mil e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 703, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3406 - DPF/MOS/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MATA FRESCA LTDA, CNPJ nº 02.308.677/0001-17 para atuar no Rio Grande do Norte.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 704, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3588 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0054-97, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
500 (quinhentas) Munições calibre .380
670 (seiscentas e setenta) Munições calibre 12
2300 (duas mil e trezentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 705, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3621 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0004-70, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
21 (vinte e um) Revólveres calibre 38
389 (trezentas e oitenta e nove) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 706, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3626 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Conceder autorização à empresa JUDÁ SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 20.212.548/0001-02, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 707, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3894 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SÓ ARMAS ACADEMIA PARA TREINAMENTO DE VIGILANTES EIRELLI, CNPJ nº 32.273.600/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3000 (três mil) Munições calibre .380
3000 (três mil) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 708, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/92291 - DPF/JFA/MG, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PERSA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 43.848.601/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2894/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 709, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4208 - DPF/ILS/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa EMFORSEG EMPRESA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA E VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 13.962.805/0001-68, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 38
2000 (duas mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 710, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4227 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Conceder autorização à empresa PROALVO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.890.653/0001-99, sediada em Rondônia, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 711, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4307 - DPF/PCA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EPIFEV - ESCOLA PIRACICABANA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.837.519/0001-82, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38
25000 (vinte e cinco mil) Espoletas calibre 38
600 (seiscentos) Gramas de pólvora
25000 (vinte e cinco mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 712, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4320 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0004-70, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Pistola calibre .380
32 (trinta e duas) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 713, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5275 - DPF/MOS/RN, resolve:

Conceder autorização à empresa CTV- CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.367.668/0002-03, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Pistola calibre .380
500 (quinhentas) Munições calibre 38
31520 (trinta e uma mil e quinhentas e vinte) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
31520 (trinta e um mil e quinhentos e vinte) Projéteis calibre 38
3000 (três mil) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Buchas calibre 12
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 714, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5323 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa INTERSEPT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.615/0004-02, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
260 (duzentos e sessenta) Revólveres calibre 38
4680 (quatro mil e seiscentas e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 715, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5350 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa MAGNUM CENTRO DE FORMAÇAO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 97.004.360/0001-01, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100000 (cem mil) Espoletas calibre 38
25000 (vinte e cinco mil) Gramas de pólvora
100000 (cem mil) Projéteis calibre 38
5792 (cinco mil e setecentas e noventa e duas) Buchas calibre 12
350 (trezentos e cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12
5792 (cinco mil e setecentas e noventa e duas) Espoletas calibre 12
5792 (cinco mil e setecentos e noventa e dois) Estojos calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 716, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5475 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FEROLI ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.508.084/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 203/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 717, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5718 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização, à empresa GESEG GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA S/S LTDA ME, CNPJ nº 12.512.290/0005-65, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 718, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6257 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REDENTOR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 01.390.437/0001-41 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 105, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

LEA NKAMA TSUNGU - G259279-W, natural da República Democrática do Congo, nascida em 25 de março de 1973, filha de Therese Kikolo Musunu e de Jean Nkama Kititi, residente no estado de São Paulo (Processo n° 235881.0006460/2020);

MOHAMMAD YOUSEF - F039811-2, natural da Síria, nascido em 11 de março de 1987, filho de Tarek Yousef e de Amalya EID, residente no estado de São Paulo (Processo n° 235881.0005071/2020) e

RAZAN ALDARSANI - G064442-6, natural da Síria, nascida em 08 de maio de 1985, filha de Sara Khareta e de Khaled Aldarsani, residente no estado de São Paulo (Processo n° 235881.0006263/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 106, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve

Declarar a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199, de 2017:

PRISCILA DA SILVA LEOPOLDINO, nascida em 13 de julho de 1993, filha de Joaquim Leopoldino Filho e de Claudice da Silva Leopoldino, adquirindo a nacionalidade estoniana. (Processo nº 08018.004619/2022-20);

Considerando que a perda de nacionalidade foi concedida a título precário, a requerente deverá apresentar o passaporte estoniano no prazo de 18 (dezoito) meses, para complementação da instrução processual, sob pena de anulação do ato, tendo em vista o compromisso do Brasil para a redução da apatridia e em analogia ao disposto no art. 39 da Portaria MJ nº 623/2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 107, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.055396/2018-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Revogar a Portaria CPMIG nº 996, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2020, que determinou a expulsão do Território Nacional de SHARENA ELECHIA BROWN, de nacionalidade sul-africana, filha de Sharon Brown, nascida em Joanesburgo, na República da África do Sul, em 18 de outubro de 1983, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "b", do Decreto 9.199/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 108, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.046650/2019-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MIGUEL ANGEL SALCEDO LUGO, de nacionalidade peruana, filho de Rolando Salcedo Vilchez e de Angela Luz Lugo Cangahuala, nascido em Cerro de Pasco, República do Peru, em 2 de maio de 1964, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 28 (vinte e oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 109, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000550/2019-60, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, WAERODAH TALOK, de nacionalidade tailandesa, filha de Patemah Aiwa, nascida no Reino da Tailândia, em 18 de setembro de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 110, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.000527/2019-37, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JERIDA NAOMIE SMITH, de nacionalidade surinamesa, filha de Marios Gron e de Mildred Smith, nascida em Paramaribo, na República do Suriname, em 24 de fevereiro de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 2 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Informação nº 18/2022/DINAC_Perda_de _Nacionalidade/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
PROCESSO: 08018.049427/2021-61
INTERESSADO(A): ELLISON JUN TAKESHITA
ARQUIVAMENTO DO PEDIDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria MJSP Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, resolve:

Arquivar o processo de Perda da Nacionalidade de ELLISON JUN TAKESHITA, tendo em vista a falta de interesse no seu prosseguimento, haja vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária à apreciação do seu pleito, na forma do Art. 40, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Informação nº 19/2022/DINAC_Perda_de _Nacionalidade/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
PROCESSO: 08018.048587/2021-93
INTERESSADO(A): HELDER SANDER FERREIRA DE LIMA JÚNIOR
ARQUIVAMENTO DO PEDIDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria MJSP Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, resolve:

Arquivar o processo de Perda da Nacionalidade de HELDER SANDER FERREIRA DE LIMA JÚNIOR, tendo em vista a falta de interesse no seu prosseguimento, haja vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária à apreciação do seu pleito, na forma do Art. 40, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 31 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017; resolve:

Nº 145 - Em face da informação proferida pelo Setor de Análise de OSCIP-OE, por meio da Nota Técnica n.º 915/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, conheço o recurso administrativo interposto pela entidade social CENTRO DE TRADICOES NORDESTINAS LUIZ GONZAGA, com sede em Barra do Garças/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.797.782/0001-10 para, no mérito, negar provimento e ratificar a decisão do INDEFERIMENTO de Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) exarada nos termos do Despacho nº 1755/2021/DPJUS/SENAJUS/MJ, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2021, Seção 1, página 55.

Nº 151 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação (15922672) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DOM PEDRO II, com sede em Campo Largo/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 28.399.258/0001-21, em razão do não cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Despacho nº 28.399.258/0001-21 (17077282). Por oportuno, atenta-se ao prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº (08026.000750/2021-38).

Nº 152 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação (16176197) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO ALBATROZ com sede em SANTOS/SP inscrita no CNPJ sob o nº 05.661.298/0001-02, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e o Estatuto Social da entidade encontra-se em desacordo com a Legislação das OSCIPS, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 1035/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (16251151). Por oportuno, atenta-se no sentido de que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para efetuar alteração solicitada, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000822/2021-47.

Nº 155 - Em face da informação proferida pelo Setor de Análise de OSCIP-OE, por meio da Nota Técnica n.º 41/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, conheço o recurso administrativo interposto pela entidade social INSTITUTO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS INOVADORAS, com sede em Glória de Dourados/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 27.500.736/0001-85 para, no mérito, negar provimento e ratificar a decisão do INDEFERIMENTO de Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) exarada nos termos do Despacho nº 2209/2021/DPJUS/SENAJUS, publicado no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2021, Seção 1, página 89.

Nº 156 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação (16447930) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO SOBRADINHENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ISDS, com sede em SOBRADINHO/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 17.894.001/0001-20 nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 24/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (16961560). Processo SEI/MJ nº (08026.000894/2021-94).

BRUNO ANDRADE COSTA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 113, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 113/2022
Processo Administrativo nº 08000.019160/2010-14
Representante: Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo - Siaesp
Advogados: Adriane Fernandes Novo, Carlos Lazaro Bagaldo e outros
Representado: Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo (Sated/SP); Dorberto Rocha de Carvalho; Ricardo Aparecido de Vasconcelos; Alessandra Marcia Silva Araújo
Advogados: Flavio Sartori, Marcelo Sartori e outros

Determino o aditamento do Despacho SG Instauração Processo Administrativo nº 35/2021 (SEI nº 0993606), para onde se lê "(b) adoção de Medida Preventiva, nos termos delineados na supracitada Nota Técnica, com fundamento no art. 84 da Lei 12.529/2011", leia-se e passe a constar: "(b) adoção de Medida Preventiva, nos termos delineados na supracitada Nota Técnica 165 (SEI nº 0993602), com fundamento no art. 13, inc. XI c/c. art. 84 da Lei nº 12.529/2011. Determino a imediata cessação das práticas, estabelecendo-se como marco inicial do prazo de vigência da Medida Preventiva a data da publicação do presente Despacho no Diário Oficial da União. Em caso de descumprimento dos termos e obrigações previstos na supracitada Nota Técnica, com fundamento no art. 39 da Lei nº 12.529/2011, fica cada um dos responsáveis pelo descumprimento, sujeito a multa diária fixada no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis; (c) o prazo referente às Notificações para a apresentação das defesas e da especificação das provas permanece inalterado e fluindo desde a publicação do Despacho SG Instauração Processo Administrativo nº 35/2021 (SEI nº 0993606)". Ao setor processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Interino

DESPACHOS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 115/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000342/2022-68. Requerentes: Klabin S.A., Kaa Empreendimentos Imobiliários, Atividades Florestais e Participações Ltda. e Aimara Empreendimentos Imobiliários, Atividades Florestais e Participaçõe Ltda. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Guilherme Misale e Carlos Eduardo Tobias. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 109/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000076/2022-73; Requerentes: Nadir Figueiredo S.A.; Vidros Colômbia S.A.S. e Cristar TableTop S.A.S. Advogados: Leonardo Rocha e Silva, Gláucia Gomes Menato, Maria Eugênia Novis e Ana Bátia Glenk. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

RETIFICAÇÃO

Processo nº 08700.008098/2014-71
Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Representados: Caleb G. Kieling & Cia. Ltda., Enge Áudio Comércio e Sonorização Ltda. ME, I 9 Soluções em Tecnologia e Informática Ltda. ME, Líder Suprimentos para Informática Ltda., MS Equipamentos e Assistência Técnica Ltda., Multicomp Informática Ltda. (Full Brasil Ltda.), Positivo Informática S.A., Proxyline Informática Ltda., S&V Equipamentos para Escritório Ltda., Somaq Assistência e Equipamentos Ltda., Angélica Scapinello, Caleb Gerson Kieling, Claudir Frigeri, Lindacir Salete Faccio Giaretta, Luciano Oscar Schmidt, Marcelo Rodrigues de Gouveia, Márcia Helena Jabuonski Siepko, Paulo Roberto Marchine, Pedro Frigulha, Rodrigo Benetti Dolatto, Rodrigo Cesar de Faria Correa, Samuel Prado, Sérgio Francisco Siepko, Solange Maria Ody Ficcagna, Vicente Borges Soares, Volmir Ficcagna, Waldelei Schmidt, Wilson Donizette Inácio.
Advogados: Éber Marcelo Bundchen; José Del Chiaro Ferreira da Rosa; Luciana Aparecida Imbe; Luiz Felipe Rosa Ramos; Maria Tereza Zanella Capra; Maurício Faccio Giaretta; Ocimar Carlos Pioli; Paulo Roberto Borsatto; Sérgio Varella Bruna; Thiago Cavalcante Lima; Valdo Cestari de Rizzo; e outros.

No Despacho SG 60/2022, publicado no DOU n° 17, de 25 de janeiro de 2022, Seção 1, página 77, onde se lê: "até o dia 03 de março de 2021" leia-se: "até o dia 03 de março de 2022".

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

PAUTA DA 190ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Dia: 09/02/2022
Hora: 10 horas

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 2 (1007246), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico https://www.gov.br/cade/pt-br e pelo canal do Cade no Youtube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

É permitido o acesso ao plenário do Cade para acompanhamento da sessão de julgamento, inclusive para realização de sustentação oral, respeitados os protocolos de segurança adotados durante a pandemia de Covid-19. Nestes casos, a sustentação oral deve ser indicada pelo e-mail cgp@cade.gov.br, até o início da sessão, nos termos do art. 81, §2º do Regimento Interno.

1. Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08
Requerentes: Claro S.A., Telefônica Brasil S.A., TIM S.A., Oi S.A..
Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Junior, Leonardo Maniglia Duarte, Marcos Paulo Verissimo, Victor Santos Rufino , José Alexandre Buaiz Neto, Enrico Spini Romanielo , Caio Mario da Silva Pereira Neto, Daniel Favoretto Rocha, Isabela Sebben Cesar e outros.
Terceiros Interessados: Algar Telecom S.A., Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), Associação NEOTV, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Sercomtel Telecomunicações S.A.
Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos , Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno , Ademir Antonio Pereira Junior, Yan Villela Vieira, Christian Tárik Printes, Mariana Gondo dos Santos , Alexandre Ditzel Faraco, Ana Paula Martinez e outros.
Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido
2. Recurso Voluntário nº 08700.000040/2022-90
Representante: Clim Hospital e Maternidade Ltda.
Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Elen Caroline Correia Lizas e outros.
Interessado: Unimed João Pessoa Cooperativa de Trabalho Médico
Advogados: Hermano Gadelha de Sá, Leidson Flamarion Torres Matos e outros.
Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido
3. Recurso Voluntário nº 08700.007228/2021-88
Representante: Total Pass Participações Ltda ("Total Pass")
Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luis Cláudio Nagalli Guedes de Camargo, Mariana de Azevedo Castro Cesar, Francisco Ribeiro Todorov e outros
Interessados: Ynegócios Soluções Tecnológicas Ltda. ("Yoooup") e GPBR Participações Ltda ("Gympass")
Advogados: José Alexandre Manzano Oliani, Renata Chiaparini, Bárbara Rosenberg, Maria Amaral de Almeida Sampaio e outros.
Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman
4. Processo Administrativo nº 08700.011835/2015-02
Representante: Sencinet Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda (Antiga: BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.)
Advogados: Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Thiago Francisco da Silva Brito e outros.
Representadas: Claro S/A, OI Móvel S/A, Telefônica Brasil SA.
Advogados: Barbara Rosenberg, Camilla Chagas Paoletti, Leonor Cordovil, Vitor Santos Rufino, Daniel Tinoco Douek, Thiago Francisco da Silva Brito e outros.
Relatora: Conselheira Paula Azevedo
5. Processo Administrativo nº 08012.009611/2008-51
Representante: Secretaria de Direito Econômico ex officio
Representados: Atto Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda., Beringhs Comercio e Representacoes de Produtos Eletronicos Ltda. (Beringhs Indústria e Comércio Ltda.), Ieco Desenvolvimento e Indústria de Máquinas e Aparelhos Ltda., Mineoro Indústria Eletrônica Ltda., MPCI Metal Protector Ltda., Preserv Manutenção Eletrônica Ltda., SDM Sistemas de Detectores de Metais Ltda., Carlos Alberto Kapper Damasio, Cléber Francisco Rizzo, José Diogo Fernandes Damasio, Juliano Inácio Paviani, Ledair Malheiros Bogado, Luiz Moacir Zermiani, Michel Joseph Stephanne Simon, Nathalie Simon, Patrícia Alves de Jesus e Rochele Rhoden Maldonado.
Advogados: Marcello Daniel Covelli Cristalino, Pedro Portella Nunes, Marcelo de Sá Pontes, Flávio Nunes, Aline dos Santos Nunes, Dilmar Volpato Dela Justina, Joel Paulo Biondo, Guilherme Vendruscolo, Daniel Satacattina Flores, Oscar Machado Moreira, Denison Schiocchet, Roberto Alexandre Carmes, Ernesto Paulozzi Júnior, Bruno Alves da Silva, Marcela Baroni Scussel Mauad, Amir José Finocchiaro Sarti, Saulo Sarti, Lia Sarti, Marco Aurélio dos Santos Caminha, Aroldo Rodrigues Rocha, Ludmilla Guimarães Rocha, Cauê Martins Simon, Walter Roberto Barcellos Poli, Lucca Silveira Finocchiaro, Natália Cristina Damásio Silvestrin, Sandra Regina Kapper Damásio e outros.
Terceiro Interessado: Cesar Renato Kapper Damasio
Advogado: Ricardo Petereit de Paola Gonçalves, Gabriel Garcia Rodrigues de Barros e outros.
Relatora: Conselheira Lenisa Prado
Voto-Vista: Presidente
6. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.003390/2016-60
Representante: Cade ex officio
Representados: Amanco Brasil Ltda. (atual Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda.), Asperbras Tubos e Conexões Ltda., Bianchini Indústria de Plásticos Ltda., Cardinali Tubos e Conexões S.A., Corr Plastik Industrial Ltda., Hidroplast Indústria e Comércio Ltda., Krona Tubos e Conexões S.A., Mizu Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda., Nicoll Indústria Plástica Ltda., Plásticos Vipal S.A. (atual BR Plásticos Indústria Ltda.), Plastilit Produtos Plásticos do Paraná S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, Tubozan Comércio e Representação Ltda. (atual BRP Indústria Plástica Ltda.), Cezar Martins Oliveira, Márcio Cecílio Pessiquelli, Adilson Armando Kieper, Algemir José Uber, Ary Sérgio Oliveira Fonseca, Caroline Orlandine, Celso Iamarino, Claudio José Bianchini, Diego João Girardi, Edson Aparecido Gomes, Edson Felix de Andrade, Evaldo Dreher, Francisco Amaury Olsen, Francisco Carlos Jorge Colnaghi, Genildo José da Silva, Gilberto Borges Filho, Gustavo Rossler Zanchi, Hilton Guemra Saporski Filho, José Luis Flor, Luis Felipe Pereira Morgado, Manuel Orestes Pereira Monteiro, Marise Ribeiro Barroso, Maurício Harger, Natal José Garrafoli, Paulo de Andrade Nascentes da Silva, Paulo Roberto Cardozo, Ricardo Martins Soares, Sérgio Monteiro, Valdicir Kortmann, Vinícius de Castro e Wagner Tavares
Advogados: Caio Mario da Silva Pereira Neto; Cláudio Gonçalves Rodrigues; Cristianne Saccab Zarzur; Daniel Tinoco Douek; Eduardo Caminati Anders; Eric Hadmann Jasper; Elislean Bueno Ravache; Évinin Franciele Zanini Cecchin; Fabrício A. Cardim de Almeida; Fernando Cappelletti Venafre; Frederico Wellington Jorge; Giuliano Domit Od Rocha; João Eduardo Braz de Carvalho; João Ricardo Borba Gonçalves; Larissa Moraes Bertoli Guimarães; Leonardo Maniglia Duarte; Letícia Ladeira Monteiro de Barros; Lea Jenner de Faria; Luis Cláudio Nagalli Guedes de Camargo; Luiz Fernando Michalak Santos; Luiz Fernando SAantos Lippi Coimbra; Marcelo Guedes Nunes; Marcos Paulo Verissimo; Marco Aurélio M Barbosa; Maria Eugenia Novis; Marina Curi Penna; Marina Zaparoli Beretta; Marmel Wolf dos Anjos; Naiara de Oliveira; Olavo Zago Chinaglia; Pablo Augusto Antunes; Paulo Justiniano de Souza; Paulo Leonardo Casagrande; Pedro Miranda Roquim; Reginaldo Fabrício dos Santos; Rodrigo Souza Mentes de Araújo; Thiago Munaro Garcia; Tito Amaral de Andrade; Victor Werebe; Vicente Coelho Araujo e outros.
Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann
Voto-Vista: Conselheira Paula Azevedo
7. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.003340/2017-63
Representante: Cade ex officio
Representados: Nakata Automotiva S.A. ("Nakata") - antiga denominação da Affinia Automotiva Ltda., Mahle Metal Leve S.A., Mann + Hummel Brasil Ltda., Robert Bosch Ltda., Sofape Fabricante de Filtros Ltda., Sogefi Filtration do Brasil Ltda., Abílio Castro Gurgel, Adriana Alves Vanderlei, Alexandre Borges Alves, AnaPaula Sarmento, Antonio Carlos da Cunha Bueno, Antonio Paulo da Silva, Arthur Castro Gurgel, Carlos Alberto Barbosa Filho, Celso Romeu Fischer, Claus Hoppen, Daniele Ferrari De Carli Bianchi, Delfim Magela Calixto, Edvaldo Ricardo Selidônio de Souza, Elias Mufarej, Eugênio Henrique Leopardi Marianno, Fabio Teramoto, Francesco Nardi, Francisco Gomes Neto, Gerson Carrasco, Gerson Ferrari, Humberto Canobre, João Eudes Leitão Goes, Jorge Cerveira Schertel, José Carlos Marques de Brito, José Carlos Massari Junior, Josemar Ribas, José Rubens dos Santos Miguel, Julio Ricardo Albertin, Klaus Rüediger Erich Sauer, Luciana Aparecida da Rocha Jesus, Luiz Fernando Teixeira da Silva, Marcelo Tonon, Markus Wolf, Pedro Geraldo Ortolan, Ricardo Moura Cordeiro Pessoa, Ricardo Simões de Abreu, Roberto Yoshiyuki Hojo, Robson de Souza Rezende, Rodrigo Nascimento Reyes, Sidney Henriques de Oliveira e Susana Gonçalves Ribeiro
Advogados: Eduardo Caminatti Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Maria Gabriela Castanheira Bacha, José Carlos da Matta Berardo, Juliana Maia Daniel, Priscila Brolio Gonçalves, Maria Fernanda Caporale Madi; Vicente Bagnoli, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Natália de Lima Figueiredo, José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Patrícia Agra Araújo, André Mendes Espírito Santo, Maria Cristina Porto de Luca, Nara Terumi Nishizawa, Camila Pires da Rocha, Giovana Vieira Porto, Fabio Fujita Carneiro, Ari Marcelo Solon; Tiago Machado Cortez, Danilo Orenga Conceição, Renata Foizer Silva Manzoni, Dayane Garcia Lopes Criscuolo, Pedro Sérgio Costa Zanotta e outros.
Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani
8. Embargos de Declaração no Ato de Concentração nº 08700.000149/2021-46
Requerentes: Localiza Rent a Car S.A. e Companhia de Locação das Américas
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Ana Bátia Glenk Ferreira, João Felipe Achcar de Azambuja e outros.
Terceiro interessado 1: Fleetzil Locações e Serviços Ltda.
Advogados: André Marques Gilberto, Natali de Vicente Santos, Maria Luisa Pardo Lopes e outros.
erceiro interessado 2: ALD Automotive S.A.
Advogados: Gustavo Elias Melli , Rafael Pereira Donaire e outros.
Terceiro interessado 3: Movida Participações S.A.
Advogados: Bolivar Barbosa Moura Rocha, Marjorie Gressler Afonso, Renata Vieira Lins Arcoverde e outros.
Terceiro interessado 4: Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Raquel Bezerra Candido Amaral Leitão, Vivian Salomão Ianelli e outros.
Relatora: Conselheira Lenisa Prado
9. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.006005/2019-89
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ex officio
Representados: Parker Hannifin Indústria e Comércio Ltda. e Rogério Albino da Rocha
Advogados: Bruno de Luca Drago, Paula Pinedo, Marco Antonio Fonseca Júnior e outros.
Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman
10. Consulta nº 08700.006520/2021-83
Consulente: ICTSI Americas B.V.
Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Gabriel Nogueira Dias, Thaís de Sousa Guerra e outros.
Relatora: Conselheira Paula Azevedo

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 229, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, parágrafo único, do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de janeiro de 2017, e artigo 134 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 2.542, de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de outubro de 2020, e ainda o que consta do processo administrativo nº 02020.001548/2020-16, acerca da dispensabilidade dos bens relacionados nesta portaria, considerando a conveniência e a oportunidade para o desfazimento dos veículos de propriedade do Ibama, resolve:

Art. 1º Ficam desafetados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os veículos listados abaixo, passando à categoria de bem dominical:

I - FIAT Fiorino flex, Tipo: carga caminhonete, Combustível: Álcool/Gasolina, Ano de fabricação: 2008, Placa: JHP-9314, RENAVAM: 00962486760, CHASSI: 9BD25504988827532;

II - NISSAN, Modelo: FRONTIER 4X4 XE, Tipo: Especial Caminhonete, Combustível: Diesel, Ano de fabricação: 2005, Placa: LWL-9148, RENAVAM: 00872306852, CHASSI: 94DCMUD225J634334;

III - MITSUBISHI, Modelo: L200 4X4 GL, Tipo: Especial Caminhonete, Combustível: Diesel, Ano de Fabricação: 2001, Placa: LVT-0130, RENAVAM: 00771218869, CHASSI: 93XJNK3402C117591.

Art. 2º Considerando que os bens públicos não atendem mais às necessidades da autarquia, sendo classificados como antieconômicos e irrecuperáveis, conforme classificação conferida pela Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis designada pelo Superintendente do Ibama no Estado do Piauí, proceda-se a anotação no Cadastro Patrimonial em conformidade com esta Portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.171/SPE/MME, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000134/2022-30. Interessada: Karpowership Brasil Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 43.854.903/0001-42. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Termelétrica denominada Karkey 013, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.GN.RJ.055914-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.869, de 5 de novembro de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 262, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 260, de 27 de setembro de 2021, considerando o que consta do Processo nº 48500.000030/2021-44, resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico descritas na tabela deste Despacho foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 8/2021-ANEEL (LEN A-5/2021):

SEQ	PROCESSO	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Empreendimento
1	48500.000092/2022-37	BOM JARDIM SOLAR 1 SPE S.A. CNPJ: 44.394.990/0001-65	BOM JARDIM I
2	48500.000091/2022-92	BOM JARDIM SOLAR 3 SPE S.A. CNPJ: 44.395.490/0001-48	BOM JARDIM III
3	48500.000104/2022-23	MORRO DO CRUZEIRO I S.A. CNPJ: 42.615.130/0001-89	MORRO 1
4	48500.000102/2022-34	MORRO DO CRUZEIRO II S.A. CNPJ: 42.625.774/0001-58	MORRO 2

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 273, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Processos nºs: 48500.008694/2008-84 e 48500.008692/2008-95. Interessado: Gallway Projetos e Energia do Brasil S.A. Decisão: alterar para até 10 de maio de 2022 o prazo para reapresentação dos Sumários Executivos e dos projetos básicos referentes às PCH Porcos e Santo Antônio. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 279, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 48500.000580/2021-63. Interessados: Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda. Decisão: Alterar, a pedido dos interessados, o Despacho nº 1.017, de 14 de abril de 2021, a fim de registrar a transferência de titularidade do Despacho de Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Arinos 32, da empresa Voltalia Energia do Brasil Ltda., para a empresa Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 281, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 48500.000234/2022-66. Interessado: Enersolar Renováveis SPE Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo deste Despacho, localizadas no município de Ceará Mirim, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 289, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 48500.002747/2020-40. Interessada: Interalli Administração a Participações S.A. Decisão: (i) não conceder o DRI-PCH referente à PCH SAC-014, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MT.037342-7.01, localizada no rio Sacre, no estado de Mato Grosso, uma vez que a PCH SAC-014 encontra-se com DRS-PCH válido, conferido pelo Despacho nº 92, de 2017, o qual foi restaurado os seus efeitos e prorrogado prazo mediante os itens (i) e (ii) do Despacho nº 2.194, de 2021, combinado com o Despacho nº 3.654, de 2021 (nega provimento ao recurso interposto pela Interalli Administração a Participações S.A.); e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL, conforme o disposto no item 13, subitem 13.1, do Anexo V, da Resolução Normativa nº 875, de 2020. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA

DESPACHO Nº 290, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 48500.006398/2021-16. Interessada: Bahia Terminais S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Alto Constantino, com potência instalada de 8.090 kW, cadastrada sob o CEG PCH.PH.RS.046110-5.01, localizada no rio Fão, no estado do Rio Grande do Sul; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 301, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.006544/2021-11. Interessado: Brenergy Geração Solar Pirapora SPE Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo deste Despacho, localizadas no município de Pirapora, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 306, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 48500.004938/2019-11. Interessado: Serra Azul Geradora de Energia S/A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra Azul, localizada no município de Urubici, no estado de Santa Catarina. A íntegra deste despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.194, de 16 de julho de 2021, constante do Processo nº 48500.004849/2013-71, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no D.O. de 20.07.2021, Seção 1, p. 61, v. 159, n. 135, no Anexo I - coluna: "DRS-PCH" e linha: "10" - , onde se lê: "195/2017", leia-se: "92/2017".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 276, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 48500.005434/2021-24. Interessadas: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: Por conhecer o Recurso Administrativo interposto pela transmissora em face do Despacho nº 3.755, de 24 de novembro de 2021, que autorizou a implantação de reforços em instalações sob responsabilidade de concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 2 de fevereiro de 2022.

Nº 308 Processo nº: 48500.001048/2019-49. Interessados: Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos da Bahia XXVII. Unidades Geradoras: UG7, de 5.500,00 kW. Localização: Municípios de Mulungu do Morro e Souto Soares, no estado da Bahia.

Nº 309 Processo nº: 48500.005077/2019-80. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 16 S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 16. Unidades Geradoras: UG8, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 310 Processo nº: 48500.005078/2019-24. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 8 S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 08. Unidades Geradoras: UG1, UG2, UG4 e UG5, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 311 Processo nº: 48500.001602/2014-83. Interessados: Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Jacarandá do Cerrado. Unidades Geradoras: UG1, UG2 e UG4 a UG7, de 3.000,00 kW cada. Localização: Município de Licínio de Almeida, no estado da Bahia.

Nº 312 Processo nº: 48500.001049/2019-93. Interessados: Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos da Bahia XXIII. Unidades Geradoras: UG7, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Souto Soares, no estado da Bahia.

Nº 313 Processo nº: 48500.000556/2019-18. Interessados: Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de São Januário 23. Unidades Geradoras: UG1, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Ruy Barbosa, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 316 Processo nº: 48500.001601/2014-39. Interessados Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Folha de Serra. Unidades Geradoras: UG1 a UG7, de 3.000,00 kW cada. Localização: Município Caetité no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 318, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001551/2003-57, decide suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial das unidades geradoras - UG 1 e 2 da PCH Machado Mineiro, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.MG.001361-7.01, com potência instalada de 1.720 kW, localizada no Rio Pardo, nos Municípios de Águas Vermelhas e São João do Paraíso no estado de Minas Gerais, outorgada à Horizontes Energia S.A.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 283, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e os débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de dezembro de 2021, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 883, de 26 de maio de 2020. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 307, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.005750/2015-58 Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar, para os consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, a bandeira tarifária Verde com vigência no mês de fevereiro de 2022, nos termos da versão 1.8 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 321, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 803, de 23 de janeiro de 2018, e nº 783, de 26 de setembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48500.003910/2019-58, decide homologar o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP (denominado pelas partes como CCE Nº 143717/DPCP), celebrado entre a compradora Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - CEMIRIM e a vendedora Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista conforme montantes abaixo:

MÊS/ANO	MONTANTES DE ENERGIA (MWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	388,583	4.663,00	4.663,00	4.663,00	4.663,00
Fevereiro	388,583				
Março	388,583				
Abril	388,583				
Maio	388,583				
Junho	388,583				
Julho	388,583				
Agosto	388,583				
Setembro	388,584				
Outubro	388,584				
Novembro	388,584				
Dezembro	388,584				
TOTAL	**4.663,00**				

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 50/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Bacias 1A, 1B, 2, 3, 5A, 5B, 5C, 6A, B1 e B4-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.-815.104/1971-OF. N°42754/2021/SESBM-PA/ANM-PA (prazo: 30 dias)
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)
Bacias 1A, 1B, 2, 3, 5A, 5B, 5C, 6A, B1 e B4-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.-815.104/1971-OF. N°4219/2022/SESBM-PA/ANM-PA

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 2/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(270)
800.484/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.483/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.481/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.477/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.473/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.471/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.465/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.460/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.456/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
800.455/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.209/2021-MARCIO DIAS BERGAMI LTDA- Cessionário:ALSANIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA- CPF ou CNPJ 15.242.551/0001-39- Alvará n°4635/2021
800.096/2019-CAVALCANTE DE OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA-Cessionário:PINHEIRO & MINA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 42.684.701/0001-37- Alvará n°7345/2019
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.763/2015-ABREU & ANDRADE CONSTRUTORA LTDA
800.354/2016-TOTAL - LOCACOES, MINERACOES, CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.211/2018-EMX - MINERACOES E LIGAS DO BRASIL LTDA-Areia-IGUATU/CE

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 5/2022

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.297/2005-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°3450/2022/SEFAM-CE/ANM.
800.325/2002-FLORAGUA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°3266/2022/SEFAM-CE/ANM.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°2757/2022/SEFAM-CE/ANM e Nº 2759/2022/SEFAM-CE/ANM.
800.626/2012-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°3274/2022/SEFAM-CE/ANM e Nº 3277/2022/SEFAM-CE/ANM.
800.325/2002-FLORAGUA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°3268/2022/SEFAM-CE/ANM.
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°3464/2022/SEFAM-CE/ANM e Nº 3469/2022/SEFAM-CE/ANM.
800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA. EPP-OF. N°3480/2022/SEFAM-CE/ANM; Nº 3484/2022/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento da anuência prévia ao ato de cessão dos direitos do Registro de Licença(1177)
800.176/2019-EDUARDO AUGUSTO CORTEZ CAMPOS- Publicado no DOU de 27/07/2021, Relação nº 50/2021-ANM/CE, Seção 1 - Pág. 143.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.023/2020-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS ME-OF. N°2517/2022/SEFAM-CE/ANM.
800.068/2020-MACIEL CONSTRUCOES E TERRAPLANAGENS S.A-OF. N°3491/2022/SEFAM-CE/ANM e Nº 3495/2022/SEFAM-CE/ANM.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
800.717/2012-CERÂMICA RUFINO LTDA-OF. N°3295/2022/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.316/2009-UNIVERSAL ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA-OF. N°3923/2022/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.285/2021-BRITAGEM PADRE CICERO LTDA-Registro de Licença N° 02/2022-ANM/CE - Vencimento em 01/06/2041.
800.182/2021-L J L SOUSA MINERACAO-Registro de Licença N° 03/2022-ANM/CE - Vencimento em 02/12/2023.
800.176/2020-LUIZA A DE OLIVEIRA-Registro de Licença N° 04/2022-ANM/CE - Vencimento em 16/10/2029.
800.492/2021-JOSE OSWALDO ARAUJO MAGALHAES-Registro de Licença N° 05/2022-ANM/CE - Vencimento em 12/07/2031.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
800.233/2021-WERLLEY LUIS FERREIRA COSTA DE OLIVEIRA-OF. N°2700/2022/SEFAM-CE/ANM.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.509/2021-LETICIA DOS SANTOS DE MORAIS SERVICOS-OF. N°3410/2022/SEFAM-CE/ANM.
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.617/2021-GEOOS COMERCIO E SERVICOS EIRELI
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
800.497/2021-MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ

800.673/2021-MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
800.791/2021-MUNICIPIO DE FORTIM-OF. N°2794/2022/SEFAM-CE/ANM.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 7/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
844.033/2019-ELIZABETH PRODUTOS CERAMICOS LTDA -Alvará N°327/2020
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
844.047/2021-MUNICIPIO DE IGACI-OF. N°4652/2022/GER-AL/ANM

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 544/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança Nº: 48403.930889/2014-59
Titular: EMPRESA DE MINERAÇÃO MOACYR E FILHOS LTDA. - MOACYR JOSE DA SILVA - SÓCIO-ADMINISTRADOR
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº: 441A/2021
Valor: R$ 2.481,75 (dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos)

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 797, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832363/2021-41-BAZE MINERACAO LTDA (Documento SEI: 3554061)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 796, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.832558/2021-91-CAMILLA RIBEIRO SOARES (Documento SEI: 3554006)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 744, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832508/2021-11-BRIX MINERACAO DO BRASIL LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 799, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832504/2021-25-BOSI TERRAPLENAGEM LTDA (Documento SEI: 3555477)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 522, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48061.861629/2021-73-SABLO EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E CASCALHO EIRELI (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 525, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.872166/2021-65-JOAO ROSALVO DOS SANTOS (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 743, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.861647/2021-55-CALMAP INDUSTRIA DE CALCARIO LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 745, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848271/2021-84-BOSS CONSULTORIA MINERAL LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 523, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.832505/2021-70-SELOMITRAL SERVICOS DE LOCACOES, MINERACOES E TRANSPORTES EIRELI (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 741, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800730/2021-18-MINERACAO BRACHI LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 526, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48065.800731/2021-62-MINERACAO BRACHI LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 527, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.872185/2021-91-FERNANDES SPILLERE ENGENHARIA LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 740, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48054.832528/2021-84-MINERACAO M J LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 742, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832530/2021-53-L SOUZA MINERACAO ESPERANCA EIRELI (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 524, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.872184/2021-47-CALVALE - CALCINACAO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 801, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820774/2021-01-MARIA APARECIDA PIMENTA (Documento SEI: 3555812)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 449, DE 19 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.872255/2021-10-RED STONES MINERACAO LTDA (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 446, DE 19 DE JANEIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832683/2021-09-LUCIANO PEREIRA RODRIGUES (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 803, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesºquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48062.872307/2021-40-CORTEZ ENGENHARIA LTDA. (Documento SEI:)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 804, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.872328/2021-65-AEDSON ANTONIO DE OLIVEIRA (Documento SEI: 3556203)

JOTAVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 805, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria n° 612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48064.890239/2021-81-Benigno Silva Neto (Documento SEI: 3557132)

JOTAVIO BORGES GOMES

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 54, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 5 de abril de 2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.221381/2021-40, resolve: autorizar a sociedade KAIRÓS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 08.793.232/0001-56, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Revoga-se a Autorização ANP nº 330, de 7 de junho de 2010.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 154, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPCE0392861	A. DANILO FRUTUOSO DE SOUSA	15.207.942/0001-12	48610.201156/2022-78
GLPPR0392916	AUTO POSTO SANTA FE LTDA	33.582.477/0001-81	48610.215217/2021-01
GLPMT0392918	C L SUPERMERCADO LTDA	10.695.537/0002-58	48610.200668/2022-17
GLPSP0392909	CARMEM LUCIA DOS SANTOS SILVA	18.225.157/0001-80	48610.201307/2022-98
GLPSP0392899	COMERCIAL BETO GAS E AGUA LTDA	44.625.783/0001-74	48610.201067/2022-21
GLPRS0392911	COMERCIAL DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO E AGUA MINERAL VISTA ALEGRE EIRELI	33.975.911/0001-93	48610.004076/2020-12
GLPSP0392885	COMERCIO DE GAS FERRAZOPOLIS LTDA	44.262.499/0001-80	48610.201283/2022-77
GLPSP0392888	DANILO DA SILVA COMERCIO E DISTRIBUIDORA	43.651.487/0001-85	48610.225653/2021-81
GLPAM0392901	DISTRIBUIDORA BRUNA COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	38.175.109/0001-32	48610.225474/2021-43
GLPGO0392897	E F DE ALMEIDA UNIAO GAS LTDA	44.542.453/0001-15	48610.200163/2022-52
GLPBA0392907	ETEBALDO OLIVEIRA RIBEIRO JUNIOR	42.751.663/0001-98	48610.201303/2022-18
GLPES0392933	I V LOPES	43.082.252/0001-10	48610.201343/2022-51
GLPDF0392875	IMPERIO GAS LTDA	42.054.877/0001-05	48610.201202/2022-39
GLPES0392865	J S GAS LTDA	44.455.622/0001-80	48610.201186/2022-84
GLPPR0392903	JULIANO MACIEL DE GOIS DISK GAS E BEBIDAS	37.325.955/0001-29	48610.220078/2021-20
GLPRS0392935	KELLY BERNARDO HAMEYER DA SILVA	39.686.016/0001-35	48610.224243/2021-12
GLPSP0392931	LIDER COMERCIO DE AGUA E GAS ARACATUBA LTDA	43.288.830/0001-79	48610.201334/2022-61
GLPMA0392927	M C DO NASCIMENTO	28.984.918/0001-31	48610.224901/2021-76
GLPPR0392929	OLIVEIRA & SARTORIO LTDA	29.959.264/0002-30	48610.201308/2022-32
GLPSP0392905	PAULIANE M DO CARMO COMERCIO DE GAS LTDA	39.987.779/0001-16	48610.200623/2022-42
GLPSP0392922	PEDRO GARCIA DA SILVA	05.601.987/0001-13	48610.223254/2021-85
GLPPA0392920	R C MARTINS DOS SANTOS	42.841.928/0001-49	48610.221605/2021-13
GLPGO0392863	RENATO PEREIRA DE SOUZA	42.422.666/0001-88	48610.226636/2021-61
GLPMG0392868	SINVALDO ISAAC DE FARIA	44.620.512/0001-26	48610.201189/2022-18
GLPPA0392883	ULTRAGAZ + SANTAREM LTDA	43.881.086/0001-11	48610.201245/2022-14
GLPMG0392871	VAREJISTA ALMEIDA LTDA	38.641.635/0001-40	48610.201192/2022-31
GLPMS0392937	VIA MORENA AGUA E GAS LTDA	43.309.374/0001-04	48610.201350/2022-53
GLPSP0392873	W. A. GUARUJA COMERCIO DE GAS LIMITADA	44.139.165/0001-14	48610.201199/2022-53

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 155, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0220180	ADRIANO FREIRE RIBEIRO	05.761.445/0002-99	48610.224825/2021-07
PR/PR0220137	ALVORADA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS DE UMUARAMA LTDA	37.693.530/0001-72	48610.225733/2021-36
PR/PA0220136	AUTO POSTO BOA VISTA LTDA	38.410.753/0001-48	48610.200974/2022-53
PR/PE0220197	AUTO POSTO COSTA SUL COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	43.807.827/0001-14	48610.201529/2022-19
PR/ES0220216	BACKER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	37.326.547/0001-91	48610.200899/2022-21
PR/MG0220177	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS NOVA ALIANCA CORREGO DO BOM JESUS LTDA	44.416.953/0001-00	48610.227144/2021-92
PR/SP0220157	F.G NOVA REBOUCAS AUTO POSTO LTDA	43.794.143/0001-25	48610.201409/2022-11
PR/BA0220116	MARUZINHO DOS PASSOS EIRELI	41.325.733/0001-83	48610.200707/2022-86
PR/PA0220178	POSTO CAPITAL MARIO COVAS LTDA	39.422.961/0001-20	48610.222729/2021-16
PR/ES0220176	POSTO LEME LTDA	37.965.726/0001-79	48610.201255/2022-50
PR/RS0220179	REDE DE POSTOS APOLO LTDA	09.164.791/0015-65	48610.226810/2021-75
PR/GO0220196	SILVA E RAMOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.734.358/0002-97	48610.225911/2021-29
PR/BA0220156	THEREZINHA HEREDIA FASSARELA EIRELI	36.119.970/0001-58	48610.201328/2022-11

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 156, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPES0366125	ANDRE MERIZIO MOREIRA	08.065.402/0002-67	48610.012114/2018-88
GLPSE0365036	ASR COMERCIO DE GLP E AGUA MINERAL LTDA	35.771.174/0002-13	48610.005921/2020-69
GLPES0357231	C. A. GAS EIRELI	31.095.496/0002-39	48610.003209/2020-25
GLP/MA0207718	C. FONSECA DIAS GÁS - ME	07.789.323/0014-70	48610.006426/2011-86
GLPPR0383245	CATARATAS COMERCIO DE GAS LTDA	03.644.940/0006-16	48610.209124/2021-30
GLPPR0383409	CATARATAS COMERCIO DE GAS LTDA	03.644.940/0007-05	48610.209131/2021-31
GLP/RS0206477	COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITADA	93.489.243/0039-99	48610.003844/2011-11
GLP/ES0244489	COMERCIO DE GAS CASTELO BRANCO LTDA	29.251.168/0001-51	48610.002595/2018-13
GLP/MG0188055	DEPÓSITO DE GÁS LIMA LTDA.	11.992.999/0001-19	48610.010347/2010-99
GLP/MG0203914	DISTRIBUIÇÃO LATALIZA LTDA	10.373.592/0001-40	48610.018027/2010-87
GLP/PA0237645	E M DA SILVA RIBEIRO EIRELI	24.792.959/0001-75	48610.013324/2016-21
001/GLP/PI0015316	EXPEDITA BEZERRA & NOGUEIRA LTDA.	05.402.654/0001-65	48610.007359/2007-31
001/GLP/DF0006538	FGM COMERCIAL DE GAS LTDA	05.667.978/0001-25	48610.000004/2006-31
GLP/SP0203276	H. GIANOTTO - ME	04.669.417/0001-00	48610.012769/2010-07
GLP/MT0240777	IZABEL DUARTE DE OLIVEIRA	26.430.914/0001-86	48610.006421/2017-49
GLPMS0303628	JAIR C. TROIANO & CREUDIVAN L. RAMALHO LTDA	30.556.186/0001-20	48610.008385/2018-39
GLPSC0367111	JORGE EMANUEL FREITAS SILVEIRA	34.258.132/0001-30	48610.006856/2019-55
GLPCE0352418	JRS SOUSA COMERCIAL LTDA	16.598.319/0001-09	48610.000857/2020-20
GLP/PA0235449	L M COMERCIO DE GAS EIRELI	24.205.256/0001-01	48610.008036/2016-55
GLPDF0325247	L.C. BOSCO DISTRIBUIDORA DE GAS	32.574.487/0001-02	48610.003852/2019-15
GLP/MA0229303	MAIOBÃO COMERCIO DE AGUA E GÁS LTDA - ME	20.868.736/0001-93	48610.003934/2015-36
GLP/DF0217425	NAKAGAVA E MAECAVA COMÉRCIO DE GLP LTDA ME	15.186.766/0001-80	48610.010568/2012-29
GLP/SP0227630	RENATO BUDAIBES - ME	20.680.833/0001-58	48610.012304/2014-71
GLPCE0316174	TETRAGAS REVENDEDORA DE GLP LTDA	32.066.181/0001-45	48610.001566/2019-15

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 157, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base no Art. 30, da Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/RR0019712	A. ALVES DA CRUZ ME	03.864.883/0001-76	48610.001876/2008-87
GLPPI0320594	A. M. DA ROCHA MELO & CIA LTDA	30.880.712/0001-03	48610.003393/2019-70
GLPMT0302749	C A V FERREIRA GAS	19.252.679/0001-34	48610.007426/2018-70
GLPSP0345451	CLEUSA JACINTA DA CONCEICAO	31.713.825/0001-87	48610.007168/2019-11
GLP/BA0179388	EDAG REVENDA DE GÁS PARA COZINHA REPRES. E COM. LTDA.	97.474.472/0001-18	48610.009987/2009-12
GLPBA0307321	EDLEIDE FERREIRA DE JESUS	31.238.772/0001-90	48610.011389/2018-02
GLP/AL0226599	EDSON GOMES MARINHO - ME	20.112.796/0001-81	48610.008941/2014-43
GLP/MG0221603	JOÃO PAULO PEREIRA ESPÍNDOLA	06.188.433/0001-07	48610.006793/2013-41
GLP/CE0227836	JULIO CESAR BASTOS SILVA - EPP	20.713.469/0001-85	48610.012801/2014-70
GLPGO0359505	MARIA APARECIDA BATISTA BORGES SILVA	35.569.416/0001-00	48610.004425/2020-98
GLP/MG0057970	MARIA NAZARÉ COELHO ANDRADE - ME.	03.910.683/0001-02	48610.007607/2008-24
GLP/MG0236094	MARITA CURVELO GONÇALVES	24.246.361/0001-80	48610.009911/2016-16
GLPMG0389485	SANDRO GAS COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI	09.521.021/0002-08	48610.220176/2021-67
001/GLP/CE0010740	V. R. DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS LTDA.	05.954.825/0002-40	48610.000257/2007-94
GLPSP0386881	VIVIANE FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA COMERCIO DE GAS E AGUA	42.384.499/0001-28	48610.213470/2021-12

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 158, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0230295	ALABASTRO POSTOS E SERVIÇOS LTDA.	07.717.683/0001-41	48610.006261/2008-47
PR/SP0016550	APLAUSO AUTO POSTO LTDA	00.016.966/0001-17	48610.007583/2000-56
PR/SP0118882	AUTO POSTO AVENIDA ANDALO LTDA - EPP	15.705.641/0001-19	48610.009666/2012-13
PR/GO0010631	AUTO POSTO CABECEIRAS LTDA	01.677.509/0001-36	48610.009462/2001-21
PR/SP0031301	AUTO POSTO SAUIPE LTDA.	05.137.301/0001-85	48620.000044/2003-11
PR/CE0166890	POSTO DE COMBUSTIVEIS ITA CENTRAL LTDA	05.932.946/0001-00	48610.000270/2004-17

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 159, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0168911	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LOIBAL LTDA	21.247.667/0001-63	48610.000718/2015-39
PR/PE0184135	ANTONIO RABELO PESSOA COMBUSTIVEIS - ME	22.400.475/0001-08	48610.013776/2017-94
PR/PR0174969	AUTO POSTO ALTO DA GLORIA LTDA	21.783.175/0001-92	48610.002792/2016-71
PR/MG0014746	AUTO POSTO BOM JESUS DO CORREGO LTDA.	18.170.050/0001-82	48610.016834/2001-74
PR/PR0188958	AUTO POSTO DUBAI LTDA	10.749.419/0001-02	48610.007288/2018-29
PR/PA0189999	AUTO POSTO GABRIELLA EIRELI	30.498.628/0001-20	48610.013088/2018-13
PR/MT0179914	AUTO POSTO LAFAN LTDA.	21.259.238/0001-06	48610.000671/2017-75
PR/MG0179756	AUTO POSTO SEGOVIA LTDA	24.764.886/0001-08	48610.001911/2017-59
PR/PE0064400	AUTO POSTO SERIEMA LTDA	09.234.924/0002-08	48610.000206/2009-24
PR/SP0002156	AUTO POSTO UNIVERSO DE TUPA LTDA	69.005.494/0001-01	48610.009285/2000-17
GNV/RJ0088224	BIG GAS - VOLTA REDONDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	05.746.825/0001-73	48610.015975/2010-61
PR/RS0171987	BRITIM COMBUSTIVEIS EIRELI-EPP	22.484.857/0001-67	48610.009064/2015-17
PR/SC0007169	COLATTO & CIA LTDA	83.400.234/0001-53	48610.005227/2001-89
PR/RS0109582	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NOTA 10 LTDA	14.764.553/0001-25	48610.003383/2012-68
PR/BA0207763	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CEFAS LTDA.	08.064.721/0001-77	48610.002516/2007-11
PR/RN0168952	F F DE MELO OLIVEIRA COMBUSTIVEL	06.144.397/0001-71	48610.002247/2004-41
PR/PR0134228	GOMES & CARVALHO COMBUSTIVEIS LTDA	17.141.398/0001-89	48610.002998/2013-58
PR/PE0184007	MARINHO & PINHEIRO COMBUSTIVEIS LTDA	27.742.681/0001-10	48610.010931/2017-11
PR/GO0080531	MP COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	06.117.935/0001-39	48610.001643/2010-07
PR/PB0079698	POSTO DE COMBUSTIVEL MUNIZ LTDA	07.384.493/0002-30	48610.000435/2010-82
PR/PA0172914	POSTO MONTANA LTDA.	06.146.589/0001-17	48600.002115/2004-38
PR/RS0009466	POSTO Z + Z DE COMBUSTIVEIS GRAVATAI LTDA	03.300.539/0001-54	48610.006664/2001-11
PR/RS0016641	POSTOS CHOPPAO LTDA.	92.668.813/0001-72	48610.017301/2001-18
PR/RN0197274	REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS POTENGI LTDA	23.423.005/0002-03	48610.000279/2020-21
PR/RJ0005172	RIO PON AUTO SERVICO LTDA	42.214.056/0001-99	48610.003969/2001-71
PR/RS0210098	SANDER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	91.411.256/0004-90	48610.208579/2021-38
PR/PR0142882	T. DA SILVA MILLANI & SILVA LTDA	16.725.270/0001-08	48610.008925/2013-70
PR/AC0172306	T. M. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	03.899.888/0003-04	48610.010249/2015-66
PR/AM0176951	V J COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	17.031.035/0001-90	48610.008512/2016-38
PR/GO0167043	VILELA & VILELA III LTDA	20.893.827/0001-89	48610.011029/2014-79

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 160, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com fundamento no artigo 41, inciso I, alínea 'c' da Resolução ANP nº 58/2014 e no que consta do processo administrativo ANP nº 48610.220138/2019-90, torna público o cancelamento da Autorização nº 507/2015, à atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, a pedido da interessada, concedida à filial da sociedade MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.138.529/0010-18, localizada à Rua Brasil Alto Furquini, nº 401 - Quadra B, Sala 06 - Distrito Industrial. CEP: 14.690-000 - Jardinopolis/SP. Revogam-se as disposições em contrário.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 161, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
AV/SC0217616	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LANDIN LTDA.	02.728.176/0011-61	48610.223958/2021-58

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 162, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao AUTO POSTO MANUEL GAYA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 20.371.478/0001-35, pelas razões constantes do processo 48620.000630/2018-41.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 163, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao AUTO POSTO JET GÁS LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 10.854.960/0001-72, pelas razões constantes do processo 48620.000602/2018-23.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA IV

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 49, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 852, de 23 de setembro de 2021, e o que consta do Processo ANP nº 48610.213614/2021-31, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da refinaria de petróleo Presidente Getúlio Vargas - REPAR, da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A, CNPJ nº 33.000.167/0809-70, situada na Rodovia do Xisto (BR 476), km 16, Araucária - PR, com capacidade de

processamento de petróleo de 34.000 m³/d, com as seguintes unidades e suas respectivas capacidades nominais:

Identificação	Unidade de Processo	Capacidade nominal
U-2100	Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo	34.000 m³/d
U-2200	Unidade de Craqueamento Catalítico	10.500 m³/d
U-2212	Unidade de Coqueamento Retardado	6.500 m³/d
U-2500	Unidade de Desasfaltação a Propano	5.100 m³/d
U-2300	Unidade de MTBE	260 t/d
U-2601	Unidade de Geração de Hidrogênio	270.000 Nm³/d
U-2631	Unidade de Hidrodessulfurização	6.000 m³/d
U-22311	Unidade de Geração de Hidrogênio	1.600.000 Nm³/d
U-2313	Unidade de Hidrotratamento de Correntes Instáveis	7.300 m³/d
U-2315	Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque	3.500 m³/d
U-2316	Unidade de Hidrodessulfurização de Nafta Craqueada	5.500 m³/d
U-3111	Unidade de Fracionamento de Nafta	3.500 m³/d
U-2222	Unidade de Reforma Catalítica	1.100 m³/d
U-2317	Unidade de Hidrogenação de Solventes	260 m³/d
U-2912	Unidade de Separação de Propeno	180.000 t/ano
U-2900	Unidade de Recuperação de Enxofre	78 t/d
U-2225	Unidade de Recuperação de Enxofre	78 t/d

Art. 2º Fica autorizada também a operação da U-2631 com o processo HBio, empregando carga contendo óleo vegetal (até 5%), para produção de óleo diesel, bem como a operação das unidades intermediárias, unidades de tratamento, sistemas auxiliares, interligações com terminais, portos, clientes e empresas distribuidoras, e ainda tancagem existente de petróleo, intermediários e derivados, e outros, descritas abaixo:

Identificação	Capacidade Operacional (m³)	Capacidade nominal (m³)
Petróleo	488.000	654.000
Intermediários e Derivados	723.400	890.385
Outros	44.450	51.784
Total	1.255.850	1.596.169

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 554, de 06/08/2020, publicada no DOU de 07/08/2020.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 204, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a janeiro, fevereiro e março de 2022, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.848, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 06 Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS no 1º trimestre de 2022, conforme valores descritos no anexo a esta Portaria.

§ 1º Os valores foram estabelecidos, considerando as informações aprovadas pelas unidades federadas em setembro, outubro e novembro de 2021 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

§ 2º Para o estado do Amapá foi feito um ajuste a maior no valor total de R$ 68.619,03 (sessenta e oito mil, seiscentos e dezenove reais e três centavos), referente ao reprocessamento dos valores apresentados no SIA/SUS no período de junho, julho e agosto de 2021. Os valores aprovados e repassados ao estado nesse período foram comparados aos dados consolidados em 11 de janeiro de 2022 no SIA/SUS, e serão pagos divididos em três parcelas de R$ 22.873,01 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e um centavo), conforme "Ajuste Mensal a Maior (1)" do Anexo I desta Portaria.

§ 3º Para o Estado de Goiás foi feito um ajuste a maior no valor total de R$ 1.226.321,10 (um milhão, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e vinte e um reais e dez centavos), referente ao reprocessamento dos valores apresentados no SIA/SUS no período de junho, julho e agosto de 2021. Os valores aprovados e repassados ao estado nesse período foram comparados aos dados consolidados em 11 de janeiro de 2022 no SIA/SUS, e serão pagos divididos em três parcelas de R$ 408.773,70 (quatrocentos e oito mil, setecentos e setenta e três reais e setenta centavos), conforme "Ajuste Mensal a Maior (1)" do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ressalta-se que a ausência de valores aprovados correspondentes às APAC dos meses contemplados nessa Portaria que, por motivos diversos, não foram processadas no SIA/SUS até a consolidação dos dados em 11 de janeiro de 2022, serão consideradas como ajustes, em caso de reprocessamento dos mesmos, em próxima Portaria de repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º O valor total a ser repassado às unidades é de R$ 100.737.735,39 (cem milhões, setecentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) que corresponde a um valor mensal de R$ 33.579.245,13 (trinta e três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais e treze centavos).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.5017.4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado, pertencente ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Assistência Farmacêutica.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Repasse de recursos financeiros no 1º Trimestre de 2022

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em setembro, outubro e novembro/2021	Ajuste Mensal a Maior (1)	Valor de pagamento em janeiro, fevereiro e março de 2022
Acre	R$ 32.450,22	R$ -	R$ 32.450,22
Alagoas	R$ 162.216,86	R$ -	R$ 162.216,86
Amapá	R$ 43.288,40	R$ 22.873,01	R$ 66.161,41
Amazonas	R$ 182.647,48	R$ -	R$ 182.647,48
Bahia	R$ 947.168,58	R$ -	R$ 947.168,58
Ceará	R$ 1.407.525,60	R$ -	R$ 1.407.525,60
Distrito Federal	R$ 682.038,46	R$ -	R$ 682.038,46
Espírito Santo	R$ -	R$ -	R$ -
Goiás	R$ 1.634.900,14	R$ 408.773,70	R$ 2.043.673,84
Maranhão	R$ 585.760,31	R$ -	R$ 585.760,31
Mato Grosso	R$ 498.695,51	R$ -	R$ 498.695,51
Mato Grosso do Sul	R$ 139.424,14	R$ -	R$ 139.424,14
Minas Gerais	R$ 2.277.515,75	R$ -	R$ 2.277.515,75
Pará	R$ 198.249,84	R$ -	R$ 198.249,84
Paraíba	R$ 528.574,28	R$ -	R$ 528.574,28
Paraná	R$ 4.003.580,78	R$ -	R$ 4.003.580,78
Pernambuco	R$ 914.278,88	R$ -	R$ 914.278,88
Piauí	R$ 80.572,13	R$ -	R$ 80.572,13
Rio de Janeiro	R$ 722.956,28	R$ -	R$ 722.956,28
Rio Grande do Norte	R$ 259.154,93	R$ -	R$ 259.154,93
Rio Grande do Sul	R$ 2.098.763,56	R$ -	R$ 2.098.763,56
Rondônia	R$ 96.860,26	R$ -	R$ 96.860,26
Roraima	R$ 23.874,47	R$ -	R$ 23.874,47
Santa Catarina	R$ 1.593.927,76	R$ -	R$ 1.593.927,76
São Paulo	R$ 13.699.540,51	R$ -	R$ 13.699.540,51
Sergipe	R$ 253.468,37	R$ -	R$ 253.468,37
Tocantins	R$ 80.164,92	R$ -	R$ 80.164,92
Total	R$ 33.147.598,42	R$ 431.646,71	R$ 33.579.245,13

DESPACHO Nº 58, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 25000.022660/2021-13
Interessado: Instituto do Carinho, CNPJ Nº 13.898.819/0001-60
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no PARECER DE MÉRITO Nº 29/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 00034/2020/CONJURMS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 59, DE 1º FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 25000.031413/2021-08
Interessado: ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA MONTES BELOS SOLIDÁRIA, CNPJ Nº 07.591.591/0001-68
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no PARECER DE MÉRITO Nº 850/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 00034/2020/CONJURMS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 60, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo Administrativo: Nº 25000.178905/2020-77
Interessado: S.O.S em Defesa dos Animais, CNPJ Nº 05.742.088/0001-30.
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

DECISÃO: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no PARECER DE MÉRITO Nº 848/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 00034/2020/CONJURMS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 61, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Ref. Processo Administrativo: nº 25000.168514/2020-44
Interessado: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE FORTALEZA, CNPJ 07.128.770/0001-63
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer nº 851/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0024514654), bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00034/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

RETIFICAÇÃO

No art. 5º da Portaria GM/MS nº 3.693, de 17 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 21 de dezembro de 2021, Seção 1, página 756, onde se lê: "com efeitos financeiros a partir da 1ª (primeira) parcela de 2022", leia-se: "com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2022."

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 566ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 26 de janeiro de 2022, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.027194/2021-10	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011061/2020-41	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.008403/2020-45	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.010922/2020-73	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.015492/2021-67	UNIMED RECIFE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 71 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.007635/2021-67	VISION MED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.009791/2020-81	ODONTOPREV S/A	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	237.600,0 (duzentos e trinta e sete mil e seiscentos reais)
33910.030835/2019-07	BEM BENEFICIOS ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.029071/2019-07	PREMIUM SAÚDE EIRELI - ME	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.024129/2019-18	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.007805/2019-99	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33910.013655/2019-52	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	35.640,00 (trinta e cinco mil seiscentos e quarenta reais)
33910.023952/2020-40	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.016489/2020-80	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	95.040,00 (noventa e cinco mil e quarenta reais)
33910.021528/2020-61	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.023960/2020-96	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.037296/2020-62	UNIÃO MÉDICA PLANOS DE SAÚDE S/A	DIOPE	Art. 57 da RN 124/06	53.133,30 (cinquenta e três mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos)
33910.005377/2021-84	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.023602/2021-64	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.027994/2019-16	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.014085/2020-51	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013953/2020-86	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.008492/2021-19	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIOPE	Art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.007966/2020-16	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.036581/2020-66	SEMPRE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.009613/2020-51	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010768/2020-30	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (Cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos reais)
33910.022835/2020-69	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016241/2020-19	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020020/2020-45	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013955/2020-75	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

33910.011060/2020-04	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.004174/2020-90	PROMED ASSISTENCIA MEDICA LTDA	DIOPE	Art. 79 da RN 124/06	150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais).
33910.003057/2020-17	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.018657/2021-52	UNIHOSP SAÚDE LTDA	DIOPE	Art. 76-B da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.010702/2020-40	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (Oitenta e oito mil reais)
33910.023176/2019-44	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (Oitenta e oito mil reais)
33910.011421/2020-12	GOOD LIFE SAUDE LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.001978/2020-37	UNIMED SERGIPE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016044/2019-66	UNIMED MACEIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.003175/2020-17	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	281.600,00 (Duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais)
33910.013814/2020-52	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.003569/2021-56	CENTRAL OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE NORTE-NORDESTE SOCIEDADE COOPERATIVA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.005245/2021-52	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.041324/2020-46	UNIMED MONTES CLAROS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.	DIOPE	Art. 79 da RN 124/06	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
33910.009573/2020-47	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33910.024894/2020-71	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.014171/2020-64	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016822/2020-51	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007472/2020-31	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.023949/2020-26	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012712/2020-10	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022484/2018-71	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIGES	Art. 37 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
33910.007541/2020-15	ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	DIGES	Art. 79 da RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
33910.020584/2020-88	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019484/2020-17	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007904/2019-71	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.001742/2019-67	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	DIGES	Art. 88 da RN 124/06	47.280,00 (quarenta e sete mil, duzentos e oitenta reais)
33910.002001/2019-01	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO UNIMED TERESÓPOLIS	DIGES	Art. 88 da RN 124/06	20.020,00 (vinte mil e vinte reais)
33910.004769/2019-10	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 88 da RN 124/06	26.048,00 (vinte e seis mil e quarenta e oito reais)
33910.005219/2021-24	UNIMED DE VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES		Retorno à primeira instância
33910.000635/2018-31	COMPAR ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA - ME	DIGES		Retorno à primeira instância
33910.012729/2020-77	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.014359/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.011462/2020-09	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007478/2020-17	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.004284/2020-51	ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil, seiscentos reais)
33910.002658/2020-02	UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO			70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.010681/2020-62	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.027562/2020-49	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.019657/2020-99	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.004616/2020-06	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.012928/2020-85	UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.023061/2020-93	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013610/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.014658/2020-47	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.025047/2019-91	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIGES	Art. 76-A da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.033182/2020-43	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 62-F da RN 124/06	12.000,00 (doze mil reais)
33910.010876/2020-11	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011104/2020-98	POSTAL SAÚDE CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	59.400,00 (Cinquenta e Nove Mil e Quatrocentos Reais)
33910.027556/2020-91	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 76-B da RN 124/06	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
33910.027559/2020-25	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 71 da RN 124/06	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.029647/2019-28	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.014473/2020-32	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.002083/2020-10	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.023582/2021-21	AGEMED SAÚDE S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013123/2019-15	BIORAL SISTEMA ODONTOLÓGICO LTDA.	DIGES	Art. 35 da RN 124/06	81.000,00 (oitenta e um mil reais)
33902.557239/2015-37	UNIMED DE VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 35 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)

25789.022330/2016-32	ALLCARE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.006965/2020-54	DONA SAÚDE CLINICAS LTDA	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

WLADMIR VENTURA DE SOUZA
Secretário-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA N° 1.070, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no exercício da competência que lhe foi delegada por meio do Despacho 153, de 27 de outubro de 2021, aliado ao art. 187, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que exclui os ingredientes ativos da Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa-IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico https://www.gov.br/anvisa/pt-br e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas#.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 295, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: DENTAL IMPLANT RESEARCH INSTITUTE LTDA ME - CNPJ: 22.045.126/0001-15
Produto - (Lote): Chave em aço inoxidável(LOTES A PARTIR DE 27/10/2021);Componente de implante Odontológico em Titânio(LOTES A PARTIR DE 27/10/2021);PILAR CICATRIZADOR MULTIFUNCIONAL EM TITÂNIO(LOTES A PARTIR DE 27/10/2021);Transfer em titanio(LOTES A PARTIR DE 27/10/2021);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0350942/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada na empresa Dental Implant Research Institute Ltda ME, no período de 25 a 27/10/2021, durante a qual ficou comprovada a fabricação de produtos em desacordo com os itens 2.2.2, 2.2.3, 2.2.6, 2.3.2, 2.5.3, 2.4.1, 2.4.2, 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.6, 3.2.1.3, 3.2.1.4, 3.2.1.5, 3.3.1, 4.1.1, 4.1.3, 4.1.9, 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6, 4.1.8, 4.1.7, 4.1.11, 4.2.1, 5.1.2, 5.1.1.1, 5.1.1.3, 5.3.1, 5.3.3, 5.1.3.4, 5.1.3, 5.1.3.1, 5.1.4, 5.1.5, 5.1.5.1, 5.4.2, 5.4.1, 5.5.2, 5.5.3, 5.5.1, 5.6, 6.4.1, 6.5.1, 6.5.3, 7.1.1.1, 7.1.1.5, 7.1.1.8, 7.2.1.2, 7.2.1.5.3,7.2.1.5.6, 7.3.1, 7.3.2 e 9.1 da Resolução-RDC nº. 16/2013, considerando o estabelecido no art. 7º da Lei 6360/1976, no art. 10, inciso XXXV da Lei nº. 6.437/1977 e no art. 15 do Decreto nº. 8.077/2013.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MTP Nº 210, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Altera a Portaria SE/MTP nº 737, de 12 de novembro de 2021, para delegar competência no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência. (Processo nº 19955.102475/2021-11).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 158, de 1º de setembro de 2021, do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, e tendo em vista o inciso VI do art. 6º do anexo I do Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º A Portaria SE/MTP nº 737, de 12 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º-A. Delegar competência ao Subsecretário de Assuntos Corporativos para acessar e operar o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União - SISREI, da Secretária de Patrimônio da União do Ministério da Economia." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SILVA DALCOLMO

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 265 (21912460), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BENEDITINOS - PI, CNPJ 06.682.348/0001-92, Processo 46214.000348/2015-87, para representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, no município de Beneditinos-PI, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de Beneditinos, Estado do Piauí, com fundamento no inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 309 (SEI 22014760), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100940/2022-51, de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mari/PB, CNPJ 08.907.552/0001-90, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietário ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Mari - PR, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar, se empregado permanente, com abrangência municipal e base territorial no município de Mari, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 132 (21525052), resolve: Indeferir o pedido de registro sindical nº SC21549, 19964.100003/2022-04, de interesse do Sindicato SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE PROTECAO VEICULAR- SINPROVEC, CNPJ n.º 27.527.868/0001-09, tendo em vista a ausência da publicação de edital em jornal de grande circulação no Estado do Amapá, impossibilidade de averiguação da legitimidade da publicação do edital no jornal do Estado da Paraíba e por fim a não caracterização de categoria nos termos do art. 511 da CLT, nos termos do art. 253, inciso I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 197 (sei), resolve: INDEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE LUZILANDIA-PI, CNPJ 06.000.004/0001-56, Processo 46214.002379/2017-34, visto a falta de atualização do mandato da diretoria no CNES e da comprovação do pagamento da GRU, nos termo do inciso VI do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 77 (21380494), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.117793/2021-78, de interesse do Sindicato do Comércio de Teófilo Otoni e Região, CNPJ n.º 22.695.514/0001-41, visto a irregularidade documental e pela não caracterização de categoria, com fulcro no art. 253, incisos I e II da Portaria n. 671/2021, respectivamente.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 226 (21835782), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100593/2022-67, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINVERN, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do inciso I, bem como pela não caracterização de categoria, no inciso II, ambos do art. 253, da PORTARIA/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 228 (21843945), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100416/2022-81, SA05900, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CAPTAÇÃO, PURIFICAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E SERVIÇOS DE ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE CASCAVEL E REGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ - SAEMAC, CNPJ 01.420.968/0001-30, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 293 (21979700), resolve: INDEFERIR o registro de alteração estatutária do STRNO - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVO ORIETE PI, CNPJ 07.083.181/0001-06, Processo 46214.004781/2017-53, visto a falta da comprovação do pagamento da GRU, com fulcro no art. 253, inciso VI da Portaria n. 671/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA PREVIC Nº 115, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Previc, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 27 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, torna pública a deliberação da Diretoria Colegiada da Previc tomada na 577ª sessão ordinária, realizada em 01 de fevereiro de 2022, com base no inciso X do Art. 10 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, de:

Art. 1º Encerrar a administração especial com poderes de liquidação extrajudicial no Plano Crefisul, CNPB nº 19790049-19, administrado pelo Multibra Fundo de Pensão, decretada pela Portaria nº 1.468, de 23 de agosto de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTUR Nº 6, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Homologa tombamento da Fortaleza de São José de Macapá e seu acervo, situado no município de Macapá, no Estado do Amapá.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 1º da Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 76ª reunião, realizada no dia 11 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a rerratificação do tombamento da Área da Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá, no estado do Amapá, bem como seu acervo de artilharia, composto por 56 canhões, aprovado pela unanimidade dos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em sua 76ª reunião, ocorrida em 11 de setembro de 2014, nos termos do Processo de Tombamento n° 423-T-50, constante do Processo Administrativo n° 01458.002957/2010-65.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 09 de fevereiro de 2022.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA MTUR Nº 7, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Homologa o tombamento da Antiga Rodoviária de Londrina, no município de Londrina, no estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 1º da Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 95ª reunião, realizada em 19 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento da Antiga Rodoviária de Londrina, emLondrina, no estado do Paraná, aprovado por unanimidade dos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em sua 95ª reunião, ocorrida em 19 de maio de 2021, nos termos Processo de Tombamento nº 1628-T-11, constante do Processo Administrativo nº 01458.000045/2011-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 09 de fevereiro de 2022.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 66, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182164 - AÇÃO COMUNITÁRIA FUNDARTE
Associação Amigos da FUNDARTE
CNPJ/CPF: 91.693.630/0001-44
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Complementado: R$ 6.120,20
Valor total atual: R$ 211.950,70

PORTARIA Nº 67, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204702 - Espetáculo A Saga de Otelo
Alberto
CNPJ/CPF: 268.930.878-96
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

183670 - Bailares Gaúchos
Mario Sergio Arruda Antunes ME
CNPJ/CPF: 11.459.100/0001-05
Cidade: Lages - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191664 - DANÇANDO, CONSTRUINDO O FUTURO
DV EM ACAO
CNPJ/CPF: 31.321.395/0001-58
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

204844 - Fique Vivo!
TRUKS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.009.456/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

181723 - FOOTLOOSE
HIBRIDA EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.742.001/0001-77
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

185147 - Madagascar
HIBRIDA EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.742.001/0001-77
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204958 - Núcleo 40 anos
Núcleo de Arte e Dança
CNPJ/CPF: 17.759.770/0001-15
Cidade: Viçosa - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210509 - PRIMEIRO NÓ
LAIS BITTENCOURT BUENO DE CAMARGO 37835876892 - LAIS BITTENCOURT PRODUCOES
CNPJ/CPF: 21.436.553/0001-61
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202524 - Temporada BULLYING - 18ª edição
Hildemar Barbosa Filho
CNPJ/CPF: 664.534.377-91
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
203360 - 1ª FESTA NACIONAL DO TROPEIRO
Universidade Livre da Cultura
CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

182465 - FESTIVAL CULTURAL NATAL ENCANTADO
FERRAMENTA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 17.074.578/0001-95
Cidade: Maragogipe - BA;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201771 - V PRÊMIO: SABE O LIXO? VIROU ARTE!
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Cidade: Barracão - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
192813 - Arte & China - Tradição & Modernidade
CLEINISSON DE PAULA
CNPJ/CPF: 24.659.231/0001-70
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201125 - Arte e Terapia
INSTITUTO CULTURAL QUATTRO
CNPJ/CPF: 33.339.254/0001-98
Cidade: Viamão - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

202484 - Design.Sense Arte Contemporânea
PILAU & PILAU LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.270.797/0001-96
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

185118 - Egito antigo: do cotidiano à eternidade
Art Unlimited SP Produções Artisticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.262.392/0001-79
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204748 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA DE ARTES VISUAIS
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA ESCOLA DE ARTES VISUAIS
CNPJ/CPF: 29.279.924/0001-50
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204721 - Vicente Guató - Memórias e saberes de um povo
Instituto Homem Brasileiro
CNPJ/CPF: 07.382.139/0001-96
Cidade: Cuiabá - MT;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
203504 - Centro Cultural de Maratá
OSCIP - GUILDA DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE
CNPJ/CPF: 11.312.179/0001-39
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

172287 - IMPLANTAÇÃO DO MUSEU JUDAICO
Associação dos Amigos do Museu Judaico no Estado de São Paulo
CNPJ/CPF: 04.414.533/0001-70
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/09/2022

170058 - NESSAS ÁGUAS TEM HISTÓRIA: PESQUISA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL DE AGUAS FRIAS, SC
Fernanda Ben
CNPJ/CPF: 031.675.219-37
Cidade: Pinhalzinho - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

210914 - Projeto Arquitetônico de Restauração do Solar Grandjean de Montigny
Instituto Pedra
CNPJ/CPF: 17.643.364/0001-92
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/09/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204021 - Brasil Negro
CLIPS PRODUCOES CULTURAIS E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 05.613.502/0001-01
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

204067 - Catarinas
CLIPS PRODUCOES CULTURAIS E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 05.613.502/0001-01
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

203863 - Livro - Artesanato de Minas: história, mapeamento e fotografia
FERNANDA COELHO DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 812.903.576-68
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204333 - Somos Todos África
CLIPS PRODUCOES CULTURAIS E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 05.613.502/0001-01
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204822 - Manutenção anual do Instituto Ricardo Brennand- 2021
Instituto Ricardo Brennand
CNPJ/CPF: 04.699.137/0001-37
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/03/2022

184345 - Projetos para criação do Museu dos Emboabas
Fundação Casa de Cultura de Caeté
CNPJ/CPF: 21.155.528/0001-00
Cidade: Caeté - MG;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
203046 - Mateus e Cristiano - Live Project
M & C MUSIC EVENTOS ARTISTICOS LTDA.
CNPJ/CPF: 11.674.468/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
211051 - MPB Festival ANO III
SONIQUE PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.602.556/0001-01
Cidade: Belém - PA;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 68, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
148866 - Reabilitação da Antiga Cozinha e Refeitório do Complexo Arquitetônico Parque Vicentina Aranha.
ASSOCIACAO PARA O FOMENTO DA ARTE E DA CULTURA
CNPJ/CPF: 09.203.173/0001-81
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Reduzido: R$ 26.298,59
Valor total atual: R$ 1.028.325,44

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 7, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.258, de 03 de novembro de 2021 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 182244 - Rio2C 2021, publicado na portaria nº 0117/18 de 25/07/2018, no D.O.U. em 26/07/2018, para Rio2C 2022.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 202650 - Terra e Ar - Minas Gerais, publicado na portaria nº 0045/20 de 26/06/2020, publicada no D.O.U. em 29/06/2020.

Onde se lê: Produção de vídeo de gênero documental de média metragem, de aproximadamente 35min e finalizado em Full HD, sobre o patrimônio cultural, histórico e ambiental do estado de Minas Gerais, inspirado no percurso por terra e ar que fará o piloto e documentarista Lu Marini.

Leia-se: Produção de vídeo de gênero documental de média metragem, de aproximadamente 40 min e finalizado em Full HD, sobre o patrimônio cultural, histórico e ambiental do estado de Minas Gerais, inspirado no percurso por terra e ar que fará o piloto e documentarista Lu Marini.

Art. 3.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionados abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
211313 - Cinema na Escola
OCHOA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 04.540.929/0001-64
Cidade: Maringá - PR;
Valor Complementado: R$ 197.424,21
Valor total atual: R$ 597.174,33

211649 - Clima de Risco
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 291.555,00
Valor total atual: R$ 890.089,20

203619 - FESTIVAL DO CINEMA INDEPENDENTE IV
VERITAH CULTURA E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 07.864.437/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 394.409,99
Valor total atual: R$ 1.310.859,92

210208 - Rio Conexões Criativas
RIO CREATIVE CONFERENCES LTDA
CNPJ/CPF: 26.079.220/0001-46
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 290.471,99
Valor total atual: R$ 872.834,84

Art. 4.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 5.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE CRUZ PEDRI

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
210776 - Encontros à deriva: Retrospectiva Hong Sang-Soo
Luzes da Cidade - Grupo de Cinéfilos e Produtores Cultura
CNPJ/CPF: 01.631.403/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/04/2022

202052 - FESTIVAL CINEMATECA PAULO AMORIM
Associação de Amigos da Cinemateca Paulo Amorim
CNPJ/CPF: 91.343.103/0001-00
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204464 - Plano Bianual de atividades Instituto CPFL 2021-2022
INSTITUTO CPFL
CNPJ/CPF: 07.234.440/0001-52
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210779 - 15º For Rainbow - Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual e de Gênero
CENAPOP - Centro Popular de Cultura e Ecocidadania
CNPJ/CPF: 35.025.691/0001-62
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 30/09/2022

201423 - 2ª Mostra de Cinema Egípcio Contemporâneo
Oriente-se Produções Ltda
CNPJ/CPF: 16.894.574/0001-90
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/03/2022

203604 - 9º Cinecipó - Festival Internacional de Cinema Ambiental
Cardes Monção Amâncio
CNPJ/CPF: 047.459.976-04
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210492 - ALIMENTO CONECTA
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210672 - AMAZONIA SAMBA
ARTHUR ESPINDOLA ORIENTE VASCONCELOS
CNPJ/CPF: 21.597.994/0001-45
Cidade: Belém - PA;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/11/2022

210674 - ARCHcine - Festival Internacional de Cinema de Arquitetura
Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais - IBEFEST
CNPJ/CPF: 10.576.820/0001-80
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 12/01/2022 à 31/12/2022

194245 - Ariano Suassuna
3 BRASIS AUDIOVISUAL MULTIPLATAFORMA & ECONOMIA CRIATIVA LTDA
CNPJ/CPF: 28.229.662/0001-57
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

186079 - Arte na Praça
Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia
CNPJ/CPF: 22.225.247/0001-49
Cidade: Uberlândia - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205015 - As Aventuras do Sapo Lino
R.G. DOS SANTOS PRODUÇÕES ARTÍTSTICAS - ME
CNPJ/CPF: 15.589.207/0001-10
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 12/01/2022 à 31/12/2022

201420 - Banho Maria - Histórias afetivas da cozinha brasileira
Elo 3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201781 - Carta ao Zé.
DEBORA AGOSTINI GUIMARAES
CNPJ/CPF: 111.669.896-07
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/06/2022

201427 - Casamento Matuto
ANA LUCIA CAPOZZOLI HIDALGO
CNPJ/CPF: 215.197.508-89
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205019 - CATALÃO ? CIDADE MINERADORA
PROSA PRESS PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 07.606.096/0001-85
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210209 - Celeste - Média Metragem
SPIRIT ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 08.378.645/0001-74
Cidade: - PR;
Prazo de Captação: 12/01/2022 à 31/12/2022

211241 - CINE PE Festival do Audiovisual 2021
BPE - BERTINI - PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS EIRELI
CNPJ/CPF: 04.719.487/0001-18
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

177542 - Cine São Paulo Inclusão
Toptrends Tendências e Soluções em comunicação LTDA
CNPJ/CPF: 06.343.838/0001-64
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193747 - CINEESPORTE-FESTIVAL DE CINEMA DE ESPORTES
Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais - IBEFEST
CNPJ/CPF: 10.576.820/0001-80
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/03/2022

193744 - CINEMA AQUI 5ª EDIÇÃO
AUI CULTURAL PRODUCAO CULTURAL E ARTES CENICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

178917 - Cinema em Movimento ano XVI
Meios de Produção e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193448 - Cinema na Linha
MARGOT FILMES LTDA
CNPJ/CPF: 00.198.170/0001-22
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191848 - CineOLHAR
ALINE APARECIDA MIGUEL
CNPJ/CPF: 083.068.886-26
Cidade: Uberlândia - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211786 - Conexão Brasil ? Japão
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/12/2022

210128 - Coreiros - por entre Rios e Ruas
Vilalobos Empreendimentos Sociais SS Ltda ME
CNPJ/CPF: 54.284.294/0001-50
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203603 - Curta Diferenças
Munari Produções EIRELI
CNPJ/CPF: 05.794.753/0001-30
Cidade: Osório - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203764 - Desafio Mecânico
TRIP MIDIA PRODUCAO CINEMATOGRAFICA LTDA
CNPJ/CPF: 37.155.328/0001-97
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/08/2021 à 31/12/2021

205239 - Deus não dá asas à cobra
LEON DE MELLO BARBERO 41124412824
CNPJ/CPF: 22.087.482/0001-00
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193592 - Dia Mundial da Criatividade
Lucas de Moraes Foster - ME
CNPJ/CPF: 13.003.401/0001-47
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203311 - Dinho
MARCIA MARIA PEREIRA ALVES 26502585604
CNPJ/CPF: 14.321.672/0001-03
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211646 - Dona Concinha
IGOR SIMOES ALONSO - ME
CNPJ/CPF: 13.807.230/0001-09
Cidade: Osasco - SP;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

211747 - É NÓIS NA FITA - CURSO GRATUITO DE CINEMA 2022
Vertigo Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 56.629.728/0001-31
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194205 - EDUCAÇÃO 4.0
PROSA PRESS PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 07.606.096/0001-85
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210206 - Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul Brasil, África, Caribe e Outras Diásporas 14 anos
Centro Afro Carioca de Cinema
CNPJ/CPF: 10.205.079/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 31/12/2021 à 31/12/2022

184192 - Energia Solar - Implementação no mundo e na sua casa.
AUGUSTO FRACAO DE OLIVEIRA XAVIER
CNPJ/CPF: 815.333.491-34
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210840 - Esta noite seremos felizes
PAGU PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 12.520.460/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/11/2022

205022 - EUTUERPE EDULIS
PEDRO CIAMPOLINI - ME
CNPJ/CPF: 13.444.023/0001-37
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211598 - Festival Ave Lola de Curtas-Metragens (Evento Virtual)
Ave Lola e As Meninas Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 13.001.352/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

180967 - Festival de Cinema Acessível Ficção e Aventura
O som da luz estudio de gravações Ltda
CNPJ/CPF: 12.812.217/0001-85
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201144 - FESTIVAL DE CINEMA DE VASSOURAS
SG FILMES LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.326.389/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210204 - GREEN NATION FEST - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio-Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/10/2022

203951 - Laboratório Audiovisual Cocriativo
Cocriativa Conteúdos Audiovisuais Ltda.
CNPJ/CPF: 15.571.863/0001-96
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210428 - LABORATÓRIO DE CURTA- METRAGEM
MOVIE TRACKS PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA
CNPJ/CPF: 31.250.892/0001-02
Cidade: - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205149 - Moda Brasileira II ? 2005 ? 2020
Ruth Slinger
CNPJ/CPF: 092.284.908-02
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211101 - Mostra Betty Faria - 80 anos
PINBALL PRODUCOES LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.510.499/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/03/2022

211191 - Mundo das Águas e sua importância
MARIA APARECIDA HUNGRIA DE SOUZA
CNPJ/CPF: 144.110.648-04
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211537 - Nas Cordas do Choro
Paulo Helder Mendes Córdova
CNPJ/CPF: 606.573.321-00
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 21/03/2022

184191 - Navega Brasil - Santa Catarina
AUGUSTO FRACAO DE OLIVEIRA XAVIER
CNPJ/CPF: 815.333.491-34
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210883 - Nos tempos de Laudiceia
MARCIA MARIA PEREIRA ALVES 26502585604
CNPJ/CPF: 14.321.672/0001-03
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 31/12/2021 à 31/12/2022

210780 - Nossa Senhora, rogai por eles - Média Metragem
ROGERIO SOUSA LIMA
CNPJ/CPF: 829.315.933-20
Cidade: São Luís - MA;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193740 - O CHEIRO PELO SUSTENIDO
THIAGO GOMES DE MELO RABELO 08750226770
CNPJ/CPF: 35.227.732/0001-01
Cidade: São Mateus - ES;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204563 - Opera Omnia Padre Cícero - Padre Cícero no Crato e a sua chegada em Juazeiro
Felipe Teixeira Bueno Caixeta
CNPJ/CPF: 13.144.529/0001-20
Cidade: Juazeiro do Norte - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210200 - Os Novos Brinquedos de Lupita
PETIT FABRIK ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 08.813.728/0001-44
Cidade: Manaus - AM;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 01/02/2022

211626 - Pai
JESSIKA SIQUEIRA SANTOS
CNPJ/CPF: 020.473.851-21
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 01/11/2022

192913 - Pintando o Sete
ERIKA SIMOES LEITE
CNPJ/CPF: 178.761.568-51
Cidade: São Carlos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193071 - Polodoc - Documentário
DIALETO POLODOC PRODUCOES SOCIO-CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 24.009.909/0001-79
Cidade: Indaiatuba - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211360 - Re Ciclo de Cinema - Cultura e Conscientização
STR ESTRUTURA PARA FILMES E EVENTOS S/S LTDA - EEP
CNPJ/CPF: 07.994.291/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205235 - Retratos de África
Natasha Empreendimentos Artísticos Ltda
CNPJ/CPF: 04.716.327/0001-15
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205020 - SP FOOD FILM FEST
Daniela de Oliveira Cyrino Guariba - ME
CNPJ/CPF: 09.536.701/0001-14
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 15/12/2022

193427 - Sr. Santos Dumont - Documentário em vídeo
Giorgi Dener Gonçalves
CNPJ/CPF: 059.010.548-57
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211466 - VI Festival Imperial de Cinema de Petrópolis
Pacheco Monteiro comunicações Ltda
CNPJ/CPF: 15.676.647/0001-05
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/03/2022

210875 - Videoclipe Tranquei a Porta para Você
ANDRE JOSE LEITE DE FARIA
CNPJ/CPF: 141.226.916-48
Cidade: Medeiros - MG;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

212904 - 32º Cine Ceará Festival Ibero-americano de Cinema
M. MARGARITA HERNÁNDEZ PASCUAL
CNPJ/CPF: 00.993.636/0001-81
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ANEXO II

210841 - Cozinhando em Libras
TV LIBRAS PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA
CNPJ/CPF: 39.520.629/0001-06
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA FBN Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014, com o objetivo de promover a Internacionalização do Livro e da Literatura, prevista pela Decisão Executiva FBN nº 200, de 16 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2011, artigo 1º, incisos I e VII, resolve:

Art. 1º Promulgar o Regulamento do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, datado de 1º de julho de 2021 e disponível no sítio eletrônico da Fundação Biblioteca Nacional no endereço <https://www.bn.gov.br/explore/programas-de-fomento/programa-apoio-traducao-publicacao-autores>.

Art. 2º Estabelecer que os futuros Editais de Chamamento Público para o referido Programa atendam ao previsto no artigo 3º do mesmo Regulamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL NOGUEIRA ALVES TAVARES DA SILVA

ANEXO

EXTRATO DO REGULAMENTO

Por meio do Regulamento do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) estabelece os critérios para a concessão de auxílio financeiro às editoras estrangeiras que desejarem traduzir, publicar e distribuir, no exterior, obras de autores brasileiros previamente publicadas no Brasil. Este Regulamento observa o disposto pela legislação em vigor (Lei nº 8.313/1991; Lei nº 9.610/1998; Decreto nº 5.761/2006; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008; Portaria MinC 29/2009; Decisão Executiva FBN nº 200/2011; e, a título supletivo, Lei nº 14.133/2021).

Art. 1º O Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, criado pela FBN em 1991 e integrado à política de Internacionalização do Livro e da Literatura (cf. Decisão Executiva FBN nº 200/2011, artigo 1º, incisos I e VII), objetiva difundir a cultura e a literatura brasileiras no exterior por meio da concessão de apoio financeiro a editoras.

§ 1º O Programa é oferecido às editoras estrangeiras que desejarem traduzir para qualquer idioma, publicar e distribuir no exterior, em forma de livro (impresso, digital, ou em ambos os formatos), obras de autores brasileiros, previamente publicadas no Brasil em português.

§ 2º Excepcionalmente, a Diretoria Colegiada da FBN pode destinar bolsas de apoio a editoras brasileiras com vistas à distribuição no exterior de obras em português ou traduzidas a outro idioma.[...]

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 880, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

ICP n.º 08190.049947/21-66

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigos 81 e 82, ambos da Lei Federal nº 8.078/90);

CONSIDERANDO que as normas de proteção e defesa do consumidor são de ordem pública e interesse social (artigo 6º, incisos III e VI, do CDC);

CONSIDERANDO que constituem direitos básicos dos consumidores a modificação/revisão das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, assim como a proteção Jurídica, administrativa e técnica com vistas à prevenção ou reparação de danos (artigo 6º, incisos V e VII, do CDC);

CONSIDERANDO que a decretação da pandemia (COVID-19) pela Organização Mundial de Saúde, em 11/03/2020, conduziu à adoção de medidas governamentais de restrição às interações sociais, entre as quais a autorização de substituição do ensino presencial pelo remoto, nas instituições de ensino superior brasileiras, nos termos da Portaria nº 343, de 17/3/2020 -MEC;

CONSIDERANDO que a forma de cumprimento dos contratos de serviços na área de educação sofreu alterações substanciais, as quais impactaram as partes de igual forma;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.870/99 estabelece que se deve respeitar o equilíbrio entre o preço cobrado dos estudantes e o custo do ensino oferecido, bem como prevê a possibilidade de apresentação de planilha de custos, quando houver alteração no valor do serviço prestado;

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório em curso indica provável inobservância das regras previstas na Lei nº 9.870/99, pelas instituições de ensino superior 1.LS EDUCACIONAL; 2.UNICEPLAC; 3.UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA; 4.UNICEUB; 5.UNIPROJEÇÃO; 6.UDF; 7.UPIS; 8.UNIEURO; 9.ICESP; 10.ANHANGUERA JK; 11.GRUPO IBMEC; 12.MACKENZIE BRASÍLIA; 13.IDP; 14.FGV; 15.GRUPO BRASÍLIA EDUCACIONAL; e 16. FACULDADE PROCESSUS, havendo necessidade de apuração do cálculo da anuidade/semestralidade cobrada dos alunos para o ano de 2021, e a variação dos gastos na prestação dos serviços de ensino, no período de suspensão das atividades presenciais por força da pandemia declarada pela OMS (Covid-19);

CONSIDERANDO que a natureza da instituição de ensino não a exime de cumprir a legislação consumerista;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de outras diligências, inclusive requisição de documentos e perícia contábil, para apuração dos fatos; resolve:

com suporte nas Leis Federais nºs 7.347/85 e 8.078/90, e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando à apuração dos fatos, indicação de responsabilidade e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores e, para tanto, determina-se:

a) a autuação e o registro desta portaria;

b) a comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT;

c) a reiteração do ofício n º 93/2021, destinada à instituição Grupo Brasília Educacional, com as ressalvas legais, considerando que as tentativas anteriores restaram frustradas, conforme certificado pela secretaria na peça 110;

d) após, o encaminhamento do feito à assessoria processual, para conclusão do solicitado no Despacho de peça 117, para que seja apresentado relatório do feito, bem como realização de pesquisas pertinentes (situação covid no DF ao longo do ano de 2021, processos e decretos relativos ao retorno de atividades presenciais, processos individuais de eventuais alunos considerados lesados, entre outros).

FERNANDA DA CUNHA MORAES
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 882, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

ICP n.º 08190.003109/22-91

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a informação adequada e clara e a proteção contra a publicidade enganosa são direitos básicos do consumidor (art. 6º, inciso III e IV, do CDC);

CONSIDERANDO que os elementos colhidos no Procedimento Preparatório nº. 08190.017215/21-25 fornecem elementos indiciários de possível propaganda enganosa nos postos da rede Petrobras-BR, ao divulgar o preço dos combustíveis para pagamento por meio do aplicativo AME, bem como suposta falta de clareza na divulgação das regras do citado programa, o que, em tese, pode configurar lesão a interesse de consumidor, em perspectiva coletiva (lato sensu); resolve:

com suporte nas Leis Federai nº7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;
2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;
4. Reitere-se o ofício à SENACON (peças 96 e 109).

FERNANDA DA CUNHA MORAES
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 883, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

ICP n.º 08190.003108/22-28

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a informação adequada e clara e a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais são direitos básicos do consumidor (art. 6º, inciso III e VI, do CDC);

CONSIDERANDO que os elementos colhidos no Procedimento Preparatório nº. 08190.017209/21-22 verificou-se a divulgação de informações destoantes dos comandos da Lei nº 14.034/20, fornecendo elementos indiciários de possível descumprimento das disposições legais, o que, em tese, pode configurar lesão a interesse de consumidor, em perspectiva coletiva (lato sensu); resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. Cumpram-se as diligências pendentes.

FERNANDA DA CUNHA MORAES

Promotora de Justiça

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 87, DE 1 DE FEVEREIRO DE 2022

Retifica o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao terceiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 4050/2021, e

Considerando a edição da Portaria nº 64/2022 que deu publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2021 com o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, publicada na Seção 1 do DOU, edição extra de 28/01/2022, resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 64/2022 para incluir, no Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2021, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Maio/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.780.439,31	8.480.384,23	8.361.756,79	8.320.159,94	8.407.576,45	8.388.292,47	8.207.303,02	8.321.881,85	8.362.096,68	8.657.125,22	12.742.576,27	10.024.907,64	109.054.499,87	2.109.901,28
Pessoal Ativo	9.678.202,35	7.729.081,01	7.618.832,47	7.577.235,62	7.674.516,32	7.637.482,95	7.454.567,33	7.569.146,16	7.609.360,99	7.904.389,53	11.611.322,67	9.258.410,48	99.322.547,88	2.109.901,28
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.452.015,75	6.496.181,46	6.385.818,68	6.341.662,93	6.426.668,11	6.400.013,24	6.217.465,53	6.324.016,22	6.377.494,13	6.662.856,86	9.134.623,99	7.967.382,30	83.186.199,20	2.108.101,28
Obrigações Patronais	1.226.186,60	1.232.899,55	1.233.013,79	1.235.572,69	1.247.848,21	1.237.469,71	1.237.101,80	1.245.129,94	1.231.866,86	1.241.532,67	2.476.698,68	1.291.028,18	16.136.348,68	1.800,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.102.236,96	751.303,22	742.924,32	742.924,32	733.060,13	750.809,52	752.735,69	752.735,69	752.735,69	752.735,69	1.131.253,60	766.497,16	9.731.951,99	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	672.146,59	448.814,65	448.316,57	448.316,57	448.316,56	466.065,95	467.992,12	467.992,12	467.992,12	467.992,12	700.197,81	467.992,12	5.972.135,30	-
Pensões	430.090,37	302.488,57	294.607,75	294.607,75	284.743,57	284.743,57	284.743,57	284.743,57	284.743,57	284.743,57	431.055,79	298.505,04	3.759.816,69	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.102.236,96	751.303,22	794.053,31	745.888,86	743.708,51	781.730,72	780.844,70	763.825,01	842.160,11	939.916,84	1.131.253,60	929.944,67	10.306.866,51	989.229,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	29.719,07	28.109,01	10.399,11	12.222,86	86.244,00	-	33.129,28	199.823,33	20.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	51.128,99	2.964,54	10.648,38	1.202,13	-	690,21	77.201,56	100.937,15	-	130.318,23	375.091,19	969.229,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.102.236,96	751.303,22	742.924,32	742.924,32	733.060,13	750.809,52	752.735,69	752.735,69	752.735,69	752.735,69	1.131.253,60	766.497,16	9.731.951,99	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.678.202,35	7.729.081,01	7.567.703,48	7.574.271,08	7.663.867,94	7.606.561,75	7.426.458,32	7.558.056,84	7.519.936,57	7.717.208,38	11.611.322,67	9.094.962,97	98.747.633,36	1.120.671,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.047.775,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	99.868.305,22	0,009399
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	177.068.799,31	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	168.215.359,35	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	159.361.919,38	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, SECONT/COF, 21/01/2022 e hora de emissão 17h30m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.233, de 20 de janeiro de 2022, publicada em 21 de janeiro de 2022.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e não pagos		Restos a Pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De exercícios anteriores	Do exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)		(h) = (f-g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	5.725.964,34	-	-	60.439,37	-	5.665.524,97	5.665.524,97	-	-
Recursos Ordinários	5.725.964,34	-	-	60.439,37	-	5.665.524,97	5.665.524,97	-	-

	0100 - Recursos Ordinários	5.725.964,34	-	-	60.439,37	-	5.665.524,97	5.665.524,97	-	-
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		1.751.587,70	-	-	318.314,82	516.936,80	916.336,08	916.336,08	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-		-	-
Outros Recursos Vinculados		1.751.587,70	-	-	318.314,82	516.936,80	916.336,08	916.336,08	-	-
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	915.893,49	-	-	19.750,00	-	896.143,49	896.143,49	-	-
	0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	318.757,41	-	-	298.564,82	-	20.192,59	20.192,59	-	(0,00)
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0190 - Recursos Diversos	516.936,80	-	-	-	516.936,80	-	-	-	-
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)		7.477.552,04	-	-	378.754,19	516.936,80	6.581.861,05	6.581.861,05	-	-

FONTE: Sistema SIAFI,Unidade Responsável SECONT/COF. Data da emissão: 21/01/2022 Hora de emissão: 17:30h e 30m

Notas:

1. O modelo estabelecido na 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R$ 4.766.237,61.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, Art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	1.062.519.047.775,45

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal	99.868.305,22	0,009399
Limite Máximo (incisos I, II e III do Art. 20 da LRF)	**177.068.799,31**	0,016665
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF)	168.215.359,35	0,015832
Limite de Alerta (inciso II do §1º do Art. 59 da LRF)	159.361.919,38	0,014999

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	6.581.861,05	-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF. Data da emissão 21/01/2022 e hora de transmissão 17h30

Des. WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

JOÃO VICTOR PEREIRA MARTINS DA SILVA
Diretor-Geral

PAULO GERMANO CARVALHO LEITE
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

SYLVIA REBECA RIBEIRO HORTÊNCIO
Coordenadora de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA GP Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2022 (*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 48 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Portaria STN nº 1.233, publicada no D.O.U. de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, relativo às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de janeiro de 2021 à dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ELTON MARTINEZ CARVALHO LEME

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													Inscritas Em Restos a Pagar Não Processados [1] (b)
	Jan /21	Fev /21	Mar /21	Abr /21	Mai /21	Jun /21	Jul /21	Ago /21	Set /21	Out /21	Nov /21	Dez /21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	51.369.421	38.357.330	38.096.935	37.985.097	37.814.465	39.939.087	37.608.894	36.085.336	37.737.725	39.277.291	57.522.826	40.126.757	491.921.164	6.696.314
Pessoal Ativo	34.425.212	27.113.381	26.870.543	26.774.439	26.673.789	28.863.503	26.596.135	25.010.923	26.774.772	28.331.451	41.136.078	29.193.224	347.763.450	4.476.643
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	29.726.783	22.358.155	22.109.348	22.068.833	21.960.196	24.135.734	21.874.824	20.291.381	21.958.376	23.626.571	31.813.035	24.481.649	286.404.887	3.352.435
Obrigações Patronais	4.698.429	4.755.227	4.761.195	4.705.606	4.713.592	4.727.769	4.721.311	4.719.541	4.816.396	4.704.879	9.323.043	4.711.575	61.358.564	1.124.208
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.944.209	11.243.949	11.226.391	11.210.657	11.140.677	11.075.584	11.012.759	11.074.413	10.962.952	10.945.840	16.386.748	10.933.533	144.157.714	2.219.671
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.799.892	7.145.065	7.104.596	7.106.006	7.059.775	7.013.217	6.985.225	6.986.874	6.932.272	6.888.877	10.392.325	6.918.906	91.333.032	1.210.353
Pensões	6.144.317	4.098.884	4.121.796	4.104.651	4.080.902	4.062.367	4.027.533	4.087.539	4.030.681	4.056.963	5.994.423	4.014.627	52.824.682	1.009.318
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	16.944.209	11.243.949	11.247.356	11.320.153	11.140.677	11.144.873	11.012.827	11.174.533	11.085.347	10.963.458	16.400.775	10.943.086	144.621.243	1.235.335
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0	0	20.964	109.495	0	69.289	68	100.120	122.395	17.618	14.026	47.265	501.240	89.409
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.944.209	11.243.949	11.226.391	11.210.657	11.140.677	11.075.584	11.012.759	11.074.413	10.962.952	10.945.840	16.386.748	10.895.822	144.120.003	1.145.926
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	34.425.212	27.113.381	26.849.579	26.664.944	26.673.789	28.794.214	26.596.067	24.910.803	26.652.378	28.313.833	41.122.052	29.183.670	347.299.922	5.460.979

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.047.775,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	352.760.900,29	0,033200
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.106.698.589,78	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.051.363.660,29	0,09895
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	996.028.730,80	0,093742

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: SECONT/SOF. Data da emissão: 24/01/2022, hora de emissão 16:00h
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.233, de 20 de janeiro de 2022, publicada em 21 de janeiro de 2022.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.062.519.047.775,45
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	352.760.900,29	0,033200
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.106.698.589,78	0,104158
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.051.363.660,29	0,098950
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	996.028.730,80	0,093742
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	16.831.973,79	2.048.691,76

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: SECONT/SOF. Data da emissão: 24/01/2022, Hora de emissão: 16:00h

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") R$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade De Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade De Caixa Líquida (Antes Da Inscrição Em Restos a Pagar Não Processados Do Exercício) [1]	Restos a Pagar Empenhados E Não Liquidados Do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos Por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade De Caixa Líquida (Após a Inscrição Em Restos a Pagar Não Processados Do Exercício)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)		(h) = (f-g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	23.674.928,86	605.533,79	714.005,65	10.071.804,81	26.613,98	12.256.970,63	12.256.830,39	-	140,24
Recursos Ordinários	23.674.928,86	605.533,79	714.005,65	10.071.804,81	26.613,98	12.256.970,63	12.256.830,39	-	140,24
0100 - Recursos Ordinários	23.674.788,62	605.533,79	714.005,65	10.071.804,81	26.613,98	12.256.830,39	12.256.830,39	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	140,24	-	-	-	-	140,24	-	-	140,24
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	7.006.986,21	-	-	-	383.291,29	6.623.694,92	4.575.143,40	-	2.048.551,52
Recursos Vinculados ao RPPS	1.145.926,02	-	-	-	-	1.145.926,02	1.145.926,02	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1.118.307,69	-	-	-	-	1.118.307,69	1.118.307,69	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	27.618,33	-	-	-	-	27.618,33	27.618,33	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	5.861.060,19	-	-	-	383.291,29	5.477.768,90	3.429.217,38	-	2.048.551,52
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	2.666.705,43	-	-	-	-	2.666.705,43	2.666.705,43	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	2.048.551,52	-	-	-	-	2.048.551,52	-	-	2.048.551,52
0151 - Recursos livres da Seguridade Social	762.511,95	-	-	-	-	762.511,95	762.511,95	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	383.291,29	-	-	-	383.291,29	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	30.681.915,07	605.533,79	714.005,65	10.071.804,81	409.905,27	18.880.665,55	16.831.973,79	-	2.048.691,76

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: SECONT/SOF. Data da emissão: 24/01/2022, Hora de emissão: 16:00h.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R$ 24.657.198,89.

MARCIO BISPO DE OLIVEIRA
Secretário de Orçamento e Finanças

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
Diretora-Geral

CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ PEREIRA
Secretario de Controle Interno e Auditoria

Des. ELTON MARTINEZ CARVALHO LEME
Presidente do Tribunal

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DOU de 27/1/2022, DOU nº 19, Seção 1, págs. 157 e 158.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 685, DE 19 DE JANEIRO DE 2022

Institui a concessão de Anotação de Responsabilidade Técnica nos Serviços de Enfermagem prestados de forma autônoma e/ou liberal.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, IV, da Lei nº 5.905/73, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO o art. 11, inciso I, alínea "h" da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o art. 8º, inciso I, alíneas "d", do Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que definem as atividades de consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem como privativas do enfermeiro;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que a elaboração de Programas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Programa de Limpeza e Higienização, Auditoria, Equipamentos, Materiais e Insumos Médico-hospitalares e a realização de Consultoria são considerados serviços de enfermagem nos termos da Resolução Cofen nº 509, de 15 de março de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 303/2005, que dispõe sobre a autorização para o Enfermeiro assumir a coordenação como responsável técnico do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS;

CONSIDERANDO o amparo legal de os enfermeiros poderem atuar de forma autônoma e/ou liberal mediante contratos de prestação de serviços visando a realização de trabalhos relacionados a consultorias e de programas e projetos em sua área de atuação, nos termos da legislação de regência da profissão;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 677/2021, a qual estabelece normas e padrões para a fabricação, expedição, utilização e controle das carteiras de identidade profissional, certificado de registro de empresas e certificado digital do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 509/2016, que atualiza a norma técnica para anotação de responsabilidade técnica pelo serviço de enfermagem e define as atribuições do enfermeiro responsável técnico;

CONSIDERANDO o Parecer de Pedido de Vistas nº 270/2021 e o Parecer de Câmara Técnica nº 0016/2021/CTLN/COFEN;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Plenário do Cofen em sua 534ª Reunião Ordinária de Plenário e todos os documentos acostados aos autos do Processo Administrativo Cofen nº 0415/2021, resolve:

Art. 1º Instituir a concessão de Anotação de Responsabilidade Técnica nos Serviços de Enfermagem prestados de forma autônoma e/ou liberal por enfermeiros, na condição de pessoa física ou jurídica, visando a elaboração de Programas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Programa de Limpeza e Higienização, Auditoria de Enfermagem, Equipamentos, Materiais e Insumos Médico-hospitalares, e Consultoria de Enfermagem em geral.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, considera-se ART - Anotação de Responsabilidade Técnica como o documento legal que define os responsáveis técnicos legais pela realização ou prestação de serviços relativos à enfermagem, assim definidos no inciso I do art. 2º da Resolução Cofen nº 509/2016.

Art. 3º A ART visa garantir o acervo técnico profissional que comprova sua experiência à medida que registra todas as atividades técnicas desempenhadas ao longo de sua carreira, garantindo, também, os direitos autorais ao profissional e o direito à remuneração

como comprovante da execução do serviço, demonstrando a existência de contrato entre as partes, e define os limites da responsabilidade técnica.

Art. 4º No Conselho Regional de Enfermagem, a implementação do processo de requerimento de ART para Enfermeiro autônomo ou liberal, se dará por meio de formulário específico, o qual deve conter, no mínimo, os seguintes dados:

I - Da contratante: razão social ou nome do contratante, nome fantasia, inscrição no CNPJ ou CPF, ramo de atividade, natureza, horário de funcionamento, endereço completo, contatos telefônicos e endereço eletrônico;

II - Do Enfermeiro autônomo e/ou liberal Responsável Técnico: nome, número de inscrição no Coren, características do serviço a ser prestado, endereço completo, contatos telefônicos e endereço eletrônico.

Parágrafo Único. O formulário de requerimento de ART deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

a) 1 (uma) cópia do cartão do CNPJ da Empresa/Instituição contratante ou CPF de pessoa física;

b) 1 (uma) cópia do contrato de prestação de serviço entre a empresa/instituição e o Enfermeiro Responsável Técnico.

Art. 5º Para cada contrato de prestação de serviço será concedida Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 1º A ART e a Certidão de Responsabilidade Técnica - CRT terão validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovada após este período. Caso o contrato de prestação de serviço seja inferior aos 12 (doze) meses, a ART e a CRT terão validade conforme contratação.

§ 2º No caso de prorrogação de contrato, o profissional deverá atualizar os dados da ART junto ao Conselho Regional.

Art. 6º Aplica-se a esta Resolução as disposições da Resolução Cofen nº 509/2016, quando da concessão de Anotação de Responsabilidade Técnica para serviços autônomos e/ou liberal de enfermagem, tanto para empresas/instituições, quanto para pessoas físicas.

I - Para concessão de ART, o Conselho Regional de Enfermagem deverá observar o preenchimento dos seguintes requisitos:

a) Comprovação do recolhimento das taxas de ART e emissão de CRT, cujos valores deverão ser fixados pelo Conselho Regional de Enfermagem, observando o disposto na Resolução Cofen nº 502/2015 ou outra que lhe sobrevir;

b) O enfermeiro RT requerente deverá estar quite com suas obrigações eleitorais junto ao Conselho Regional de Enfermagem, bem como com as suas anuidades, em todas as categorias em que estiver inscrito;

c) Deverá ser registrada na CRT a motivação da ART em Gestão de Área Técnica.

§ 1º Os mesmos requisitos deverão ser observados para a renovação de ART.

§ 2º A gestão de área técnica corresponde às ações do enfermeiro que não configuram cuidado assistencial direto, devendo ser especificadas na CRT, tais como:

Programas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Programas de Limpeza e Higienização, Auditoria, Equipamentos, Materiais e Insumos médico-hospitalares, Consultoria.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Cofen.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
Presidente do Conselho
Em exercício

OSVALDO ALBUQUERQUE S. F.
2º Secretário

RETIFICAÇÃO

Na Decisão Cofen nº 009/2022, publicada no Diário Oficial da União nº 21, em 31 de janeiro de 2022, Seção 1, página 404,

Na ementa, onde se lê: "Suspende por 60 (sessenta) dias todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 370, de 3 de novembro de 2010, bem como os prazos do Código de Processo Administrativo Disciplinar do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 645, de 10 de agosto de 2020, e dá outras providências.", leia-se: "Suspende, no âmbito dos Conselhos Regionais de Enfermagem, por 60 (sessenta) dias todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 370, de 3 de novembro de 2010, bem como os prazos do Código de Processo Administrativo Disciplinar, aprovado pela Resoluçãmetas institucionaiso Cofen nº 645, de 10 de agosto de 2020, e dá outras providências.". No art. 1º, onde se lê: "Suspender por 60 (sessenta) dias todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 370, de 3 de novembro de 2010, bem como os prazos do Código de Processo Administrativo Disciplinar do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 645, de 10 de agosto de 2020.", leia-se: "Suspender, no âmbito dos Conselhos Regionais de Enfermagem, por 60 (sessenta) dias todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 370, de 3 de novembro de 2010, bem como os prazos do Código de Processo Administrativo Disciplinar, aprovado pela Resolução Cofen nº 645, de 10 de agosto de 2020."

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃOS DE 26 DE JANEIRO DE 2022

Processo Ético n.º PEP 001/2019
Denunciado: Alex Soares de Macedo, CRBM 4376.
Comissão de Ética do CRBM2.
EMENTA: PEP - Transgressões Éticas - Código de Ética Art. 15 - Injúria Profissional - Procedência em Parte - Atenuantes - Pedido de Escusas - Penalidade - Advertência por Escrito.
Acórdão. Vistos etc. Acordam os integrantes da Plenária do Conselho Regional de Biomedicina da 2.ª Região - CRBM2, julgar pela advertência por escrito. Arquivamento do Processo Ético Profissional n.º PEP 001/2019.

Processo Ético n.º PEP 002/2019
Denunciado: Mariana Brito Bastos, CRBM 4844.
Comissão de Ética do CRBM2.
EMENTA: PEP - Transgressões Éticas - Código de Ética Art. 15 - Injúria Profissional - Procedência em Parte - Atenuantes - Pedido de Escusas - Penalidade - Advertência por Escrito.
Acórdão. Vistos etc. Acordam os integrantes da Plenária do Conselho Regional de Biomedicina da 2.ª Região - CRBM2, julgar pela advertência por escrito. Arquivamento do Processo Ético Profissional n.º PEP 002/2019.

DIMITRI MARQUES
Relator da Comissão de Ética do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

DECISÃO Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre as Atribuições da Diretoria, vacância e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem - Coren-SC, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei n° 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, alterado pela Decisão Coren-SC nº 073/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 008/2022, e; Considerando a Decisão Coren-SC 020/2020, 18 de novembro de 2020, que homologou os resultados da eleição do Coren-SC, nos quadros I, II e III, para o triênio 2021-2023; Considerando a Decisão Coren-SC 001/2021, de 04 de janeiro de 2021, que divulgou o resultado da eleição interna para o exercício até 31/12/2023;

Considerando que o Regimento Interno aprovado define mudanças no quantitativo do Plenário e, por conseguinte, no número de membros da Diretoria;

Considerando que a alteração do Plenário se dará apenas na próxima gestão e por isso é necessário definir as atribuições da Diretoria até 31/12/2023, em consonância à Decisão Coren/SC 001/2021, de 04 de janeiro de 2021; Considerando que o art. 35 do Regimento Interno aprovado define substituições automáticas em caso de falta ou impedimento, mas aplica-se a nova estrutura a ser implementada na gestão que iniciará em 2024;

Considerando que o artigo 66 da Decisão Coren/SC nº 073/2021, prescreve que os casos omissos do Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário do Coren-SC; Considerando o deliberado na 16ª Reunião Extraordinária de Diretoria do Coren-SC, realizada no dia 28 de janeiro de 2022, decide:

Art. 1º Ficam estabelecidas as atribuições da Diretoria até 31/12/2023, de acordo com esta Decisão.

Art. 2º São atribuições da Presidência aquelas relacionadas no art. 39 e no art. 40 inciso V, do Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SC nº 073/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 008/2022. § 1º Nos incisos do artigo 39 quando estiver determinado à Presidência atuar em conjunto com o Primeiro Secretário, para efeitos desta Decisão será da Presidência para com o Secretário. § 2º Nos incisos que a atribuição seja da Presidência em conjunto com o Primeiro Tesoureiro, para efeitos desta Decisão será da Presidência para com o Tesoureiro.

Art. 3º São atribuições do Secretário aquelas relacionadas no art. 40 incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X e XI; e no art. 41 incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, e, XVII, do Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SC nº 073/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 008/2022.

Art. 4º São atribuições do Tesoureiro aquelas relacionadas no art. 43, incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X; e no art. 44, incisos IV e V, do Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SC nº 073/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 008/2022.

Art. 5º Na ocorrência de falta ou impedimento ocasional por até 30 dias de membro da Diretoria, a substituição será automática e processada da seguinte forma:

§ 1°. Ao Secretário compete substituir o Presidente em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial. § 2°. Ao Tesoureiro compete substituir o Presidente, pelo período estabelecido na legislação vigente, em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial quando a ausência for concomitante do Secretário. § 3°. Ao Tesoureiro compete substituir o Secretário, pelo período estabelecido na legislação vigente, em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Coren/SC, ad referendum de Reunião de Plenário (Ordinária ou Extraordinária).

Art. 7º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, ad referendum da próxima Reunião de Plenário (Ordinária ou Extraordinária), e tem validade até 31 de dezembro de 2023.

GELSON L. DE ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho

MARISTELA A. DE AZEVEDO
Secretária

DECISÃO Nº 73, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.

O Presidente do Coren-SC, juntamente com a Secretária da Autarquia, no uso de suas competências, estabelecida no artigo 15, incisos II e III da Lei n° 5.905/1973; Considerando a necessidade de redefinição de práticas, buscando uma melhor adequação à legislação vigente e aos conceitos norteadores de novos modelos e perspectivas apontados pelo Conselho Federal de Enfermagem e pelos órgãos de controle externos, de modo a tornar o Regimento Interno do Coren-SC apto a atender às necessidades deste Conselho; Considerando que o Regimento Interno se apresenta como a mais importante norma interna do Coren-SC para que possa alcançar suas finalidades e seus objetivos legais e institucionais, de modo a atender de forma condizente aos anseios da Enfermagem Catarinense; Considerando a deliberação do Plenário do Coren-SC em sua 606ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 a 16 de dezembro de 2021, decide:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Coren-SC.

Parágrafo Único. O Regimento Interno do Coren-SC é anexo a esta decisão e após a homologação do Cofen deverá estar disponível no Portal Transparência do Coren-SC.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor a partir da sua homologação pelo Plenário do Cofen, revogando-se as Decisões Coren-SC 004/2012 e 011-2014.

GELSON L. DE ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho

MARISTELA A. DE AZEVEDO
Secretária

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

TÍTULO 1 - DA INSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA JURÍDICA, SEDE, FORO E FINALIDADE

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, doravante referido nesta norma por sua sigla, Coren-SC, observada a legislação em vigor. § 1º. O uso da sigla Coren-SC é privativo do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina. § 2º. O Conselho Federal de Enfermagem será mencionado adiante como Cofen. Art. 2° - O Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren-SC) foi implantado pela Portaria Cofen nº 1 de 4 de agosto de 1975. Faz parte do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, criado pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, constituindo-se em uma Autarquia Federal fiscalizadora do exercício profissional de Enfermagem que tem por finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem em observância com os princípios Éticos Profissionais. § 1º. O Coren-SC é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública. § 2º. No atendimento de suas finalidades o Coren-SC exerce ações deliberativas; administrativas ou executivas; normativo-regulamentares; contenciosas e disciplinares. § 3º. O Coren-SC constitui-se em Tribunal de Ética para o julgamento das infrações ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Art. 3° - O Coren-SC com sede na cidade de Florianópolis tem jurisdição no Estado de Santa Catarina e está vinculado hierarquicamente ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Art. 4° - O Coren-SC, na forma da lei, é responsável perante o Cofen, pelo atendimento, em sua jurisdição, dos objetivos legais de interesse público que determinaram a sua criação. Art. 5° - Além da Lei de criação, o Coren-SC também é regido pelas Resoluções do Cofen, por este Regimento Interno, pelas normas complementares do Coren-SC e demais normatizações que lhe forem aplicáveis. Art. 6° - O Coren-SC tem por competências: I. Proceder a inscrição de profissionais e o registro das pessoas jurídicas que exercem atividades de Enfermagem, bem como a transferência e o cancelamento de inscrição, mantendo os respectivos cadastros atualizados. II. Expedir documentos de habilitação ao exercício profissional, o qual terá fé pública em todo o território nacional, servindo como documento de identidade. III. Normatizar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Enfermagem, fazendo cumprir a legislação em vigor pertinente à Enfermagem. IV. Fazer cumprir os preceitos Éticos Profissionais, bem como, julgar as infrações e aplicar as penalidades, segundo o que consta do Art. 18 da Lei 5.905/73 e no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. V. Zelar pelo conceito e prestígio do Sistema Cofen/Conselhos Regionais. VI. Defender a profissão de Enfermagem, o livre exercício e a sua autonomia técnica. VII. Contribuir para o aprimoramento das ações de Enfermagem. VIII. Cumprir e fazer cumprir as diretrizes do Cofen, bem como colaborar com os Órgãos Públicos e Entidades Privadas para o aperfeiçoamento das ações profissionais de Enfermagem, observando legislações aplicáveis. IX. Requisitar às autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos de sua competência. X. Manter permanente divulgação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e das demais legislações pertinentes ao exercício profissional. XI. Organizar e administrar os seus próprios serviços e arrecadar as contribuições e demais emolumentos e valores que lhe sejam devidos. XII. Desempenhar as demais atividades que lhe forem atribuídas por lei, pelo Cofen e as que se fizerem necessárias para atingir as suas finalidades. XIII. Prestar assessoria técnico-consultiva aos órgãos e instituições públicas ou privadas, em matéria de Enfermagem, exercendo funções de órgão consultivo sobre legislação e ética profissional. XIV. Colaborar no desenvolvimento de estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento dos profissionais e melhoria do exercício profissional de Enfermagem inscritos no Coren-SC. XV. Promover a articulação com órgãos ou entidades públicas ou privadas, bem como, as entidades profissionais que atuam no campo da saúde ou que concorram para ela. XVI. Prestar esclarecimentos à sociedade sobre as normas éticas e as responsabilidades inerentes ao exercício profissional da Enfermagem. XVII. Defender o livre exercício e a autonomia técnica da Enfermagem, atendidas as qualificações profissionais dos que a exercem. XVIII. Conceder honrarias para homenagear profissionais da Enfermagem e outras personalidades, que tenham prestado relevantes serviços ou contribuído de forma significativa para o reconhecimento, visibilidade e consolidação da Enfermagem como prática social; XIX. Celebrar convênios e termos de cooperação com o Cofen, Conselhos Regionais, com Entidades Sindicais ou Científico-Culturais, públicas ou privadas, especialmente da área de Enfermagem, assim como com estruturas do executivo, legislativo e judiciário com vistas à integração de esforços para a defesa da saúde o desenvolvimento da Enfermagem. XX. Exercer as demais competências que lhe foram conferidas em lei e pelo Cofen. XXI. Decidir sobre a criação, transformação ou extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos empregados públicos do quadro de pessoal; XXII. Aprovar abertura de concurso público para o provimento dos cargos efetivos e homologar o respectivo resultado final; XXIII. Dar publicidade de seus atos e deliberações no Diário Oficial da União, ou em outros meios viabilizados pela tecnologia da informação, garantindo aos profissionais de Enfermagem e à sociedade a transparência e o acesso as informações, independentemente de solicitação, como previsto em norma federal; XXIV. Representar em juízo ou fora dele os interesses tutelados pelo Coren-SC, defender os interesses coletivos dos profissionais de Enfermagem e da sociedade, podendo ajuizar ação civil pública, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção e demais ações administrativas ou judiciais cuja legitimação lhe seja pertinente.

TÍTULO 2 - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Art. 7° - A estrutura organizacional do Coren-SC constará de instrumentos normativos específicos instituído por Decisão, homologada pelo Plenário do Regional.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 8º - A Assembleia Geral, nos termos do artigo 12 da Lei nº 5.905/1973, e do Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem é constituída pelos profissionais inscritos e adimplentes no Coren-SC, convocada pela Presidência, para as eleições dos Conselheiros, através do voto pessoal, secreto e obrigatório, em época determinada pelo Cofen, segundo as normas estabelecidas em ato resolucional próprio. Parágrafo Único. A Diretoria do Coren-SC, através da Presidência, tomará todas as providências necessárias à convocação da Assembleia Geral, estabelecendo todos os critérios e formalidade à execução e cumprimento dos atos destinados à realização das Eleições, de modo que esta venha a acontecer de forma democrática, respeitando-se a legalidade.

CAPÍTULO III - DO DELEGADO REGIONAL

Art. 9º - O Delegado Regional e respectivo suplente, com mandato de 03 (três) anos, são eleitos pelo Plenário entre os Conselheiros efetivos do Coren-SC. Parágrafo único - O processamento da eleição e da investidura de Delegado Regional e de seu respectivo Suplente obedecerá às normas do Cofen, em vigor na data de cada pleito. Art. 10 - São atribuições do Delegado Regional: I. Representar o Coren-SC junto ao Cofen, exercendo as correspondentes prerrogativas e direitos, cumprindo as obrigações dispostas na legislação e/ou nas normas do Cofen. II. Eleger, trienalmente, em Assembleia Geral, os Conselheiros Efetivos e suplentes do Cofen. Parágrafo único. O Delegado Suplente substituirá o Delegado Regional nas suas faltas e impedimentos e o sucederá em caso de vacância.

CAPÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO SEÇÃO I - DO PLENÁRIO

Art. 11 - O Plenário é o órgão de deliberação do Coren-SC, composto por 26 (vinte e seis) Conselheiros, sendo 13 (treze) efetivos e 13 (treze) suplentes, denominados Conselheiros Regionais, todos profissionais de Enfermagem, de nacionalidade brasileira, na proporção regulada em lei. § 1º. O número de membros efetivos será sempre ímpar, e sua fixação ou modificação observará proporção ao número de profissionais inscritos, em conformidade com a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973. § 2°. O número de membros do Plenário do Coren-SC poderá ser alterado por iniciativa do próprio Regional, desde que devidamente justificado, devendo o ato ser encaminhado ao Cofen para homologação, juntamente com o extrato da ata do Plenário aprovando a medida. § 3°. O Conselheiro suplente participará das reuniões ordinárias e extraordinárias, sem direito a voto, salvo quando estiver designado para substituir Conselheiro efetivo. §4º. O quantitativo estipulado no caput será implementado por Decisão do Conselho Federal de Enfermagem.

SUBSEÇÃO I - DAS REUNIÕES DE PLENÁRIO

Art. 12 - O Plenário se reunirá em sessões ordinárias ou extraordinárias, sendo o quorum para deliberação, correspondente à maioria simples (50% + 1) dos Conselheiros efetivos. § 1º. Em caso de falta ou ausência de conselheiro efetivo a Presidência deverá efetivar conselheiros suplentes em número suficiente para a instalação e continuidade dos trabalhos. § 2º. Na falta ou impedimento da Presidência, a reunião será dirigida por membro da Diretoria na ordem legal de substituição, e, na ausência ou falta destes, se houver quórum, pelo Conselheiro com maior tempo de inscrição, podendo este renunciar a essa prerrogativa em favor do próximo Conselheiro com maior tempo de inscrição. Art. 13 - A Reunião Ordinária de Plenário (ROP) será realizada no mínimo uma vez no mês, e deverá ter pauta previamente definida. Parágrafo Único. A reunião inicia-se com a verificação de quorum, leitura da ata da reunião anterior, informes gerais da presidência e dos membros. Art. 14 - A Reunião Extraordinária de Plenário (REP) é convocada pela Presidência ou a requerimento justificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário, quando da ocorrência de evento que por sua importância e urgência justifique a medida, vedada à inclusão na pauta respectiva de assunto estranho ao que tenha justificado a convocação. Art. 15 - A convocação para as Reuniões Ordinárias do Plenário deverá ser encaminhada formalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, indicando, além da pauta, o local, a data e a hora da reunião. Art. 16 - A convocação para as Reuniões Extraordinárias do Plenário deverá ser encaminhada formalmente, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, indicando, além da pauta, o local, a data e a hora da reunião. I. A reunião ordinária ou extraordinária de Plenário será realizada, preferencialmente, na sede da Autarquia ou, excepcionalmente, em outro local, mediante deliberação do Plenário. II. As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias poderão se realizar pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR) em consonância com normativo específico sobre o tema, conforme conveniência do Plenário. Art. 17 - A verificação do quórum precede à abertura dos trabalhos. A inexistência de quórum implica na transferência da reunião para outra data e horário. Art. 18 - As reuniões de Plenário são públicas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, inclusive no que se refere ao sigilo constitucional e naquelas em que a preservação do direito à intimidade assim o recomendar. § 1º. As reuniões de Plenário de julgamento de processos ético-disciplinares poderão ser realizadas sob caráter reservado, com a presença apenas dos Conselheiros convocados, das partes interessadas, dos advogados e dos empregados públicos da Autarquia que auxiliem nos trabalhos das mesmas. § 2º. A permanência no local onde ocorrem os trabalhos do Plenário está condicionada a manutenção da ordem, a solenidade do recinto e as regras baixadas para a sessão, sendo assegurados os meios necessários para consecução desse requisito, podendo a Presidência determinar a retirada de pessoas do local, visando garantir a ordem. § 3º. Participam das Reuniões do Plenário, os conselheiros e outras pessoas, a critério da Presidência. § 4º. A Presidência poderá designar colaborador/empregado da Autarquia para auxiliar no desempenho das funções dos seus membros e de suas atividades.

SUBSEÇÃO II - DAS COMPETÊNCIAS DO PLENÁRIO

Art. 19 - Ao Plenário compete: I. Estabelecer as diretrizes gerais de atuação do Coren-SC, promovendo ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades. II. Cumprir e fazer cumprir as Leis, Regulamentações, Resoluções e Atos estabelecidos pelo Cofen e as emanadas do próprio Coren-SC, inclusive o presente Regimento.

III. Submeter à aprovação do Cofen o seu Regimento Interno e respectivas alterações.

IV. Eleger e empossar os Membros da Diretoria, o Delegado Regional e seu respectivo suplente.

V. Estabelecer a programação anual de suas reuniões ordinárias e aprovar as suas atas.

VI. Elaborar o planejamento estratégico institucional, em consonância com as políticas estabelecidas, procedendo a avaliação e o monitoramento de modo a implementar adequações pertinentes.

VII. Propor ações e/ou programas não contemplados em planejamento em vigor, fazendo as readequações orçamentárias e programáticas pertinentes.VIII. Deliberar e aprovar anualmente a proposta orçamentária e as suas reformulações, abertura de créditos orçamentários adicionais, suplementares e/ou especiais do Coren-SC, observando as disposições legais. IX. Aprovar o Relatório de Gestão e a Prestações de Contas respeitando as demais obrigações legais.

X. Dirimir dúvidas suscitadas pelos profissionais de Enfermagem quanto às finalidades do Sistema Cofen/Conselhos Regionais e seus atos.XI. Conhecer e julgar os processos ético-disciplinares de sua competência, impondo as penalidades cabíveis. XII. Apreciar e deliberar sobre vacância, renúncia, licença, extinção ou perda de mandato de seus membros, bem como sobre as justificativas. XIII. Conceder distinções ou honrarias em nome do Conselho.XIV.Autorizar a instalação e encerramento das atividades das Subseções. XV. Colaborar com o Cofen no aprimoramento das normas disciplinadoras do exercício ético-profissional da Enfermagem.XVI.Autorizar a celebração de acordos, filiação, convênios, termos de cooperação e contratos de assistência técnica e financeira entre o Coren-SC e órgãos ou entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais. XVII. Aprovar decisões, pareceres, planejamentos e relatórios no âmbito do Coren-SC.XVIII.Aprovaros regulamentos necessários à realização dos seus trabalhos. XIX. Homologar pedidos de inscrição, transferência, cancelamento de inscrição profissional, anotações de responsabilidade técnica, registro de empresas de Enfermagem. XX. Aprovar os valores dos serviços prestados aos profissionais de Enfermagem e a sociedade que vigorarão no exercício seguinte, a serem homologadas pelo Cofen. XXI. Zelar pelo patrimônio do Conselho e estabelecer as diretrizes para a administração de suas rendas e receitas. XXII. Deliberar sobre a celebração de operações imobiliárias.XXIII. Homologar a Política de Gestão de Pessoas, a criação de cargos, funções e assessorias e fixação dos salários e gratificações praticadas pelo Coren-SC. XXIV. Dirimir dúvidas, suprir lacunas e omissões deste Regimento.

SUBSEÇÃO III - DAS DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO

Art. 20 - A pauta da reunião do Plenário, bem como a direção de seu trabalho, é de responsabilidade da Presidência.Parágrafo Único. Os Conselheiros poderão solicitar inclusão de pauta durante a sessão de Plenário, cabendo à Presidência a análise da solicitação. Art. 21 - Colocado em discussão os assuntos em pauta, o Presidente inscreverá, por ordem de solicitação, os Conselheiros que desejarem fazer uso da palavra para discutir o tema.Parágrafo Único. Durante a discussão, qualquer conselheiro poderá pedir vistas ao processo, cabendo à Presidência a decisão sobre o seu deferimento. Art. 22 - Após o pronunciamento dos Conselheiros inscritos, o Presidente encerrará a discussão e colocará a matéria em votação. § 1º. O Conselheiro deverá abster-se de votar, nos casos de impedimento ou suspeição, devidamente declarado em ata. § 2º. Inexistindo propostas divergentes a Presidência poderá proclamar o resultado por aclamação. § 3º. Nos processos éticos e nas deliberações que envolvam recursos financeiros, a votação deverá ser nominal. Art. 23 - As atas das reuniões darão notícia sucinta dos trabalhos, reproduzindo, quando for o caso, o teor integral de qualquer matéria, permitindo-se, em todo o caso, declaração escrita de voto; nela constarão também as justificativas apresentadas pelos Conselheiros ausentes. Art. 24 - As deliberações do Plenário deverão ser divulgadas pelos seguintes Atos Normativos: I. Decisões - Deliberações do Plenário do Coren-SC sobre matéria de ordem administrativa, técnica ou interpretativa, assinadas pelo Presidente e Secretário. II. Portarias - São atos de natureza executiva ou administrativa, assinadas pelo Presidente e Secretário. III. Instruções Normativas - Atos de natureza normativa de gestão interna do Coren-SC, assinadas pelo Presidente.

SUBSEÇÃO IV - DA LICENÇA, RENÚNCIA, EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 25 - O Conselheiro efetivo será substituído em sua falta, impedimento ou licença, por um suplente do mesmo quadro, mediante convocação da Presidência. Art. 26 - Em caso de vacância de cargo de Conselheiro efetivo, a substituição será feita por designação do Plenário, dentre os suplentes do mesmo quadro, devendo ser comunicada ao Cofen. Art. 27 - O pedido de licença de Conselheiro Regional deverá ser comunicado por escrito ao Plenário do Coren-SC. §1º - Em caso de licença por motivos de saúde, basta a apresentação do atestado original para a formalização da licença. Caso o membro em questão não comunique a sua licença, a Presidência do Coren-SC o fará, de ofício. § 2° - Em se tratando de licença de Secretário e Tesoureiro, deverá a solicitação ser apresentada ao Plenário, e abrangerá tanto o cargo quanto a função de conselheiro. Art. 28 - O pedido de renúncia deverá ser comunicado por escrito ao Plenário do Coren-SC. § 1º. Em se tratando de renúncia de membro da Diretoria, o pedido deverá especificar se a renúncia será somente do cargo de Diretoria ou da posição de conselheiro. § 2º. Ocorrendo a renúncia coletiva dos membros do Coren-SC e não havendo suplentes em número suficiente, a Presidência ainda que resignatária oficiará de imediato ao Cofen para que este designe Conselheiros para completar o número indispensável ao funcionamento do Regional. Art. 29 - A extinção do mandato dos Conselheiros ocorrerá em caso de falecimento, ou transferência de sua inscrição principal para outra jurisdição.

Art. 30 - Perde-se o mandato de conselheiro, antes de seu término, quando: I. Ocorrer condenação ética à pena de suspensão ou de cassação do direito do exercício profissional da Enfermagem. II. Ocorrer cancelamento ou suspensão da inscrição profissional, na respectiva categoria em que foi eleito. III. Sofrer condenação judicial ou administrativo-disciplinar irrecorrível, em que conste na decisão a determinação de perda do cargo. IV. Faltar, no período de um ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro), a 05 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas ou intercaladas, sem justificativa aceita pelo Plenário ou licença prévia deste. V. Licenciar-se por mais de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou não, quando não tratar-se de licença decorrente de motivos de saúde. VI. Houver renúncia ao mandato. Parágrafo único. A perda do mandato e a consequente vacância do cargo serão declaradas pelo Plenário, reunido extraordinariamente para esse fim, sendo garantido à pessoa em questão o direito da ampla defesa e ao contraditório, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua notificação. Art. 31 - A substituição de membros efetivos da Diretoria, do Delegado Regional e demais conselheiros do Coren-SC se fará segundo o disposto em regulamento próprio, devendo este assumir o lugar vacante dentro de 03 (três) dias úteis após a sua convocação, passando o convocado, uma vez empossado no cargo, a exercê-lo em caráter efetivo, até o final do mandato ou até que cesse a licença concedida, se for o caso.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 32 - A Diretoria é órgão executivo responsável pela gestão e acompanhamento das atividades administrativas, conservação e guarda do patrimônio e de apoio, necessárias ao funcionamento do Conselho. Art. 33 - A Diretoria do Coren-SC é composta por 06 (seis) Conselheiros Efetivos, eleitos em escrutínio secreto pelo Plenário, por maioria dos votos. Parágrafo único. A Diretoria do Coren-SC é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários e Primeiro e Segundo Tesoureiros. Art. 34 - O processamento de eleição e a investidura dos membros efetivos da Diretoria obedecerá ao disposto em regulamento próprio. Art. 35 - Na ocorrência da falta ou impedimento ocasional por até 30 dias de membro da Diretoria, a substituição será automática e processada da seguinte forma:

§ 1°. Ao Vice-Presidente compete substituir Presidente em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial. § 2°. Ao Primeiro-Secretário compete substituir o Presidente em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial concomitante deste e do Vice-Presidente. § 3°. Ao Segundo-Secretário compete substituir o Primeiro-Secretário em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial e substituir o Presidente quando a ausência for concomitante do Vice-Presidente e do Primeiro-Secretário. § 4°. Ao Primeiro-Tesoureiro compete substituir o Presidente, pelo período estabelecido na legislação vigente, em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial quando a ausência for concomitante do Vice-Presidente e dos Primeiro e Segundo-Secretários. § 5°. Ao Segundo-Tesoureiro compete substituir o Primeiro-Tesoureiro em caso de vacância, ausência ou afastamento oficial e substituir o Presidente, pelo período estabelecido na legislação vigente, quando a ausência for concomitante do Vice-Presidente, dos Primeiro e Segundo-Secretários e do Primeiro-Tesoureiro. Art. 36 - Na ocorrência de vacância em cargo da Diretoria, o Plenário promoverá, em sua primeira reunião, a eleição para o preenchimento do respectivo cargo pelo tempo restante do mandato a ser cumprido. Art. 37 - Ocorrendo a renúncia coletiva dos membros da Diretoria, deverão estes, ainda que resignatários, proceder à distribuição de todos os cargos entre os demais membros efetivos.

SUBSEÇÃO I - COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA

Art. 38 - À Diretoria compete: I. Cumprir e fazer cumprir as leis e demais disposições legais e regulamentares, as Resoluções e demais normas do Cofen, os atos do Plenário e o presente Regimento. II. Coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional com definição de metas plurianuais e anuais, submetendo-o a aprovação do Plenário. III. Coordenar a organização das eleições do Coren-SC em conformidade com regulamento próprio.IV.Colaborar com o Plenário no aprimoramento das normas de disciplinamento e fiscalização do exercício ético-profissional da Enfermagem. V. Estabelecer a programação anual de suas reuniões e aprovar as atas. VI. Deliberar a devida instrução aos processos a serem apreciados pelo Plenário. VII. Elaborar e publicar o relatório de suas atividades anuais. VIII. Elaborar e reformar os regulamentos necessários à execução das atividades e incumbências, resolvendo, também, os casos conflitantes e omissos. IX. Fixar o horário de expediente da autarquia. X. Administrar o Coren-SC, seu patrimônio e suas rendas. XI. Autorizar as operações relativas às mutações do patrimônio, homologadas em ROP. XII. Padronizar a identidade visual e os modelos de impressos de uso do Coren-SC. XIII. Promover licitações para compra de material e/ou realização de obras e outros serviços de acordo com os dispositivos legais em vigor. XIV. Autorizar a contratação de serviços de consultoria e assessoria externas. XV. Avaliar o planejamento e o relatório anual das assessorias, chefias e coordenações. XVI. Fazer a gestão administrativa, orçamentária, financeira e de pessoal do Coren-SC, e submetendo, no que for pertinente à homologação dos Plenários do Regional e do Federal. XVII. Acompanhar a arrecadação das contribuições e demais emolumentos, valores específicos devidos ao Coren-SC, bem como, a transferência para o Cofen da quota parte que lhe é destinada. XVIII. Analisar as demonstrações contábeis, o relatório de suas atividades e a prestação de contas, submetendo-os, quando necessário, aos órgãos de controle interno para emissão de parecer e posterior homologação dos Plenários do Coren-SC e Cofen. XIX. Celebrar acordos, convênios ou contratos de assistência técnica e/ou financeira, submetendo-os à apreciação do Plenário. XX. Zelar pela organização e atualização dos cadastros dos profissionais de Enfermagem. XXI. Estruturar, organizar e supervisionar as atividades de inscrição, de fiscalização e de administração do Coren-SC de forma a simplificar e agilizar suas atividades. XXII. Dar publicidade aos atos do Coren-SC na imprensa oficial e/ou comum. XXIII. Exercer as demais atribuições que lhe sejam outorgadas por disposições legais, pelo Cofen ou pelo Plenário. XXIV. resolver, ad referendum do Plenário, os casos que, embora de competência daquele, não possam, pela sua urgência, aguardar o decurso de prazo regimental de sua convocação extraordinária. XXV. Sugerir nomes para as chefias dos órgãos de apoio, assessorias, membros de comissões especializadas e de câmaras técnicas e contratar o pessoal com ou sem vínculo empregatício, submetendo tais atos à homologação do Plenário. XXVI. Designar consultor ad hoc para desempenho de atividade específica. XXVII. Propor a criação e alteração de Plano de Cargos e Remunerações dos empregados, submetendo à homologação do Plenário. XXVIII. Acompanhar o desenvolvimento de medidas administrativas de lançamento e cobrança das anuidades, multas, taxas e emolumentos referentes a serviços, inclusive protesto extrajudicial de débitos lançados em dívida ativa do Regional, observando as normas vigentes em matéria de execuções fiscais; XXIX. Criar Comissões Transitórias para assessorá-la em assuntos específicos e de relevância, homologando no Plenário o que couber. XXX. Estruturar e organizar o quadro de pessoal segundo o Plano de Cargos e Remunerações do Coren-SC. XXXI. Deferir, ad referendum, do Plenário, os pedidos de: a) inscrição dos profissionais de Enfermagem nos quadros respectivos, autorizando a emissão de carteiras e cédulas de identidade profissional; b) registro de empresas com atuação na área de Enfermagem; c) transferência de inscrição; d) cancelamento de registro profissional; e) registro de remissão profissional.

SUBSEÇÃO II - ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 39 - São atribuições da Presidência: I. Administrar o Coren-SC e representá-lo judicial ou extrajudicialmente, perante os poderes públicos, em solenidades e em todas as relações com terceiros.

II. Designar representantes ou procuradores. III. Cumprir e fazer cumprir as Resoluções, Decisões e demais atos do Cofen, do Plenário e da Diretoria do Coren-SC, bem como este Regimento Interno. IV. Apresentar ao Plenário o relatório anual das atividades do Coren-SC. V. Convocar, determinar a pauta e presidir as Reuniões da Assembleia Geral. VI. Convocar, determinar a pauta e presidir as Reuniões do Plenário e da Diretoria do Coren-SC e em caso de empate proferir o voto de qualidade. VII. Estabelecer a ordem e efetivar suplente para a substituição de membros efetivos para efeito de quorum, na hipótese de ausência de Conselheiro na reunião do Plenário. VIII. Designar relatores de processos e pareceres sobre matérias de interesse do Coren-SC e da classe de Enfermagem, a serem apreciados ou julgados pelo Plenário ou pela Diretoria, inclusive os relativos a prestação de contas anual. IX. Dar posse aos profissionais eleitos para o exercício do cargo de Conselheiro Efetivo ou Suplente, cargos da Diretoria e ao cargo de Delegado Regional, quando a escolha não recair sobre sua pessoa. X. Designar membro(s) ad hoc para o desempenho de funções específicas. XI. Conceder ou negar pedido de vistas a processos. XII. Efetivar as deliberações do Plenário e da Diretoria, através de atos próprios. XIII. Assinar, com o Primeiro-Secretário, as Decisões do Plenário e as da Diretoria, bem como as Portarias e Instruções Normativas. XIV. Assinar, com o Primeiro-Tesoureiro, convênios ou similares e contratos celebrados pelo Coren-SC, bem como as demonstrações contábeis e as prestações de contas. XV. Avocar, a qualquer tempo, o exame e a solução de matéria ou de processos pendentes de solução pelo Plenário e/ou da Diretoria. XVI. Informar ao Plenário sobre licenciamento, justificativa de ausência em reuniões ordinárias de Plenário e renúncia dos conselheiros. XVII. Manter o Plenário informado sobre ações e atividades do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

XVIII. Autorizar a realização de obras e outros serviços de acordo com os dispositivos legais em vigor. XIX. Nomear, em conjunto com o Primeiro-Secretário, empregados e colaboradores para chefias dos órgãos de apoio, assessorias, membros de comissões especializadas, de Câmaras Técnicas, e contratar o pessoal com ou sem vínculo empregatício, inclusive para os empregos em comissão de livre nomeação e exoneração, de acordo com a norma própria, submetendo tais atos à homologação do Plenário. XX. Arbitrar acerca da remuneração das Assessorias, dentro dos parâmetros fixados pela Diretoria. XXI. Executar e supervisionar o orçamento de acordo com as normas e limites estabelecidos, autorizando o pagamento das despesas orçamentárias e extraordinárias, como também propor a reformulação e/ou abertura de créditos adicionais, especiais ou suplementares. XXII. Movimentar, juntamente com o Primeiro-Tesoureiro, as contas bancárias do Coren-SC. XXIII. Coordenar, em conjunto com os membros da Diretoria, a elaboração da proposta orçamentária do Coren-SC para o exercício subsequente, de acordo com o que dispuser regulamentação específica, submetendo-a à aprovação do Plenário e posterior homologação do Cofen. XXIV. Submeter ao Plenário os demonstrativos contábeis. XXV. Encaminhar ao Cofen as demonstrações contábeis e processos de prestação de contas do exercício anterior. XXVI. Adquirir e alienar bens móveis e imóveis, após autorização do Plenário do Coren-SC, respeitando a legislação vigente. XXVII. Acompanhar o processo de compras, contratos e licitações do Coren-SC. XXVIII. Decidir, ad referendum do Plenário ou da Diretoria, os casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente, na primeira reunião subsequente. XXIX. Assinar certificados conferidos pelo Coren-SC. XXX. Observada a legislação pertinente, delegar poderes dentro dos limites de sua competência. XXXI Dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do Coren-SC.

Art. 40 - São atribuições da Vice-Presidência: I. Assumir a Presidência em caso de vacância ou afastamento oficial do Presidente, quando for superior a 10 dias; II. Substituir o Presidente em sua ausência ou impedimentos eventuais; III. Cooperar com o Presidente no exercício de suas funções; IV. Acompanhar a execução do planejamento estratégico e do plano anual de trabalho do Coren-SC; V. Autorizar férias, conceder licenças, exceto as relativas a tratamento de saúde, e aplicar penalidades; VI. Despachar e executar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência; VII. Acompanhar e supervisionar as comissões e grupos de trabalho; VIII. Auxiliar a Presidência na elaboração do relatório anual de atividades e de gestão. IX. Elaborar em conjunto com os membros da Diretoria a proposta orçamentária do Coren-SC. X. Manter o Plenário informado sobre ações e atividades do Sistema Cofen/Conselhos Regionais; XI. Observada a legislação pertinente, delegar ou subdelegar poderes dentro dos limites de sua competência. Art. 41 - São atribuições do Primeiro-Secretário: I. Substituir o Presidente, nos casos de impedimento concomitante deste e do Vice-Presidente; II. Assinar, com o Presidente, os atos oficiais e normativos do Coren-SC, decorrentes das Decisões do Plenário e da Diretoria; III. Dar posse ao Presidente reeleito; IV. Dar posse, de Delegado Regional quando o Presidente for eleito para o cargo; V. Elaborar, juntamente com o Presidente e membros do Plenário, o planejamento anual e plurianual e relatório anual do Coren-SC; VI. Executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência; VII. Assinar certificados conferidos pelo Coren-SC; VIII. Observada a legislação pertinente, subdelegar poderes dentro dos limites de sua competência; IX. Assessorar a Presidência nos assuntos pertinentes à secretaria; X. Organizar a pauta das reuniões de Diretoria e Plenário; XI. Secretariar as reuniões de Plenário e Diretoria, assumindo a responsabilidade de: a) Proceder às verificações de quorum e registrar a presença dos conselheiros nas Reuniões do Plenário e da Diretoria; b) Controlar o horário de início e término; c) Acompanhar as questões não concluídas ou sem clareza ao longo da reunião, sumarizando-as antes do encerramento e propondo que se delibere a respeito delas; d) Redigir a ata ou supervisionar a sua redação. XII. Dar tramitação e acompanhar a execução das deliberações do Presidente, Diretoria e Plenário, encaminhando ao setor responsável as matérias que necessitam de divulgação no site, bem como às Câmaras Técnicas e outros órgãos, quando houver matéria de seu interesse; XIII. Decidir sobre vista de processo e pedidos de certidões, quando solicitados na secretaria; XIV. Expedir e assinar certidões solicitados na secretaria; XV. Supervisionar os serviços de secretaria na organização dos pareceres e processos; XVI. Executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência; XVII. Manter o Plenário informado sobre ações e atividades do Sistema Cofen/Conselhos Regionais. Art. 42 - Ao Segundo-Secretário compete: I. Substituir o Primeiro-Secretário nos casos de impedimento; II. Substituir o Presidente na ausência concomitante do Vice-Presidente e do Primeiro-Secretário; III. Apoiar o Primeiro-Secretário na elaboração ou supervisão da redação da ata das reuniões de Diretoria e Plenário;

IV. Cooperar com o Primeiro-Secretário no desempenho das suas atribuições; V. Executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência. Art. 43 - São atribuições do Primeiro-Tesoureiro: I. Substituir o Presidente na ausência concomitante do Vice-Presidente, Primeiro e Segundo-Secretário pelo período estabelecido na legislação vigente; II. Coordenar e supervisionar, com o Presidente, a elaboração da proposta orçamentária do Coren-SC; III. Movimentar, juntamente com o Presidente ou Primeiro-Secretário, as contas bancárias do Coren-SC; IV. Apresentar, trimestralmente, os demonstrativos contábeis à Diretoria; V. Dirigir e supervisionar os serviços financeiros e de tesouraria; VI. Acompanhar a execução do orçamento do Coren-SC; VII. Assinar, com o Presidente, os demonstrativos contábeis, proposta orçamentária e demais documentos necessários à gestão financeira; VIII. Assinar, com o Presidente, convênios ou similares e contratos celebrados pelo Coren-SC; IX. Manter o Plenário informado sobre ações e atividades do Sistema Cofen/Conselhos Regionais; X. Executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência. Art. 44. Compete ao Segundo-Tesoureiro do Coren-SC: I. Substituir o Primeiro-Tesoureiro nos casos de impedimento; II. Substituir o Presidente na ausência concomitante do Vice-Presidente, Primeiro e Segundo-Secretário e do Primeiro-Tesoureiro pelo período estabelecido na legislação vigente; III. Cooperar com o Primeiro-Tesoureiro no desempenho das suas atribuições; IV. Coordenar e supervisionar, junto ao setor competente, a elaboração anual da relação de

bens patrimoniais do Coren-SC, providenciando seu tombamento; V. Coordenar e supervisionar, junto ao setor competente, o processo de baixa de bens inservíveis, para devida alienação ou doação.

SUBSEÇÃO III - DAS REUNIÕES DA DIRETORIA

Art. 45 - A Diretoria terá quorum quando estiver presente a maioria dos seus membros efetivos. Parágrafo Único. As decisões das reuniões de Diretoria serão registradas em ata própria, coordenada pelo Segundo-Secretário e assinada com os demais membros presentes. Art. 46 - A Diretoria se reunirá ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente, por convocação da Presidência, com a antecedência mínima de 12 (doze) horas. Art. 47 - As deliberações da Diretoria, salvo nos casos previstos em lei ou em normas específicas do Cofen ou do Coren-SC, serão tomadas, pelo voto da maioria dos membros presentes, tendo cada um direito a 01 (um) voto. Parágrafo único. Em caso de empate, cabe à Presidência proferir o voto de qualidade.

CAPÍTULO V - DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTES

Art. 48 - Os Conselheiros efetivos e suplentes têm os seguintes direitos regimentais: I. Tomar lugar nas reuniões do Plenário ou das comissões para as quais hajam sido designados, usando da palavra e proferindo voto. II. Ter registrado em ata o sentido de seus votos ou opiniões manifestadas durante as reuniões de Plenário ou reuniões de comissões para as quais foram designados. III. Obter informações sobre as atividades do Conselho tendo acesso às atas e aos documentos. IV. Requisitar de forma expressa a quaisquer órgãos da Autarquia auxílio e informações e meios que considerem úteis para o exercício de suas funções. V. Propor à Presidência a constituição de grupos de trabalho ou comissões necessárias à elaboração de estudos, propostas e projetos a serem apresentados ao Plenário, requerendo a inclusão na ordem dos trabalhos ou na pauta de assunto que entendam ser objeto de deliberação. VI. Propor a convocação de especialistas, representantes de entidades ou profissionais da Enfermagem para prestar informações ou esclarecimentos que o Conselho entenda ser convenientes. VII. Pedir vista dos autos de processos. Art. 49 - Os Conselheiros efetivos e suplentes têm os seguintes deveres: I. Participar das reuniões de Plenário para as quais forem regularmente convocados. II. Despachar, nos prazos legais, os requerimentos ou expedientes que lhes forem encaminhados. III. Desempenhar as funções de relator nos processos que lhes forem distribuídos, dentro dos prazos legais ou previamente definidos. IV. Comunicar à Presidência, por escrito, seu impedimento de atender à convocação e participar de reunião de Plenário ou evento de interesse do Coren-SC. V. Desempenhar, além das funções próprias do cargo, as que lhes forem delegadas pelo Regimento, pela Presidência, ou pelo Plenário. VI. Colaborar com o Coren-SC na coordenação e no desenvolvimento de ações estratégicas (programas e projetos previstos no PPA ou deliberados pelo Plenário) para a consecução das finalidades da Autarquia. VII. Guardar sigilo dos seus atos, das deliberações e das providências determinadas pelo Conselho, que tenham caráter reservado, na forma da Lei ou norma específica. VIII. Declarar motivadamente os impedimentos, as suspeições ou as incompatibilidades que lhes afetem, comunicando-os de imediato à Presidência. Art. 50 - As atribuições do Conselheiro, quando designado relator de processo ético-disciplinar, estão descritas no Código de Processo Ético-Disciplinar dos Conselhos de Enfermagem. CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS DE CONSULTORIA SEÇÃO I - DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 51 - O Coren-SC dispõe de comissões permanentes, regidas por instrumentos próprios, para o desenvolvimento das atividades específicas de interesse do Coren-SC. § 1º. As Comissões serão compostas por no mínimo 03 (três) integrantes.

§ 2º. Nas composições em que o número for par o voto de qualidade será do Coordenador. § 3º. A criação ou supressão de Comissão Permanente pode ocorrer a qualquer tempo, mediante deliberação do Plenário.

SUBSEÇÃO I - DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 52 - As Câmaras Técnicas constituem-se em estrutura de natureza consultiva, opinativa, normativa, educativa, analítica e de assessoramento em questões relativas ao exercício ético-profissional nas áreas de assistência, de ensino, da pesquisa, gestão e legislação em Enfermagem.

SUBSEÇÃO II - DA COMISSÃO DE ÉTICA (CEC) DO COREN-SC

Art. 53 - A Comissão de Ética do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (CEC) tem finalidade consultiva, educativa, de orientação e de assessoramento nas questões éticas do exercício profissional, nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

SEÇÃO II - DAS COMISSÕES TRANSITÓRIAS

Art. 54 - As Comissões Transitórias poderão ser constituídas, por Portaria da Presidência, em caráter temporário, ad referendum do Plenário. § 1º. As Comissões Transitórias serão compostas por no mínimo 03 (três) integrantes e poderão ser constituídas em forma de grupo de estudo, grupo de trabalho ou outra que julgar necessária.

§ 2º. Na conclusão de seus trabalhos deverão apresentar documento conforme indicativo da Portaria, a ser remetido à Diretoria, Plenário e/ou Comissão Permanente.

CAPÍTULO VII - DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 55 - Os Órgãos de Assessoramento reger-se-ão por instrumentos normativos específicos e serão aprovados pelo Plenário, nos quais estarão disciplinadas suas finalidades e atribuições.

CAPÍTULO VIII - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 56 - Os órgãos e setores integrantes da estrutura administrativa do Coren-SC reger-se-ão por instrumentos normativos específicos, aprovados pelo Plenário, no qual estarão disciplinadas suas finalidades, competências e atribuições. § 1º. Os cargos de chefia e/ou assessoramento ficam administrativamente vinculados à Diretoria e poderão ser exercidos por empregados efetivos, ou por empregados comissionados, indicados pela Presidência, de livre nomeação e exoneração.

§ 2º. O Coren-SC poderá, se necessário, terceirizar suas atividades-meio com a contratação, na forma da lei, de pessoas físicas e/ou jurídicas. Art. 57 - Havendo necessidade de reorganização ou reestruturação administrativa, o Coren-SC poderá promovê-la a qualquer tempo, devendo, em todo o caso, manter atualizado seu organograma funcional. CAPÍTULO IX - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 58 - As normas e procedimentos para instauração, organização e prazos relativos à Processos administrativos, deverão obedecer ao disposto no Regimento Interno do Cofen, normativos internos do Coren-SC e demais legislações específicas.

TÍTULO 3 - DA GESTÃO PATRIMONIAL E DE PESSOAL

Art. 59 - A alienação de bens de propriedade do Coren-SC respeitará a legislação legal e infra-legal. Art. 60 - A aquisição de bens e a contratação de serviços comuns far-se-á respeitando a legislação vigente. Art. 61 - As obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito do Coren-SC far-se-á respeitando a legislação vigente. Art. 62 - A prestação de contas do Coren-SC far-se-á respeitando a legislação vigente. Art. 63 - A contratação de empregados públicos para o Coren-SC se dará sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A posse e investidura no quadro de empregados efetivos da Autarquia somente se processarão por meio de concurso público de provas e/ou de provas e títulos, assegurado ao empregado contratado por estes meios a obrigatoriedade do devido processo legal para seu desligamento. Art. 64 - O Plenário do Coren-SC poderá modificar, extinguir e criar cargos, respeitados os direitos dos empregados públicos e os limites legais de gastos com pessoal e, ainda, a previsão orçamentária, caso as alterações resultem em despesas para a Autarquia.

TÍTULO 4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65 - Este Regimento somente pode ser alterado por proposta de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros efetivos e suplentes, aprovada por maioria absoluta do Plenário. Art. 66 - Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pelo Plenário do Coren-SC. Art. 67 - O presente Regimento Interno aprovado na 606ª Reunião Ordinária de Plenário, em 14 a 16 de dezembro de 2021, revoga o anterior com todas as alterações averbadas e entra em vigor em até 90 (noventa) dias após a homologação do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREFITO-2 Nº 84, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a Criação e Funcionamento das Subsedes do CREFITO-2, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO, no exercício das atribuições legais e regimentais, em conformidade com as competências conferidas pelo artigo 7.º e incisos, da Lei Federal n.º 6.316 de 17 de dezembro de 1975 e artigos 8º e 45º do Regimento Interno do CREFITO-2, em sua 482ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2021, na Rua Felix da Cunha, nº. 41 - Tijuca - CEP: 20.260-300 - Rio de Janeiro- RJ, resolve:

Art. 1º - Estabelecer em cidades estratégicas, conforme distribuição demográfica dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais no Estado do Rio de Janeiro, subsedes como apoio da fiscalização e acompanhamento das questões locais ligadas as profissões de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, atuando inclusive no campo administrativo, sendo um elo facilitador de processos, propiciando com isso o atendimento aos profissionais, bem como garantindo uma melhoria de qualidade de fiscalização junto aos municípios, ofertando qualidade de assistência a saúde local.

Art. 2º - As subsedes ficam assim distribuídas:

Subsede	Município
SUBSEDE 1	Niterói
SUBSEDE 2	São Gonçalo
SUBSEDE 3	Nova Iguaçu
SUBSEDE 4	Campo dos Goytacazes
SUBSEDE 5	Petrópolis
SUBSEDE 6	Teresópolis
SUBSEDE 7	Duque de Caxias
SUBSEDE 8	Volta Redonda
SUBSEDE 9	Cabo Frio
SUBSEDE 10	Nova Friburgo
SUBSEDE 11	Macaé
SUBSEDE 12	Itaperuna
SUBSEDE 13	Três Rios
SUBSEDE 14	Angra dos Reis
SUBSEDE 15	Valença
SUBSEDE 16	Campo Grande

Art. 3º - Ficam os representantes dos municípios administrativos/fiscalizatórios responsáveis por encaminhar e apoiar as demandas da região em que atuam, bem como atender os profissionais, na data pré-estipulada sobre assuntos relativos ao exercício profissional e outros, reportando-os ao Coordenador Geral de Representação dos Polos.

Art. 4º - Os casos omissos serão tratados pelo Plenário do Crefito-2.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE FLÁVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Diretora-Secretária

WILEN HEIL E SILVA
Presidente do Conselho